



Protocolo

# REPÚBLICA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXIII — Nº 27

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 23 DE FEVEREIRO DE 1968

#### MENSAGEM Nº 9, de 1968 (C.N.)

Nº 76-68, NA ORIGEM

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Na forma do § 3º do Art. 54, da Constituição do Brasil, tendo a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o anexo projeto de lei que institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências.

Brasília, 16 de fevereiro de 1968. —  
A. Costa e Silva.

E.M. nº 12

Em . de fevereiro de 1968

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O problema da capacidade ociosa no Serviço Público, a que a Lei da Reforma Administrativa dá merecido destaque, oferece uma variedade de aspectos e comporta soluções parciais, que não devem ser postas de lado à espera de uma solução global. Encontra-se nesse caso a possibilidade de estimular os servidores, cuja presença se torne desnecessária, a se integrem, voluntária e progressivamente, nas atividades privadas aliviando, simultaneamente, os cofres públicos, que desse modo poderão melhor recompensar os esforços daqueles que exercem atividade produtiva; e, de outro lado, assegurar recursos para investimento, mediante a redução dos gastos de custeio.

2. O anexo ante projeto de lei, que institui a figura nova da Licença Extraordinária, com vencimentos parciais, estabelece um conjunto de medidas que se acham inter-relacionadas no mesmo propósito.

3. Basicamente, o esquema consiste em permitir o licenciamento do servidor por um período mínimo de um ano, e máximo de seis, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço nos três primeiros anos, assegurado um mínimo de 50%. Nos três anos subsequentes será paga metade da importância inicial, de modo a propiciar seu progressivo desligamento do Serviço Público. Não se trata, porém, de medida compulsória; a licença será concedida a requerimento do interessado, que, inclusive, poderá dela desistir ao cabo de um ano, naturalmente mediante o competente aviso, com uma antecedência razoável, de noventa dias, para que a repartição não haja, de imediato, funções a distribuir.

4. Outro aspecto básico do projeto é que a concessão da licença fica na

#### CONGRESSO NACIONAL

*dependência do interesse do Serviço Público, caracterizado pela desnecessidade de substituição do requerente.* Nem se pretende que a medida benéfica, indistintamente, a toda espécie de servidor: — em primeiro lugar, a medida fica circunscrita aos cargos, funções, locais e setores de trabalho em que, a juízo do Executivo, houver excesso de pessoal. Além disto, a licença se restringe, em princípio, aos funcionários efetivos da União, e das Autarquias, que tenham mais de quatro anos de efetivo exercício, pois não teria cabimento estender o benefício aos recém-nomeados, o que redundaria em criar uma "indústria" de licença extraordinária. Admite-se, porém, que a concessão possa também ser feita nas mesmas condições, aos servidores de autarquias, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, desde que não admitidos a título temporário.

5. Em maiores detalhes, os estímulos propostos são, principalmente, de natureza pecuniária, isto é, vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, conforme já indicado, tomada a palavra "vencimento" no sentido de serviço, o que se acha explícito no anteprojeto. A proporcionalidade será calculada pelo mesmo critério que for aplicável aos proventos de aposentadoria.

6. O anteprojeto, como vimos, estabelece, para o período inicial de três anos, um mínimo de cinquenta por cento dos vencimentos da atividade, mais uma vez compreendida a palavra em seu sentido lato.

7. O ganho do funcionário licenciado fica limitado ao vencimento reduzido, calculado como acima se descreveu, mais o salário-família, que tradicionalmente se mantém integral sempre que sejam devidos vencimentos, ainda que parciais. Assim, a redução de cinquenta por cento, do quarto ao sexto ano, não incide sobre o salário-família.

8. Além desses estímulos de ordem estritamente pecuniária, o anteprojeto assegura mais dois: — contagem de tempo para aposentadoria e contribuição para o órgão de previdência de que for segurado o funcionário, como se estivesse em exercício, isto é, descontando sobre os vencimentos integrais. Na hipótese de se exonerar do Serviço Público, permite-se a contagem do respectivo tempo de serviço para efeito do regime previdenciário a cargo do Instituto Nacional de Previdência Social.

9. Dada a finalidade do novo tipo de licença, proíbe-se que o funcionário exerça, enquanto afastado, qualquer tipo de função pública, ainda

que sem vínculo empregatício, seja na Administração Direta ou Indireta. A violação desse preceito, por sua gravidade importa a pena de demissão.

10. Igualmente demitido será o funcionário que, terminada a licença, deixar de reassumir o cargo dentro de trinta dias, nem pedir exoneração. Para evitar, na medida do possível, as delongas do processo administrativo, dispõe o projeto que o abandono estará caracterizado nessa hipótese.

11. A licença extraordinária, parcialmente remunerada, que o projeto institui, pode ser seguida de licença sem vencimentos, para trato de interesses particulares. O projeto dilata, de dois para dez anos consecutivos, o período desse último tipo de licença, porém manda deduzir, desse total, o período que o funcionário tiver gozado de licença extraordinária. Isso dá-lhe prazo suficientemente longo para que adquira condições de se desligar definitivamente do Serviço Público.

12. Cabe ressaltar que as medidas propostas, no que se refere à Licença Extraordinária, são de caráter transitório. O projeto dispõe sobre sua concessão aos funcionários que a requererem dentro de um ano, prorrogável por igual período, a juízo do Poder Executivo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de meu mais profundo respeito. —  
Helo Beltrão, Ministro.

#### Projeto de Lei nº 9, de 1968 (C.N.)

*Institui, em caráter temporário, a licença extraordinária, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Durante o exercício de 1968, será permitido ao funcionário efetivo, público ou autárquico, requerer, observado o disposto nesta Lei:

a) Licença Extraordinária;

b) Licença para tratar de interesses particulares, nas condições previstas no artigo 10.

Parágrafo único. A faculdade poderá, igualmente, ser estendida a servidor de Autarquia, sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho, desde que não admitido a título temporário.

Art. 2º A concessão da licença extraordinária ficará subordinada ao interesse do serviço, e deverá circunscrever-se aos cargos, funções, setores e locais de trabalho em que, a juízo do Poder Executivo, houver excesso de pessoal.

Art. 3º Além de outras eventualmente estabelecidas em regulamento,

são condições para a concessão de Licença Extraordinária:

I — Mínimo de 4 (quatro) anos de efetivo exercício;

II — Desnecessidade de substituição.

Art. 4º A licença será concedida, inicialmente, por prazo não inferior a 1 (um) ano, nem superior a 3 (três) anos, podendo ser prorrogado, por períodos sucessivos, até completado o total de 6 (seis) anos.

§ 1º Nos 3 (três) primeiros anos, o funcionário perceberá vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, acrescidos da gratificação de que trata o artigo 145, item XI, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, feitos os cálculos sobre o vencimento do cargo efetivo, na mesma razão que os proventos de aposentadoria.

§ 2º A importância mensal percebida durante esse período não será inferior a 50% (cinquenta por cento) da soma de vencimento do cargo e gratificação adicional por tempo de serviço.

§ 3º Do quarto ao sexto ano de licença, a importância mensal percebida durante os 3 (três) primeiros anos será reduzida à metade.

§ 4º É vedada, durante a licença, a percepção de qualquer vantagem, exceto salário-família e gratificação adicional por tempo de serviço, na forma dos parágrafos anteriores.

Art. 5º Enquanto licenciado, o funcionário só contará tempo para efeito de aposentadoria.

Art. 6º É vedado ao funcionário exercer, durante a licença, função pública de qualquer natureza, ainda que sem vínculo empregatício, sob pena de demissão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, à prestação de serviço aos órgãos de Administração Indireta.

Art. 7º Decorrido o primeiro ano de licença, o funcionário poderá renunciar a ela a qualquer momento, caso em que comunicará ao órgão competente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sua intenção de reassumir o cargo.

Art. 8º Durante a licença, o funcionário continuará a contribuir para o mesmo órgão previdenciário de que for segurado, como se estivesse em exercício.

Parágrafo único. Ao funcionário segurado do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) ou do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas (SASSE), que em seguida à licença pedir exoneração do cargo, será garantida para efeito de concessão de benefícios pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), a contagem de tempo de serviço sob o regime de segurado daquelas entidades.

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES  
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO  
FLORIANO GUIMARÃES

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

des, mediante a indenização desse tempo de serviço prevista na legislação da previdência social.

Art. 9º Para os efeitos do artigo 228, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, considerar-se-á caracterizado o abandono do cargo ou função quando o servidor, dentro de 30 (trinta) dias do término da licença:

- a) não pedir exoneração;
- b) não reassumir;
- c) não requerer licença para tratar de interesses particulares.

Art. 10. Fica ampliado para 10 (dez) anos, consecutivos ou não, para aqueles que o solicitarem em 1968, o prazo máximo de licença para tratar de interesses particulares, a que se refere o artigo 110 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

§ 1º Deste total será deduzido o período de Licença Extraordinária que o funcionário tiver gozado.

§ 2º A concessão da licença indenizada da exigência a que se refere o artigo 112 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

Art. 11. O prazo a que se refere o artigo 1º desta Lei poderá ser prorrogado por mais 1 (um) ano, mediante decreto do Presidente da República.

Art. 12. O Poder Executivo expedirá os atos necessários ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 1.711 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União

Art. 110. Depois de dois anos de efetivo exercício, o funcionário poderá obter licença sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesses particulares.

§ 1º O requerente aguardará em exercício a concessão da licença.

§ 2º Será negada a licença quando inconveniente ao interesse do serviço.

Art. 112. Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos dois anos da terminação da anterior.

Art. 145. Conceder-se-á gratificação:

XI — Adicional por tempo de serviço.

Art. 228. Caracterizado o abandono do cargo ou função, e ainda no caso do § 2º do artigo 207, será o fato comunicado ao serviço do pessoal, que procederá na forma dos artigos 217 e seguintes.

Art. 271. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 272. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República. — Getúlio Vargas.

#### PARECER

Nº 10, de 1968 (C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1968 (CN), que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes, nas operações de comércio exterior e interior e acrescenta parágrafo único ao artigo 3º do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967".

Relator do voto: Senador Clodomir Millet

A Comissão Mista designada para emitir parecer ao Projeto de Lei nº

mero 7, de 1968 (CN), que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes, nas operações de comércio exterior e interior e acrescenta parágrafo único ao artigo 3º do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967", aprovou, em reunião realizada nesta data, a preliminar de inconstitucionalidade do projeto apresentada pelo Deputado Erasmo Martins Pedro, entendendo haver infringência aos arts. 61 § 3º e 150, § 3º, da Constituição do Brasil.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 1968. — José Ernirio de Moraes, Presidente. — Clodomir Millet, Relator. — Humberto Lucena. — Manoel Rodrigues, vencido. — Aurélio Vianna. — Atílio Fontana, vencido. — Milton Trindade. — Sivaldo Boa Ventura. — Adylio Vianna. — Josias Leite. — Erasmo Martins Pedro. — Aarão Steinbruch. — Ruy Carneiro. — Aloysio de Carvalho, vencido. — Mello Braga. — Athiê Coury. — Clovis Stenzel, vencido. — Leon Peres, vencido. — Petrólio Portela.

#### Arguição de inconstitucionalidade

Autor: Erasmo Martins Pedro.

Senhor Presidente:

Arguida preliminarmente, perante o plenário da Comissão Mista, a inconstitucionalidade da Mensagem nº 7, de 1968 (CN), em reunião de 15 do corrente, quero formalizá-la, perante o Deputado Relator, nos seguintes termos:

I — A matéria consta do Decreto-lei nº 346 de 28 de dezembro de 1967 já rejeitado pela Câmara dos Deputados e como tal, impedida de ser renovada, na mesma sessão legislativa — Art. 61, parágrafo 3º da Constituição do Brasil.

A Constituição veda a renovação da matéria rejeitada em projeto de lei, na mesma sessão legislativa, segundo a regra imperiosa do parágrafo 3º do seu art. 61:

— "As matérias constantes de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos seus membros".

Os comentaristas do diploma de 67 não julgaram o dispositivo merecedor de qualquer comentário dado que por sua clareza não comporta interpretação, afirmando inclusive o Senador Paulo Sarazate, em sua "Constituição do Brasil ao alcance de todos" — páginas 337 — o seguinte:

"Tramitação Legislativa — a tramitação dos projetos de lei ordinária, inclusive as complementares (com a ressalva do quorum especial para a votação destas), está regulada no art. 61 e seus três parágrafos. A matéria, por sua clareza, permite a emissão de quaisquer comentários".

Realmente a omissão de comentários é plenamente justificável, pois

não há elementos doutrinários de buscas históricas, nos antigos textos da Constituição de 1946 (artigos 68, 69 e 72) que desfigurem ou distorçam o impedimento. Ele é o mesmo em ambas as Constituições, segundo inclusive testemunha Paulino Jacques as fls. 67 da "A Constituição do Brasil explicada".

Se a matéria constava ou era objeto de projeto de lei, qualquer que fosse sua forma ou iniciativa, está ela impedida de prosperar na mesma sessão legislativa, quando já rejeitada anteriormente, salvo nova proposta de qualquer das Casas Legislativas.

Na hipótese isso ocorre: a matéria constante do Decreto-lei nº 346-67, objeto da Mensagem nº 10, rejeitada pela Câmara dos Deputados nesta sessão legislativa, é a mesma agora renovada pela Mensagem nº 7.

Impossível é estabelecer-se critérios interpretativos ante a clareza da lei, ou buscar elementos históricos para descobrir nova orientação do constituinte de 1967, eis que o texto não comporta dúvidas, sendo sua violação frontal.

Pergunta-se apenas se a matéria foi rejeitada na mesma sessão, ou se projeto idêntico foi repellido ou não sancionado. A resposta afirmativa fulmina de inconstitucional o novo projeto.

#### II — VIOLAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO

A regra do art. 99, parágrafo 2º, é de que, "extinto o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada com vencimentos integrais, até o seu obrigatório aproveitamento em cargo equivalente. "Ora, embora o despachante aduaneiro não seja um funcionário público, exerce ele uma função pública e na realidade ocupa cargo, cujo provimento se faz mediante concurso pelo DASP (DAPC), mediante nomeação do Ministro da Fazenda.

Há, portanto, cargo e ocupante nomeado para o mesmo, ao qual se deve aplicar a regra constitucional que dispõe sobre a sua extinção.

O projeto no entanto (art. 7º) determina a aposentadoria compulsória e, ainda nesta, subverte todos os princípios doutrinários da inatividade compulsória, ao exigí-la dos despachantes aduaneiros que contem 60 ou mais contribuições de previdência (5 anos!).

#### III — DELEGAÇÃO DE PODERES

O artigo 10, ao atribuir parágrafo único ao art. 3º do Decreto-lei número 333-67, violenta a Constituição, ferindo inclusive convenções internacionais do G.A.T.I.

#### IV — A LEI FERE DIREITO ADQUIRIDO DOS DESPACHANTES ADUANEIROS — ART. 150, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO.

Em face do exposto, solicito seja preliminarmente declarada a inconstitucionalidade do projeto e remetida a matéria como inconstitucional ao plenário das duas Casas Legislativas.

Sala das Sessões, em 15 de fevereiro de 1968. — Deputado Erasmo Martins Pedro.

#### Voto em Separado

Deputado Leon Peres

RELATÓRIO

Com a Mensagem nº 51-68, Sua Excelência o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que aqui recebeu o número 7, de 1968, o qual dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes, nas operações de comércio exterior e interior, acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º do Decreto-lei nº 333, de 12 de outubro de 1967 e dá outras providências.

Instalada a Comissão Mista, por ter vindo a Mensagem Governamental na forma do § 3º do artigo 54 da Constituição, foram oferecidas ao Projeto 35 emendas, tendo o Sr. Presidente da Comissão julgado impertinente as emendas de números 9 e 25, considerando as demais pertinentes.

Em a reunião convocada pelo Senhor Presidente da Comissão, com a finalidade de dar conhecimento aos seus componentes das emendas apresentadas, foi pelo Sr. Deputado Erasmo Martins Pedro levantada a preliminar da inconstitucionalidade da proposição governamental, sob o fundamento de que a mensagem versa matéria correlata à que foi objeto do Decreto-lei nº 346, de 28 de dezembro de 1967, configurando uma insistência em frontal desacordo com o artigo 61, § 3º, da Constituição Federal, já que o mencionado decreto foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, por inconstitucional.

Isto posto, passemos ao Relatório:

#### I — Quanto à Constitucionalidade

1 — Sem embargo à inoportunidade de preliminar, que melhormente deveria ser arguida quando da discussão do Relatório, comecemos por analisá-la, desde logo.

Reza a Constituição Federal:

"Art. 61 . . . . .

§ 3º As matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta de membros de qualquer das Câmaras".

Até aqui, tudo claro. A proibição constitucional condiciona à iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras a repetição, em novo projeto, de matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, na mesma sessão legislativa.

São dois, portanto, os pressupostos da vedação constitucional:

1º Que se trate de novo projeto de lei;

2º — Que o novo projeto de lei tenha por objeto matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados.

Ora, o que a Câmara apreciou foi o Decreto-lei nº 346, de 28 de dezembro de 1967. É evidente que, não tendo havido projeto anterior, não há como falar-se em novo projeto. — Destarte, inexistem os pressupostos que autorizam a sanção constitucional.

Que decreto não é projeto e que Decreto-lei não equivale a Projeto de Lei, basta a simples interpretação gramatical, para dissipar qualquer dúvida.

Ensina o Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro (Lello & Irmão) — Editores:

"Decreto — s.m. (lat. decretu). Determinação escrita, emanada do Chefe do Estado, ou do Poder Executivo, para valer como lei. Ordenação.

Projeto — s.m. (lat. projectu) — Desigulo, plano. Primeira idéia, primeira redação de uma medida qualquer projeto de estatutos. — Projeto de lei, medida apresen-

tada às Câmaras para, depois de discutida, ser convertida em lei" (Conforme no original).

E' tão clara a diferença que não há por que se confundir.

2 — Entretanto, visto tratar-se de figura nova, não contemplada na anterior Constituição, de 1946, o Decreto-lei está a reclamar análise mais paciente. Usemos da oportunidade, pois.

Diz a Constituição vigente:

"Art. 58. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

- I — segurança nacional;
- II — finanças públicas.

Parágrafo único. Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido como aprovado".

A leitura do texto constitucional leva, meridianamente, a algumas irrecusáveis conclusões. A primeira delas é que o decreto, desde a expedição, tem força de lei. A seguir, é que o decreto, publicado o texto, terá vigência imediata. Entende-se, pois, que a característica de ter força de lei é da natureza intrínseca de decreto, da mesma forma que a sua vigência imediata, que apenas depende da formalidade da publicação. A vigência, vale dizer, o espaço de tempo durante o qual o decreto permanecerá em vigor, não depende da aprovação do Congresso. Tanto é assim, que, se o Congresso não chegar a deliberar, o texto será dado como aprovado, conforme dispõe o Parágrafo único do artigo 58, *in fine*. A rejeição do decreto pelo Congresso Nacional opera assim, na verdade, a revogação de um texto, com força de lei e em plena vigência, até então.

Confronta-se o que ficou dito acima, a respeito do decreto-lei, com os dispositivos, constitucionais ou regimentais, que regem a elaboração, a modificação e a transformação do projeto de lei em texto com força de lei, ou em lei vigente.

O projeto, justamente por ser uma "primeira ideia", uma "primeira redação", pode ser emendado, e deve ser submetido a discussão e aprovação para que possa, depois de sancionado pelo Chefe do Governo, ser "convertido em lei".

3. Ademais, no caso "sub judice", faz-se necessário ressaltar que a Câmara rejeitou o Decreto-lei nº 346 essencialmente por entender que o mesmo não se enquadrava na permissibilidade do art. 58 da Constituição Federal, conforme o brilhante parecer exarado pelo eminente Deputado Aurino Valois e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Este ponto ficou bem esclarecido no voto em separado que proferiu, naquela Comissão, o reconhecido jurista Deputado Nelson Carneiro, que opinando pela impropriedade do Decreto-lei nº 346, por julgá-lo a descoberto das franquias contidas no Art. 58 da Constituição, reservou-se o direito de examinar o mérito da proposição, quando regularmente trazida ao exame do Congresso Nacional.

## II — Quanto ao Mérito

4. E' irrecusável o argumento contido na Exposição de Motivos do Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda quando sustenta que a manutenção obrigatória dos serviços de despachantes é muito mais uma decorrência de deficiente funcionamento do serviço público do que uma necessidade de se manter junto às repartições públicas profissionais especializadas.

Na verdade, o ideal seria que o serviço público, nesse como em outros setores, chegasse a um tal grau de aperfeiçoamento que se pudesse prescindir da presença de intermediários junto às repartições.

Neste sentido, louvável é o propósito espelhado no Projeto, em perfeita consonância com os altos objetivos do Governo Federal, que tanto tem feito, através de medidas concretas, para simplificar e conferir eficácia à complexa e emperrada máquina da administração pública.

5. Não há, também como deixar de reconhecer-se que a remuneração atribuída aos despachantes aduaneiros, pela execução dos seus serviços profissionais, acaba por impor pesado ônus ao custo da mercadoria, em última análise suportado pelo consumidor, o que representa completa discordância com as medidas positivas de contenção de preços, que são atônica patriótica e corajosa da política de combate à inflação, defendida e posta em prática pelo Governo Federal.

6. Outrossim, parecem-nos evidentes as repercussões no processo do desenvolvimento econômico-brasileiro, cujo setor estratégico é, ainda, o comércio exterior.

A política de substituição das importações, conjugada ao ativamento das exportações, além de representar fator fundamental ao equilíbrio do balanço de pagamentos, deve constituir a base sólida do nosso desenvolvimento.

Por isso, toda medida que vise eliminar ou diminuir, ainda que indiretamente, acréscimos superfluos aos custos dos nossos produtos de exportação, muitos deles em plano de inferioridade na competição dos preços internacionais, deve merecer a nossa adesão entusiástica.

Da mesma forma, não vemos por que se negar beneplácito às providências tendentes a baratear os custos dos produtos de importação, que são objeto de uma rigorosa fiscalização e submetidos a uma legislação protetora dos similares nacionais, o que autoriza supor-se que grande parcela dos bens importados é necessária ao desenvolvimento do país.

7 — Revela notar, ainda, aspecto relativo à comercialização interna dos nossos produtos.

País de extensão territorial imensa, apresentando acentuados desníveis de desenvolvimento, notadamente entre as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste, sofre o Brasil até hoje as consequências de uma grave distorção na formulação e execução da sua política de transporte.

Por causa disso o intercâmbio da nossa comercialização interna, cada vez mais intenso entre as diversas regiões geo-econômicas, realiza-se preferencialmente por transporte rodoviário, com implicações econômico-financeiras fáceis de avaliar, já que tal prática importa na utilização e consequente desgaste de peças, equipamentos, combustíveis e lubrificantes ainda não produzidos no país, em escala suficiente às necessidades do consumo nacional.

Creio por todos conhecido o magnífico esforço do atual Governo Federal no sentido de aprimorar a navegação de cabotagem, através do reaparelhamento e a construção de novas e numerosas unidades para uso da nossa Marinha Mercante, visando tornar esse meio de transporte apto a ocupar o lugar preponderante que lhe cabe no desenvolvimento econômico nacional.

Em tal setor, não há como negar-se que o encarecimento do custo final das mercadorias transportadas por via marítima, por força da intervenção obrigatória dos despachantes aduaneiros no processo de comercialização, representa poderoso desestímulo.

## III — O Substitutivo

8 — Sem embargo de tais considerações, é preciso convir que a sim-

ples aprovação do Projeto, como está redigido, não representa a melhor solução.

A essa conclusão levou-nos a análise atenta que fizemos das judiciosas emendas apresentadas pelos senhores Senadores e Deputados que se ocuparam do assunto.

Por isso, pareceu-nos prudente e desejável a elaboração de um Substitutivo que, sem tristar o Governo Federal no seu propósito meritório, que é o de aprimorar a legislação concernente à matéria, pudesse também convalidar a média do pensamento do Congresso Nacional, conforme se nos afigura expresso nas emendas apresentadas ao Projeto.

9 — Impressionou-nos a preocupação revelada pelos senhores Congressistas, acerca da necessidade de reverter-se ao Governo um prazo mais dilatado para colocar em prática as medidas preconizadas pelo Projeto, de tal modo que, realizadas pelo Poder Executivo as providências referentes à simplificação dos serviços burocráticos e obtido o esperado rendimento da Reforma Administrativa que se processa sob os seus auspícios, possa o País colher os resultados benéficos que a proposição governamental visa.

10 — Não pudemos deixar de levar em conta, também, as consequências de ordem social e financeira que adviriam para a classe dos despachantes, com a imediata entrada em vigor do que dispõe o Projeto, ao tornar facultativa a utilização dos seus serviços profissionais.

11 — No intuito de facilitar o processamento do desembaraço das mercadorias junto às repartições aduaneiras, acolhemos no Substitutivo de nossa autoria o texto que faculta ao comércio importador e exportador servir-se de um ou mais despachantes aduaneiros, ao contrário da obrigatoriedade contida no Decreto-lei número 4.014, de 13.1.42, que exige a designação de um profissional para cada firma.

12 — Os assuntos versados nos artigos 3º e 4º do Projeto são da competência dos Estados, motivo pelo qual demos-lhe nova redação, na forma do artigo 2º do Substitutivo.

13 — Levamos em conta, igualmente, a necessidade da regulamentação das operações das Comissárias de Despachos.

Suprimida a obrigatoriedade dos serviços dos despachantes aduaneiros, conforme o Projeto almeja, é de toda conveniência acautelar-se o interesse das Alfândegas e do comércio exportador e importador.

E' sabido que muitas firmas, em débito com a Fazenda Nacional, usam do expediente de recorrerem aos serviços das Comissárias, a fim de omitirem seus nomes nas notas de importação, eximindo-se das sanções a que estão sujeitas.

Permitimo-nos lembrar, ainda a propósito, que as Comissárias de Despachos, agindo muitas vezes como verdadeiras financiadoras, estão a merecer maiores cuidados por parte do Governo Federal, ao qual aproveitamos para sugerir, como colaboração à sua obra, que estude a possibilidade de disciplinar, consentaneamente, tais atividades.

14 — Excluímos, na redação do Substitutivo, o artigo 7º do Projeto.

Os despachantes aduaneiros e seus ajudantes regem-se por um "status" peculiar. Embora submetidos a diversas obrigações e limitações próprias dos servidores públicos, não são assim considerados.

O artigo 28, do Decreto-lei número 4.014, de 13.1.42, restabelecido pelo art. 5º da Lei nº 5.314, de 11.9.67, definiu bem esta singular situação, quando declarou que "os despachantes aduaneiros e seus ajudantes, não são servidores públicos, ficando, porém sujeitos, em suas relações com o fisco, à disciplina das leis e regulamentações vigentes aplicáveis a estes".

Julgamos, por isso, que o assunto será melhormente disciplinado através de lei específica.

15 — O dispositivo do Projeto referente a critérios do Conselho de Política Aduaneira é de constitucionalidade duvidosa.

Conflita-se com o entendimento da legislação que codificou o Sistema Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25.10.66) e com a que trata da reorganização dos serviços aduaneiros (Decreto-lei nº 37, de 19.11.66), onde se diz que o fato gerador do pagamento do imposto de importação é a data da entrada da mercadoria no território nacional.

Fara não ferir o preceito contido no art. 54, § 5º da Constituição Federal, deixamos de incluí-lo no texto do Substitutivo.

IV — Com relação às emendas assim nos pronunciamos:

### EMENDA Nº 1

(Autor Deputado Passos Pôrto)

Aproveitada, parcialmente, no Substitutivo de nossa autoria.  
Parecer favorável, em parte.

### EMENDA Nº 2

(Autor Senador Milton Trindade)

A legislação citada, pelo autor da Emenda, ela mesma esclarece que os despachantes não são funcionários públicos (art. 28 do Decreto-lei número 4.014, de 13 de janeiro de 1942). Assim não vemos como aplicar-se o art. 99, § 2º da Constituição Federal.

Parecer contrário.

### EMENDA Nº 3

(Autor: Senador Mello Braga)

Aproveitada, em parte, como se pode verificar na emenda substitutiva de nossa autoria.

Parecer favorável, em parte.

### EMENDA Nº 4

(Autor: Senador Antonio Feliciano)

Aproveitada em parte, no substitutivo de nossa autoria.

Parecer favorável, em parte.

### EMENDA Nº 5

(Autor: Deputado Mário Covas)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo.

Parecer favorável, em parte.

### EMENDA Nº 6

(Autor: Deputado Adílio Viana)

Parecer favorável, em parte, aproveitada no nosso Substitutivo.

### EMENDA Nº 7

(Autor: Deputado Mendes de Moraes)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.

Parecer favorável em parte.

### EMENDA Nº 8

(Autor: Deputado Raimundo Padilha)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.

Parecer favorável, em parte.

### EMENDA Nº 9

(Autor: Deputado Armando Carneiro)

A presente emenda foi julgada impropriedade, na forma regimental pelo Sr. Presidente da Comissão. Como não houve recurso por parte do interessado, deixamos de nos pronunciar sobre ela.

### EMENDA Nº 10

(Autor: Deputado Armando Carneiro)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.

Parecer favorável, em parte.



## EMENDA Nº 11

(Autor: Manoel Rodrigues)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 12

(Autor: Deputado Adylio Martins Vianna)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 13

(Autor: Deputado Mário Covas)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 14

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 15

(Autor: Deputado Raimundo Padilha)

Aproveitada, no Substitutivo de nossa autoria.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 16

(Autor: Deputado Aurino Valois)

Procuramos, no Substitutivo, dar nova redação aos artigos 3º e 4º do Projeto, a fim de evitar o conflito lembrado pelo autor da emenda.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 17

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 18

(Autor: Deputado Raimundo Padilha)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 19

(Autor: Senador Mem de Sá)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 20

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 21

(Autor: Deputado Raimundo Padilha)

Aproveitada, no Substitutivo, de nossa autoria.  
Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 22

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

No nosso entender, "data vênica", a emenda desfigura o sentido do Projeto, que é justamente o de promover a livre concorrência. Quanto ao aspecto previdenciário, parece-nos que o assunto deve merecer lei própria, conforme sugerimos no Substitutivo.  
Parecer contrário.

## EMENDA Nº 23

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

O Substitutivo de nossa autoria não trata da aposentadoria compulsória.  
Prejudicada, se o Substitutivo merecer acolhida.

## EMENDA Nº 24

(Autor: Senador Milton Trindade)

O nosso Substitutivo não consagra a "aposentadoria compulsória", de tal forma prejudicada, se o Substitutivo merecer acolhida.

## EMENDA Nº 25

(Autor: Deputado Aurino Valois)

Julgada impertinente, pelo Sr. Presidente da Comissão. O autor interpôs recurso contra tal entendimento. Por conseguinte, só após o julgamento do citado recurso, é que poderemos nos pronunciar sobre ela.

## EMENDA Nº 26

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

O nosso substitutivo não acolhe a aposentadoria compulsória, e sugere Lei específica para tratar do assunto. Prejudicada, se o Substitutivo merecer acolhida.

## EMENDA Nº 27

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo de nossa autoria.

## EMENDA Nº 28

(Autor: Deputado Aurino Valois)

Aproveitada, no Substitutivo de nossa autoria.

## EMENDA Nº 29

(Autor: Deputado Raimundo Padilha)

Em parte, aproveitada no Substitutivo de nossa autoria.

## EMENDA Nº 30

(Autor: Deputado Mário Covas)

Aproveitada, no Substitutivo de nossa autoria.

## EMENDA Nº 31

(Autor: Deputado Raimundo Padilha)

Aproveitada, no Substitutivo de nossa autoria.

Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 32

(Autor: Deputado Aurino Valois)

Aproveitada, no Substitutivo de nossa autoria.

Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 33

(Autor: Deputado Aurino Valois)

Aproveitada, em parte, no Substitutivo, de nossa autoria.

Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 34

(Autor: Deputado Aurino Valois)

Aproveitada, em parte, no nosso Substitutivo.

Parecer favorável, em parte.

## EMENDA Nº 35

(Autor: Deputado Adylio Vianna)

Somos de parecer que a matéria constante de emenda deva ser objeto de lei própria. Por isso não a incluímos no Substitutivo de nossa autoria.

Parecer contrário.

## O PARECER

Por tudo quanto expusimos, concluímos pela constitucionalidade e oportunidade do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que ofereceremos, a elevada e complacente consideração dos doutos membros desta Comissão.

E' o seguinte o substitutivo que apresentamos:

## Substitutivo ao Projeto de Lei nº 7, de 1968 (C.N.)

Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, altera a redação dos artigos 43 e 53 do Decreto-lei nº 27, de novembro de 1937, e dá outras providências.

Art. 1º 2º facultativa a utilização dos serviços de despachantes aduaneiros nas operações de comércio exterior, realizadas por qualquer via.

§ 1º As operações a que se refere o presente artigo poderão ser processadas, em todos os seus trâmites, junto aos órgãos competentes, pelo dono ou consignatário da mercadoria ou por qualquer agente por ele devidamente credenciado.

§ 2º A partir da data da publicação desta lei, é facultada aos importadores e exportadores a escolha ou designação de um ou mais despachantes aduaneiros que poderão simultaneamente promover em todos os seus trâmites, o andamento e desembaraço de suas mercadorias junto às Repartições Aduaneiras, mediante indicação expressa junto às Repartições Aduaneiras, mediante indicação expressa nas respectivas guias de despacho ou documentos equivalentes.

§ 3º As faculdades de que tratam o "caput" deste artigo e o seu parágrafo primeiro passarão a vigorar a partir de 1º de julho de 1970.

Art. 2º O comércio interno de qualquer mercadoria, inclusive por via de cabotagem, independe de despachante de qualquer espécie, assim como, nas operações de comércio exterior, realizadas por qualquer via, fica extinta a obrigatoriedade de despachantes estaduais, ressaltadas, em ambos os casos, a competência da legislação estadual específica.

Parágrafo único. As disposições constantes do presente artigo passarão a vigor a partir de 1º de julho de 1970.

Art. 3º Ficam proibidas as nomeações de despachantes aduaneiros e de seus ajudantes, extinguindo-se, consequentemente, os respectivos concursos.

Art. 4º Os despachantes aduaneiros passarão a constituir-se sob a forma de pessoa jurídica, ou como profissionais liberais, de acordo com a legislação em vigor e na forma que dispuser o Poder Executivo, e são livres para exercerem ou participarem de quaisquer outras atividades relacionadas com a livre iniciativa.

§ 1º A remuneração dos despachantes será livremente convencionada entre os interessados e não poderá, em nenhuma hipótese, ser recolhida através das repartições aduaneiras.

§ 2º As disposições constantes deste artigo e seu parágrafo primeiro aplicar-se-ão a partir de 1º de julho de 1970.

Art. 5º A partir da data da publicação da presente lei é facultativa a utilização dos serviços de despachantes aduaneiros nas operações de comércio exterior em que forem interessados:

a) a União, os Estados, os Territórios, o Distrito Federal e os Municípios;

b) as Autarquias, e demais entidades de Direito Público; Interno;

c) as Sociedades de Economia Mista;

d) as instituições científicas, educacionais e de assistência social;

e) as Missões Diplomáticas e repartições consulares;

f) as representações dos órgãos internacionais e regionais;

g) as sociedades civis.

Parágrafo único. E', ainda, facultativa a utilização dos serviços de des-

pachantes aduaneiros nas seguintes operações:

a) desembaraço de encomenda postais internacionais, destinadas a particulares;

b) desembaraço da bagagem do viajante;

c) importação de papel de imprensa e livros;

d) importação de trigo;

e) importação de petróleo e dos seus derivados;

f) importação de equipamentos, peças e sobressalentes sem similar nacional registrado, destinados a pesquisa e produção de petróleo bruto;

g) importação de equipamentos, peças e sobressalentes sem similar nacional registrado, destinados às empresas jornalísticas e editoras de livros.

Art. 6º A conferência aduaneira será realizada por Agentes Fiscais do Imposto Aduaneiro, na presença do importador ou do seu representante legal, e se estenderá sobre toda a mercadoria despachada, ou parte dela, conforme critérios a serem fixados em regulamento próprio.

§ 1º Concluída a conferência aduaneira, sem impugnação, ou, havendo-a, desde que adotadas as cautelas fiscais indispensáveis, a mercadoria será desembarçada e entregue ao importador ou ao seu representante legal.

§ 2º As disposições de que tratam o "caput" deste artigo e seu parágrafo primeiro passarão a vigorar a partir de 1º de julho de 1970.

Art. 7º A partir de 1º de julho de 1970 as Comissões de Despachos ficarão impedidas de operar, em seu nome, como procuradores de terceiros, nas repartições aduaneiras.

Art. 8º A partir de 1º de julho de 1970, não se aplicará mais o disposto no artigo 5º da Lei número 5.314, de 11 de setembro de 1967.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de fevereiro de 1968. — Leon Peres

## PARECER

## Nº 11, de 1968 (C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1968 (C.N.), que emenda dispositivo da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação de Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Relator: Senador João Abrahão

Na forma do parágrafo 3º do artigo 54 da Constituição, o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o presente projeto de lei que dá nova redação ao artigo 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação de Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

A Exposição de Motivos, que acompanha a proposição, esclarece e justifica muito bem a necessidade de ser alterada a redação do artigo 75, da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que por um lapso menciona a Lei nº 4.375, quando o certo é Lei nº 4.376.

Assim sendo, a alteração proposta é indispensável, pois objetiva retificar uma falha existente na citada Lei nº 5.292.

Ao projeto foi apresentada uma emenda, de autoria do Deputado Edilson Melo Távora, determinando que o diplomado em engenharia poderá ingressar como Oficial nos Quadros da 2ª Classe da Reserva desde que, declarado aspirante a Oficial, fique sujeito ao estágio de adaptação, na forma preconizada para os oficiais dos

Quadros de Engenheiros Militares. Preconiza, ainda, a emenda, que os estudantes regularmente matriculados nas escolas de nível superior de engenharia, prestarão o serviço militar da mesma maneira que os estudantes das demais escolas relacionadas na Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967. Sugere mais, que o diplomado, reservista de 3ª categoria, aprovado em exame médico, receberá no estágio os ensinamentos militares básicos considerados necessários ao Oficial da Reserva. A emenda em questão objetiva estender aos engenheiros e estudantes de engenharia o disposto na Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que regula a prestação de serviço militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

Não nos parece oportuna a emenda apresentada. O projeto em estudo tem a finalidade precípua de corrigir erro existente em lei anterior. A matéria constante da emenda é respeitável e importante conteúdo, achamos que merece um estudo mais profundo, o que poderá ser feito em um projeto a parte.

Ante o exposto opinamos contrariamente à emenda e nos manifestamos pela aprovação do projeto.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1968. — Senador Caltete Pinheiro, Presidente. — Senador João Abrahão, Relator. — Deputado Arduo Câmara. — Deputado Gastão

Pedreira. — Senador Mário Martins. — Senador Lino de Mattos. — Senador Teotônio Vilela. — Senador Clodomir Milet. — Deputada Maria Lúcia. — Deputado Cláudio Costa. — Senador Adalberto Serra. — Deputado Raymundo Parente. — Deputado Marcos Kestelman. — Senador Júlio Leite.

#### EMENDA Nº 1, AO PROJETO DE LEI Nº 2, DE 1968 (CN)

Dá nova redação ao art. 75 da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, que dispõe sobre prestação de serviço militar.

Art. O diplomado em engenharia, por escola de nível superior, oficial ou reconhecida, poderá ingressar como Oficial nos Quadros da 2ª Classe da Reserva, desde quando declarado aspirante a oficial a que sujeito ao estágio de adaptação, na forma preconizada para os oficiais dos Quadros de Engenheiros Militares.

§ 1º Os estudantes regularmente matriculados nas escolas de nível superior de engenharia, prestarão o serviço militar da mesma maneira que os estudantes das demais escolas relacionadas nesta Lei.

§ 2º O diplomado, reservista de 3ª categoria, aprovado em exame médico, receberá no estágio os ensinamentos militares básicos considerados necessários ao Oficial da Reserva.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 1968. — Edilson Melo Távora.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1968

Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitiva a decisão de 8 de julho de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 19.323,50 (dezenove mil e trinta e cinco cruzeiros novos e cinquenta centavos), para pagamento a firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Art. 1º É dado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no processo nº 28.140-66 para o fim de tornar definitiva a decisão, de 8 de julho de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 19.323,50 (dezenove mil e trinta e cinco cruzeiros novos e cinquenta centavos), para pagamento a firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas, decorrente de fornecimento à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário de implementos agrícolas.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de fevereiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente do Senado Federal

## SENADO FEDERAL

ATA DA 34ª SESSÃO, EM 22 DE FEVEREIRO DE 1968

Encerramento da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 6ª Legislatura.

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 11 horas acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Serra  
José Guomard  
Oscar Passos  
Auro Moura  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Caltete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer  
Petrônio Portela  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dinarte Mattos  
Manoel Villaga  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim

José Ermírio  
Teotônio Vilela  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josephat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Aurelio Vianna  
Gilberto Morinho  
Milton Campos  
Benedicta Valadares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Mecury Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Ney Braga  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Cello Ramos

Athílio Fontana  
Guilão Mondim  
Daniel Krieger

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(DE 21 do corrente mês)

Restituição de Projetos de Lei sancionados:

Nº 66-68 — (Nº de origem 79-68) — autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 5-68, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00, para o fim que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.366, de 21 de fevereiro de 1968).

Nº 67-68 — (Nº de origem 80-65) — Autógrafos do Projeto de Lei nº 15-67 (C. N.), que prevê sobre a isenção das Taxas de Melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.388, de 21 de fevereiro de 1968).

Nº 68-68 — (Nº de origem 81-68) — Autógrafos do Projeto de Lei nº 127-67 (nº 707-67, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 1º da Lei nº 3.378, de 2 de abril de 1958, que eleva para Cr\$ 35.000.000,00 a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.387, de 21 de fevereiro de 1968).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente vai à publicação.

A Presidência recebeu respostas aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 829-67, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso nº SCMF/GB 55, de 20 de fevereiro de 1968);

Nº 885-67, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso nº ..... IGME-GB-54, de 20 de fevereiro de 1968);

Nº 905-67, de autoria do Senador Gilberto Marinho, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso nº SCMF/GB-53, de 20 de fevereiro de 1968).

Nº 1.151-67, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 120-68, de 20 de fevereiro de 1968);

Nº 1.158-67, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 121-68 de 20 de fevereiro de 1968).

Nº 922-67, de autoria do Senador Aarão Steinbruch, enviada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 123-68).

Nº 976-67, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 122-68).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações enviados à mesa em sessões anteriores.

#### Requerimento nº 132, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — Companhia Telefônica Brasileira — sobre instalação de novos telefones no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Na forma da precificação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério das Comunicações — Companhia Telefônica Brasileira — quando será feita a instalação de novos telefones no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, face às prementes necessidades existentes na região?

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 133, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre restituição das importâncias descontadas pelo Empréstimo Compulsório e motivos da suspensão de vantagens a militares inativos.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Na forma da precificação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, o seguinte:

1) Quando serão restituídas as importâncias descontadas, corrigidas, de todos os brasileiros, referentes ao Empréstimo Compulsório, previsto nos artigos 72 e 73 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963?

2) Quais os motivos da suspensão das vantagens, após a vigência da Lei nº 4.328-68, que os militares inativos vinham percebendo, ferindo o previsto no § 3º do art. 150 da Constituição do Brasil, que apenas ratificou outras normas já existentes sobre o assunto?

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 134, de 1968

Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, sobre volume da produção brasileira de cimento e de sua importação, em 1967.

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Nos termos regimentais, requero ao Poder Executivo, através do Ministério da Indústria e do Comércio, que informe o seguinte:

1) Volume alcançado pela produção brasileira de cimento, em 1967.  
2) Enumeração das fabricas de cimento que funcionam no país e indicação da área geográfica do mercado interno, abastecida pela produção de cada uma dessas fabricas.  
3) Valor do cimento estrangeiro importado pelo Brasil, em 1967. Preço CIF, médio, desse produto importado.

4) Medidas governamentais adotadas, no presente quadro conjuntural da produção e do consumo do cimento, no país, com vistas à urgente obtenção do necessário equilíbrio entre a oferta existente, dos diversos tipos do produto em referência, e a demanda verificada.

#### Justificação

No árduo e longo caminho da industrialização — rumo à maturidade econômica nacional, caminho que o Brasil mal começa a percorrer —

poucas são as indústrias que apresentam condições de sobrevivência e expansão.

No Brasil, entre essas indústrias já adultas encontra-se, indiscutivelmente, a indústria do cimento. Ela é representada por um conjunto de fábricas bem equipadas e com margem técnica de expansão já prevista. Fábricas que utilizam a tecnologia mais moderna e que produzem um cimento de alta qualidade, em nada inferior ao estrangeiro, da igual categoria.

O cimento é, tipicamente, um setor econômico no qual já deveríamos estar emancipados, há algum tempo, das importações permanentes ou esporádicas do produto alienígena e até do concurso do capital estrangeiro.

Mas, estranhamente, assim não acontece e é preciso, quanto antes, apurar as misteriosas razões, as subterfúgios forças que contribuem para configurar esse estado de coisas lesivo ao interesse público.

Vivem as indústrias produtoras de cimento instaladas no país em situação quase permanente de instabilidade e de susto, pois, sempre que ocorre pequena crise no abastecimento interno do produto (motivadas por deficiência do capital de giro das fábricas e por falhas na infraestrutura nacional dos transportes e do armazenamento) a "solução" sempre lembrada é liberar, de uma forma ampla ou restrita a importação de cimento estrangeiro...

Ninguém conhece as complexas razões que fundamentam ou fundamentariam essa tomada de posição aliás — sempre renovada — aparentemente contrária ao interesse nacional, pelas autoridades que exercem controle sobre a área do assunto.

Preciso, pois, para tentar interpretar a verdade dos fatos, dos informes ora solicitados. Deles partirei, oportunamente, para firmar a lógica posição de luta pelo interesse nacional que o assunto está a exigir.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 135, de 1968

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — sobre o não comparecimento, ao local de trabalho, do agente do INPS no município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — se tem conhecimento que o agente do INPS no município de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, só comparece ao local de trabalho duas vezes por semana, atravessando com isto todo o expediente da repartição e prejudicando os beneficiários daquela autarquia?

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 136, de 1968

Sr. Presidente:

Requero, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, o seguinte pedido de informações:

1º Qual o motivo de não haver sido ainda baixado decreto, regulamentando a Lei nº 4.739 de 13 de julho de 1965 que dispõe sobre o exercício da profissão de estatístico?

2º O Sr. Ministro do Trabalho encaminhara a referida Regulamentação à consideração do Sr. Presidente da República dentro do prazo de 180

dias previsto pelo artigo 14 da mencionada Lei?

3º Na hipótese de resposta positiva quanto ao 2º item a quem deve ser atribuída a responsabilidade pela demora na regulamentação de uma Lei sancionada pelo Presidente da República há 2 anos e 8 meses?

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1968. — Senador Lino de Mattos.

#### Requerimento nº 137, de 1968

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre dragagem do Canal do Canto do Rio, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Senador Vasconcelos Torres).

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais as providências tomadas visando efetuar a dragagem do Canal do Canto do Rio, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que está obstruído por lama podre, provocando a proliferação de mosquitos?

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 138, de 1968

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre dragagem do Porto de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Senador Vasconcelos Torres).

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais as providências tomadas visando efetuar a dragagem do Porto de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, a fim de permitir o acostamento de navios de maior calado?

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 139, de 1968

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — sobre drenagem irrigação e defesa contra inundações da Baía dos Goltacazes, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.*

(Do Senador Vasconcelos Torres).

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério do Interior — DNOS — quais as providências tomadas visando executar serviços de drenagem, irrigação e defesa contra inundações na zona conhecida como "Baixa dos Goltacazes", no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 140, de 1968

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — RFF S. A. — sobre situação aflição dos funcionários, não enquadrados, da Estrada de Ferro Leopoldina.*

(Do Senador Vasconcelos Torres).

Sr. Presidente:

Na forma da preceituação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Ministério dos

Transportes — RFF S. A. — o seguinte:

1) Quais as providências tomadas visando resolver a situação aflição dos funcionários, ainda não enquadrados, da Estrada de Ferro Leopoldina?

2) Por que motivos, desde 1964, não foram concedidos os aumentos salariais a estes funcionários que têm os mesmos direitos daqueles servidores beneficiados pela política salarial?

3) Qual a razão que levou a direção da RFF S. A. a não conceder licença-prêmio a aqueles funcionários da Estrada de Ferro Leopoldina, bem como adicionais por quinquênios, licença para tratamento de saúde, etc?

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1968. — Senador Vasconcelos Torres.

#### Requerimento nº 141, de 1968

*Solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Petrobrás — sobre planos e programas de produção, consumo e importação de gás liquefeito de petróleo.*

(Do Senador Vasconcelos Torres)

Sr. Presidente,

Na forma regimental, requero ao Poder Executivo, através do Ministério das Minas e Energia — Petrobrás — as seguintes informações:

1) Volume alcançado pelo consumo de gás liquefeito de petróleo, no país, em 1967.

2) Proporção em que o consumo nacional, no referido ano de 1967, foi atendido pelo produto brasileiro e pelo produto importado.

Estimativa feita pelos setores técnicos da Petrobrás, para o consumo de gás liquefeito de petróleo no período de cinco anos, iniciado em 1968.

4) Planos e programas governamentais já existentes, com vistas a ser atingido no país, nos próximos anos, o equilíbrio entre a produção nacional de GLP e a demanda verificada no mercado interno.

5) Existindo os planos e programas aludidos no item anterior, esclarecer se, em face da escassa disponibilidade de gás natural no Brasil, está ou estaria prevista a industrialização do xisto.

6) Se as empresas distribuidoras de gás combustível, em botijões, para consumo doméstico, nas diversas regiões do país, estão sujeitas as obrigações de qualquer espécie e a que autoridade cabe a atribuição de fiscalizar o cumprimento dessas obrigações.

#### Justificação

A escalada de um país no rumo do desenvolvimento envolve não apenas os problemas básicos, ligados à própria pobreza da estrutura econômica e social, de que dispõe, mas, outros problemas que vão surgindo em função mesmo da elevação do nível de vida e da modificação gradativa dos hábitos de consumo da população.

O que se está passando com o gás utilizado nos fogões domésticos é típico, no Brasil, dentro da faixa de dificuldades com que se defronta um país em expansão, a que fiz referência.

Há poucos anos atrás, apenas três ou quatro cidades brasileiras possuíam rede subterrânea distribuidora de gás, consumindo produto elaborado à base da destilação do carvão, em grandes estabelecimentos centrais.

No resto do país, a população fixada nas áreas urbanizadas ou rurais matinha acesos seus fogões de cozinha, quase exclusivamente à base de combustível vegetal, isto é, de lenha.

Ao lado das locomotivas a vapor que circulavam nas ferrovias do país o fogão doméstico foi, por muito tempo, um terrível fator de esgotamento progressivo das nossas reservas florestais.

A substituição maciça da lenha pelo gás, nos últimos anos, foi, assim, um progresso para o país, que passou a consumir combustível de melhor rendimento poupando ao mesmo tempo, suas preciosas matas.

Mas, ao que os fatos parecem indicar, a troca de combustível vem se verificando em ritmo um tanto apressado tendo a demanda do gás já ultrapassado nossa capacidade atual, instalada, de sua produção.

A solução do problema configura-se, evidentemente, não em termos de restringir o consumo (o que seria um retrocesso), mas, no rumo de um necessário e urgente programa de expansão da produção nacional de gás de petróleo ou de sucedâneas que possam substituí-los bem.

De outro lado, existe também na questão um subproblema, qual seja o do mau comportamento das empresas distribuidoras do gás em botijões, mas nas relações com seus clientes.

O fato é que o fornecimento do gás sofre constantes irregularidades, desde a completa interrupção algumas vezes, a entrega de botijões meio vazios, a cobrança de taxas absurdas por serviços extraordinários, a qualquer pretexto — e vários outros abusos todos inqualificáveis.

Não seria preciso lembrar que o fornecimento de gás para consumo doméstico da população é um serviço público e nenhuma empresa que presta serviço público, em país civilizado e organizado, como desejamos que o Brasil venha a ser, tem o direito de fazer o que entende, contra o interesse imediato do público usuário.

Acho, inclusive, que o abastecimento de gás combustível, canalizado ou em botijões, deveria ser processado como parte de uma política nacional de energia térmica a exemplo do que já foi feito, com bons resultados, no campo da energia elétrica. Um dia, estou certo, o Governo assim encarará o assunto.

Estas são as razões que me levam a solicitar as presentes informações ao Senhor Ministro das Minas e Energia. Essas informações interessam, aliás a quase 50 milhões de brasileiros — a parcela da população nacional que mora nas cidades — os quais têm, como eu tenho, o maior interesse na solução rápida e objetiva desse problema do gás destinado ao uso doméstico.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 1968 — Vasconcelos Torres

#### Requerimento nº 142, de 1968

Senhor Presidente:

Requero, na forma regimental, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército, as seguintes informações:

a) Se o Comandante do Forte São João, no Estado da Guanabara, mandou "distribuir aos moradores das proximidades da velha praça de guerra um questionário para saber se o cidadão é proprietário da casa, quantos dependentes tem, em que cartório foi registrado o imóvel, em que livro e folha etc.;"

b) Em caso afirmativo, quais as razões dessas iniciativas?

c) Quais as razões que determinaram a transformação do Forte do Leme, no Estado da Guanabara, em Centro de Estudos do Pessoal do Exército, renunciando às suas históricas características de praça de guerra?

d) Se há outras fortalezas no Estado da Guanabara, sob o ponto de vista técnico-militar, nas mesmas condições que recomendaram as transformações sofridas pelo Forte do Leme.

e) Em caso afirmativo, quais?

f) Em caso negativo, apresentar as razões que desaconselham transformações equivalentes a serem observadas nos Fortes de São João e de Copacabana, acompanhando-as de cópias dos processos e demais documentos que determinaram a alteração estratégica



do Forte do Leme, a fim de que o Senado possa fazer as devidas confrontações sobre o uso, finalidades e necessidades dos três fortes militares.

#### Justificativa

A população do bairro da Urea, no Estado da Guanabara, tem o direito de saber das razões militares do questionário em pauta. E a Nação tem o direito de saber quais os critérios que presidem a manutenção das fortalezas militares em centros densamente povoados como Copacabana e Urea, quando o próprio Exército parece ser considerado obsoleto a Fortaleza do Leme, vizinha dos Fortes de Copacabana e São João.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1968 — **Mário Martins**

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento do Sr. Senador José Ermírio, dirigido ao Ministério da Fazenda, foi despachado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

E' o seguinte o requerimento:

#### Requerimento nº 143, de 1968

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, as seguintes informações:

1. Quais as firmas que já se beneficiaram das disposições contidas no Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos, firmado em Washington, em 6 de fevereiro de 1953?

2. Qual o capital investido e reservas dessas firmas?

3. Quais os ramos de negócio abrangidos por elas?

4. Houve transferências de firmas nacionais para estrangeiras que foram incluídas nesse Acordo? Em caso afirmativo quantas e quais as empresas transferidas.

5. O parágrafo 4 do artigo 6 diz que as "questões surgidas nos termos dos parágrafos 1, 2 e 3 serão submetidas a um tribunal arbitral que se pautará pelos princípios do Direito Internacional Público e ainda que o caráter final das decisões do Tribunal Arbitral e o método para a sua interpretação deverão obedecer às disposições do Artigo 7 do Tratado Geral de Arbitramento de 1929. Daí, perguntamos: Houve alguma modificação ou continua em vigor este dispositivo?

6. A cláusula nona determina que o Acordo só poderá ser denunciado com seis meses de antecedência no caso de um dos Governos não mais aceitar de participar e que a duração das garantias dadas será de 20 anos. Daí nossa pergunta: Com respeito à cláusula nona, o Brasil já tomou providências para denunciar este Acordo? Se não o fez, quais as medidas que estão sendo tomadas para evitar essa infiltração na economia brasileira, cujas garantias só o Governo pode avaliar o montante?

7. Existe, atualmente, em andamento estudos do Governo brasileiro para celebração de acordos com outros países semelhantes ao Acordo celebrado com os Estados Unidos?

#### Justificação

É incontestável que a vinda de capitais estrangeiros quando fiscalizado por nós, brasileiros, pode ser benéfica e ajudar realmente no desenvolvimento nacional. Quando dizemos fiscalizado, no entanto, não nos referimos a um controle fático, insipiente e insuficiente. Referimo-nos, isto sim, a um sistema semelhante ao que nos é imposto e aos capitais de outros países nas nações receptoras, no caso especial os Estados Unidos com quem celebramos o Acordo.

De outra parte, é impressionante o rol de favores e concessões ao capital alienígena. De tal sorte é a situação

que as empresas nacionais estão sentindo imensa dificuldade para subsistirem. Os favores são concedidos às empresas que contribuem a capitalizar, e cada vez mais, isso gera mais, as suas atividades lucrativas no País. Esses favores foram elevados de tal forma que, no caso AMFORP, vamos pagar e já estamos pagando, um verdadeiro absurdo. Já falamos em plenário o comportamento de outras nações, inclusive o México que no caso das desapropriações das empresas de petróleo americanas concordou em pagar, apenas, 9% do que lhe era devido. E foi aceite esse pagamento.

Por outro lado, o Acordo tem uma garantia de prazo muito longo o que facilita a preservação e a criação de grupos absorventes e tentaculares do estrangeiro, em detrimento do capital nacional. A ação dos grupos privilegiados se caracteriza de uma maneira corrosiva e absorvente fazendo com que desapareça o dinheiro e surja a miséria, dificultando o trabalho e valorizando o capital, que, a essas alturas já não se encontram mais em nossas mãos.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1968. — **Senador José Ermírio de Moraes**

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de ofício que esta Presidência recebeu o nobre Senador Mário Martins.

E' lido o seguinte:

OF. Nº 78-68.CM.PL.9-68.

Brasília, em 21 de fevereiro de 1968.

Senhor Presidente do Senado Federal:

Tendo se reunido nesta data a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei nº 9, de 1968 (CN), para a qual fui eleito Presidente, cumpro-me informar a Vossa Excelência a fim de que dê conhecimento a Casa do seguinte:

Na referida sessão por deliberação unânime, foi estabelecido que, visando obter maiores esclarecimentos sobre o Projeto em apreço deviam ser convidadas a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento e o Senhor Diretor Geral do D. A. P. C.

Desempenhando-me da missão, concluí com aquelas duas autoridades sobre o deliberado, ficando estabelecido a vinda do Senhor Ministro do Planejamento no dia 6 de março às dezoito horas e do Senhor Diretor do DAPC no dia 5 de março às dezoito horas.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e distinta consideração. — **Senador Mário Martins, Presidente.**

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — E' a comunicação, do nobre Senador Mário Martins, que tenho o prazer de transmitir ao conhecimento dos Senhores Senadores.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

#### Requerimento nº 144, de 1968

Nos termos do art. 212, letra "y", do Regimento Interno, requero transcrição nos Anais do Senado das homenagens prestadas à memória do Dr. Isaac Brown, por ocasião da inauguração de seu retrato na sala

da Secretaria Geral da Presidência do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 1968. — **Caliete Pinheiro.**

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O requerimento que acaba de ser lido pelo Sr. 1º Secretário será incluído em Ordem-do-Dia.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

#### Projeto de Resolução nº 19, de 1963

Institui o Prêmio Isaac Brown ao funcionário público-padrão.

Art. 1º E' instituído pelo Senado Federal o "Prêmio Isaac Brown", atribuído ao melhor funcionário público em cada ano, em qualquer das esferas, federal, estadual e municipal, dos três Poderes, em todo o País.

§ 1º O Prêmio será em dinheiro na importância de NCR\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos).

§ 2º Serão ainda conferidos dois prêmios — de NCR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) e NCR\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) — respectivamente, para o segundo e terceiro colocados.

§ 3º As repartições cujos servidores forem agraciados receberão um troféu alusivo ao fato.

§ 4º As despesas correm por conta de verba própria do Senado Federal.

Art. 2º As repartições inscreverão seus candidatos até o dia 30 de agosto de cada ano, no Senado Federal, perante uma Comissão Especial, à qual caberá, igualmente, o julgamento em caráter irrecurável.

§ 1º Para os efeitos deste Artigo, considerar-se repartições os Ministérios, as Secretarias Estaduais, as Assembleias Legislativas, os Tribunais Superiores e os Regionais de Justiça, Eleitoral e de Contas, as Prefeituras e Câmaras Municipais.

§ 2º Cada uma dessas entidades poderá inscrever um único candidato, sendo que nos Municípios, as Câmaras elegerão, conjuntamente, um único das Vereadores e Prefeituras inscreverão, conjuntamente, um único candidato.

§ 3º As provas obedecerão aos critérios estabelecidos em Regulamento que será distribuído às repartições, devendo a entrega dos prêmios processar-se, em ato solene, no DIA do Funcionário Público.

Art. 3º A Comissão Diretoria regulamentará esta Resolução dentro do prazo de 30 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

Pouco é necessário dizer sobre o alcance desta iniciativa. Ela constitui num estímulo ao servidor público e logra alcançar a simpatia sobre uma classe em torno da qual pesam incompreensões, mas que, sem embargo, apresenta um quadro admirável de abnegações anônimas.

Não se ignora que a própria lei é importante para estabelecer a dívida e permanente justiça ao mérito no que tange a essa classe. O prêmio desvendará e divulgará altos valores ignorados.

O Senado não poderia encontrar patrono mais alto para o Prêmio, senão buscar o nome do servidor que, nesta Casa, se fez paradigma do funcionalismo público.

O Senado cuidará de elaborar uma biografia do patrono, para ser divulgada particularmente junto às repartições cujos funcionários venham a concorrer ao Prêmio.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 1968. — **Áureo Moura Anta-Cattete Pinheiro** — **Cuido Mondim** — **Dinarte Mariz** — **Raul Giberthi** — **Drade** — **Camillo Nogueira da Gama** — **Sebastião Archer.**

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, às Comissões competentes.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores, a presente sessão destina-se ao encerramento dos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 6ª Legislatura.

O Relatório da Presidência do Senado Federal correspondente aos trabalhos deste período está sendo distribuído aos Srs. Senadores, razão pela qual a Mesa toma a iniciativa de não mandar proceder à leitura.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há Ordem do Dia para a sessão de hoje.

Estavam inscritos para a sessão ordinária, que devia realizar-se no dia de hoje, três Srs. Senadores. Atendendo a que esta é a oportunidade que S. Exa. tem para falar, a Mesa decide considerar válidas as respectivas inscrições.

Assim, dou a palavra ao primeiro dos inscritos, o nobre Senador José Ermírio.

#### O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, enviarei, ontem, à Mesa o requerimento de informação ao Ministério da Fazenda nos seguintes termos: (le)

1. Quais as firmas que já se beneficiaram das disposições contidas no Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos firmado em Washington, em 6 de fevereiro de 1953?

2. Qual o capital investido e reservas dessas firmas?

3. Quais os ramos de negócio abrangidos por elas?

4. Houve transferências de firmas nacionais para estrangeiras que foram incluídas nesse Acordo? Em caso afirmativo quantas e quais as empresas transferidas.

5. O parágrafo 4, do artigo 6 diz que as "questões surgidas nos termos dos parágrafos 1, 2 e 3 serão submetidas a um tribunal arbitral que se pautará pelos princípios do Direito Internacional Público e ainda que o caráter final das decisões do Tribunal Arbitral e o método para a sua interpretação deverão obedecer às disposições do Artigo 7 do Tratado Geral de Arbitramento de 1929. Daí, perguntamos: Soube alguma modificação ou continua em vigor este dispositivo?

6. A cláusula nona determina que o Acordo só poderá ser denunciado com seis meses de antecedência no caso de um dos Governos não mais desejar de participar e que a duração das garantias dadas será de 20 anos. Daí nossa pergunta: Com respeito à cláusula nona, o Brasil já tomou providências para denunciar este Acordo? Se não o fez, quais as medidas que estão sendo tomadas para evitar essa infiltração na economia brasileira, cujas garantias só o Governo pode avaliar o montante?

7. Existe, atualmente, em andamento estudos do Governo brasileiro para celebração de acordos com outros países semelhantes ao Acordo celebrado com os Estados Unidos?

A justificação é a seguinte, Sr. Presidente:

É incontestável que a vinda de capitais estrangeiros quando fiscalizada por nós, brasileiros, pode ser benéfica e ajudar realmente no desenvolvimento nacional. Quando dizemos *fiscalizado*, no entanto, não nos referimos a um controle flácido, insipiente e insuficiente. Referimo-nos, isto sim, a um sistema semelhante ao que nos é imposto e aos capitais de outros países nas nações receptoras, no caso especial os Estados Unidos com quem celebramos o Acordo.

De outra parte, é impressionante o rol de favores e concessões ao capital alienígena. De tal sorte é a situação que as empresas nacionais estão sentindo imensa dificuldade para subsistirem. Os favores são concedidos às estrangeiras que continuam a capitalizar, e cada vez mais, isso geralmente, as suas atividades lucrativas no País. Esses favores foram elevados de tal forma que no caso AMFORP, vamos pagar e já estamos pagando, um verdadeiro absurdo. Já falamos em plenário o comportamento de outras nações, inclusive o México que no caso das desapropriações das empresas de petróleo americanas concordou em pagar, apenas, 9% do que lhe era devido. E foi aceite esse pagamento.

Por outro lado, o Acordo tem uma garantia de prazo muito longo o que facilita a preservação e a criação de grupos absorventes e tentáculos do estrangeiro, em detrimento do capital genuinamente nacional. A Ação dos grupos privilegiados se caracteriza de uma maneira corrosiva e absorvente fazendo com que desapareça o dinheiro e surja a miséria, dificultando o trabalho e valorizando o capital, que, a essas alturas já não se encontram mais em nossas mãos.

Eram estes, Sr. Presidente, as considerações que tinha a fazer com relação ao Acordo de Washington. (*Muito bem!*)

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Tem a palavra o nobre Senador Mário Martins.

#### O SR. MARIO MARTINS:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Sr. Senadores, quando o mundo, há cerca de 30 anos, sentiu o que representava para a humanidade e para a liberdade dos povos a política militarista expansionista do Nazismo, bem como a sua doutrina anti-humana, nós vimos que em todas as partes onde se prozava a liberdade, surgiam as manifestações de condenação a aquela filosofia depredadora e que ninguém podia admitir pudessem viver neste século.

Muito antes das invasões, das campanhas militares, feitas pelas tropas alemãs, as consciências livres dos indivíduos nos diferentes Países, se levantavam para condenar o crime que dava os seus passos iniciais.

Todos temos lembrança do que foi a repercussão, dentro de cada um de nós, diante daqueles exércitos invasores de nações pequenas e pacíficas, a revolta que nos causava o extermínio das populações civis, dos novos códigos militares, impostos contra todas as filosofias acatadas pelos direitos humanos e pelos direitos das nações.

No Brasil, particularmente, que sempre defendeu o princípio da autodeterminação dos povos, que jamais admitiu o emprego da violência contra qualquer Nação, muito antes da declaração da guerra, muito antes do irrompimento do conflito, foram várias e autorizadas as manifestações e demonstrações do povo brasileiro, condenando o processo que se desencadeava.

Eu próprio, Sr. Presidente, numa dos momentos mais altos da minha vida pública, sobretudo da minha vida profissional, tive oportunidade, du-

rente a guerra, de ouvir, em Londres, no gabinete do Primeiro Ministro Winston Churchill, quando, ao lado de mais sete brasileiros, por ele eram recebidos naquela ocasião de 1942, uma referência toda especial ao Brasil, dizendo que o Brasil, na verdade, tinha sido talvez a única Nação que entrara na guerra pelo valor do seu povo contra a violência nazista e em defesa da liberdade, que era um patrimônio nosso.

Estes preâmbulos, Sr. Presidente, faço-o porque, em caráter individual, quero neste momento declarar que aquela mesma situação se repete que sentia diante da máquina nazista, me vejo nestes dias, face a ação militar dos Estados Unidos no Sudeste Asiático.

Acho, Sr. Presidente, que já é tempo de o Brasil, que tem uma tradição pacifista, se manifestar pela voz de cada uma de nós, para que o Brasil não falte com a palavra a aquele povo que está sendo, há longos e terríveis anos, submetido a um cerco e a um ataque, que nem é compreendido e nem encontra justificação, no seio do próprio povo agressor, no caso, os Estados Unidos.

Acho, Sr. Presidente, que estamos demasiadamente indiferentes face ao acontecimento. Não sabemos, mesmo, as razões por que ainda se mantém, em Saigon, sob fogo, a nossa representação, cujo paradeiro o próprio Itamarati, neste momento, ignora. Enquanto isto observamos a Suíça com sua tradição de neutralidade, anunciar que iria estabelecer relações diplomáticas com o Vietnã do Norte.

Temos recebido, todos nós, não apenas os documentos e os depoimentos jornalísticos sobre as lutas ali desenvolvidas; temos visto, mais recentemente, as fotografias, os flagrantes e constatamos que, realmente, o que está ocorrendo, neste momento, no Vietnã, já não é uma guerra do invasor, do agressor sobre exércitos clássicos, ortodoxos e bem aparelhados. É a guerra contra crianças. A média dos vietcongs tem menos de dezito anos de idade, crianças, quase mais da metade, talvez, não tenha quatorze anos de idade, segundo informação do Chefe do Serviço de Informações Militares do Exército norte-americano.

A imprensa dos Estados Unidos, continuando declarações do Serviço de Saúde das tropas americanas, informou que, em março, o prisioneiro vietcong tem quarenta e cinco quilos de peso.

Nos estramos, ainda, sem a coragem da condenação, inclusive, individual a um crime que se nivela ao crime de Hitler, há menos de trinta anos.

O Sr. Domício Gondim — Permite V. Exa. um aparte? (*Assim sendo*) Pessoalmente, o Acordo dessa argumentação de V. Exa. frontalmente. Gostaria que V. Exa. apontasse quais as tropas invasoras, não do ponto de vista do americano, como invasor, porque, até hoje, a não ser na questão de bombardeio, toda a guerra se está dirigindo, exatamente, ao Vietnã do Sul, País constituído, que escolheu seus próprios destinos. V. Exa. cita, como invasor, o americano, no entanto, a guerra, a destruição, até hoje, foi somente no Vietnã do Sul. Portanto, não posso concordar com V. Exa. especificamente, quanto a que, individualmente, cada qual deve protestar contra esses princípios.

O SR. MARIO MARTINS — A estatística oficial dos Estados Unidos, sobre os mortos, responde ao aparte de V. Exa.

O Sr. Domício Gondim — Mas os invasores não são os Estados Unidos, mas o Vietnã do Norte, que tem invadido o Vietnã do Sul, não só com suprimentos de material, mas com tropas organizadas e preparadas para tal guerra.

O SR. MARIO MARTINS — V. Exa., por certo, tem conhecimento de

que, quando houve a Conferência de Genebra, ficou estabelecido que os dois litigantes, Vietnã do Norte e Vietnã do Sul, processariam as eleições, com a proibição ainda de qualquer deles apelar para outras nações, a fim de resolver qualquer conflito entre ambos. Os Estados Unidos, neste momento, têm 525 mil homens armados, no Vietnã do Sul, e V. Exa. não pode ignorar que esses 525 mil homens, aliados a 40 mil sul-coreanos, com apoio de tropas de outras nações asiáticas, V. Exa. durante longos anos, neutralizando o Vietnã do Norte, não poupando, sequer, cidades abertas, conforme os próprios telegramas dos correspondentes dos jornais norte-americanos.

O Sr. Domício Gondim — No entanto, também não posso mealarhar as cidades do Vietnã do Sul pelos próprios regulares das forças do Vietnã do Norte. É ponto de vista de V. Exa. Individualmente, não posso concordar com a argumentação de que os invasores sejam somente os americanos, — não para defender os americanos — por uma questão de princípio. Não houve apoio de homens, até hoje comprovado. Muito mais importante é o apoio material, mais importante do que aquele que recebe o Vietnã do Sul, apoio material este que parte dos países comunistas, como a Rússia, a China e outros.

O SR. MARIO MARTINS — Registro a discordância do nobre Senador. De acordo com sua interpretação chegamos a acreditar que não há tropas dos Estados Unidos no Vietnã do Norte; há tropas do Vietnã do Norte atacando os Estados Unidos. O importante é não nos deixarmos levar por uma neutralidade cômoda, que não se ajusta à nossa consciência. O Sr. Domício Gondim — O Brasil jamais se deixará acomodar.

O SR. MARIO MARTINS — ... e que condenamos. A ação dos Estados Unidos é condenada, inclusive, pelo povo americano.

O Sr. Domício Gondim — Por uma minúcia.

O SR. MARIO MARTINS — Ainda recentemente vimos as estatísticas do Instituto Gallup, dos Estados Unidos, registrar ascensão de prestígio do Presidente norte-americano, numa base de 71%. Tal resultado foi fortemente divulgado como sendo a solidariedade do povo dos Estados Unidos a seu Presidente.

Em menos de quinze dias essa estatística foi inteiramente revogada por outra, apresentando queda de 71 para 41%, o que demonstra que o próprio povo dos Estados Unidos não está favorável ao crime feito em seu nome com seu sangue, com seu dinheiro, com seus impostos e com a sua honra.

Não estou, hoje, nesta Casa, analisando o conflito nem pretendo evocar as suas razões históricas. Quero apenas, dar o meu depoimento pessoal, como um imperativo da minha condição de criatura de Deus, protestando contra tais fatos e declarando solidariedade a aqueles que tão bravamente defendem a sua Pátria contra um inimigo mil vezes mais poderoso. E o faço, a fim de que não se diga, amanhã, que, durante trinta anos de sangue de dor, da morte houve um silêncio total, um dar-d-costas completo para tal crime. Não pretendo apelar para o Senado no sentido de fazer determinada pressão sobre o Governo brasileiro, quanto à necessidade de retirar os nossos diplomatas, jovens, por sinal, que estão representando por nossa representação em Saigon.

Não pretendo, ainda, também apelar para o Senado no sentido de solicitar do Governo o estudo de acerto de relações com esse povo tão bravo, hoje representado pela República do Vietnã do Norte, pois da mesma forma como tratamos relações com

outros países comunistas, não há de ser a ideologia que impedirá esse passo. O que pretendo, hoje, é dizer que, como cidadão, investido do mandato popular nesta Casa — a mais alta do Congresso Nacional — estou, como testemunha distante, mas testemunha dos nossos dias, inteiramente empolgado com a bravura do povo do Vietnã do Norte, esperando que eles consigam, afinal, entender-se com os seus próprios compatriotas (*muoiu dem!*) — os do Vietnã do Sul, sem a interferência militar e política de qualquer Nação.

O Sr. Atílio Fontana — Permite-me V. Exa. um aparte?

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MARIO MARTINS — Concedo o aparte com muito prazer.

O Sr. Atílio Fontana — Colocamos o aparte ao mesmo tempo.

O Sr. Eurico Rezende — Houve simultaneidade no pedido de apertes.

O SR. MARIO MARTINS — Continuam, nesses casos, os mais vitoriosos a primazia. Mas é um assunto, este, que está afeto a ARENA, uma vez que pediu a palavra o Líder, e o Líder terá que decidir com ele.

O Sr. Eurico Rezende — Naturalmente terá a primazia o menos jovem.

O Sr. Atílio Fontana — Sr. Senador Mário Martins, a guerra no Vietnã é de caráter ideológico. O Vietnã do Norte, com o apoio de outras nações comunistas, e com o auxílio extensivo do vietcong, está tentando dominar o Vietnã do Sul, a fim de que aquele país se ligue à órbita comunista. Se os comunistas dominarem o Vietnã do Sul, não tardarão em procurar dominar outros povos e outras nações vizinhas. Assim sendo, parece-me que os Estados Unidos estão, realmente, defendendo a não implantação do regime comunista no Vietnã do Sul. Sabem eles, perfeitamente, que se o Vietnã do Sul for dominado pelos comunistas, eles terão de ir lutar em outro país da Ásia, na África e até, possivelmente, no próprio continente americano. Essa nada mais é do que uma guerra ideológica e os Estados Unidos pretendem exclusivamente libertar o Vietnã do Sul da pressão comunista. Nós, que não somos comunistas, desejamos, com todo fervor, defender o regime democrático, deveríamos expressar o nosso integral apoio aos Estados Unidos. Não tenho dúvida de que, mais adiante, teremos esta mesma guerra ideológica em outros países, pois a aerofora do Vietnã do Sul e dos Estados Unidos, que, acredito, eventualmente possa ocorrer, seria grande estímulo às nações comunistas para estenderem a luta a outras regiões. Assim, lamento muito, nobre Senador Mário Martins temas de ideias opostas, porque não desejamos o comunismo.

O SR. MARIO MARTINS — Muito grato pelo aparte de V. Exa.

Antes de conceder o aparte ao nobre Vices-Líder da ARENA, gostaria de destacar do pronunciamento que acabamos de ouvir, o seguinte: primeiro, sem qualquer preocupação do Brasil ou de qualquer nação, o nobre representante de Santa Catarina considera que é missão dos Estados Unidos resolver problemas internos; os de outras nações, desmentindo a tradição da diplomacia brasileira, que é a do reconhecimento de autodeterminação de cada povo.

De outra parte, este pronunciamento não se ajusta aos pronunciamentos da maioria dos Senadores norte-americanos a começar pelo Senador Fulbright, que pertence ao partido do governo, Senador Robert Kennedy, Senador McCarthy, Senador Morse, que condenaram e vêm condenando, sistematicamente, em pronunciamentos no Senado, em livros, em comícios, em entrevistas, a atitude do governo norte-americano, a ponto de o Senador Fulbright ter apresentado, na comi-



são de Relações Exteriores do Senado americano, um projeto, e que foi aprovado por unanimidade, fazendo retornar ao Congresso os poderes de guerra e de paz que haviam sido tomados pelo Executivo, por etapas, desde Theodore Roosevelt até os dias atuais, por considerar aquele representante que, realmente, os Estados Unidos tinham fugido, nessa guerra contra o Vietnã do Norte, tinham fugido à sua vocação histórica, ao seu passado histórico.

Quero, além do mais, lembrar ao nobre Senador Atílio Fontana, que invoca uma solidariedade de países comunistas, mas até aqui, até o presente momento, nem o governo dos Estados Unidos afirmou que encontrou, em qualquer instante, em qualquer metro quadrado daquela território, sequer um soldado que não fosse do Vietnã. E quando S. Exa. cita que o Vietnã do Norte está sendo apoiado por nações comunistas, por tropas comunistas e pelos vietcongues, S. Exa. quer tirar a nacionalidade dos vietcongues, que são vietnamitas, apenas com a denominação de vietcongues, que quer dizer vietcongues, o que seria o esfarrapado, o pobre? É o compatriota, tanto do norte vietnamita, como do sul, como o mais dinamizado e que adquiriu este nome e que não é um estrangeiro. Ao contrário, é o povo na sua parte mais humilde, desprezando certas convenções, que arrisca a sua vida por crianças, mulheres e velhos nesta luta desigual e tão ética para eles.

O Sr. Eurico Rezende — Permite um aparte, nobre Senador Márcio Martins? (Assentimento do orador) Todos nós lamentamos o conflito — objeto do discurso de V. Exa. — lamentamos aquela climatização de dor, de viuvez, de orfandade que se estendeu naquela região! Mas, no instante em que V. Exa., com as responsabilidades de Senador, na tribuna desta Casa, expressa, mais do que expressa, dardejando, em virtude da veemência com que V. Exa. está falando a sua solidariedade ao povo do Vietnã do Norte, abre, naturalmente, um debate da questão, aqui no Senado. Eu perguntaria a V. Exa.: se não houvesse um raciocínio mais nobre, o Governo americano iria sacrificar também a flor da sua mocidade na luta do Vietnã?

V. Exa. encara a interferência norte-americana naquele conflito como uma convicção de conquista territorial? Aproveitando em parte a intervenção do eminente Senador Atílio Fontana, de vez que com ele não concordo, pergunto a V. Exa.: se não estará havendo neste caso, e sinceramente, o propósito do Governo americano de impedir a expansão comunista? V. Exa., se perlongar sua atenção pela História, verá com facilidade que antigamente só havia uma Coreia, democrática. Depois só havia um Vietnã democrático. Hoje a Coreia e o Vietnã estão divididos, esmialhando-se ali a conquista, a expansão comunista. V. Exa. verifica também que, com seu pensamento não está o pensamento da América. Os Estados Unidos praticaram uma intervenção em São Domingos e todos os parlamentos americanos, creio que à exceção de apenas um ou dois, aprovaram aquela medida como providência cautelar contra a implantação comunista na América. Devo dizer a V. Exa. que lamento, como todos nós lamentamos, aquele conflito. Mas, o heroísmo não está apenas no Vietnã do Norte está, também, no Vietnã do Sul, como está na participação e no sacrifício dos soldados americanos. Não desejo bater palmas à intervenção americana mas desejo responder ao discurso de V. Exa., e dedicar o meu mais profundo respeito aquela participação.

O Sr. Mário Martins — Do aparte do nobre Senador pelo Espírito Santo colho, com alegria, um dado positivo. É quando S. Exa. declara

que não pretende bater palmas à intervenção militar dos Estados Unidos no Vietnã.

Verifica-se, assim, que estamos dando os primeiros passos para que cada um fale com sua própria consciência e, em função dela, diga alguma coisa ao País.

Lembraria apenas a S. Exa. quando diz que o Vietnã do Norte, representando uma força comunista, estaria perturbando as tradições democráticas do Vietnã; lembraria a S. Exa. que o Vietnã vinha submetido longa e duramente ao colonialismo, tendo-se submetido depois à ocupação japonesa durante a guerra. De modo que agora a sua luta foi, realmente, uma luta de libertação nacional, inicialmente contra os japoneses e, depois, contra os franceses. E essa luta continua contra qualquer invasor, no caso presente o norte-americano.

Lembra S. Exa. o caso da invasão da República Dominicana por tropas norte-americanas que fazem ressuscitar a doutrina do Big Stick, e acrescentavam preceitos da doutrina de Johnson: "onde houver um norte-americano, têm os Estados Unidos o direito de desembarcar seus fuzileiros para proteger esse cidadão", para referir que, pela ocasião da invasão norte-americana, havia quase que unanimidade nos Parlamentos da América Latina em solidariedade aquela atitude. Então, o que desejamos, para que amanhã não se diga que, neste momento, pelo silêncio, há uma unanimidade total no Parlamento Brasileiro — o que, aliás, não existe porque, na Câmara Federal, vários brilhantes Deputados já se têm manifestado condenando a agressão norte-americana — é que eu, modestamente, sem nenhum intuito de querer dirimir a opinião do Senado e, muito menos, coagir qualquer Senador a se manifestar sobre o assunto, usei hoje da palavra para traduzir o que me vai dentro d'alma, quando vejo ressuscitar dentro de mim a mesma indignação que aflorou quando das agressões nazistas.

Naquela ocasião e pelos tempos seguintes condenei o genocídio praticado por Hitler e seus cúmplices. Não vejo como, neste momento, poder-se ficar silencioso diante do genocídio continuado que os Estados Unidos vêm praticando contra uma população de dezessis milhões de habitantes apenas, praticamente sem recursos, lutando debaixo da terra, vivendo de um punhado de arroz, numa guerra que tiveram de sustentar em defesa do seu País, no início tendo como armas varas de bambu; depois, tomando do próprio adversário as armas dos que eram abatidos, passaram a lutar em pé de igualdade e já agora até com superioridade, dentro daquele pensamento de que quem defende a sua casa é forte para resistir a quem mais forte o seja. Dentro do pensamento de que um homem, dentro da sua casa, é tão forte que mesmo depois da morte precisa de quatro para retirá-lo. (Muito bem! Muito bem!)

O Sr. Presidente:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Cárlos Pimenta. (Pausa.)

S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o nobre Senador Josephat Marinho.

O Sr. Josephat Marinho:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, deixo apenas registrar fato auscítico para a ordem jurídica e condenatório de rebelião revolucionária.

Em sessão de 19 de abril de 1967, nesta Casa, tive oportunidade de fazer pronunciamento sustentando a inconstitucionalidade da Lei de Segurança Nacional, ou seja, do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março daquele ano. Enumerando os dispositivos que me parecem violadores, quer da

Constituição de 1946, quer da Carta de 1967, tive oportunidade desta observação:

Nesse tropel de arbitrio, o artigo 13 estipula que "a prisão em flagrante delito ou recebimento da denúncia, em qualquer dos casos previstos neste decreto-lei, importará, simultaneamente, na suspensão de exercício da profissão, emprego em entidade privada, assim como de cargo ou função na administração pública, autarquia, em empresa pública ou sociedade de economia mista, até a sentença absolutória".

"E o § 1º pune" o chefe do serviço ou atividade, empregador ou responsável pela sua direção, inclusive dos estabelecimentos de ensino", com "multa de cem a um mil cruzeiros novos, aplicável pelo juiz da causa" "ao permitir a violação do disposto neste artigo". "Quer dizer, pois, que se impõe, sem julgamento, e quem é apenas indiciado, ou acusado, a medida desumana de negar, pela suspensão do emprego e da profissão, as condições elementares de subsistência".

E acrescenta:

E os chefes de serviço e de empresa têm que executar essa iniquidade, sob pena de multa. Mas a Constituição de 1946, no artigo 141 e § 25, e a atual, no art. 150, e §§ 15 e 16, assegurando aos indivíduos "a inviolabilidade do direito à vida" e "ampla defesa com os recursos a ela inerentes", repelem essa espécie de condenação prévia e sumária, que elimina, pela supressão dos recursos materiais, os próprios incios de pesquisa da verdade".

Hoje, Sr. Presidente, 22 de fevereiro de 1968, toda a imprensa noticiou que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em sessão de ontem, apreciando *habeas corpus*, declarou inconstitucional, no que se refere a profissões liberais e a empregos em atividades privadas, o art. 43 da Lei de Segurança Nacional.

Vale aditar que, segundo o noticiário, o eminente Ministro Evandro Lins votava, desde logo, no sentido de declarar inconstitucionais o artigo 48 e seus parágrafos, sem qualquer limitação. O fato merece registro nesta Casa por indicar que o Supremo Tribunal Federal, no exercício constitucional de sua competência, continua vigilante, impedindo a vitória do arbitrio.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. Josephat Marinho — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Tão logo foi editado esse decreto-lei, creio que em aparte a V. Exa. manifestei a minha discordância. E, realmente, um dispositivo monstruoso.

O Governo atual, para assegurar, de algum tempo a esta parte, vinha só mostrando propensão a revogar esse dispositivo. E é respeito, o Ministro da Justiça prestou declaração à imprensa. Mas a revogação não se deu em virtude da superveniência da impetração do *"habeas corpus"* cujo resultado V. Exa. comenta. Não seria de boa fé a revogação desse dispositivo quando havia um caso *sub judice*. Entretanto, pouco garantir que, com esta decisão ou sem esta decisão, o Governo atual iria revogar o dispositivo.

O Sr. Josephat Marinho — Confirmo, Sr. Presidente, a assertiva do nobre Senador Eurico Rezende no sentido de se haver manifestado contrário a vários dos dispositivos do decreto-lei que consubstancia a chamada Lei de Segurança Nacional. No pronunciamento que fiz, tive mesmo

oportunidade de invocar o pensamento de S. Exa. traduzido em entrevista dada ao jornal "O GLOBO".

Pena é que o Governo atual, a que S. Exa. se refere, não haja tomado a providência de promover a revogação do dispositivo em tempo apropriado antes que houvesse apelo ao Poder Judiciário. Vale dizer que a consciência jurídica do Governo não funcionou com espontaneidade nem com ânimo positivo de extinguir do quadro da legalidade, o preceito monstruoso. Fê-lo o Supremo Tribunal Federal.

E justa a alegria que experimento ao assinalar o fato indicativo de que não sustentei, nesta Casa, uma tese jurídica sob critério meramente político ou partidário. O Supremo Tribunal Federal, com o julgamento de agora, reafirma à Nação que, no que dele depender, os cidadãos brasileiros não estarão no desamparo dos seus direitos e de suas liberdades. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O Sr. Presidente:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

### Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1968

Altera a redação do § 4º do art. 9º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 4º do artigo 9º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º Os MFDV, que obtiverem bolsas de estudo, de caráter técnico científico, relacionadas com o respectivo diploma, até o dia anterior ao marcado para a designação à incorporação, poderão obter adiamento de incorporação, por período correspondente ao tempo de duração das mesmas".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

A Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários.

O mérito do assunto contido na lei foi devidamente examinado e amplamente discutido por ocasião da tramitação, nesta Casa, do projeto de lei respectivo.

Um aspecto do problema, no entanto, a nosso ver, merece correção: é o que diz respeito ao § 4º do artigo 9º da referida lei, pelo qual ficou estabelecido que os Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários "que obtiverem bolsas de estudo de caráter técnico-científico, relacionadas com o respectivo diploma, até o dia anterior ao marcado para a designação, poderão obter, ainda, adiamento de incorporação ao tempo da permanência no exterior. Ao regressar ao Brasil, estarão sujeitos à prestação do EAS", na forma prescrita na lei e sua regulamentação. Dessa maneira, somente os que obtiverem bolsas de estudo no exterior poderão gozar da mencionada prerrogativa.

Acontece, entretanto, existirem bolsas de estudo de igual teor, no território nacional, em diferentes Estados.

Não se justifica, assim, que se crie discriminação entre as bolsas de estudo, externas e internas, quando a finalidade das mesmas é idêntica.

Por entendermos, assim, que a exceção contida no § 4º do art. 9º da

Lei nº 5.292, de 1967, deve compreender, também, o período em que os M. F. D. V. estiverem em gozo de bolsas de estudos concedidas no Brasil e não somente as do exterior, é que apresentamos o presente projeto de lei, o qual, sem dúvida, dado o seu caráter justo e correto merecerá a aprovação do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 1968. — Senador Ney Braga.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Educação e Cultura.

#### D SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O projeto de lei que acaba de ser lido vai à publicação e, em seguida, às Comissões competentes.

Antes de passar ao encerramento da presente sessão, convoco os Senhores Senadores para a Primeira Reunião Preparatória destinada à eleição da Mesa do Senado, a realizar-se hoje, às 13,30 horas.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Senhores Senadores, cabe-me, neste momento, substituindo o nobre Senador Auro de Moura Andrade, Presidente desta Casa, dar por encerrada a presente sessão do atual período de Convocação Extraordinária do Congresso Nacional.

Seja-me permitido recordar, em rápidas palavras, que, ao assumir o cargo de Vice-Presidente do Senado ao ensejo de minha primeira investidura, em 1963, declarei no agradecimento então por mim formulado, que pouco importaria que o exercício dessas funções só viesse a ocorrer na eventualidade de substituições do Presidente do Senado.

Acrescentei que essa eventualidade não excluiria, de modo algum, a responsabilidade total na estrutura que lhe é traçada pelo Regimento da Casa.

Acentuei, ainda, no sentido de fixar o alcance dos encargos que me eram cometidos, que, conscientemente, atribua a essa responsabilidade, nas suas implicações funcionais, que outra não podia ser senão a de uma autêntica magistratura legislativa, — acima dos divisores partidários, da qual prometia não me afastar jamais.

Tive ensejo de acrescentar que concentraria todos meus esforços na consecução desses objetivos, sob a sábia compreensão e os aúros suplementos dos nobres Srs. Senadores que tanto honram esta Casa, porque só assim haveria respeito e dignidade em face das tradições de equilíbrio de inteligência, de cultura, de patriotismo do Senado Federal.

Terminei os meus agradecimentos, dizendo:

“Estes os termos do compromisso moral que assumo perante meus nobres Pares. Esta a homenagem que ofereço à grandeza do Senado Federal.”

Recolhi, hoje, do Diário do Congresso Nacional, estas palavras, para com elas iniciar o agradecimento que devo a todos os Srs. Senadores.

Em 1964, depois de aludir ao ensejo de uma segunda investidura, a esse compromisso também reiterei:

“Só desta maneira entendo que a função deva ser exercida. Só desta forma disponho de condições para corresponder a tanta honra e confiança. É o que prometo e hei de cumprir.”

Assim me manifestei, Srs. Senadores, na renovação de meu mandato nos anos seguintes até o último, em 1967.

Fazendo, agora, um exame introspectivo, à luz dos atos e dos fatos em que tomei parte, no exercício do car-

go, diz-me a consciência que cumpri os meus deveres e a promessa feita. Não posso excluir, porém, a hipótese de ter cometido alguma falha. Os homens não são feitos de ferro nem de aço, muito menos de diamante, para traduzirem apenas uma resistência de força inquebrantável. Sua estrutura física, corpórea e espiritual se desenvolve à base de lutas, de choques, de influências das mais variadas espécies ou natureza. As vezes, por isso mesmo pensam que não, mas cometem erros. Se os cometi, deles agora me penitencio perante os meus nobres Pares.

Desejo, entretanto, reafirmar ao Senado que meus esforços constantes, permanentes, incessantes, foram no sentido de não faltar ao mais rigoroso desempenho dos meus deveres, sempre atento, como me cumpria, sem esquecer por um momento sequer a grandeza da responsabilidade que pesava sobre mim. De dia ou à noite, vencendo madrugadas, nas sessões do Senado ou do Congresso Nacional, mesmo nos momentos mais graves, suportando algumas vezes passagens incômodas ou impactos inevitáveis numa casa política, procurei resguardar o compromisso que assumi com o Senado, sem considerar nem alimentar quaisquer injunções pessoais e próprias.

Relembro esse sentido que sempre dei ao exercício das minhas funções, apenas para, neste momento de despedida, quando meu mandato se extingue oferecer aos nobres Senhores Senadores a minha mais sincera e agradecida homenagem, pois no que ora digo um e único é o meu pensamento, ou seja, o de registrar, mais uma vez, que a dignidade desta Casa do Congresso Nacional sobreleva a tudo é a todos, impondo aos que a integram e aos que a dirigem uma exatidão e uma conduta inspiradas não somente na lisura, na prudência, na honradez, no exercício consciente e profícuo da representação popular, na defesa justa, serena, oportuna e intransigente das liberdades públicas e de todos os direitos, mas, sobretudo, na defesa da democracia, da República e dos sagrados interesses do nosso País.

Dirijo-me, com estas palavras, a cada um dos nobres Senhores Senadores para a cada um, diretamente, com um abraço muito agradecido e muito sincero, oferecer as homenagens da minha estima, do meu apreço, do meu respeito e admiração pelo muito que deram de ajuda a mim próprio, à Mesa Diretora e, sobretudo, ao Senado Federal, ao Congresso Nacional, nesse período em que participei de nosso órgão dirigente.

Srs. Senadores, na última reunião da Comissão Diretora cujo mandato hoje termina, tive oportunidade de sugerir uma homenagem, muito justa, e merecida, ao nobre Senador Auro de Moura Andrade, homenagem essa que recebeu o caloroso apoio de todos os meus dignos companheiros da Comissão Diretora.

É do meu dever — e sinto nesta oportunidade um especial prazer — renovar perante o Senado as homenagens que me julgo obrigado a prestar a essa grande figura do Senado Federal.

Todos sabemos quem é Sr. Senador Auro de Moura Andrade, mas nunca será demais repetir que a imagem peregrina que ele soube construir, no Senado e no Congresso Nacional, de características excelsas, à qual se congregam os primores da inteligência, do talento da Cultura, com a dignidade do homem de grande comando, ficará registrado nos Anais desta Casa, como um atestado inequívoco de que S. Ex.<sup>a</sup> passou por aqui, deixando, indiscutivelmente, a marca de sua notável personalidade que atuou no cenário público brasileiro.

Srs. Senadores, não é demais repetir que o nobre Senador Auro Moura Andrade, pelas suas qualidades cívicas

e morais de cidadão, pela sua demonstração constante de valeroso representante do grande povo paulista, deixa, sobretudo, esculpida nos Anais do Senado e do Congresso, uma marca indelevel, a de um homem que soube, nos momentos graves da vida nacional, no pleno exercício da Presidência do Poder Legislativo, manifestar-se com dignidade e grande bravura, na defesa das instituições do nosso País, da democracia e da liberdade.

Todos temos bem presente nas nossas idéias, nas nossas memórias, a ação invulgar, corajosa e brilhante do nobre Senador Moura Andrade nas memoráveis sessões em que teve de levantar a sua voz de comando em defesa das instituições e da própria ordem do nosso País.

#### O SR. PRESIDENTE:

Não é demais repetir, insisto que tudo isso é a marca peregrina que só as grandes figuras conseguem esculpir na consciência de seus contemporâneos.

O Senador Auro Moura Andrade é, hoje, não apenas a figura com esse relevo perante o Senado e o Congresso Nacional mas, sim, perante todo o povo brasileiro, porque não há, no interior do nosso País um só cidadão que desconheça os atos brilhantes e corajosos que S. Ex.<sup>a</sup> praticou como Presidente do Congresso Nacional, sempre demonstrando, não o desejo de defender o próprio cargo que exercia, não seu interesse em nele permanecer mas, unicamente, a altura e a soberania das funções desse mesmo cargo e desse poder que tinha sob seu comando, poder desarmado mas que havia de impor perante os demais Poderes da República, pela força moral e pela soberania com que o próprio povo brasileiro o instituiu na Constituição nacional.

Passará assim para os Anais o Senador Auro Moura Andrade com essa grandeza que soube revelar nessas molduras que podemos classificar de inextinguíveis, porque maiores certamente não aparecerão no nosso futuro.

Srs. Senadores, os homens valem no passado pelo que realizaram, no presente pelos atos que praticaram e no futuro pelas idéias que revelaram. Não enuncio este conceito levado pelo sentido do determinismo pois que sou profundo e integralmente cristão, e cristão antes de tudo. Mas enuncio este conceito para com ele concluir as minhas homenagens ao companheiro valeroso que exerceu a Presidência durante o período em que exerci a Vice-Presidência. Enuncio este conceito para fixar, mais uma vez e por último, que o nobre Senador Auro de Moura Andrade, pelo que realizou, passou para a História do Parlamento Nacional. Pelo que realizou engrandece o nome que assim conquistou. Pelas idéias manifestadas é uma segurança e uma esperança de que temos ainda, na sua pessoa, no prosseguimento da sua carreira política, a certeza de que o Brasil não poderá prescindir do seu concurso porque de homens de sua envergadura é que a nossa Pátria necessita.

Sr. Presidente, desejo concluir esta minha despedida do cargo de Vice-Presidente do Senado Federal, que exerci com muita honra e sempre cioso de minhas responsabilidades, — fazendo uma referência aqueles homens, àquela elite, àquela equipe de funcionários dedicados que, no Senado Federal, ocupam as várias diretorias desta Casa.

Começo por enunciar o nome do Diretor Geral, Dr. Evandro Mendes Viana, que foi, como nós outros Senador da República, pelo ímpetu e valeroso estado do Maranhão, de tão

gloriosas tradições. Todos sabemos que o Dr. Evandro é o primeiro a chegar ao Senado e o último a sair da nossa sede. Em várias ocasiões pôs a sua saúde à prova, correndo riscos de vida, sem um só instante faltar ao cumprimento zeloso dos seus deveres, das atribuições a seu cargo.

Quero, a seguir, enunciar o nome dos dois Vice-Diretores da nossa Casa. Em primeiro lugar, cito a Vice-Diretora-Geral Administrativa, D. Ninon Borges Seal, que todos nós conhecemos muito de perto, pelo seu dinamismo, sua austeridade e a notável competência que revela no desempenho de seus encargos. Da Ninon Borges Seal pertence a uma antiga e tradicional família do Ceará que teve, neste Senado, três Senadores no passado: Tomás Pompeu e José Accioly, além de um outro senador, casado com uma de suas tias e que era originário do meu Estado, o Senador Francisco Sá.

D. Ninon Borges Seal representa, portanto, no Senado da República, como funcionária, a continuação dessa dinastia brilhante de Senadores que, no passado, honraram aqui o Estado do Ceará.

O outro Vice-Diretor Geral Administrativo é o Dr. Paulo Nunes Figueiredo, antigo Assessor, ex-Diretor da Assessoria Legislativa e atualmente no exercício da Vice-Diretoria desse mesmo ramo legislativo. É uma figura brilhante, que todos consideramos e estimamos pelos relevantes serviços prestados ao Senado.

A seguir, a Diretora do Arquivo, D. Gilda Leal Costa, que pertenceu à escola do Dr. Isaac Brown e manteve, nas funções do seu cargo, um alto padrão de dignidade.

O atual Diretor da Assessoria Legislativa, Dr. Pedro Cavalcante de Albuquerque, merece também o meu agradecimento e a minha homenagem, porque é ele um jurista de alto teor, seguro e profundo nos pareceres e conselhos que emite.

Homenageio também o Diretor da Ata, Edson Ferreira Afonso, e o Diretor da Biblioteca, José Soares de Oliveira Filho, ambos antigos funcionários, que fizeram carreira nesta Casa com grande brilho e dignidade.

Passo, agora, a citar o nome do Dr. Luiz Nascimento Monteiro, zeloso Diretor da nossa contabilidade. Não sei o que dizer dele, porque todo o Senado conhece o seu dinamismo, a sua alta competência, o seu notável espírito de coordenação dos assuntos contábeis a seu cargo. É um homem digno do Senado e à altura das funções que exerce.

A Diretora do Expediente é a D. Nair Cardoso. Vem da escola do Dr. Isaac Brown. O Expediente não é faltoso no cumprimento de suas tarefas.

D. Lella Castelo Branco Rangel é uma grande Diretora, valerosa e competente, que organizou, neste Senado, a Diretoria de Informação Legislativa, tão útil e tão profícua na execução de suas tarefas.

Refito-me, agora, a D. Aurea de Barros Rego, que conheci de perto por ocasião de um concurso realizada no Senado Federal, de cuja Comissão Diretora fui presidente e examinadora. É um espírito lúcido e de notável poder de coordenação e de controle.

Da D. Maria Rondon Ribeiro Sa-ralva poucas palavras preciso dizer, porque ninguém poderá exceder-lhe no seu espírito e nas suas qualidades na coordenação do pessoal desta Casa.

O jovem Dr. Nerione Nunes Cardoso, filho de um antigo desembargador e senador, ex-Chefe de Gabinete do Presidente Moura Andrade,

é hoje o Diretor das Publicações, onde começou a funcionar há pouco tempo, mas onde as marcas de sua atuação já começam ser notadas de maneira sensível.

D. Maria Thereza Fernandes de Andrade é a Diretora da Taquigrafia. Fez carreira pelo próprio valor, galgou o lugar que ocupa, pelo brilho, eficiência e competência que sempre revelou. A ela, também, presto as minhas homenagens.

Quero referir, agora, também o Dr. Hercúlo Rul que substituiu o Dr. Isaac Brown, mas, no pequeno período de suas funções, se tem mostrado digno e valioso como chefe da Secretaria Geral da Presidência.

Estendo as homenagens que a ele presto a seus dois assessores — D. Sarah Abrahão e José Lucena Dantas, a primeira, mais antiga, brilhante e talentosa discípula dileta do Dr. Isaac Brown; o segundo, mais jovem, porém igualmente competente, e que muito promete como assessor deste Senado.

Srs. Senadores, quero concluir as minhas homenagens estendendo aos chefes dos Serviços do Senado Federal — ao Dr. Evilásio Veloso, que dirige a parte médica, tão conhecido de todos nós, e tão digno; a esse jornalista de talento, que é Fábio Mendes, que deu ao Serviço de Radiodifusão um sentido amplo e eficiente, com o qual todos nós estamos satisfeitos, porque amanhecemos lendo, de modo cabal, as notícias do dia, que ele nos envia para as nossas casas. Estendo estas homenagens ao Sr. Antônio Pinto Fanáia, Chefe da Segurança, velho servidor da Casa; ao Sr. Ciro Vieira Xavier, que dirige, com exatidão, o Serviço de Transporte; a Joaquim dos Santos, que está no Serviço de Administração, no mesmo sentido de eficiência; ao chefe da Portaria — Sr. Felipe Gomes; e ao Superintendente da Gráfica, que, ali, foi colocado pelo falecido Dr. Isaac Brown, tirado dos nossos quadros burocráticos, mas onde já se ambientou de tal modo que se revela, hoje, um administrador notável daquele Serviço.

Estas são as homenagens que fulgo do meu dever oferecer a todos os Diretores com que trabalhei, e dos quais guardarei sempre a mais agradável e indelével das recordações. Não me esquecerei, também, dos que foram, exercendo os cargos de diretores e que se foram do Senado, pela aposentadoria, como o Senhor Aderbal Távora de Albuquerque, antigo Diretor do Expediente; D. Glória Quintella, que deixou nome nesta Casa, pelo seu valor e pelas suas virtudes cívicas e morais; pelo antigo funcionário Rubens Brito Duarte, que dirigiu tão bem a Biblioteca; e pelo funcionário Francisco Soares Pereira, que antecedeu a atual Diretora de Taquigrafia.

Mas não poderia terminar sem significar as minhas homenagens a essa equipe valorosa de servidores do Senado, sem me dirigir, também, aos funcionários da Casa, em geral, porque todos eles cooperaram, dia a dia, durante o nosso expediente e nas horas extraordinárias, para o êxito dos nossos trabalhos.

Mas antes de referir-me a esses funcionários quero voltar a um dos Diretores cujo nome passou-me não despercebido propriamente, porque o deixei muito de propósito para o fim, que é a Diretora das Comissões, D. Edith Balassini.

Deixei para o fim o nome de D. Edith Balassini por uma razão muito especial e que desejo, agora, revelar. Sem desmerecer os demais diretores a cujos nomes fiz alusões especiais, eu queria dizer desde o início, e agora o digo, que essa é uma Diretora que teve mais convívio, mais

contacto constante com a Comissão Diretora e com todos os Senhores Senadores. É uma Diretora que não exerce as funções do seu cargo sentada no seu Gabinete. Ela não pode fazê-lo, nem poderia fazê-lo, ainda que o quisesse, porque o seu amor ao trabalho, a sua dedicação ao serviço das Comissões e dos Srs. Senadores que relatam projetos exigem que ela esteja num constante comando de ação itinerante por todas as salas do Senado Federal, inclusive neste plenário, a fim de que as proposições tenham o andamento no tempo oportuno e justo.

Completo com ela, portanto, as homenagens que devo aos Diretores da Casa, e volto aos funcionários, — para estender a todos os meus sinceros agradecimentos, pela sua cooperação, muito em particular aos contínuos que serviram à Mesa, sempre dedicados, gentis e amáveis, e aos que atenderam no plenário, bem como aos modestos servidores da Portaria, que todos os dias nos recebem. A nós, Senadores com sorriso amável e uma prestimosidade estampada na face.

Senhores Senadores, com estas palavras, despeço-me das funções que exerci, declarando, mais uma vez, que jamais esquecerei a honra que me foi cometida durante os cinco anos que tive o prazer de funcionar como Vice-Presidente do Senado Federal e, algumas vezes, do Congresso Nacional.

A todos os Senhores Senadores renovo esses agradecimentos, desejando-lhes perpétuas felicidades, que tudo lhes corra bem e, ao voltarem ao recesso dos seus lares, encontrem a paz e a tranquilidade a que fazem todos jus. certos de que este modesto colega não esquecerá nenhum dos Senhores Senadores com que teve a honra de trabalhar no Senado Federal.

Muito obrigado a todos. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

Vai ser suspensa a sessão por dez minutos, a fim de que se ultime a elaboração da Ata da presente sessão. Nos termos do Regimento Interno, deve ser votada nesta mesma oportunidade.

Suspensa às 12 horas e 50 minutos, é reaberta a sessão às 13 horas.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está reaberta a sessão.

O Sr. 2º Secretário procederá à leitura da Ata da presente sessão.

— O Sr. 2º Secretário procede à leitura da Ata da presente sessão, que é aprovada sem debate.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 5 minutos).

## ATA DA 1ª SESSÃO PREPARATÓRIA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: MOURA ANDRADE E GILBERTO MARINHO

Às 13 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Senna.  
José Guionard.  
Oscar Passos.  
Alvaro Maia.  
Arthur Virgílio.

Milton Trindade.  
Cattete Pinheiro.  
Lobão da Silveira.  
Clodomir Millet.  
Sebastião Archer.  
Petrônio Portela.  
José Cândido.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Dinarte Mariz.  
Manoel Villaga.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
Domício Gondim.  
José Ermírio.  
Teotônio Viêla.  
Rui Palmeira.  
Arnon de Melo.  
Julio Leite.  
José Leite.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho.  
Carlos Lindemberg.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Paulo Torres.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Torres.  
Mário Martins.  
Aurélio Vianna.  
Gilberto Marinho.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Carvalho Pinto.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
João Abrahão.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Fernando Corrêa.  
Filinto Muller.  
Ney Braga.  
Adolpho Franco.  
Mello Braga.  
Celso Ramos.  
Atílio Fontana.  
Guido Monam.  
Daniel Krieger.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) A presente sessão, nos termos do que dispõem a Constituição e o Regimento Interno, destina-se à eleição do Presidente do Senado Federal.

Em seguida a esta sessão, haverá outra, para eleição dos Iêniais Membros da Mesa.

O Regimento Interno declara que, na abertura da sessão se fará a verificação do quorum.

Acham-se presentes, 55 Srs. Senadores.

A fim de que os Srs. Senadores possam habilitar-se a votar, a sessão será suspensa por 10 minutos.

Está suspensa.

(A Sessão é suspensa às 14,20 horas e reaberta às 14,40 horas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada de norte para sul. A medida que forem sendo chamados, os Senhores Senadores depositarão os seus votos na urna que se acha de frente à mesa da Presidência.

Ao final, voltará a Mesa.

Pode ser iniciada a chamada.

Procede-se à chamada.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Solicito que venha a urna à Mesa.

Se algum dos Srs. Senadores não houver votado, poderá fazê-lo até o instante em que vote o Presidente.

Se todos os Srs. Senadores já votaram, irá votar o Presidente.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

## RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SRS. SENADORES:

Adalberto Senna.  
José Guionard.  
Oscar Passos.  
Alvaro Maia.  
Milton Trindade.  
Cattete Pinheiro.  
Lobão da Silveira.  
Clodomir Millet.  
Sebastião Archer.  
José Cândido.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Dinarte Mariz.  
Manoel Villaga.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
Domício Gondim.  
José Ermírio.  
Rui Palmeira.  
Arnon de Melo.  
Julio Leite.  
José Leite.  
Aloysio de Carvalho.  
Antônio Balbino.  
Josaphat Marinho.  
Carlos Lindemberg.  
Eurico Rezende.  
Raul Giuberti.  
Paulo Torres.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Torres.  
Mário Martins.  
Aurélio Vianna.  
Gilberto Marinho.  
Milton Campos.  
Benedicto Valladares.  
Nogueira da Gama.  
Lino de Mattos.  
Moura Andrade.  
João Abrahão.  
José Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Fernando Corrêa.  
Filinto Muller.  
Ney Braga.  
Adolpho Franco.  
Mello Braga.  
Celso Ramos.  
Guido Mondim.  
Daniel Krieger.

Foram encontradas 50 sobrecartas, número que coincide com o de votantes.

Vai-se passar à apuração.

Como se trata de apuração para Presidente, anunciarei apenas o nome escolhido.

(Procede-se à apuração)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Vou anunciar o resultado. O Sr. Senador Gilberto Marinho recebeu quarenta e nove votos para Presidente. Houve um voto em branco.

Proclamo eleito Presidente do Senado Federal, S. Exa. o Sr. Senador Gilberto Marinho. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) Senhores Senadores,

"Numa terra radiosa vive um povo triste", é a primeira frase de Paulo Prado ao fazer o "Retrato do Brasil".

"Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram".

A Luxúria, a Cobiça, a Tristeza, o Romantismo, a Tirania, o Analfabetismo e a Incompetência, são as sete curas básicas que ele emprega e combina, são os sete pecados capitais do Brasil, que se desdobram em efeitos terríveis:

"...desordem, a doença, a má administração, a questão política, a injustiça, a indolência, o dinheiro que baixa por decreto".

Na Itália, o livro que lhe corresponde é o de Luigi Barzini "Gli Italiani", um inventário de vícios e virtudes, triunfos e fracassos dos italianos e suas prováveis causas o retrato e também a caricatura de seu povo, em cada época e até os dias atuais.

E porque muito aprendemos dos italianos, e com eles convivemos



vezes se parecem conosco e nós com eles, senão em todas as virtudes, na maioria dos vícios e defeitos.

Ao comentar o modo de ser, de conduzir-se, de falar com abundante gesticulação, das súbitas alterações fisiológicas, para caracterizar cada instante — de alegria, de mofa, de dor, de surpresa, de admiração, de simpatia, de repulsa —, numa permanente e deliciosa representação, Luigi Barzini diz que eles precisaram inventar essas maneiras atraentes para tornar suportável as humilhações e as horas ignóbeis que tiveram de viver.

Em seguida, falando sobre as várias Itálias novas, sempre feitas por italianos velhos, inclusive a de Mussolini, ele confidencia:

"Nós sabemos que a Itália nova, que os italianos velhos fizeram, resultou pouco mais do que em uma patética encenação..."

Depois, aponta uma evidência, não apenas italiana, mas de "ogni paese":

"Gli adulatore abbondano... per assicurarsi vantaggi, distruggere rivali e conquistare potere..."

Sempre há, no entanto, quem diga a verdade. Conta-o este episódio ocorrido no auge do fascismo:

"Um velho e ilustre embaixador regressou de Genebra, onde havia representado a Itália, em uma conferência para proscriver o uso de gás asfixiante. Mussolini recebeu-o dispendente, fingindo não vê-lo, até que perguntou irônico:

— Quali sono i gas più pericolosi, ambasciatore?

— L'incenso è il più letale di tutti, eccellenza."

Itália, Brasil. Paulo Prado, Luigi Barzini...

E como seria em Portugal? Tome-mos o de Ramalho Ortigão, para melhor coincidir:

"Veja-se como em cada legislatura se propõe e se discute uma das poucas questões graves de que o parlamento ainda se ocupa. Reunidas as câmaras e aberto perante elas o Orçamento do Estado, começa-se inviolavelmente por constatar que continua a existir o deficit... A responsabilidade, cabe ao governo transato, bem conhecido pelos seus esbanjamentos e pela sua incuria."

... Trocadas as descomposturas preliminares sobre a questão da fazenda, decide-se que é indispensável, ainda mais uma vez, recorrer ao crédito, e faz-se um novo empréstimo. No ano seguinte averigua-se por cálculos cheios de engenho aritmético que para pagar os encargos do empréstimo do ano anterior não há outro remédio senão recorrer ainda mais uma vez ao país, e cria-se um novo imposto.

Fazem-se empréstimos para suprir o imposto, criam-se impostos para pagar os juros dos empréstimos, tornam-se a fazer empréstimos para atalhar os desvios do imposto para o pagamento dos juros, e neste interessante círculo vicioso, mas ingênuo, o deficit... aumenta sempre através das contribuições intermitentes com que se destinam a extingui-lo já o empréstimo contraído, já o imposto cobrado. No entanto o problema de aumentar a riqueza — único meio de prover os encargos — é considerado estranho à questão da fazenda..."

(As Farpas, Tomo I, A Sociedade).  
Ai estão depoimentos sobre Brasil, sobre Itália, sobre Portugal. Ou teria havido engano e todos foram unicamente sobre o Brasil?

No instante em que deixo a Presidência do Senado, seja-me permitida uma profissão de esperança.

E' de toda minha longa vida pública professar a esperança no futuro; recompor a esperança, sempre que venida; criar novas esperanças, sobre as que morreram... Esperar a oportunidade de ter um Brasil sem os sete pecados capitais de Paulo Prado; de ter um Brasil ao qual não se estendessem, nem como afirma-

ções, nem como ironia, as páginas escritas por Luigi Barzini, a que fosse livre e imune às farpas de Ramalho Ortigão.

Os fatores adversos existentes em nosso País e em nosso Continente, são desafios, que ainda permanecem, à nossa capacidade de manejar a democracia como instrumento de bem-estar e do desenvolvimento dos povos.

Em Gettysburg depois de uma guerra em que seiscentos mil tomaram parte houve um homem e uma nação que na própria hora de enterar seus mortos sabiam que lhes competia renascer num governo do povo, pelo povo e para o povo.

Para vencer aqueles fatores adversos, é mister que iniciemos movimento de as incompreensões que entre nós existiam, que entre nós continuam existindo, que por culpa nossa insistem em não abandonar-nos.

Este nós, da frase anterior, não é o nós Senadores; não é o nós Parlamento; não é o nós Judiciário; não é o nós Governo; exatamente porque é o nós Governo, Parlamento e Judiciário.

E' pois indispensável que os homens responsáveis pelo País decidam-se a se compreender reciprocamente, a se somarem e a abandonar definitivamente as expressões de divisão, que são expressões aritméticas e não políticas no alto sentido, pois o seu uso prolongado e imoderado, como tem havido, apenas pode criar uma Nação dividida, perplexa e incapaz de compreender o próprio destino.

O Ministro do Exército, depondo perante o Senado, afirmou que a sua presença em nossa Tribuna não significava apenas o cumprimento de uma obrigação legal mas também uma imposição de ordem moral de sua própria consciência democrática e da compreensão de suas altas responsabilidades de Chefe do Exército.

Foi um instante positivo em que tivemos a viva sensação de quanto é possível obter-se em entendimentos leais e francos em favor do povo e do Estado.

Naquele dia, foi feito, em um só dia, mais do que ultimamente se fizera em prol das relações recíprocas entre os militares e o Poder Civil.

Que aquele momento não se perca, mas que produza efeitos cada vez mais profundos no campo do entendimento entre os homens, em benefício da democracia.

O atual governo pode, pois, cumprir essa, generosa missão para com a Pátria. Revelou que tem condições de fazê-lo; basta que a queira e que persista em fazê-lo.

O Presidente da República pode abrir o grande diálogo da democracia em nosso País. Existe em toda a parte, no coração e no espírito da imensa maioria da humanidade brasileira, esse ardente desejo de pacificação, de final de dissensões, e de repúdio às discriminações.

Cada dia que se perde, deste trabalho, é um imenso prejuízo à obra da unificação nacional. E quantos dias temos perdido nós os brasileiros!

No combate pela democracia, depois de sete anos a preservar esta Casa, no seu comando; a preservar o Congresso, no seu comando; a exibir a Constituição a quantos não a quiseram segurar nem mesmo com as pontas dos dedos, procurei corresponder à confiança recebida, é certo, mas também usar o poder que me resultava desta investidura para impedir o desartre, o naufrágio das instituições. (Palmas prolongadas).

Ao Parlamento, aos seus Líderes e aos seus Partidos, cumpre sentir aqueles fatos, reconhecer aquela ansiedade que está na alma brasileira e responder com bravura e consciência aos apelos angustiosos da Nação.

Ao Congresso aplica-se a frase imprecisa de San Martín:

"Serás, o que deves ser ou não serás nada."

O dia de hoje é outro dia de minha esperança, renascida mais vívida e mais forte do que nunca. E' que aqui acabamos de celebrar o ritual da democracia. O Senhor Senador Gilberto Marinho está eleito Presidente do Senado Federal.

Saúdo o eminente representante da Guanabara, a quem, em seguida, investirei neste honroso e tão alto cargo da República.

Pela sua cultura, inteligência, dedicação a causa pública, sempre foi dos primeiros entre nós; pela sua lealdade ao Senado, pela sua capacidade de decidir, pelo seu espírito de solidariedade, granjeou nossa estima e desfrutamos de nossa confiança. Entre os muitos testemunhos que disso lhe demos, o de hoje é o mais expressivo: conferimos-lhe os nossos votos para a suprema direção do Senado, entregamos-lhe os destinos da instituição, com a tranquila certeza de que melhor do que o antecessor saberá cumprí-los.

Convido-o a empossar-se na Presidência. (Palmas prolongadas).

Assume a Presidência o Senador Gilberto Marinho. (Palmas)

(Gilberto Marinho) — (Sem revisão do orador) — Srs. Senadores, não devo ocultar a emoção e a consciência da responsabilidade com que, homem simples, isento de qualquer veleidade de escalada política, vejo-me alçado, pela esmagadora generosidade dos eminentes Senadores, à Presidência desta Casa, enaltecida no passado por tantos vultos egrégios e dignificada e enobrecida nestes últimos sete anos, nos marcos luminosos de uma notável Presidência, por esse autêntico homem de Estado que é o Senador Auro Moura Andrade.

Penso que a Nação ainda não aproveitou tudo quanto lhe possa dar, em talento, capacidade administrativa, espírito público e bravura cívica, esse insigne brasileiro.

É um conceito cediço, mas de oportuna recordação, o de que longe vão os tempos em que postos considerados de relevo político constituíam motivo de orgulho pessoal ou suscitavam sentimentos de vaidade. Nesta quadra de nivelamento democrático das responsabilidades, nestes dias ainda incertos quanto às formas que há de afinal revestir as conquistas sociais e políticas, o seu exercício tem de ser arrojado entre as obras de penitência e renúncia como escolas de abnegação e sacrifício.

Não encontro outra razão para tão grande benevolência, senão profundo amor e devotamento que, sabem e sentem todos os colegas, consagro a esta Casa. Mas, ainda aí, não há qualquer mérito nesta dedicação. É que ao transpor os umbrais desta Casa todos os eminentes Senadores vêm revestidos de laureis e galardões, conquistados por muitos no governo dos respectivos Estados, por alguns no brilhante tirocinio parlamentar adquirido nas diversas Assembleias Legislativas do País, ou nas cátedras que alcançaram em memoráveis concursos, outros como expoentes das profissões liberais ou das carreiras que abraçaram, ou ainda no empresariado nacional, ou no patriciado rural.

Só eu, cheguei a esta Casa, como um peregrino à porta do templo, com a exclusiva e única posição política da cadeira de Senador, que me confiou o bom e generoso povo carioca. Natural é portanto que, devendo a esta Casa muito mais do que qualquer outro, também devesse amá-la mais do que todos.

Melhor forma não encontro de agradecer essa honrosa investidura, senão prometendo nela comportar-me como juiz, despojado das insígnias partidárias, equidistante dos interesses políticos, na esperança de que meu esforço possa merecer o apoio dos meus nobres pares, cujas luzes me serviram de roteiro, de vez que me

considero apenas um instrumento da sua vontade, a serviço das suas deliberações.

Srs. Senadores, como salientou o Relatório, hoje lido, não foi inútil para o País a convocação extraordinária do Congresso. Revelou-se o Parlamento, mais uma vez, consciência das suas responsabilidades e dos seus deveres para com a Nação.

Ademais, a missão do Congresso não consiste apenas em legislar; há, também, uma finalidade de alto alcance político, e é por assim considerar que a Constituição deferiu ao órgão de qualquer das Casas o direito de decidir da convocação extraordinária, à revelia da Maioria. Foi garantia assegurada à Minoria, precisamente porque o Congresso não tem, nos regimes democráticos, apenas a finalidade legislativa, mas também a de fiscalizar as instituições.

A democracia, como forma de Governo e como estilo de vida, só pode realizar-se plenamente, se integrada com o exercício da função parlamentar.

O Parlamento é, em verdade, a única forma efetiva em que se pode plasmar a idéia da democracia dentro da realidade social presente. É a representação autêntica do povo e constitui a imagem viva e íntegra da nacionalidade. E, realmente, o conjunto da Nação na expressão da sua vontade coletiva.

Nêse se consideram problemas comuns, ideais e interesses permanentes que precedem e superam as questões que num regime democrático podem separar os homens e os Partidos.

O Congresso é a principal instituição indicativa da democracia constitucional.

Sem Congresso surgido de eleições não há democracia.

A vida parlamentar é a essência mesmo do sistema representativo e, quando se eclipsa gera um vazio que cria, desde logo, pressões sociais suficientes para restabelecê-lo revigorado pela experiência adversa.

Assembleias essencialmente políticas, é natural que as Casas do Congresso sejam alvos preferidos das críticas e das sátiras. Argui-se principalmente contra o Legislativo a sua pouca produtividade.

Um mestre do pensamento universal ensinava, em horas aziagas para a democracia, que da série de objeções válidas ao modo de conduzir-se do Parlamento, nenhuma permite a conclusão de que deva ser considerado inútil, mas, ao contrário, todas levam por via direta e evidente à necessidade de aperfeiçoá-lo. Afirma-se, por exemplo, que o Parlamento não é eficaz. Cabe, então, indagar: para que não é eficaz? Porque eficácia é virtude que tem um objeto para produzir uma finalidade. Neste caso, a finalidade deve ser a solução dos problemas públicos de cada Nação. Por isso, se exige de quem proclama a ineficácia do Parlamento que possua idéia clara sobre qual a solução dos problemas políticos atuais. Porque do contrário, se, em nenhum País está hoje claro, nem mesmo teoricamente, em que consiste e como deve proceder não tem sentido acusar de ineficácia os instrumentos institucionais. Não se confunda, pois, a necessidade e até mesmo a urgência de reformar o Legislativo, aperfeiçoando-o para torná-lo ainda mais eficaz, com o declarar a sua inutilidade.

Por outro lado, é fácil acusar os membros do Parlamento porque, devendo atuar em público e responsáveis por seus atos, eles são praticamente os únicos que podem ser criticados. Mas essas críticas revestem-se de capital importância, pois concorrem para a elevação do nível moral do corpo de representantes. Daí decorre a atitude que implica, inequivocamente, em confiança no regime, porque permite corrigir os possíveis e humanos desvios dos mandatários do povo

através da livre manifestação de seu desagrado. Nunca o desengano, o desencanto, a perda da fé na própria democracia. O que se há de buscar é a modernização e o aperfeiçoamento da tarefa legislativa.

Aquêles que, proclamando-se partidários do regime democrático, atacam de forma indiscriminada o Parlamento, atribuindo-lhe a sistemática e exclusiva responsabilidade de todos os males da Nação, abrem, com esse tipo de crítica, as comportas a um vendaval que, uma vez desatado, não só destrói o Parlamento mas também arrasta seus críticos e deságua no desaparecimento da democracia.

Os erros de decisão em que por vezes incorre o Congresso Nacional, inerentes a qualquer assembleia humana, não retiram do Poder Legislativo a majestade de suas funções políticas que a Nação quer que se mantenha intacta e inviolável, como condição precípua para a preservação do regime.

Senhores Senadores, sou dos que julgam em muitos sentidos que os deveres e as responsabilidades de parlamentares e jornalistas tem bastante em comum. A defesa da democracia, a defesa da democracia, da lei, da liberdade e da justiça, assim como a luta permanente pelo desenvolvimento econômico e pela justiça social são objetivos comuns de uns e de outros.

E onde quer que estes princípios se encontrem obscurecidos ou anulados, parlamentares e jornalistas partilham das mesmas vicissitudes, das mesmas restrições, dos mesmos sacrifícios. Com este entendimento, sempre consideramos nós, do Parlamento, a análise e a crítica de nossos atos e decisões, como formas fundamentais de colaboração. Mesmo quando apaixonada e útil, valiosa é a crítica, porque leva os homens de espírito reto e consciência limpa à revisão dos assuntos, ao reexame das decisões e a maior zelo pelos negócios públicos.

Senhores Senadores, não encaramos as necessidades do momento presente com pessimismo. Estamos em condições de alcançar, por meios pacíficos, sem quebra dos princípios democráticos, e do respeito à liberdade, a almejada e integral independência econômica da Nação.

O povo brasileiro já está suficientemente amadurecido para saber que tem de cumprir aceleradamente as etapas de seu próprio desenvolvimento, requisito essencial para a estabilidade e o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Não há verdadeira liberdade e democracia onde há estagnação e atraso. O desenvolvimento econômico, ao contrário, não só cria valores materiais, mas, também, maiores possibilidades de democracia efetiva, elima de espontânea vigência do Direito, que é a base da unidade e da solidariedade nacionais.

A continuidade no esforço é que faz a grandeza dos povos.

Temos uma fé inextinguível em nosso povo, que, em seu labor diário, muitas vezes sacrificado e silencioso, está lutando para que o Brasil se torne realmente a grande nação que almejamos, a serviço da justiça social, da paz e da liberdade. (Muito bem; Muito bem). — Palmas prolongadas.

#### O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, pego a palavra.

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Daniel Krieger, como Líder do Governo.

#### O SR. DANIEL KRIEGER:

(Não foi revisado pelo orador) — Exmo. Sr. Presidente do Senado

da República, Exmo. Sr. Senador Auro Moura Andrade, Exmo. Sr. Senador Camillo Nogueira da Gama, Senhores Senadores, direi poucas palavras, partindo de baixo para cima, partindo do coração que Rui dizia que não era apenas o músculo da vida; mas o órgão da dignidade, da nobreza humana, para a consciência, onde se abriga o dever.

Sr. Presidente do Senado, esta Casa regosija-se com a eleição de V. Exa. e confia plenamente na sua ação. Quer que V. Exa. seja compreensivo quando haja possibilidade de compreensão, seja inflexível quando haja necessidade de inflexibilidade na defesa do Senado e das instituições.

Nesta hora, Sr. Presidente, devo prestar uma homenagem ao homem que o antecedeu, a quem me ligam tantos laços de estima e de profunda admiração, e com o qual tive o maior entendimento e a melhor compreensão nas horas decisivas da República. E creio que falo, neste instante, não somente em meu nome e no da liderança do Governo, mas também em nome deste homem que é uma expressão do Senado da República, pela sua inteligência e pela sua capacidade, que é o Senador Filinto Müller. (Palmas).

Com o Senador Moura Andrade, como dizia, tivemos sempre o melhor entendimento nos momentos decisivos da vida nacional, sempre nos entendemos, sempre nos compreendemos. Temos talvez errado, mas Sua Exa. o Senador Filinto Müller e eu — e todo o Senado da República tem consciência — tivemos a intenção de acertar. A S. Exa., portanto, que deu dignidade e altitude a essa Presidência, presto nesta hora, em nome da ARENA, da qual sou Presidente, as minhas mais profundas homenagens.

Não posso, também, Sr. Presidente, deixar de dizer que o Senador Camillo Nogueira da Gama foi de uma correção irrepreensível (Palmas) quando à frente dos destinos do Senado da República.

S. Exa. soube patrar acima de injunções e de paixões, para dirigir o Senado com aquela dignidade e aquela serenidade que são atributos de nossa Casa. A S. Exa., também, por isso, eu presto minhas homenagens.

Aos outros companheiros, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que também deixaram a Mesa, ou por decisão partidária ou por vontade própria — o Senador Atílio Fontana, o Senador Edmundo Levi e o Senador Sebastião Archer — rendo-lhes o respeito da minha homenagem (Palmas).

Sinto orgulho do Senado da República. Aqui, quando se tem o dever de defender a Casa, não há partidos políticos: todos se irmanam e se compreendem, porque, acima de tudo, está a sobrevivência das instituições democráticas do País! (Muito bem, muito bem!)

Sr. Presidente, sou um homem que tenho fé no futuro do meu País, e tenho fé no futuro do meu País dentro do regime democrático porque não o concebo fora do regime democrático. Tenho procurado servi-lo com todas as forças do meu espírito e do meu coração, e, se não atingi esse objetivo, resta-me o consolo do filósofo alemão, Hegner, quando disse — "se o que te faltou não foi o querer, mas sim o poder, em verdade, perante Deus, fizeste tudo".

Tenho a consciência serena e tranquila, Sr. Presidente, e confio no Senado da República, que tem se alçado, nos últimos anos, às altitudes a que tem o dever e o direito e onde pode ser, com orgulho, uma luz que guie a democracia, o Congresso a Nação. (Muito bem, muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o nobre Senador Nogueira da Gama.

#### O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Srs. Senadores, breves serão as palavras que devo proferir neste momento.

Antigo companheiro de V. Exa., na Comissão Diretora que hoje termina o seu mandato, e da qual me afasto juntamente com os meus eminentes colegas de Partido, Senadores Sebastião Archer e Edmundo Levi, levanto-me, neste instante, para, em meu nome e no deles, saudar V. Exa. e desejar que a sua administração seja a mais próspera possível, como há de ser seguramente, para o Senado da República.

Conheci V. Exa., pessoalmente, quando assumi o meu mandato de Senador por Minas Gerais, investidura que o povo do meu Estado me conferiu.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, eu já o conhecia antes, porque servi, de perto, a um grande e inolvidável homem deste País, a uma figura excelsa que a morte levou, que Deus tem em sua companhia. Tal figura em vida, um oráculo e é para mim, até hoje, — embora morto — um exemplo constante que procuro recordar e seguir. Realmente, ainda não encontrei outro, na minha estrada terrena, que pudesse ser tão justo, tão preciso, tão nobre, tão desprendido de si mesmo como foi o grande e saudoso Embaixador Oswaldo Aranha (Palmas).

O Sr. Daniel Krieger — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Pois não!

O Sr. Daniel Krieger — Não posso deixar de me manifestar neste instante, pois V. Exa. sabe que os laços que o prendiam a Oswaldo Aranha são os mesmos que a ele me ligavam. E, assim, com grande emoção que ouço esta referência. (Palmas)

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço o aparte do eminente Senador Daniel Krieger e compreendo muito bem, muito intimamente, a emoção com que S. Exa. o proferiu, porque é a mesma que neste momento, me domina o coração e o espírito. Foi Cante de Gabinete desse grande ex-Ministro da Fazenda e tive oportunidade de desvendar e de desvassar toda a sua intimidade, espiritual e intelectual.

Não foi apenas uma vez, mas muitas, que dele ouvi as mais justas referências a V. Exa. Ouvi de Oswaldo Aranha que V. Exa. era um homem dotado de grande e nctável espírito público, de uma finura pessoal e de uma cultura invulgar. Sobretudo, Oswaldo Aranha sempre acentuou, quando se referia a V. Exa., que a sua formação moral era peregrina.

Não raro tive oportunidade de verificar, nesse convívio de longos cinco anos trabalhosos, pela causa do Senado e do Brasil, que aquelas palavras que ouvi do meu oráculo humano foram perfeitamente confirmadas: pela atuação constante, diária, de V. Exa. no trato com os colegas e nas suas manifestações nas reuniões da nossa Comissão Diretora.

Não podia, por isso, neste instante, em meu nome e dos meus dois colegas que se afastam do órgão dirigente do Senado, deixar de regosijar-me com esta Casa tão soberana, tão respeitada do Poder Legislativo do país, desejando que tudo lhe corra bem e afirmando a V. Exa. a que nenhum Senador, seja de que partido for, irá, por um momento sequer, fora das suas próprias cogitações, o desejo de cooperar para a grandeza da administração de V. Exa. Esta, todos sabemos, é assumida com o espírito consciente de uma responsabilidade imensa, sobretudo porque

V. Exa. substitui este homem que o Brasil já conhece e admira e há de respeitar por todo o resto do Senado Moura Andrade. (Muito bem, Palmas prolongadas).

Sr. Presidente, desejo que não sejam permitidas mais algumas ligeiras palavras.

Na sessão de encerramento do período da convocação extraordinária, hoje realizada, e que teve ocasião de presidir, cumprindo os meus deveres de obrigação e de espírito, fiz as minhas despedidas e rendi as minhas homenagens a cada um dos Senhores Senadores, aos Diretores e funcionários desta grande Casa, do mais graduado ao mais humilde. Era meu propósito, entretanto, falar de três figuras que também atuaram durante todo o período em que exerci a Vice-Presidência do Senado Federal. O tempo, porém, cerca a celebração, esta sessão deveria realizar-se. Verificando a impossibilidade de prolongar, por mais tempo, aquelas minhas palavras de despedida, reservei-me para este momento, porque eu já estava comissionado, por meus colegas e por mim mesmo, para saudar V. Exa., a fim de complementar aquelas palavras de despedida.

Quero referir-me a três figuras que exerceram, nesta Casa, o Comando Partidário: ao Senador Daniel Krieger, representante do glorioso Estado do Rio Grande do Sul; ao Senador Filinto Müller, representante de Mato Grosso e Líder da ARENA; e ao meu prezado companheiro de Partido, do MDB, o nobre Senador Aurélio Viana.

Sr. Presidente, todos conhecemos, de antes da revolução, o Senador Daniel Krieger. Sabíamos do ímpeto com que S. Exa. assumia a tribuna desta Casa e acusava, às vezes, com cuiladas violentas, o Governo que então dominava. Mas justiça, todos fazemos a S. Exa.: exerceu o direito de crítica, dentro de nível elevado, dentro de espírito altamente compreensivo, nunca transbordando para a ciência pessoal aos que governavam o país. Mal ou bem, erradamente muitas vezes, segundo S. Exa. conceituava.

Com o surgimento da revolução — e quero confessar pelo menos minha impressão pessoal — tivemos a maior das revelações que o movimento poderia dar ao Senado Federal. (Muito bem, Palmas). Na pessoa do Senador Daniel Krieger o que surgiu não foi mais aquele espírito combativo e contundente, e sim, o homem que sabe liderar, que sabe comandar não unicamente aqueles que se transferiram para a ARENA, como acusava que estão no lado oposto, combatendo S. Exa. e seu próprio Partido. (Palmas).

Nunca me cansarei de dizer que esta revelação é uma honra para o Senado, porque só se manifestou aqui no nosso meio, só se revelou aqui no Senado Federal.

Só aqui essa oportunidade apareceu para que esse homem público, de caráter violento, contundente, se revelasse notável homem de espírito público, afeito às causas sacras deste país, em nenhum momento traindo as suas mais íntimas convicções democráticas e republicanas.

Outro líder a quem eu quero homenagear é o Senador Filinto Müller. Desde a primeira vez em que entrei nesta Casa, considerei um admirador de V. Exa., de como presidia o Senado, sereno, preciso, eficiente, conclusivo nas suas resoluções, em questões de ordem formuladas. Durante todo esse longo convívio, sempre observei no Senador Filinto Müller alta contextura moral, sentimentos elevados. Realmente, Filinto Müller é homem incapaz de prejudicar qualquer companheiro, em qualquer assunto, porque, acima de tudo, S. Exa. coloca a sua dignidade pessoal e a soberania do Senado Federal. (Palmas).

Em terceiro lugar, quero referir-me ao meu companheiro de Paridade, que muitas vezes poderá dar a impressão de ser um homem confiante, de ser um Líder que se esquece do comando que lhe foi confiado para se transmutar em comentários e em considerações que são mais de suas próprias convicções. Mas, analisando, serenamente, triamente, refletidamente, a atuação do Senador Aurélio Vianna, não há, por certo, no Senado Federal qualquer de nós que seja capaz de lhe negar a integridade, a honestidade, o melhor dos propósitos, os impulsos mais puros, patrióticos e civis, sempre orientados no bom sentido de defender as causas puras e sagradas do povo e, especialmente, dos trabalhadores que, neste país, embora constituam grande maioria, representam a classe que mais sofre privações e que mais precisa de amparo. (Palmas).

Sr. Presidente, todas as felicidades nós desejamos a V. Exa. e todos os agradecimentos eu apresento, neste momento, em meu nome pessoal e de meus companheiros que deixam a Comissão Diretora, aos três Líderes a cujos nomes me referi. Aos outros três colegas que persistem na Comissão Diretora, nós que saímos enviamos um abraço caloroso, desejando-lhes toda felicidade, toda sorte e que continuem, como dantes, a zelar pelas causas do Senado Federal.

Sr. Presidente, não posso ainda concluir, embora desejasse ser mais rápido, ao me dirigir aos companheiros que ficam, sem citar o nome de um, para que, nas palavras que vou dizer a seu respeito, apresente minhas homenagens aos que continuam. Este a quem quero me referir é o nobre Senador Guido Mondin. (Palmas).

Tenho minhas razões particulares, muito pessoais, afetivas, para fazer este destaque que, certamente, os demais colegas da Comissão Diretora vão aceitar, no melhor dos propósitos com que formulo.

O nobre Senador Guido Mondin nunca abandonou a Secretaria da Presidência. Foi sempre o par constante do Presidente, seja do Presidente efetivo, seja do eventual. Quer fosse de dia, quer pela madrugada e dentro do Congresso Nacional, sua permanência era a segurança de que os trabalhos funcionavam, sem interrupção, sem maiores preocupações.

Há ainda um outro motivo para me referir ao Sr. Senador Guido Mondin. É que, ontem, S. Exa. ameaçou renunciar à Mesa Diretora. E na reunião que esta realizou, o Presidente que saiu, o eminente Senador Auro Moura Andrade, no fim, ao nos despedirmos uns dos outros, com muitos agradecimentos, usou, pela última vez, da sua autoridade e pediu para fazer um caloroso apelo, em nome deles e de nós outros, no sentido de que S. Exa. o Senador Guido Mondin renunciasse ao desejo de renunciar, porque a Mesa do Senado não poderia prescindir da sua cooperação. S. Exa. afirmou que daria a resposta hoje. Terminamos com um adiamento, com uma resposta imediata e definitiva de que S. Exa. continuaria na Mesa. Isto nos encheu, a nós todos, de conforto e deu mais alento aos nossos corações.

O Senador Guido Mondin, Sr. Presidente, todos sabemos nesta Casa, é um artista, é um poeta, é um pintor, é um homem de letras, é um homem que sabe administrar, mas é um homem, também, de um grande coração, de uma grande capacidade de trabalho.

A sua permanência na Mesa Diretora é uma satisfação imensa para os seus companheiros, e, por isso, não podia, nesta saudação a V. Exa., e aos Líderes que aqui atuaram, deixar de fazer esta referência, traduzindo as nossas homenagens à pessoa do Senador Guido Mondin. (Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas).

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Com a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

# O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, as nossas primeiras palavras são de agradecimentos ao nobre Senador Daniel Krieger, Líder do Governo nesta Casa, pelo reconhecimento público do comportamento dos Senadores do MDB nas suas funções de membros da Mesa Diretora desta Casa.

Desejo revelar a nossa alegria, a alegria particularmente da Bancada da Guanabara, pela eleição de V. Exa. para dirigir, num dos momentos mais difíceis da vida nacional, os destinos desta instituição.

Sr. Senador Gilberto Marinho, que V. Exa. seja, em nosso nome, em nome dos representantes dos Estados da Federação Brasileira, o guardião permanente, valioso, das instituições democráticas e das prerrogativas do Senado Federal, seguindo a mesma trilha do seu antecessor, que sempre recebeu o nosso apoio na sua luta, que foi reconhecida por todos nós, pela dignidade das instituições democráticas deste país.

O nosso abraço e o nosso desejo para que a Mesa do Senado Federal, que V. Exa. preside, seja digna, sempre digna das aspirações do povo do nosso país. (Muito bem).

# O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra S. Exa.

# O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, embora o Líder do meu partido tenha falado também em meu nome, neste momento, eu desejo proferir algumas palavras especialmente dirigidas ao nobre Senador Moura Andrade. E o faço porque talvez não tenha havido, no Senado, um Senador que tantas vezes tenha discordado do ex-Presidente desta Casa, talvez não tenha havido um Senador que tantas vezes com ele tenha entrado em choque devido a pontos de vista de interpretação política que nos colocaram em situações opostas.

Mas, na hora em que S. Exa. vem para a planície, na hora em que ele deixa a alta direção desta Casa, eu quero lhe prestar esta homenagem especial para dizer que, apesar das minhas divergências, que as adotei, como reafirmei, em decorrência de posições políticas, talvez esta Casa não tenha tido um Presidente com as qualidades que o nobre Senador Moura Andrade revelou: absorvente, tendo como que assim o dom de reunir, numa orientação quase que pessoal, tudo que dizia respeito ao Senado; algumas vezes até incompreendido devido a esta atuação. Era, entretanto, a revelação do amor e da paixão que ele tinha pela Casa, co-nhecia, em suas minudências, em suas particularidades menores, e até em assuntos que pudessem escapar aos Diretores incumbidos de conhecê-los.

Mas não apenas isso. Deixou de fato uma obra, deixou de fato um patrimônio. Oficina Gráfica, de valor financeiro inestimável; o Serviço de Informações Legislativo dirigido por uma das mais categorizadas e competentes funcionárias desta Casa; o Serviço de Informações de Imprensa e outras obras que marcam, que engrandecem uma administração.

Mas, o que é mais destacado na personalidade do Senador Auro Moura Andrade, é o seu acendrado amor pelas instituições livres. Foi uma constante na sua atuação como Presidente do Congresso, nos dias turbulentos de 1964, quando ele defendia princípios de liberdade, de respeito à Constituição e à ordem legal. Depois

de 1964, continuou a mesma constante nos seus pronunciamentos da alta tribuna do Congresso, defendendo os princípios democráticos que considerava ameaçados, em 1964, e que ele via não estarem sendo respeitados, naquela altura. E não se intimidou em nenhum momento. Mesmo quando tentaram envolvê-lo num desrespeito à figura do Presidente do Congresso Brasileiro, quando tentaram envolvê-lo num IPM iníquo, a sua reação foi viril, foi democrática, foi máscula. (Palmas).

Venho, pois, prestar esta homenagem ao Senador Auro de Moura Andrade, abraça-lo efusivamente, exaltar a sua obra e declarar que, mesmo substituído por uma das melhores figuras desta Casa, o Senador Gilberto Marinho, se surgirem dias difíceis para este país, o que nós não desejamos e nem esperamos, mas, se surgirem, talvez todos nós sintamos saudades da atuação de Moura Andrade. (Muito bem. Palmas).

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sou profundamente reconhecido aos eminentes Senadores Daniel Krieger, Nogueira da Gama e Aurélio Vianna pelas generosas palavras com que tanto me distinguiram e que interpreto como mais uma demonstração de benevolência para comigo.

Ao declarar cumpridas as finalidades desta sessão, agradeço a presença de quantos aqui vieram prestigiar esse ato e, em especial, dentre tantas ilustres damas, a digníssima esposa do Senhor Presidente, D. Beatriz de Moura Andrade, que tão bem simboliza as excelentes virtudes e a nobreza inata da mulher brasileira.

Saúdo ainda os dedicados funcionários desta Casa, nossos colaboradores de todos os momentos, cientes de que cada um representa peça fundamental na complexa máquina administrativa do Senado, cujo funcionamento perfeito é função do esforço de todos. (Pausa).

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Nos termos regimentais, a eleição dos outros integrantes da Mesa deverá processar-se em sessão em seguida a esta. Assim, vou encerrar esta sessão, convocando os Senhores Senadores, para outra, às 16 horas.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 55 minutos).

# ATA DA 2ª SESSÃO PREPARATÓRIA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 1963

# 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

# PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO.

As 16 horas acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena  
José Guimaráes  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Arthur Virgílio  
Milton Trindade  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Clodomir Milhet  
Sebastião Archer  
Petrônio Portela  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
José Ermírio  
Teotônio Villela  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo

Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Tórrès  
Aarão Steinbruch  
Vasconcellos Tórrès  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Benedicto Valladares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Ney Braga  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Atílio Fontana  
Guido Mondin  
Daniel Krieger

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Senhores Senadores. Declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

# O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Destina-se a presente sessão, à eleição dos demais integrantes da Mesa.

Os Srs. Senadores votarão em quatro escrutínios: no primeiro, depositarão as cédulas correspondentes à eleição do 1º e 2º Vice-Presidentes.

Após a apuração desse escrutínio, será realizado outro, em que os Senhores Senadores votarão em 1º e 2º Secretários.

Apurado esse, realizar-se-á a eleição de 3º e 4º Secretários. Num último escrutínio serão votados os suplentes da Mesa.

Passa-se ao 1º escrutínio, para eleição do 1º e 2º Vice-Presidentes.

Vai-se proceder à chamada, que será de Sul para Norte.

Procede-se à chamada.

# RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena  
José Guimaráes  
Oscar Passos  
Alvaro Maia  
Arthur Virgílio  
Cattete Pinheiro  
Lobão da Silveira  
Clodomir Milhet  
Sebastião Archer  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Ruy Carneiro  
Argemiro de Figueiredo  
Domício Gondim  
José Ermírio  
Teotônio Villela  
Rui Palmeira  
Arnon de Melo  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antônio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Tórrès  
Aarão Steinbruch  
Vasconcellos Tórrès  
Mário Martins  
Aurélio Vianna  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Benedicto Valladares



Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Ney Braga  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Atílio Fontana  
Guido Mondim  
Daniel Krieger

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Votaram 53 Senhores Senadores. Conclui-se a lista de chamada. Vai-se proceder à contagem.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O Sr. Senador Pedro Ludovico, recebeu, 59 votos. Houve 3 votos em branco. Proclamo eleito 1º Vice-Presidente do Senado Federal o Sr. Senador Pedro Ludovico. (Palmas.)  
O Sr. Senador Rui Palmeira teve 47 votos favoráveis. Houve 6 em branco. Proclamo eleito 2º Vice-Presidente do Senado Federal o Sr. Senador Rui Palmeira. (Pausa.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vai-se passar ao escrutínio seguinte. Os Srs. Senadores irão votar para Primeiro e Segundo Secretários.

## O SR. FILINTO MÜLLER:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — V. Exa. tem a palavra.

## O SR. FILINTO MÜLLER:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a fim de facilitar a eleição da Mesa, eu me permito propor a V. Exa. que se faça, num só escrutínio, a votação para Secretários e Suplentes em duas urnas diferentes. Já se encontraram sobre a Mesa da Chafiz da Taquigrafia, duas urnas, uma com o distico Suplente e outra com o de Secretário. Se V. Exa. deferir meu requerimento, os Srs. Senadores poderão, numa só cédula, incluir os nomes de todos os Secretários que vão ser votados e, em outra cédula, o nome dos suplentes e votar, ao mesmo tempo, em duas urnas diferentes. Desta forma, simplificar-se-ia o sistema de votação. (Muito bem.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Submeto ao Pleno a proposição do nobre Senador Filinto Müller.

Consulto se os Senhores Senadores estão de acordo em que se processe, num só escrutínio, a votação em duas urnas, numa cédula o nome dos Senhores Secretários e noutra o nome dos suplentes.

Os Srs. Senadores que concordam, levantem-se para votar. — (Pausa.)

Procedido. Assim se procederá.

Vou suspender os trabalhos por cinco minutos para que os Senhores Senadores possam munir-se das cédulas respectivas.

Está suspensa a sessão.

(Suspensão-se a sessão às 16 horas e 25 minutos. — Reabre-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está reaberta a sessão.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à chamada para a votação de Secretários e Suplentes, nos termos da proposta formulada pelo Sr. Filinto Müller.

## Procede-se à chamada.

## RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena  
José Gudomard  
Oscar Farias  
Alvaro Maia  
Arthur Virgílio  
Cattete Pinheiro  
Lobbo de Silveira  
Clodomir Milet  
Sebastião Archer  
José Cândido  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dinarte Mariz  
Manoel Villaga  
Ruy Castro  
Argemiro de Figueiredo  
Domicílio Gondim  
José Eduardo  
Teotônio Vilella  
Ruy Falcão  
Arnoldo de Mello  
Júlio Leite  
José Leite  
Aloysio de Carvalho  
Antonio Balbino  
Josaphat Marinho  
Carlos Lindenberg  
Eurico Rezende  
Raul Giuberti  
Paulo Torres  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Torres  
Mário Martins  
Aurélio Viana  
Gilberto Marinho  
Milton Campos  
Benedicto Valadares  
Nogueira da Gama  
Carvalho Pinto  
Lino de Mattos  
Moura Andrade  
João Abrahão  
José Feliciano  
Pedro Ludovico  
Fernando Corrêa  
Filinto Müller  
Ney Braga  
Adolpho Franco  
Mello Braga  
Celso Ramos  
Atílio Fontana  
Guido Mondim  
Daniel Krieger

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vai-se proceder à contagem dos votos. (Pausa.) Votaram 53 Srs. Senadores para Secretário e 53 Srs. Senadores para Suplentes.

Vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vou proclamar o resultado da votação para Secretários da Mesa do Senado Federal. Para 1º Secretário: Senador Wilson Gonçalves, 1 voto; 2 votos em branco e 50 votos do Senador Dinarte Mariz.

Declaro eleito 1º Secretário do Senado Federal o Senador Dinarte Mariz. (Palmas.)

Para 2º Secretário:  
Houve 3 votos em branco e 50 no Senador Victorino Freire.

Declaro eleito 2º Secretário o Sr. Senador Victorino Freire. (Palmas.)

Para 3º Secretário:  
Houve 5 votos em branco e 48 votos no Senador Aarão Steinbruch.

Declaro eleito 3º Secretário do Senado Federal o Sr. Senador Aarão Steinbruch. (Palmas.)

Para 4º Secretário:  
Houve 4 votos em branco e 49 no Senador Cattete Pinheiro.

Declaro eleito 4º Secretário do Senado Federal o Sr. Senador Cattete Pinheiro. (Palmas.)

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Vamos proceder à contagem da eleição dos Srs. Suplentes.

Para 1º Suplente: Sr. Senador Guido Mondim, 49 votos; houve 4 votos em branco.

Proclamo eleito 1º Suplente o nobre Senador Guido Mondim. (Palmas.)

Para 2º Suplente: Senador Vasconcelos Torres, 50 votos; houve 3 votos em branco.

Proclamo 2º Suplente o Sr. Senador Vasconcelos Torres. (Palmas.)

Para 3º Suplente: Senador Lino de Mattos, 50 votos; houve 3 votos em branco.

Proclamo eleito o 3º Suplente o nobre Senador Lino de Mattos. (Palmas.)

Para 4º Suplente: Senador Raul Giuberti, 52 votos; houve 1 voto em branco.

Proclamo eleito o 4º Suplente o nobre Senador Raul Giuberti. (Palmas.)

Concluída a eleição dos Membros da Mesa.

A Presidência deseja transmitir aos Srs. Senadores comunicação enviada pela Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, pela qual dá ciência de que, na forma regimental, foi eleito Líder da Bancada o Sr. Senador Aurélio Viana. (Palmas.)

Também vêm à Mesa comunicação da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, comunicando haver sido escolhido, para Líder, o Sr. Senador Filinto Müller. (Palmas.)

O Sr. 1º Secretário vai ler o Edital de Convocação do Congresso Nacional.

## É lido o seguinte

## EDITAL

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e para os fins previstos no Art. 31, § 2º, n.º I, da Constituição Federal, convoca o Congresso Nacional para uma sessão conjunta a realizar-se às 15 horas do dia 1º de março, destinada a inaugurar a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 6ª Legislatura.

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 1968. — Gilberto Marinho, Presidente.

## O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Ficam, assim, os Srs. Senadores convocados para a sessão de instalação do Congresso, dia 1º de março, nos termos do Edital que acaba de ser lido.

Igualmente, fica a Casa convocada para a sessão ordinária do Senado, dia 4 de março, às 14 horas e 30 minutos.

Lembro aos Srs. Senadores que, de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, no dia imediato ao que se completar a eleição da Mesa, reunir-se-ão os Líderes das bancadas, a fim de fixarem, na forma da Constituição Federal, a participação de cada bancada nas comissões permanentes.

Estabelecida, assim, a participação numérica das bancadas nas comissões, os Líderes entregarão à Mesa, nas 48 horas subsequentes à instalação da Sessão Legislativa, as respectivas relações nominais.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, vou declarar encerrada a sessão. (Pausa.) Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas.)

Discurso pronunciado pelo Senhor Senador Dinarte Mariz, na sessão de 1º de fevereiro de 1968, que se república por haver saído com incorreções.

## O SR. DINARTE MARIZ:

Senhor Presidente, Srs. Senadores, não estava presente à última sessão da semana passada quando o nobre Senador e meu eminente amigo, Arthur Virgílio, ocupou a tribuna para

falar sobre declarações que eu teria prestado à imprensa carioca.

Sr. Presidente, esperei até hoje, que S. Exa. estivesse aqui presente para, nessa oportunidade, dar aqueles esclarecimentos que, naturalmente, S. Exa. gostaria de ouvir.

Antes de qualquer outra manifestação, quero dizer ao Senado que jamais ocupei a tribuna desta Casa para interpretar ou representar o pensamento do Governo, pois sobe-me todos nós que ele tem a sua liderança aqui. Sou, apenas, um representante do Sr. Senador Daniel Krieger, legítimo representante do parlamentarismo do Governo no Senado. Portanto, não poderia nunca fazer declarações, aqui ou lá fora, em nome do Governo, pois não tinha e não tenho como representá-lo, senão através do movimento ou no sistema político que o apóia. Tenho, porém, a liberdade de emitir minha opinião e jamais poderia a isso renunciar, porque, tendo sido, em toda a minha vida, uma constante, manifestar-me livremente sobre acontecimentos quando ache conveniente fazê-lo.

Sr. Presidente, estranhei o Senador Arthur Virgílio, as minhas declarações a "O Globo". Tenho a impressão de que quem as leu não poderia nunca fazer um juízo equívoco do que está absolutamente claro e evidente. O que eu disse aos jornalistas foi que, diante de uma situação de subversão do país — hipótese que eles próprios formularam — não teria a menor dúvida de deixar tentos aos institucionais quando fossem necessários para salvar o Brasil da agitação.

Sr. Presidente, estas foram as minhas declarações. Tratava-se de uma hipótese e, diante dela, expus um ponto de vista pessoal, independentemente de qualquer ordenação do Governo ou do Líder do meu partido.

Senhor Presidente, esta é a minha opinião. Tenho-a externado em toda parte, assim me pronunciei através da imprensa, em conversas com amigos, correligionários e até com adversários, porque sou um homem sensível às críticas e às idéias de todos; não sou caturra e não sou dos que confabulam nas ante-casas ou nos gabinetes e, para o público, emite opinião diferente.

Desde que surgiu a tentativa de agitação no País por uma entidade que foi batizada como "Frente Ampla", classifiquei essa organização como um acampamento de subversivos. Deus queira que esteja enganado. Entretanto, até hoje não tenho por que retirar uma virgula daquilo que disse, pois existem no País dois partidos organizados legalmente instituídos dentro dos ditames da Constituição. Portanto, não haveria por que aparecer essa outra entidade que é ilegal tendo em vista que pela Constituição só podem ter exercício na política, aqueles organismos que obedientes aos seus preceitos, se organizam em partidos.

O Sr. Pedro Ludovico — Vossa Excelência aliás não deve estranhar se a "Frente Ampla" é subversiva. Vossa Excelência, também, já foi subversivo, porque muito conspirou.

O SR. DINARTE MARIZ — É verdade! V. Exa. está lembrando uma das fases mais gratas ao meu coração.

O Sr. Pedro Ludovico — Aliás tenho notícias muito boas de Vossa Excelência neste particular, porque Vossa Excelência sempre mostrava muita coragem quando conspirava. Era dos mais entusiasmados.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pela referência.

E quero dizer a V. Exa. que é, realmente, uma das fases mais gratas da minha vida porque é aquela em que eu achava de meu dever, como simples cidadão, correr todos os riscos para que meu País pudesse alcançar aqueles ideais pelos quais sempre me batí.

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Mário Martins — Eu e todo o País reconhecemos o direito de V. Ex.<sup>a</sup> de ter a opinião que julgar mais conveniente a propósito da vida pública no Brasil. Mesmo que em certos pontos não venham a coincidir na interpretação, é claro que, como democrata, reconheço o direito de Vossa Excelência em emitir opiniões que, muitas vezes, não são verdadeiramente democráticas. É estranho que V. Ex.<sup>a</sup> considere subversivo qualquer contingente de brasileiros que se preparem, que atuem na vida pública, sob a alegação da desnecessidade, uma vez que há dois partidos estruturados. Ora V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento de que a Lei prevê a criação de novos partidos e que os partidos não podem nascer da noite para o dia; não sendo eles oriundos do ventre da ditadura, ou dos palácios onde a ditadura hoje se acolhe, tem que haver uma mobilização popular, a mobilização da opinião pública. Então tem de haver peregrinação por todo país. De modo que quando V. Ex.<sup>a</sup> admite que qualquer agrupamento humano que faça oposição ao Governo deve merecer a classificação de subversivo, V. Ex.<sup>a</sup> está impedindo que, livremente, se procure, neste país, se constitua, neste país, um outro partido porque, do contrário será classificado de subversivo. Vossa Excelência deve reconhecer, de acordo com a Lei — que acredito tem o aplauso de V. Ex.<sup>a</sup> — o direito de os brasileiros percorrerem o país sob uma legenda transitória, temporária, com a invocação de um nome qualquer ou, até, sem a invocação de qualquer nome, para criar o ambiente que lhes propicie a fundação de um terceiro partido. Não sei se é, exatamente, essa a posição da "Frente Ampla", mas o que posso declarar é que a "Frente Ampla", em princípio, está contra esse privilégio de dois partidos, do bipartidarismo entre nós. Então, sai à rua, para lutar por outras formas que são legais e devem ser respeitadas.

O SR. DINARTE MARIZ — Obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>.

Tenho a impressão de que há um equívoco da parte do nobre colega, quando declara que a "Frente Ampla" apareceu perante a opinião pública do País se propondo a uma nova organização partidária. Na realidade, pelas idéias que expõe, segundo li nos jornais e se observa na sua ação até este momento, ela se propõe a pôr abaixo o regime que aí está. Está no discurso do seu líder, tem sido nesse sentido as declarações daquela que realmente encarna o sentimento da "Frente Ampla".

Sem dúvida, ele conseguiu aquilo que até bem pouco tempo parecia impossível: recrutar todos aqueles que foram expurgados da vida pública pela Revolução. E o está conseguindo um a um, e chegará naturalmente àquele outro partido que está na ilegalidade, porque já vi manifestações simpáticas a esse movimento. Esse partido é o Partido Comunista. Já vi o chefe desse Partido, o Sr. Luiz Carlos Prestes fazer alusões mais ou menos simpáticas, através de um jornal de Moscou, àquele que se propõe a colocar abaixo o regime vigente no País. Portanto, é a isso que chamo subversão.

O Sr. Mário Martins — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>. (Assentimento do orador) — Tenho a impressão de que as acusações mais frequentes contra a "Frente Ampla" são precisamente porque ela não abriu muita, o leque de suas reivindicações. De certo modo, tem-se batido por eleições livres e diretas; quer a volta do direito de o povo escolher seu Presidente. Durante muito tempo, quase toda sua pregação se baseava neste ponto, daí talvez não ter crescido, como

era de desejar. É claro que, no decorrer da campanha, surgem, então, os fatos do dia. Se determinado líder está convencido de que este Governo está dando margem a corrupção, ele, o líder, que tem um passado de lutas contra a corrupção, não vai silenciar. Mas dizer que há subversão pelo fato de se denunciar a corrupção, ou pelo fato de se combater o excesso de militarismo entre nós, ou atacar os processos antidemocráticos entre nós, aí não há subversão! Estamos ainda numa fase embrionária. A Nação vai observando, sentindo que a "Frente Ampla" vai crescendo, porque diz a verdade, tem a coragem de dizer a verdade, enfim, sacode certas figuras que estão no Governo e que sempre foram democratas, contudo, estão sofrendo um eclipse de consciência. Em meu modo de ver, não há caracterização de subversão. Se houver inclusive a pregação da modificação do regime, como — por exemplo — uma nova Constituição, isso também não é subversão. Todos nós temos o direito de pregar por uma Constituição autêntica, nascida da vontade dos Constituintes, e não de um Congresso nas vésperas de fechar para o seu recesso. De modo que, também, pregar uma nova Constituição não é subversão. Acho que V. Ex.<sup>a</sup>, se me permite, está exagerando na interpretação. Não digo que esteja de "dedo duro", mas pelo menos, está com muita má vontade, tachando de subversiva qualquer reunião em que se pretenda dizer umas verdades entre nós.

O SR. DINARTE MARIZ — Quero fazer um reparo ao aparte de Vossa Excelência. Vossa Excelência fala que a "Frente Ampla" foi criada para isso. E para que existe o MDB, Partido organizado da Oposição, que dispõe, inclusive, dessa tribuna que V. Ex.<sup>a</sup> está ocupando, que tem tantas figuras brilhantes, respeitáveis, homens moços, idealistas? Para que então o MDB, que dispõe da tribuna do Congresso, Câmara e Senado, e que pode — aí sim, legalmente — percorrer todos os recantos do País, pregando seus ideais, defendendo eleições limpas, diretas, como V. Ex.<sup>a</sup> diz?

Tenho a impressão de que, na minha crítica à "Frente Ampla", estou em boa companhia, mesmo do MDB, porque o eminente Presidente do Partido de V. Ex.<sup>a</sup> já qualificou a "Frente Ampla" de subversiva, se não estou enganado.

O Sr. Mário Martins — Está enganado, mais uma vez.

O Sr. Oscar Passos — (Com assentimento do orador) — Realmente o jornal "O Globo" publicou, como sendo minhas, declarações mais ou menos nesse sentido, em que eu dizia que a "Frente Ampla" era ilegal e subversiva. Tive conhecimento, desse tópico de "O Globo" e, no momento exato, vim à tribuna pronunciar um discurso. Interpelado então pelo nobre Senador Aarão Steinbruch, tive oportunidade de declarar — e faço questão que isto conste outra vez dos Anais e que a imprensa, pela segunda vez, noticie — que essas declarações não são minhas. Jamais declarei que a "Frente Ampla" era um movimento subversivo porque, como acentuei, isso seria uma grosseria minha para companheiros do meu Partido, o MDB, que participam da "Frente Ampla". Não declarei isso e não considero a "Frente Ampla" como ilegal e subversiva. Sou contra a "Frente Ampla", entendo que ela é desnecessária, que há o Movimento Democrático Brasileiro, capaz de arrematar todos aqueles que quiseram fazer oposição ao Governo. Mas não por isso, concordo com a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> de que não deve haver outro Partido de Oposição, porque já há um. Não, o argumento de V. Ex.<sup>a</sup> é um pouco aquilo que me parece razoável. Entretanto, aproveito a oportunidade para reafirmar, ain-

da uma vez, que as declarações constantes do jornal "O Globo" a respeito da "Frente Ampla" não são de minha autoria, porque não penso assim.

O SR. DINARTE MARIZ — Registro o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> e acredito que dei a V. Ex.<sup>a</sup> uma boa oportunidade porque, não tendo sido desmentidas pela imprensa as suas declarações, eu as tinha como legítimas, como válidas.

Devo dizer que fico satisfeito porque V. Ex.<sup>a</sup>, de certo modo, participa do mesmo sentimento que eu, acerca que a Constituição permite a organização de outros Partidos. Não sou contrário a que qualquer brasileiro assim pense e por isso se bata, mas o que não se pode é permitir que um cidadão se apresente perante a opinião pública do País, fazendo uma articulação de todos aqueles elementos que foram banidos pela Revolução e de outros, frustrados, que não tiveram oportunidades de satisfazer as suas ambições na área revolucionária — como é o caso do Chefe da "Frente Ampla" que não teve as suas ambições satisfeitas, ou não concordou com o caminho que a Revolução tomou e que foi buscar exatamente aqueles outros que ela combateu, precisamente aqueles contra quem a Revolução se fez, para vir, perante o País, dizer que vai fazer movimento pacato, o deiro, idealista...

Quem lê o noticiário da imprensa com relação à "Frente Ampla", quem lê o discurso do seu chefe, verifica que, inevitavelmente, incontestavelmente, hoje não se fala em Oposição neste País, mas em "Frente Ampla", porque, na realidade, o Chefe da Oposição neste País chama-se Carlos Lacerda. Não vai nisso nenhum agravo, ao contrário. Acho até que a Oposição ganhou muito com isso porque, sem sombra de dúvida, S. Ex.<sup>a</sup> é um grande talento e à disposição sempre de movimentos subversivos no País. De maneira que se a Oposição quer realmente sistema subversivo, ela não podia escolher melhor chefe. Escolheu muito bem. É um homem capaz nesse setor e o tem demonstrado através de várias lutas nas quais se tem empenhado.

O Sr. Oscar Passos — Permite-me. Solicito a V. Ex.<sup>a</sup> a fineza de ser justo com os outros elementos que também fazem oposição e que se aglutinam em torno do MDB. Diz V. Ex.<sup>a</sup> que só há uma ação, comandada por Carlos Lacerda. Isto é minimizar a ação que desenvolvemos, no Parlamento e fora dele, desde que se organizaram os dois Partidos. Mantemos nossa posição, com toda a integridade, e não nos arrependemos do que temos feito.

O SR. DINARTE MARIZ — Não há contradição alguma, ao contrário. Numerosas oposicionistas — e nêles não incluo V. Ex.<sup>a</sup>, que condena a "Frente Ampla" mas outros elementos integrados no MDB partidários da "Frente Ampla" foram abraçados para ela, naturalmente, por alguma força maior, pois senão, estariam dentro do seu Partido, trabalhando, defendendo os ideais que tenho a impressão — deram motivo para que a organizassem.

Portanto, a meu ver, o que está dando realce aos organizadores da "Frente Ampla" é o talento. É a chefia do ex-Governador Carlos Lacerda, inevitavelmente grande figura da sua geração, homem de grande talento e merecimento. É um homem que, não tendo alcançado o objetivo que perseguia, achou que, no Brasil, só pode haver uma salvação, aquilo que a sua personalidade possa encarnar.

Acho que o Brasil é diferente, acho que o Brasil é de todos nós, é do diálogo. É da sociedade que está chegando: o Brasil não somos só nós, que fazemos a boa e a má política, mas também o Governo que está voltado para o trabalho; também a sociedade, querendo outras coisas, que-

rendo uma política alta, e não este todo dia dos jornais, em relação a fatos políticos desvirtuados e que não se verificam no País. Este é meu ponto de vista. A política não deve ser no sentido da pregação revolucionária ora em execução. Tiremos as máscaras e nos apresentemos perante a opinião pública, para que, amanhã, não haja equívocos, para que, amanhã, muitos homens públicos de talento, muitos patriotas, deixando-se levar por esse movimento ao virem que se trata de movimento subversivo, não tenham que, num exame de consciência, dar um passo à retaguarda e pedir perdão perante sua própria consciência pelo mal que causaram a este País, embora impensadamente. Muitos homens públicos do País entendem que a "Frente Ampla" é a U.D.N. daquela época que encarnava os sentimentos patrióticos, puros, e que representava um sistema político cheio de ideais. Então, eles enganados. Agora, o que se propõe através da "Frente Ampla" é pôr o Governo abaixo, um Governo que está trabalhando. Todos os dias, a "Frente Ampla" o chama de Governo de ditadura, de militarista, de impatriota, quando, na realidade, o que ele está fazendo — e quem o examinar, sem paixões, há de chegar a essa conclusão — é trabalhar no sentido de dar ordem a este País. Eu desafio todos os oposicionistas, todos aqueles que fazem oposição, para comparecerem, a qualquer setor de divulgação, a fim de fazerem o confronto entre 1963 e 1967.

O Sr. Mário Martins — Eu aceito o desafio. V. Ex.<sup>a</sup> convida a Oposição a comparecer, num local de divulgação, a fim de fazer o confronto entre 1963 e 1968. Como V. Ex.<sup>a</sup> dispõe da TV, do Rádio e dispõe desse talento, ao qual nos rendemos de véspera, nós todos aceitamos o desafio.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito bem.

O Sr. Mário Martins — Basta V. Ex.<sup>a</sup> marcar o local e a hora e me garantir a palavra, inclusive para pequenos apartes, pelo menos, e iremos debater naquele tom que sempre nos caracterizou, de lutadores democratas. Ai iremos ver quem está errado; se sou eu ou se é V. Ex.<sup>a</sup>. Veremos que, quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que a Oposição deve ser feita, exclusivamente, pelo M.D.B., logo depois se verifica a expressão de que "alegria do pobre dura pouco". Realmente, V. Ex.<sup>a</sup> retira do M.D.B. até a condição de fazer oposição, dizendo que é preciso um oposicionista da categoria do Sr. Carlos Lacerda para liderar movimento de tal ordem. Pergunto, então, a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> é contra alguém que, fora da ARENA, aplauda atos do Governo? O SR. DINARTE MARIZ — Não sou contra quem aplauda atos do Governo, nem contra os que os contestam.

O Sr. Mário Martins — V. Ex.<sup>a</sup> acha que qualquer cidadão tem direito de aplaudir o Governo embora não pertencendo à ARENA. V. Ex.<sup>a</sup> terá, então de reconhecer o direito de alguém fazer oposição, a este Governo, embora não pertença ao M.D.B. Não é possível V. Ex.<sup>a</sup> querer dar aulas, ministrar ensinamentos à Oposição, digo-o, não para o MDB, mas para todas as pessoas. V. Ex.<sup>a</sup> é autoridade, na defesa do Governo; deixe que os homens da Oposição preconizem seus caminhos. O povo, na Oposição, quer, na hora em que está lutando, ao lado dos estudantes, os estudantes que não estão nem na "Frente Ampla" nem no MDB.

O SR. DINARTE MARIZ — Esta palavra "povo" que V. Ex.<sup>a</sup> tanto repete, tenho a impressão de que, no regime democrático que V. Ex.<sup>a</sup> tanto defende, é sinônimo de maioria e maioria nesta Casa, Senador Mário Martins, maioria no Parlamento,

Majoria no País, Majoria Democrática, é a ARENA a que eu pertencerei.

O Sr. Mário Martins — É a maioria que passou sobre cadáveres dos maiores vultos democratas deste País, uma vez que cassavam direitos políticos dos democratas, uma vez que impugnavam, com Atos Institucionais, candidaturas de certos democratas. Devo declarar a contragosto, nesta Casa, que, realmente, não tem autenticidade esta maioria que aqui está e aquela que se encontra na Câmara dos Deputados, visto que as eleições não foram livres, sem cassações, sem impugnações, sem aquelas pressões do voto de cabresto que V. Ex.<sup>a</sup>, na União Democrática Nacional, como tantos outros, sempre combatia, preconizando a cédula única. Pois bem, foi preciso reformulação da pregação de V. Ex.<sup>a</sup> para fazer a camisa-de-força que deu a maioria à Casa.

O Sr. DINARTE MARIZ — V. Ex.<sup>a</sup> então, não reconhece a legitimidade da eleição responsável pela sua presença nesta Casa?

O Sr. Mário Martins — Não, não quero, a tanto, reconheço grandes valores...

O Sr. DINARTE MARIZ — V. Ex.<sup>a</sup> está exercendo um mandato igual ao meu, mandato igual ao de todos que com assento nesta Casa...

O Sr. Mário Martins — Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que, se não houvesse cassações eu não seria candidato, porque haveria outras figuras, no meu Estado, com mais valor e merecimento do que eu e que estariam aqui representando o povo da Guanabara.

O Sr. DINARTE MARIZ — V. Ex.<sup>a</sup> recebeu da Revolução esse benefício.

O Sr. Mário Martins — No Norte, dada a pobreza ali existente, dada a presença policial e militar durante o pleito, não foi possível apresentar sequer candidatos federais pela Oposição. V. Ex.<sup>a</sup> tem consciência de que não houve eleição livre, tem consciência de que era uma prova de coragem alguém se candidatar pelo MDB a cargo eletivo. E V. Ex.<sup>a</sup> declara que a ARENA representa o pensamento majoritário do País! Assim seria se a eleição não fosse o resultado da situação que V. Ex.<sup>a</sup> apoiou portosamente, embora, no passado, tenha condenado tal sistema.

O Sr. DINARTE MARIZ — Como a verificar, satisfeito, que esta Revolução beneficiou também V. Ex.<sup>a</sup>, V. Ex.<sup>a</sup> reconhece que só chegou ao Senado por causa dela.

O Sr. Mário Martins — V. Ex.<sup>a</sup> sabe que, quando, renunciei ao meu mandato, na Câmara, declarei que só voltaria à vida pública quando a Democracia estivesse ameaçada. Não era meu desejo voltar. Voltei, porque, havia alguém, candidato da Oposição, correndo risco imediato, de ter seu mandato cassado. Por isso, vim fazer Oposição.

O Sr. DINARTE MARIZ — Em 1963, V. Ex.<sup>a</sup> foi convocado para esta grande missão: vir à praça pública toda vez que a Democracia fosse ameaçada.

O Sr. Mário Martins — Em 1963 eu escrevia como jornalista e me bastava isto para cumprir meu dever, como cidadão. Agora, Vossa Excelência sabe que, quando nós vamos às origens desse movimento, vemos que não nasceu em razão de clamor nacional e sim de interesses estrangeiros, de interesses das companhias privadas de refinamento de petróleo que se dizem nacionais.

O Sr. DINARTE MARIZ — Isto é com V. Ex.<sup>a</sup>. Não viajei pelos países que V. Ex.<sup>a</sup> conheceu e onde tem encontrado esse vínculo.

O Sr. Mário Martins — Olhe V. Ex.<sup>a</sup>, para o que o Congresso aprovou, logo após a revolução. V. Ex.<sup>a</sup> sabe que tínhamos no Congresso quase dez acordos entre Brasil e Es-

tados Unidos que não eram aprovados em virtude da reação de um grupo de cerca de 150 Deputados, isto é, o que se refere à Câmara dos Deputados. Logo no início da revolução cassados esses Deputados, que se opunham a expiação do Brasil, foram esses acordos aprovados em 40 dias, o que não conseguiram os Estados Unidos durante cinco anos. Se V. Ex.<sup>a</sup>, for pesquisar os Anais do Congresso, verificará que a maioria dos Deputados cassados o foram por lutar pela preservação dos recursos nacionais.

O Sr. DINARTE MARIZ — Sei, nobre Senador Mário Martins, que V. Ex.<sup>a</sup>, é um apaixonado defensor de suas idéias e princípios, mas sei, também que V. Ex.<sup>a</sup>, é um homem justo. Quando V. Ex.<sup>a</sup>, está calmo, refletindo, V. Ex.<sup>a</sup>, encontra os legítimos motivos pelos quais o povo brasileiro aplaudiu o movimento de 1964. V. Ex.<sup>a</sup>, sabe quanto o País estava mergulhado na anarquia, V. Ex.<sup>a</sup>, sabe mais que ninguém, porque reside, como eu resido, no coração do Brasil, que é a Guanabara e lá assistimos à inversão da ordem pública, lá eu assisti à anarquia, lá eu assisti à indisciplina, lá eu assisti soldados saírem para a rua contra os seus superiores hierárquicos, lá eu assisti as greves diárias e injustificáveis.

O Sr. Mário Martins — V. Ex.<sup>a</sup>, assistiu — e não emitiu nenhum protesto — quando as forças militares invadiram a Câmara dos Deputados sob as ordens do Presidente da República. Que hierarquia é esta? Que respeito à ordem é este? V. Ex.<sup>a</sup>, tiveram de engolir uma Constituição vinda de um poder espúrio.

O Sr. DINARTE MARIZ — Essa é a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>. A minha é diferente. Acho que o País precisa mudar e vai mudar. Acho que V. Ex.<sup>a</sup>, que não aceitou a Revolução de 1964 sabe que a mocidade brasileira encontrará nela o porto para os grandes destinos deste País!

O Sr. Mário Martins — A mocidade não apoia e nem é solidária com a Revolução de 1964. Tanto assim que os estudantes vivem em guerra aberta e o Governo tem que apelar para um coronel do Exército para controlá-los.

O Sr. DINARTE MARIZ — O que está acontecendo é que a pregação da "Frente Ampla" não empolgou, não penetrou na mocidade, no operariado.

O Sr. Mário Martins — Acontece é que as forças militares...

O Sr. DINARTE MARIZ — Atualmente todos trabalham, estão tudo em ordem, quando, em 1963, tudo era desordem, greves diárias, greves feitas em nome do Presidente da República, uma verdadeira balbúrdia.

O Sr. Mário Martins — Havia um Congresso livre...

O Sr. DINARTE MARIZ — Hoje, os operários estão trabalhando e os políticos da oposição, todos os dias, com demagogia falam pensando numa coisa que jamais acontecerá, porque a Revolução tem que ir até o fim.

O Sr. Mário Martins — Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, que os sindicatos estão fechados pela força e sabe V. Ex.<sup>a</sup>, que este Congresso também está indiretamente, ocupado pela força.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite Vossa Excelência um aparte?

O Sr. DINARTE MARIZ — Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Senador Dinarte Mariz, a resistência democrática que o MDB e a "Frente Ampla" fazem ao Governo serve para demonstrar a farsa do regime instituído e o que Vossa Excelência está sustentando, nessa tribuna, comprova a farsa.

O Sr. DINARTE MARIZ — Vou esperar as conclusões de Vossa Excelência para então poder responder.

O Sr. Josaphat Marinho — Esta Constituição, que Vossas Excelências tanto louvam, estabelece que ela pode ser reformada.

O Sr. DINARTE MARIZ — Exatamente, todos nós sabemos.

O Sr. Josaphat Marinho — Sabem, mas não reconhecem. Essa a desgraça de Vossas Excelências. O que é preciso não é proclamar, é ser sincero, é reconhecer a prática desta Constituição. Essa Constituição, tão louvada por Vossa Excelência, proclama que pode ser emendada; esta Constituição declara que todos são iguais perante a lei, esta Constituição estabelece que é plena a liberdade de consciência; esta Constituição estatui que, por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ninguém será privado de qualquer dos seus direitos; esta Constituição proclama que é livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação, sem sujeição a censura; esta Constituição também proclama o livre direito de associação. Pois tudo isso que a Constituição proclama é o que a atividade do MDB e da "Frente Ampla" defende e Vossa Excelência acaba de negar. Veja, pois, que, no momento em que Vossa Excelência qualifica de subversivo um movimento que atua as escancaras, com os seus membros falando aos jornais e, quando podem, falando pelo rádio e pela televisão, no instante em que Vossa Excelência assim o qualifica o que faz é a negação dessa Constituição. É a confissão de que o que nela está escrito não é para valer. O que significa que este regime é uma farsa. Mas não nos surpreende a atitude de Vossa Excelência em face da Constituição e dos movimentos de Oposição. Não é de hoje, neste País, que a todo movimento de resistência democrática contra a força dominante, se dá o qualificativo de movimento subversivo. Todos os regimes fascistas ou parafascistas que se instituíram no Brasil qualificaram as forças de resistência democrática de subversivas. Foi assim num perfeito simile com o quadro atual, em 1945, obrigando o Brigadeiro Eduardo Gomes, num dos seus pronunciamentos, a responder ao Senhor Getúlio Vargas para dizer-lhe que a liberdade do povo brasileiro não dependia da sua vontade arbitrária; que o mundo havia entrado numa fase de renovação; que o povo havia conquistado novos direitos, que já não dependia da vontade isolada dos governantes. Como em 1945, a partir de 64, renovou-se o estribilho: todo movimento de resistência democrática é subversivo. Subversivo por quê? Porque defende os direitos do povo, a liberdade dos estudantes, a autonomia das Universidades, porque combate o arrocho salarial, porque defende política de desenvolvimento, porque pleiteia uma política exterior efetivamente independente. Se isso é subversão, todo o povo brasileiro é subversivo, porque está contra essa situação dominante no País.

O Sr. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e a oportunidade que teve de nos dar uma aula muito lúcida de direito constitucional.

O Sr. Josaphat Marinho — Se a aula puder valer como esclarecimento, foi em nome da Constituição, que Vossa Excelência não deve vilipendiar mas acatar.

O Sr. DINARTE MARIZ — Exatamente. Vossa Excelência esqueceu de ler uma parte da Constituição que garante a todos, indistintamente, o direito de livre manifestação e tanto assim é que o Senhor Carlos Lacerda está falando em toda parte. E Vossa Excelência, que tanto o tem acompanhado em suas peregrinações, já foi alguma vez molestado?

O Sr. Josaphat Marinho — E não poderá o Senhor Carlos Lacerda fa-

lar? Mas não em todo lugar que ele pode falar, não. Não pode ir ao rádio nem a televisão. Por que não pode, se pela Constituição todos são iguais perante a lei?

O Sr. DINARTE MARIZ — Aquelas que estão dispostos a respeitar a Constituição. Aquelas que vão pregando a desordem e a queda do regime, so neste Governo Costa e Silva, cheio de prudência e com vocações as mais democráticas que se possam ter em qualquer país democrata do mundo, tiveram e têm, a liberdade para aconselhar o povo brasileiro a se revoltar e a derrubar o regime vigente.

Mas quero também agradecer a Vossa Excelência. Reconheceu o nobre colega que este País teve seus grandes líderes, seus grandes patriotas, e que ainda os tem. Fez Vossa Excelência numa figura que, em 45, respondeu a Getúlio Vargas em determinada altura da vida política do País em determinado momento grave de agitações, em que se precisava realmente de homens patriotas. Reconheceu Vossa Excelência que essa figura correu o risco ao dizer ao ditador de então o que disse.

O Sr. Josaphat Marinho — Esperamos que esse homem — ouja V. Ex.<sup>a</sup>, como sou justo — e esperamos que esse homem, que lutou contra a ditadura em 45, mas cometeu o terrível erro contra si mesmo e contra o povo brasileiro, de ser Ministro do Governo ditatorial passado, espantemos que o Brigadeiro Eduardo Gomes levante de novo a sua voz agora, como ainda outro dia os jornais anunciaram que o fizera, para recomendar a defesa do poder civil e contra o domínio militar insustentado no País.

O Sr. DINARTE MARIZ — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, a oportunidade que me deu para dizer a esta Casa, e a V. Ex.<sup>a</sup>, que nesta hora não tem talvez o prazer de estar em companhia do Brigadeiro Eduardo Gomes que esteve com ele desde o primeiro dia da sua ação política neste País. Desde a Revolução de 1930, e ainda hoje estou defendendo as mesmas idéias, procurando os caminhos de que o Brasil precisa e que ele durante tantos anos tem perseguido com o seu patriotismo e a sua pureza de sentimentos cívicos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, vim à tribuna para atender a uma convocação, a solicitação de um colega.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O Sr. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — Ouço, com tristeza, essa troca de expressões duras e desnecessárias, que a cada levam e, a meu ver, nada produzem. Ontem, fiz um discurso aqui no Senado, de 21 laudas, sobre a verdadeira situação do Brasil, suas necessidades, de como torná-lo uma nação livre, independente e firme, e não tive o prazer de receber um aparte, nem da Oposição, nem dos representantes do Governo. Não desejo forçar ninguém a estudar a situação do País, mas acho que a política está comandando conta do Brasil, tornando-o quase irrespirável.

O Sr. DINARTE MARIZ — Não ouvi a última parte das suas palavras. Tenha a bondade de repetir.

O Sr. José Ermirio — Acho que a política está tomando conta do Brasil e tornando-o quase irrespirável, e que a situação está tomando rumo quase irresponsável.

O Sr. DINARTE MARIZ — Então venha para o meu Partido. Foi o que eu dizia há pouco: o que está havendo no Brasil é uma situação política não construtiva.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite um aparte? — (Assentimento do orador) — Permita-me assinalar, através de seu discurso, que respei-



amos inteiramente a liberdade de convicções e de entendimento de qualquer dos nobres Senadores desta Casa, inclusive dos nossos companheiros do MDB. O problema de interpretação do que seja política e do que seja o funcionamento do Congresso é livre a qualquer um dos nossos. Temos, em diferentes oportunidades, participado, apartando os discursos do nobre Senador José Ermírio. E evidenciamos que nenhum de nós é obrigado a fazê-lo em todos os seus discursos. Quero assinalar, para resguardar a minha liberdade de manifestação política, que enquanto condições tiver, não deixarei, nesta Casa, de participar dos debates políticos porque é sobretudo através deles que asseguramos o livre funcionamento deste Congresso. E pela livre crítica de todos os problemas que nos confrontamos para a segurança das diretrizes sociais e econômicas. No dia em que o Congresso deixar de ser empolgado pelas questões políticas e tornar-se apenas o ambiente sereno de discussões técnicas e atuais, terá perdido sua grande qualificação de órgão de expressão de pensamento político; que o é em todo mundo civilizado.

O SR. DINARTE MARIZ — Obrigado ao aparte de V. Exa. que não foi dirigido a mim propriamente, mas com referência às palavras do nobre Senador José Ermírio.

Devo entretanto dizer que, naturalmente, o nobre Senador José Ermírio, quando achou que o terreno estava um pouco agitado politicamente, deixou-se levar, digamos assim, por um impulso de sua consciência. Com certeza quis se referir ao que há lá fora, porque, realmente, aqui, nosso papel é discutir todos os assuntos que interessam ao País, sejam eles políticos ou não.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pois não.

O SR. AURÉLIO VIANNA — É bem verdade que V. Exa. está falando em seu nome pessoal...

O SR. DINARTE MARIZ — Até hoje só tenho feito falar em meu nome pessoal.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... Não está falando em nome do seu Partido, mesmo porque, para fazê-lo, teria que estar respaldado por uma atitude de seu Partido, punindo aqueles parlamentares da ARENA que pertencem à "Frente Ampla". O Partido de V. Exa., se o nosso está dividido, também está, e em torno do mesmo assunto: a existência da "Frente Ampla". O líder da ARENA no Senado da República prestou declarações até agora não desmentidas a "Última Hora" de que a "Frente Ampla" — é composta por um grupo de homens que têm direito de se agrupar para pregação de suas ideias, mesmo de forma fraca e confusa, mas perante a Constituição cada qual responderá pelos excessos praticados. Embora respeitáveis essas declarações — atribuídas a V. Exa. — refletem pontos de vista pessoais, que não representam o pensamento ou a orientação do Governo. Quando ao nosso partido, V. Exa. deve refletir nas expressões que usou acerca de nossa posição. O MDB, não é caudatário do líder reconhecido da "Frente Ampla". O ex-Governador da Guanabara é líder oposicionista, não é líder da oposição brasileira. V. Exa. sabe disso e não ignora que há no MDB partidários da "Frente Ampla" como os há no seu partido, uns proclamadamente, outros oculta-mente. Há também aqueles que discordam da liderança da "Frente Ampla", mais da liderança do que propriamente do movimento, respeitandose os grupos democraticamente, numa luta paralela em que cada qual usa os instrumentos que possui, a sua

maneira, para combater os erros cometidos pelo Governo atual. O nobre colega pondera nos termos que vem usando a respeito desse assunto. Também sou partidário da tese — e acredito que todos nós — de que num Parlamento político, num Parlamento democrático, os debates políticos da política partidária, da política ideológica, da política econômica têm precedência. Não há dúvida nenhuma quanto a isso. Creio que se alguma conservação vem sendo feita quanto à maneira como certos debates se processam, os de hoje como os de ontem são de cunho eminentemente democrático. Vossa Excelência reflete, repito, o seu pensamento pessoal, e se o nosso Partido está dividido quanto a "Frente Ampla" o de Vossa Excelência também.

O SR. DINARTE MARIZ — Não sei se V. Exa. estava presente quando iniciei este discurso. Exatamente o que ressaltei é que eu não falava em nome do Governo, que este tem a sua liderança própria; nem em nome do meu Partido. Aí me falar em meu nome individual e daquela liderança pequenina e muito modesta que represento. Este é o meu pensamento político.

Agora V. Exa. há de convir que não falei sobre o seu Partido, o MDB. Referi-me à "Frente Ampla". Longe de mim dizer que o MDB é um Partido subversivo, pois conheço, posso dizer, os seus componentes, e não seria capaz de assim julgar nenhum deles.

E fiz mais uma ressalva: nem todos aqueles que estavam na "Frente Ampla" eram subversivos, muitos apenas estavam representando o papel tão conhecido em nossa linguagem, de "inocentes úteis", e que estes um dia, quando fossem tocados em suas consciências pela realidade, haveriam de ter remorsos pelos passos dados em falso, quando enganados, equivocados, pensavam servir honestamente e corretamente ao País, e então verificariam que tinham participado de um movimento subversivo. É o que afirmo com convicção. Não sou homem capaz de dizer uma coisa por culpa. Esta é a minha convicção e, como brasileiro, como Senador da República, como homem que enveredei na vida pública, tenho mais que o direito, o dever de vir à tribuna do Senado dizer à Nação que se atente e dizer daqui ao Sr. Presidente da República — como qualquer representante do MDB tem o mesmo direito e o mesmo dever — que se atente, porque amanhã teremos que combater a "Frente Ampla" no nosso terreno. Reconheço em V. Exa., nobre Senador Aurélio Vianna, um partidário, como sei que V. Exa. não é da área subversiva. Mas, amanhã, teremos que combater a "Frente Ampla", para que o País conheça o caráter do sistema democrático, sob a égide da Constituição de 1946, que adotou.

O SR. ÁLVARO MARTINS — V. Exa. num lapso de memória, referiu-se a 1944, quando pretendia citar a Constituição de 1946.

O SR. DINARTE MARIZ — Vossa Exa. não precisa de um epíteto para proteger-se.

O SR. AURÉLIO VIANNA — V. Exa. a mim se referiu e eu, num pequeno adendo, irei observar que, se o Governo atual reconhece que a "Frente Ampla" é subversiva...

O SR. DINARTE MARIZ — Infelizmente ainda não reconheceu.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... e não a detém, então é um Governo fraco. Se é um Governo forte e perante que a "Frente Ampla" exista e subsista, então reconhece que subversiva ela não é. E até agora, numa intervenção ao nosso aparte, V. Exa. acaba de reconhecer que o Governo atual está certo de que esse movimento não é subversivo. Então, vamos en-

cará-los democraticamente, os que concordam com o movimento e os que discordam dele.

O SR. DINARTE MARIZ — Mas o meu dever é alertar, estar de acordo com a minha consciência. O meu dever é vir da público quer quais as minhas condições, Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA — É um direito de V. Exa.

O SR. DINARTE MARIZ — Mesmo porque o Senador Aurélio Martins já foi tão simpático na intervenção que fez as minhas palavras que até me lembrou o tempo da minha mocidade, em que eu corri riscos pensando no futuro do nosso País.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Uma vez que V. Exa. voltou a insistir na acusação de subversão à "Frente Ampla" e como dela participe, e participe, tranquilamente...

O SR. DINARTE MARIZ — Disto eu sei. Faço justiça a V. Exa.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... permita-me acentuar, ainda uma vez, que é inteiramente sem sentido qualificar de subversivo um movimento que se propõe ao debate dos problemas políticos nacionais e a pleitear a modificação do sistema, dentro da discussão permitida pelo próprio regime instituído. Não há por que V. Exa. revelar ainda tanto temor diante da "Frente Ampla", quando V. Exa. há pouco proclamou que ela não despertou o entusiasmo dos estudantes nem dos operários, que todos estão trabalhando sem dela tomar conhecimento. Se assim é, por que tanto medo da "Frente Ampla"? Por que este receio de um debate que se quer travado publicamente? O que se deseja, nobre colega, é exercitar o princípio de livre ação política, de maneira que Vossas Excelências defendam o Governo e o regime, e nós outros possamos combater o Governo e advogar a modificação do regime.

O SR. DINARTE MARIZ — Como não não falo, e com toda liberdade.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Isso é que deve ser assegurado, se há de prevalecer o princípio do diálogo democrático. Mas esse não está prevalecendo com a amplitude que Vossa Exa. assinala. Não há liberdade de imprensa a não ser nos grandes centros e V. Exa. não nega isto com sinceridade. V. Exa. sabe que, no Norte do País, não há liberdade de imprensa. V. Exa. sabe...

O SR. DINARTE MARIZ — Então não estou no meu juízo perfeito.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... e até em seu juízo perfeito...

O SR. DINARTE MARIZ — Leio os jornais todos os dias.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — ... que só há liberdade de imprensa nos grandes centros como São Paulo e um pouco em Belo Horizonte. Porque, na maioria das próprias capitais dos Estados a imprensa está submetida continuamente a uma censura ilegal. Ainda há pouco eu lhe dizia que a liberdade que V. Exa. proclamava, não é assim tão assegurada, tanto que o Sr. Carlos Lacerda não pode ocupar estações de rádio nem televisão. Embora não tenha ele seus direitos políticos cassados, está sendo, de qualquer modo, impedido. No momento em que se exerceu sua presença num grande centro de cultura, de onde suas palavras naturalmente repercutiriam para toda a Nação, buscou-se restringir os efeitos da grande solenidade, com uma mobilização militar em todo o País, que só vem expor as Classes Armadas a uma situação em que não desejamos vê-las.

O SR. DINARTE MARIZ — Vossa Excelência sabe que o ex-Governador Carlos Lacerda já proclamou, tal-

vez na presença de V. Exa. que o que quer é derrubar o regime. Isto não é democrático.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Fazer-se a reforma da Constituição, não é democrático? Dialogou, não é democrático?

O SR. DINARTE MARIZ — Vossa Exa. fala em diálogo. A Aliança Nacional Libertadora também veio dialogar com o povo brasileiro e Vossa Exa. sabe o que foi ela, e qual foi o seu fim. A Ação Integralista também se apresentou em sentido democrático, e não era outra coisa senão uma raiz do fascismo em nosso país.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Vossa Exa. traz exemplos que não têm semelhança com a posição da "Frente Ampla". Não invocou o exemplo da Aliança Liberal, da União Democrática Nacional, em 1945. São esses os movimentos que podem combinar com a diretriz da "Frente Ampla".

O SR. DINARTE MARIZ — Da Aliança Liberal eu participei, e ela não era outra coisa senão a revolução que nós fizemos na convicção de estar prestando um serviço ao País. Por todos esses exemplos e que estou nesta tribuna dizendo ao povo brasileiro, e chamando o País para não acreditar em tudo isso que está aí, essa encenação.

O que se está preparando é um golpe contra a revolução de 1954.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — V. Exa. fique certo, o Governo precisa acautelar-se contra muitos dos seus aliados.

O SR. DINARTE MARIZ — Do lado de V. Exa. recomendamos que se acautele, porque o Brasil todo já assistiu ao filme passar. Portanto, não há por que nos acautelarmos.

Sr. Presidente, vou deixar esta tribuna dizendo apenas que aqui não vim para o debate, mas a ele não fugi. Foi convocado pelo nobre colega da Oposição que achou por bem a minha presença para assumir a responsabilidade por declarações que a imprensa do País atribuiu-me. Mas foi uma oportunidade boa para que eu deixasse clara, aqui no Senado, a minha opinião quanto a "Frente Ampla": é um acompanhamento de subversivos.

Os nobres Senadores que me apartaram falaram sobre criação do Governo e intervenção do poder público em determinadas situações. Entretanto estão esquecidos de que no Governo Jânio Quadros, que todos reconhecem como governo de autoridade, Sr. Exa. mandou uma esquadra para Recife, não para uma revolução, mas para acabar uma greve de estudantes.

Não sei de Governo algum que tenha chegado a este ponto.

O SR. MARIO MARTINS — V. Exa. me permitia, uma vez que sou convocado ao debate: naquela ocasião eu, com muita honra, dirigia o vespertino "A Notícia". Se V. Exa. se desse ao trabalho de compulsa a coleção daquela folha irá encontrar artigo meu concedendo a atitude do Sr. Jânio Quadros com relação aos estudantes de Recife. Estarei sempre, nobre colega, contra a violência, contra aqueles que querem deter o caminho normal da evolução democrática brasileira. Protestei, então, contra o Sr. Jânio Quadros, como protestei várias vezes contra o Sr. João Goulart, como protestei, num agora difuso, contra o Sr. Castello Branco, e como protesto, hoje, contra o Sr. Costa e Silva.

O SR. DINARTE MARIZ — Lembrou, Sr. Presidente, esses episódios da vida política do País de modo, talvez, um pouco falho, pois muitos naturalmente escapam-se a memória neste momento. Entretanto, ninguém estará esquecido de que o líder da "Frente Ampla" da Democracia, daquele que se diz defensor das liberdades públicas, respeitador das eleições do poder popular, é o mesmo que pela televisão, pelo rádio e pela

imprensa se manifestava, contra a posse do Sr. Juscelino Kubitschek, dizendo que o impediria até a socos. V. Exa. estava no Brasil e deve ter tomado conhecimento disto.

O Sr. Mario Martins — Na ocasião, V. Exa. e eu pertencíamos ao mesmo partido do Sr. Carlos Lacerda. Se consultar os Anais da Câmara dos Deputados encontrará palavras minhas de divergências com o Líder do Partido, na ocasião que preconizava tais soluções. V. Exa. podia, no caso, acusar-me de ineterado defensor da liberdade, intransigente defensor dos direitos do povo. Hoje, falando o Sr. Carlos Lacerda na sua campanha de "Frente Ampla".

O SR. DINARTE MARIZ — Honrado com o aparte mas declaro que não me estou dirigindo a V. Exa. Conheço as suas idéias; sei que amanhã será um possível aliado ao reconhecer que o líder da "Frente Ampla" so quer o que sempre quis no passado. V. Exa. sabe que vive a coragem, aquele tempo de enfrentar o Sr. Carlos Lacerda quando da Convenção do partido. V. Exa. o teste munhou. Dentro do novo partido, era ele um homem que vivia comido, mas, de quando em vez, punha o segurava.

Em consequência disso, exuberâncias, dessa vivência, e que agora, hoje, dizer ao povo brasileiro que se previna a "Frente Ampla" e talvez, um movimento subversivo, um acampamento de subversivos. Que prestem atenção ao sentido dessas minhas palavras. V. Exa. como o Senador Josaphat Marinho disse, lembrar-se-ão um dia: o objetivo do movimento é apenas a subversão.

O Sr. Mario Martins — V. Exa. nos acusa com o futuro e diz que nos devemos prevenir contra coisas que irão ocorrer. Já estamos prevenidos, caro colega, contra as coisas que estão ocorrendo; estamos protestando contra atos do Governo, que estão atentando contra a Democracia. E, mais do que isso, contra a soberania nacional. Devo declarar — e o faço sinceramente — que o atual Governo não está incorrendo no mesmo erro de atentar contra a soberania nacional quanto o Governo anterior. De modo que não acaemos com coisas que vão ocorrer, para despertar a consciência dos homens da ARENA; nós mostramos o que está sucedendo — e não preclaramos fazê-lo, porque cada um dos membros da ARENA, tem consciência de que estamos vivendo horas de nostalgia terrível, em na era de liberdade.

O SR. DINARTE MARIZ — Senador, hoje, é muito difícil encontrar um elemento da UDN, desde o mais modesto, que não de raras ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek quando proibiu o Sr. Carlos Lacerda de ir a televisão e a rádio.

O Sr. Mario Martins — Na vida pública eu o tenho proclamado, meus maiores amigos, companheiros de grandes lutas, eram elementos da antiga UDN hoje, não na ARENA; no MDB fiz relações novas, das quais muito me orgulho e convicção de grande alicerce, na minha forma democrática. Agora, quando V. Exa. diz que o Sr. Juscelino Kubitschek teria tido razão em proibir o Sr. Carlos Lacerda de falar na televisão, hoje, digo não. É absurdo que ele próprio, hoje, também, diga não. Racionalmente é que, naquela ocasião, V. Exa. embora não proibiu o Sr. Carlos Lacerda e tenha, todavia, evidentemente, a coragem de enfrentar em debates internos do Partido, V. Exa. também não concordava com a atitude do então Presidente da República, que pertencia a outro período, de impedir que um membro do nosso partido de então usasse o rádio e a televisão. V. Exa. mudou, meu caro colega. V. Exa. mudou e muito. Antes, pregava o direito de cada um

falar livremente, hoje V. Exa. nega esse direito.

O SR. DINARTE MARIZ — Exatamente. O sentido do meu discurso é esse, Sr. Senador Mario Martins, exatamente esse.

O Sr. Mario Martins — Então V. Exa. vai-me permitir: V. Exa. confessa que renega todo o passado de glórias. V. Exa. cresceu no respeito e na administração públicas por ter tomado parte em revoluções, porque defendia a liberdade; não permitia que um Governo viesse casar a palavra de um homem público, de um jornalista neste País. Mas hoje, é V. Exa. quem confessa que renega este passado. Lamento muito, Sr. Senador.

O SR. DINARTE MARIZ — Ao contrário, Sr. Senador.

O Sr. Mario Martins — V. Exa. hoje, preconiza o direito do uso da força.

O SR. DINARTE MARIZ — Faltou somando a experiência do passado a minha experiência de hoje, estou falando em função de minha vivência na política nacional, pois que o homem que esteve ao nosso lado, que nasceu, politicamente, aos nossos lados, que pregou tanto as nossas idéias e os nossos ideais que viveu conosco, numa hora em que entendíamos que aquilo era o que de melhor poderíamos apresentar à nação e vir trabalhar conosco para o desenvolvimento econômico do país, o que fez? No momento em que foi contrariado nas suas ambições pessoais, na sua longa caminhada para o poder, largou nos, largou o país e se envolve numa subversão para chegar ao poder.

O Sr. Mario Martins — V. Exa. vai-me permitir o seguinte: o Sr. Carlos Lacerda sempre pregou eleições diretas, quando convivia conosco e atualmente. De modo que não está no caso, não se pode levar a débito de uma ambição pessoal, quando diz que o povo é que tem o direito de escolher os seus governantes e não as classes armadas.

O SR. DINARTE MARIZ — Sei que V. Exa. é sincero quando fala, mas permita que eu discorde do que acabou de declarar a esta Casa, que, no seu íntimo, V. Exa. possa admitir que o Sr. Carlos Lacerda é um homem sem ambições.

O Sr. Mario Martins — Não disse isso. Acho legítimas as ambições. Entendo que qualquer cidadão tem o direito de ter ambições políticas.

O SR. DINARTE MARIZ — Quando as ambições são legítimas.

O Sr. Mario Martins — O Sr. Carlos Lacerda não renunciou as eleições diretas.

O SR. DINARTE MARIZ — De todas as coragem civis, de todos os sacrifícios que um homem é capaz de fazer, por engrandecer-se e glorificar-se perante a opinião pública do país, o maior de todos é a renúncia, quando em jogo os interesses supremos da Pátria.

O Sr. Mario Martins — Quando em jogo os interesses do País, mas pior do que a renúncia é a capitulação. Quem não luta não está renunciando, está capitulando. E o que vem acontecendo, desgrazadamente, nos hostes dos nossos grandes amigos do ontem.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte do meu nobre colega, mas prefero ficar com a minha opinião. Certamente não vou me expressar com a enfase com que V. Exa. se manifesta habitualmente nesta Casa, nem com a do nobre Senador Josaphat Marinho que, certa vez dizia que estava falando em nome da maioria do povo brasileiro. Tive, então, a oportunidade de declarar, num aparte, que, num regime democrático, a maioria é quem fala em nome do povo e nós aqui somos maioria.

Naquela época a convicção era tão grande de que o MDB ia fazer a maioria da representação do Con-

gresso Nacional, que, confesso ao nobre Senador, dei um aparte até meio tímido, fazendo minhas ressalvas. Pensava que, quando fossem abertas as urnas, o MDB chegaria aqui com seu penacho, sua bandeira, sua maioria, e iria ditar novas rumos ao País.

O Sr. Mario Martins — As balanças cercavam as urnas.

O SR. DINARTE MARIZ — Quando as urnas foram abertas vi-se que o povo brasileiro ficara cego.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Pode não.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas não se esqueça V. Exa. de que, no período imediatamente anterior às eleições e momento do livre exercício do voto, o Governo, através, como nunca se fez antes, do garroteamento das liberdades públicas. Cassou mandatos, prendeu, expulsou das Assembléias Legislativas deputados que iam concorrer para o cargo de Governadores. E o caso mais escandaloso é o do Rio Grande do Sul. Cerceu e invadiu esta Casa, já sua candidatura registrada para as eleições. Cassou mandatos de parlamentares federais, naquele instante. Impediu o registro de dezenas de candidatos pelo País agora.

O SR. DINARTE MARIZ — Como convém a toda revolução que queira realmente servir ao País.

O Sr. Josaphat Marinho — O que quero dizer a V. Exa. é que não houve eleições livres, coradas, livres, no País. Evidentemente, não começamos a um termo de entendimento nesta parte do discurso. Quería apenas voltar a um ponto anterior, em que o nobre colega, notando-me com sua referência, aludiu a que, em tempo próprio, talvez eu rectificasse o que V. Exa. hoje está proclamando. Quero só declarar um esclarecimento. Eu não sou correligionário do Sr. Carlos Lacerda.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito bem.

O Sr. Josaphat Marinho — Não sou seu liderado. Não aceito mandatos de seus pontos de vista, que ele sustenta desde o tempo em que era líder da UDN. Não se trata disto. Não sou aliado, propriamente, do Sr. Carlos Lacerda, mas do movimento em que ele se encontra com destinação, que, juntamente com destinação, do movimento, que é de resistência democrática, participo e participarei com ele seguramente. Mas devo declarar sem nenhum comprometimento no instante em que tiver qualquer divergência de profundidade com a linha de orientação do Sr. Carlos Lacerda eu não, tenho problemas para me proclamar aliado do movimento. E esta é a grande virtude de estarmos na "Frente Ampla": é que nela nós, estamos livremente e livremente dela podemos sair, porque estamos ali para defender teses, princípios, doutrinas políticas, enquanto formos todos concordantes. O que nós queremos e que o Governo brasileiro assegure esta mesma liberdade não só aos seus correligionários mas a todos os brasileiros.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito bem.

O Sr. Josaphat Marinho — Não sou seu liderado. Não aceito mandatos de seus pontos de vista, que ele sustenta desde o tempo em que era líder da UDN. Não se trata disto. Não sou aliado, propriamente, do Sr. Carlos Lacerda, mas do movimento em que ele se encontra com destinação, que, juntamente com destinação, do movimento, que é de resistência democrática, participo e participarei com ele seguramente. Mas devo declarar sem nenhum comprometimento no instante em que tiver qualquer divergência de profundidade com a linha de orientação do Sr. Carlos Lacerda eu não, tenho problemas para me proclamar aliado do movimento. E esta é a grande virtude de estarmos na "Frente Ampla": é que nela nós, estamos livremente e livremente dela podemos sair, porque estamos ali para defender teses, princípios, doutrinas políticas, enquanto formos todos concordantes. O que nós queremos e que o Governo brasileiro assegure esta mesma liberdade não só aos seus correligionários mas a todos os brasileiros.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte de V. Exa., mas acho muito e desnecessário, pois estou vendo que V. Exa. já está sentindo que a caminhada em que vamos, V. Exa. vai...

O Sr. Josaphat Marinho — Não concordo, V. Exa. não me interprete. Apelo para sua correção para manifestar, por aqui V. Exa. não quer a exclusão de meu pensamento qualquer ideia de divergência profunda. Eu correspondo a clareza do seu pensamento com palavras igualmente claras.

O SR. DINARTE MARIZ — Permite V. Exa. que eu conclua meu pensamento. Longe de mim desfigurar a palavra que V. Exa. me dá

com tanta clareza e não, admite, portanto, interpretação.

Eu me rigorei de que V. Exa. tenha feito afirmações que são com grande alegria para mim porque conheço e sei que V. Exa. não poderia nunca encampar as idéias do Sr. Carlos Lacerda, quando ele se propõe a fazer uma revolução a fim de derrubar o regime brasileiro.

O Sr. Josaphat Marinho — Permita-me esclarecer que não é o Sr. Carlos Lacerda que está pregando revoluções no País, mudanças no quadro institucional, e o faz constantemente e o faz corajosamente e o faz em nome dos interesses do País.

O SR. DINARTE MARIZ — O Sr. Carlos Lacerda não está pregando revoluções, mas sim a mudança de regime. O Sr. Carlos Lacerda não está pregando revoluções, mas sim a mudança de regime. O Sr. Carlos Lacerda não está pregando revoluções, mas sim a mudança de regime.

O Sr. Josaphat Marinho — É, porque, meu nobre colega, admita, admita liberdade a que eu e os meus companheiros inconscientemente...

O SR. DINARTE MARIZ — Não, não V. Exa.

Vou terminar meu discurso. Sr. Dinarte, que já vai longe, lembrando a presença do meu nobre colega Arnaldo Vargas, peço que aqui se faça ficaria satisfeito com os nossos esclarecimentos, restando-nos um ponto de vista perante o Sr. Carlos Lacerda, alertando todos os brasileiros que queiram de fato servir a Nação.

Precisamos estar, vigilantes. Na realidade, não estou aqui com sugestões, não estou aqui com denúncias que não sei fazer, não estou aqui dando uma opinião. Vim trazer um depoimento que é a minha convicção.

Se quisermos servir à Pátria, vamos prestigiar os partidos, que a Constituição permite. Se amanhã forem criados dois, três, quatro, cinco, partidos está perfeito.

Para organizar-se um partido é necessário um trabalho de catequese e não é preciso pregar-se a derrubada do regime.

A "Frente Ampla" é o trabalho de um homem que vem pregar a derrubada do regime, vem trazer intransigência ao seio da família brasileira, vem agitar os meios estudantis, e que esta procurando aproximação com uma classe da qual nunca procurou aproximar-se — que é a classe operária. De maneira que, na minha opinião, digo — com convicção — eis o seguinte: de Carlos Lacerda sou pessoalmente amigo; não tenho nada contra ele. Estou aqui a serviço do meu País. Estou dando um depoimento corajoso, porque não tenho nada agradável enfiar em debates com a, b ou c, sem necessidade, pois estou vendo que no Brasil há um certo sentido de acomodação com o poder e o eminente colega ao meu lado, Arnaldo, há essa tendência de não querer participar, na luta política, dos riscos — é o que estou vendo. Muitos acham melhor ficar no retiro. Eu, não, vou me colocar o que estou pensando. Sou um homem vivo, tenho estado dentro de revoluções e conspirações. Não posso complacência, não posso me acomodar, não posso porque é um movimento subversivo se organizado, sou contra a "Frente Ampla".

Este País não pode suportar o regime de revoluções; precisa continuar a trabalhar dentro da Revolução de 1930.

O Sr. Mario Martins — Permita-me V. Exa. um aparte? (Aplausos do orador) — Concedendo as suas palavras: este País não pode suportar outra revolução; basta esta que estamos suportando. (Risos)

O SR. DINARTE MARIZ — Basta a de 1964 para que o País se realize, pois ela traduziu os anseios do povo brasileiro.

O Sr. Mário Martins — Em marcha à ré.

O SR. DINARTE MARIZ — Não precisamos de outra revolução. E digo aqui, Sr. Presidente, sem nenhum medo de errar e sem medo de, amanhã me sentir perturbado pela minha consciência; os brasileiros, todos aqueles responsáveis, aqueles que amam o seu País, devem estar de olho no sistema que se está organizando em torno dessa "Frente Ampla" para enviar derramamento de sangue em nossa Pátria.

É esse o meu ponto de vista. Foi chamado ao debate pelo nobre Senador Arthur Virgílio e, tendo em vista os apertados recebidos, achei por bem, de uma vez por todas, esclarecer minha posição. Aqui não fala o Governo; aqui não fala meu partido. Aqui fala o Senador da República, consciente de seus deveres, de sua posição de homem público, sem medo de externar sua opinião, sobretudo naqueles momentos mais difíceis da vida da República, consciente de servir ao povo brasileiro e as instituições democráticas da Nação Brasileira. (Muita bem.) (Palmas).

**Comissão mista incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 1968 (CN), que "atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário".**

Presidente — Senador Ruy Carneiro.

Vice-Presidente: Senador José Leite Relator — Deputado Elias Carmo

**ANEXO DA ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE FEVEREIRO DE 1968, ÀS 21 HORAS PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MISTA**

**É a seguinte a íntegra do apanhamento taquigráfico:**

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Havendo número legal, está aberta a sessão. Dou a palavra ao nobre Deputado Elias Carmo, a fim de emitir o parecer sobre o Projeto de lei nº 1, de 1968, que atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão Mista, cabe-me, nesta oportunidade, oferecer parecer sobre o Projeto-de-Lei nº 1, de 1968. Este parecer já foi distribuído, mas vou lê-lo, a fim de que possamos, com maior conhecimento de seus termos, discutir e votar a matéria.

Pego aos Srs. Membros da Comissão licença para dar outra explicação.

Já havia formulado meu parecer, ontem à tarde, e o havia entregue à Datilografia, quando, indo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, verifiquei que a emenda do nobre Senador Raul Giuberti, mesmo se a aprovasse, já estava destituída de qualquer fundamento, porque pelo Plano Preferencial de Estradas de Rodagem a BR-259, que liga Colatina a João Neiva, no Espírito Santo, faz parte do Plano Trienal Prioritário, e, neste ano de 68, já está em execução o serviço, havendo uma verba de ... NCR\$ 5.700.000,00 para essa estrada. Em 69 receberá outra verba de NCR\$ 5.700.000,00, e ficará definitivamente concluída em 70, com uma verba de NCR\$ 1.600.000,00.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Submeto o parecer do Relator à Comissão, com exceção dos destaques que já se encontram sobre a Mesa.

Querida solicitar aos colegas, Deputados e Senadores, a observância das

normas disciplinadoras dos nossos trabalhos a fim de evitar que fiquemos aqui um tempo indefinido; — como às vezes acontece em decorrência, como é claro, da infringência das normas disciplinadoras, — e, também, a fim de evitar um debate exaustivo, contra as normas estabelecidas e com prejuízo para nós todos.

Houve uma modificação nos quadros da Comissão: o Sr. Senador Carlos Lindenberg foi substituído pelo Sr. Senador Alvaro Maia; o Senhor Senador José Feliciano foi substituído pelo Sr. Senador Júlio Leite; o Sr. Senador Raul Giuberti foi substituído pelo Sr. Senador Celso Ramos; o Sr. Deputado José Lindoso foi substituído pelo Sr. Deputado Sival Boaventura; e o Sr. Deputado Emílio Gomes foi substituído pelo Senhor Deputado Benedito Ferreira.

Os demais estão presentes. Está em discussão o parecer do Senhor Relator.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Senhor Deputado Zaire Nunes.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES (Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, foi à minha revelia que a liderança da minha bancada me indicou para integrar esta Comissão. Eu nem sabia que tinha sido indicado, pois, inclusive, no dia em que no plenário do Congresso foram lidos os nomes, eu não estava presente. Hoje, à tarde, é que tomei conhecimento da designação e só agora, à noite, é que, manuseando esses elementos que nos foram distribuídos, é que tive contato com a matéria.

Este projeto de lei, Sr. Presidente, tem o caráter de uma lei regulamentadora, uma lei que regulamenta o Decreto-lei nº 73. A esse Decreto-lei nº 73, que no caso seria a lei principal, eu oponho as mais sérias restrições. Foi outorgado ao país naquele período em que o Congresso Nacional se achava em recesso, decretado pelo então Presidente Castello Branco.

Esta lei me parece altamente prejudicial aos interesses do país, nos termos em que é posta. E, evidentemente, sendo eu contra o principal, necessariamente sou contra o acessório.

Por isto, voto contra o parecer do eminente Deputado Elias Carmo.

Acresce, ainda, que esse Decreto-lei nº 73, impôs — e o Deputado Elias Carmo frisa isso em seu parecer — um sacrifício aos proprietários de veículos.

E quais foram os grandes beneficiários? Foram exatamente aquelas companhias seguradoras que perderam o seguro de acidentes do trabalho.

Parece-me que isso foi uma barganha entre o Governo e essas companhias seguradoras, barganha por antecipação, já que a lei que atribuiu o seguro de acidentes do trabalho ao INPS foi posterior.

Por esses motivos, Sr. Presidente, repito, voto contra o parecer. Entretanto, não quero deixar de passar a oportunidade de dizer que, na leitura a que procedeu o Deputado Elias Carmo verifiquei que, entre as várias emendas oferecidas ao projeto, a emenda do nobre Deputado Alípio Carvalhal procurava exatamente favorecer as pessoas com menores condições econômicas, embora proprietárias de automóveis, no tocante ao pagamento dos prêmios de seguro.

O nobre Deputado Relator rejeita a emenda, apesar de tecer louvores ao seu autor, sob o fundamento de que uma circular da Superintendência de Seguros Privados já havia regulado a matéria; mas regulado para os Impala e Mercedes Benz. O proprietário de

carros mais modestos, porém, não é beneficiado pela emenda.

Sr. Presidente, não podia deixar escapar a oportunidade de fazer esta observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Está franqueada a palavra aos Srs. Congressistas. (Pausa.)

Em votação o projeto, salvo as destaques.

Os Srs. Congressistas que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado, contra o voto do nobre Deputado Zaire Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Temos vários destaques que serão discutidos. O primeiro deles é de autoria do nobre Sr. Deputado Nicolau Tuma, que requer destaque para a Emenda nº 6, que diz o seguinte:

Art. 1º — Do montante dos prêmios de seguro obrigatório, arrecadados por força do disposto no Art. 2º, alínea "b", do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, uma parcela de cinco por cento será destinada a Campanhas Educativas de Trânsito.

Parágrafo único. Os prêmios de seguro de que trata a Resolução nº 25, de 1967, do Conselho Nacional de Seguros Privados serão reduzidos de 5% (cinco por cento).

O nobre Deputado Nicolau Tuma, autor do requerimento de destaque, de acordo com as Normas Disciplinadoras, dispõe de cinco minutos para falar.

Tem a palavra S. Exª o Sr. Deputado Nicolau Tuma.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, eminente Relator — Deputado Elias Carmo.

Preliminarmente, Sr. Presidente, quero agradecer as generosas palavras com que o ilustre Relator nesta Comissão Especial acolheu as minhas idéias e as minhas emendas. S. Exª entretanto, depois de algumas ponderações, entendeu que as emendas não deveriam ser aceitas por esta Comissão, recomendando portanto a sua rejeição ao Plenário.

Sr. Presidente, tive oportunidade de dizer, na justificativa desta Emenda nº 6, em outras palavras, que os prêmios de seguros obedecem ou devem obedecer a cálculos atuariais. Esses cálculos, para esse seguro de responsabilidade civil, por certo ainda obedecem apenas a estimativas, uma vez que é adotado o seguro obrigatório a partir do exercício de 1968.

Portanto, Sr. Presidente, ninguém poderá afirmar, a priori, se a resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados estabeleceu prêmios justos para o Seguro de Responsabilidade Civil. Somente a partir de um ano de experiência, ou de dois anos de experiência, através desta primeira amostragem, é que se poderia chegar à conclusão do verdadeiro valor dos prêmios de seguros.

Tive oportunidade de me dirigir ao Ministério da Indústria e Comércio, conversando pelo telefone com o Ministro Interino, e fui por S. Exª informado de que estes prêmios foram fixados contra a vontade das companhias de seguros, que desejavam prêmios mais elevados.

Portanto, à primeira vista, os prêmios seriam baixos. Entretanto, o próprio Sr. Ministro Interino de Indústria e Comércio foi quem assinou, quem subscreveu a exposição de motivos que deu origem ao projeto que manda retirar 10% dos prêmios, destinando-os à segurança do tráfego nas rodovias. E se V. Exª observarem de novo, e lerem com atenção a exposição de motivos do Sr. Ministro Interino da Indústria e Comércio vão verificar que S. Exª queria destinar essas importâncias, exclusivamente, às estradas federais.

Mas, o texto do projeto fala em "estradas"; retirou a expressão "federais".

Ora, Sr. Presidente, diz o Ministro da Indústria e do Comércio, Interino, que a aplicação desses 10% dos prêmios de seguro em sinalização, conservação de estradas e policiamento poderia redundar na diminuição do número de acidentes.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão, por força de circunstâncias, manejei, durante muitos anos, as estatísticas de acidentes e posso afirmar a V. Exª que os acidentes ocorrem em muito maior número nas cidades do que nas estradas. E não apenas nas estradas federais. Portanto, a campanha preventiva de acidentes não poderia limitar-me — como é óbvio — aos acidentes de estradas. Por que só estradas? Lido nos jornais do Rio a famosa "Batalha do Rio de Janeiro" todos os dias. Morrem um, dois e três. Em São Paulo, em Porto Alegre, em Belo Horizonte, em Salvador e em tantas outras cidades do Brasil. Morre muito mais gente nas cidades do que nas estradas. Mas os desastres das estradas assumem sempre proporções maiores, porque, quando um ônibus tomba, morrem cinco, dez, quinze pessoas; quando dois veículos se encontram em alta velocidade morrem três, quatro, cinco pessoas de uma vez, e o acidente, assim, alcança proporções maiores pelo noticiário da imprensa. Contudo, se analisarmos o contá-gôta da morte no dia a dia, todos os dias uma, duas, uma, duas. No pinga-pinga da morte, nas grandes cidades do Brasil, verificamos que os acidentes ocorrem com muito maior frequência nas cidades do que nas estradas.

Deste modo, já vejo, inicialmente, o inconveniente na aprovação do projeto tal qual veio formulado, porque ele destina 10% do produto dos seguros exclusivamente para aplicação nas estradas. E mais: confia as normas de recolhimento ao Conselho Nacional de Seguros Privados, como também a sua aplicação.

Peço vênha para fazer uma ponderação, ao eminente Relator, Deputado Elias Carmo. S. Exª na página 9 do seu Relatório, declarou que há um engano de minha parte porque, ouvido o Conselho Nacional de Transportes este fixara as normas específicas quanto ao recolhimento dessa percentagem e aplicação da mesma. Peço vênha para ler o texto do Art. 2º, do Projeto nº 1/68: (Lê)

"Art. 2º O Conselho Nacional de Seguros Privados, ouvido o Conselho Nacional de Transportes, fixará as normas específicas quanto ao recolhimento dessa percentagem pelas sociedades seguradoras, e quanto à sua aplicação."

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — (Fazendo soar as campanhais) — V. Exª já excedeu o seu tempo.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Eu não sabia que tinha tempo limitado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — V. Exª dispunha de cinco minutos. São as normas disciplinares.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Agradeço a V. Exª.

Para concluir: fixaram as normas para a aplicação dessa percentagem. Não me parece que esse órgão do Ministério da Indústria e do Comércio possa ter essa autoridade. Diz o Código Nacional de Transportes em seu Art. 5, Item 1º: (Lê)

"Compete ao Conselho Nacional de Transportes promover e coordenar campanhas educativas e de trânsito."

Como vê V. Exª, acredito que a Emenda que apresentei à alta consideração das duas Casas do Con-



gresso é complementar à idéia do Executivo, isto é, em vez de destinarmos 10% das arrecadações dos prêmios dos seguros de responsabilidade civil para sinalização, policiamento e conservação das estradas, destinaremos 5% para as campanhas educativas.

Um sinal de estrada custa dezenas de cruzeiros novos, a conservação de uma estrada, outro tanto. Quando desço de 5% o montante previsto pelo projeto, tenho a certeza de que, no conjunto, destino uma importância muito maior para as campanhas educativas do trânsito, não apenas em estradas, mas em todo o território nacional, porque o problema da segurança do trânsito não se circunscreve aos acidentes de estrada.

Nestas condições, com todo respeito e toda admiração que nutro pelo eminente Relator desta matéria, meu querido amigo Deputado Elias Carmo, eu pediria a S. Ex.<sup>a</sup> que reexaminasse a questão e a luz desses argumentos, pudesse S. Ex.<sup>a</sup> concordar numa alteração do art. 1.<sup>o</sup> do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, eu me daria por muito bem pago de todas as cansaças e trabalho que tive com o estudo deste projeto, somente com a oportunidade de fazer com que, nesta Comissão, o nobre Deputado Nicolau Tuma, reconhecida autoridade em matéria de trânsito no Brasil, aqui pudesse comparecer para que com seu relevo, com sua responsabilidade de líder incontestado nessa matéria, nos trouxesse a sua palavra de esclarecimento.

Lamento, entretanto, Sr. Presidente, que, muito a contragosto, como disse em meu Parecer, eu seja forçado a declarar que discordo daquilo a quem eu considero meu mestre em matéria de trânsito na Câmara. S. Ex.<sup>a</sup> foi, sem dúvida alguma, um extraordinário batalhador para que pudessemos incluir na lei várias daquelas exigências que hoje lá estão no Código.

Eu fui seu aluno e o acompanhei na sua bancada, mas lamento, nesta altura, dizer ao seu nobre e eminente amigo a quem chamarei meu mestre em questão de trânsito, que nós divergimos profundamente no estudo da matéria. Se assim foi, é porque nos colocamos em pontos realmente diferentes e opostos na questão.

O que nós estamos procurando, através do projeto, é tirar daquelas companhias seguradoras 10% daquele prêmio, em benefício justamente da proteção do trânsito, trânsito este que se divide, como muito bem sabe o nobre e ilustre Deputado Nicolau Tuma, em trânsito de estradas e cidades. Quando o Departamento promove campanhas educativas de trânsito, ele o faz não somente nas estradas, mas também nas cidades. Para a campanha educativa de trânsito, que S. Ex.<sup>a</sup> defende muito bem, deseja a separação de uma porcentagem daqueles 10% que o decreto reserva para as estradas: Esses 10% são destinados totalmente ao trânsito em geral e nós não podemos, de maneira nenhuma, dividir o trânsito em trânsito de cidade e trânsito de estradas. O trânsito é um só. Assim, esses 10% que serão separados do montante do prêmio arrecadado do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil, essa parcela será aplicada, integralmente, em todo o trânsito, quer seja ele de estrada, quer seja ele de cidade.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um novo aparte?

O SR. RELATOR (Deputado Elias Carmo) — Pois não.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — V. Ex.<sup>a</sup> pode ler, no fim do art. 1.<sup>o</sup> o seguinte:

“...será destinada, pelo prazo de cinco anos, à melhoria das condições de segurança do tráfego das rodovias.”

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Eminente Deputado, não se pode, de maneira nenhuma, separar, na prática, o trânsito da cidade do trânsito de estrada. Quando, por exemplo, seguimos de viagem de Brasília para Belo Horizonte, para o Rio ou para São Paulo, de vez em quando, passamos por cidades. O trânsito, por essa lei, será beneficiado, não só o da estrada propriamente dito, como o da cidade. Sabemos que, nas cidades, o trânsito não é tão bem fiscalizado como nas estradas, e não é tão perfeito quanto nós o desejaríamos.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Quem sabe, nobre Deputado, se não poderia corrigir esse excesso, da parte final do art. 1.<sup>o</sup>, suprimindo a palavra “rodovias”, e colocando “da segurança do trânsito”.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Mas, o que ocorre, nobre Deputado, é que o Conselho Nacional de Seguros Privados, ouvido o Conselho Nacional de Transportes, vai fixar a norma específica quanto ao recolhimento. Esse recolhimento vai ser feito pelas Companhias de Seguros ao Banco do Brasil e, então, o que vai ocorrer é que caberá ao Conselho Nacional de Transportes fixar, dispor, indicar essa verba, para que ela seja aplicada. Aplicada como? Aplicada justamente no trânsito, quer esse trânsito se efetue, se dê, se realize nas estradas ou nas cidades. Quer dizer, se pulverizarmos a verba, tirando 5% e destinando essa importância à Campanha Educativa do Trânsito, verificaremos que vamos prejudicar todo o conjunto, todo o trabalho dos Departamentos, porque é um trabalho em conjunto, é um trabalho que precisa ser dividido em muitas partes. A campanha educativa, no caso, seria realizada somente dentro das cidades, no sentido de fazer com que todos que passam pelas ruas, os pedestres principalmente, se habituassem a obedecer o regulamento do trânsito, procurando, dessa maneira, fazer com que o número de acidentes diminuísse. Ora, neste caso, o que estamos fazendo é permitir, através da parcela de 10%, que esse trânsito todo seja regulado de maneira conjunta, que o trabalho se faça não em duas partes, mas em uma só, sem solução de continuidade, sem que discriminemos estradas e vias públicas de cidades.

Nestas condições, tenho a certeza que o nobre Deputado Nicolau Tuma, com o conhecimento que possui da matéria, há de, no fundo, concluir comigo: a campanha está dentro do trânsito. Não pode haver trânsito sem campanha e não pode haver campanha sem trânsito.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Com todo o prazer.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — A meu ver, nobre Deputado, o problema de trânsito situa-se dentro da esfera do transporte. O Conselho Nacional de Trânsito deveria estar subordinado ao Ministério dos Transportes, como na Inglaterra, porque o trânsito é uma disciplina acessória do transporte. Se não houver transporte não há problema de trânsito.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Concordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Então, se o trânsito é acessório do transporte, essa verba deveria ir para o Ministério do Transporte, a fim de que pudesse cuidar do as-

sunto globalmente. Mas como ainda a nossa organização administrativa continua situando o Conselho Nacional de Trânsito na esfera do Ministério da Justiça, colocando o trânsito como um caso de polícia, ainda não foi possível partirmos para a unidade em torno desse assunto.

Por isso que concordamos com V. Ex.<sup>a</sup>, porque há uma idéia geral de que ao invés de prestigiar a aplicação das verbas na segurança das rodovias, poderíamos partir para a extensão do conceito.

Consta do Código Nacional de Trânsito — Art. 125 — um dispositivo pelo qual eu venho me batendo desde o tempo em que era vereador em São Paulo: é a inclusão da disciplina “Trânsito” nas escolas primárias e secundárias do País.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, que mais de 80% dos acidentes de trânsito ocorrem por deficiência do fator humano.

Se pudessemos preparar o homem para ser um motorista e um bom pedestre, estaríamos eliminando 80% das causas de acidentes do trânsito. Em recente Congresso, realizado em Viena, a que compareceram técnicos da Europa, chegou-se à conclusão de que se deveria criar o homem automobilístico, o homem para a era motorizada. É o que vimos pregando há mais de vinte anos.

Portanto, nobre Deputado, minha idéia, que V. Ex.<sup>a</sup> apreendeu muito bem, seria a de não restringir as estradas, mas estender a todo o território nacional as campanhas educativas de trânsito, através do órgão competente, isto é, o Conselho Nacional do Trânsito.

Perdoe-me V. Ex.<sup>a</sup> tê-lo interrompido várias vezes, mas o assunto é apaixonante.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Recebo o aparte de V. Ex.<sup>a</sup> com a maior satisfação e verdadeira alegria cívica.

Verifico que estamos caminhando na mesma estrada para alcançar um ponto fixo, mas por vias diferentes.

V. Ex.<sup>a</sup> focalizou ponto interessante, de que deveríamos imitar a Inglaterra no tocante ao problema transporte. Estou inteiramente de acordo com V. Ex.<sup>a</sup>.

Nesse particular, pediria a atenção do Plenário para a explicação que darei.

Aqui se encontra uma autoridade no assunto, o nobre Senador Manoel Vilhena, que também assistiu a como se processa o trânsito em Nova Iorque, a maior cidade do mundo. O movimento de veículos, ali, é dez vezes o do Rio de Janeiro. O que verificamos é que houve, justamente, uma educação desde o berço, podemos dizer. Infelizmente ainda não conseguimos chegar ao ponto em que desejaríamos, trabalhando por que essa educação partisse da escola primária. Então, além dos ensinamentos morais, cívicos, de amor à Pátria, seriam ministrados mais esses ensinamentos de saúde, de alimentação, enfim dos meios e dos métodos de podermos ter uma vida em comunidade, como vemos noutros países. Portanto, infelizmente, verificamos que ainda não atingimos aquele grau de civilização que outras nações já alcançaram mas que, tenho certeza, haveremos de atingir e sei que V. Ex.<sup>a</sup> pensa do mesmo modo.

Verificamos, assim, que há divergências, dualidade de leis que se chocam nesse particular, e essa lei entregando às companhias de seguros privados autoridade de fixar normas específicas quanto ao seu recolhimento nada mais quer do que fazer com que o Conselho Nacional de Transportes venha, então, com autoridade suprema, aplicar essa verba num plano, não um plano visionário, mas sim um plano unitário.

Desse modo, Srs. Senadores, Srs. Deputados, tenho certeza de que,

tratando este projeto como votando estamos, desde já, damos um grande passo para alcançarmos o que todos queremos — a unificação de todos os meios, de todas as vias, a unificação de todos esses esforços no sentido de que consigamos aquilo ideal que outros países conseguiram e que alcançaremos, pois para lá caminhamos.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra, pela ordem o Sr. Deputado Benedito Ferreira.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, nobre Relator, Srs. Deputados, e Senadores, Parece-me, Sr. Presidente, acompanhando o pensamento do nobre Deputado Nicolau Tuma, que S. Ex.<sup>a</sup> objetiva, antes de mais nada, na sua emenda, colocar as coisas no devido lugar. O Código Nacional de Trânsito reza que é da competência do Conselho Nacional do Trânsito, além do que dispõem os artigos do Código, sugerir modificações na legislação sobre Trânsito; zelar pela unidade do trânsito; resolver sobre consultas; opinar sobre os planos interestaduais; promover campanhas educativas de trânsito; etc.

Ora, se é da competência do Conselho Nacional de Trânsito, não há como delegar essa competência, agora, ao Conselho Nacional de Transportes, já que se trata de atribuição dada por legislação anterior ao Conselho Nacional do Trânsito.

Quero crer que o fundamental da emenda Nicolau Tuma não está sendo notado, como deveria ser. Isto é, a relevância é a competência que cabe ao Conselho Nacional de Trânsito e está sendo, no entendimento que foi dado pelo nobre Relator, está sendo transferida ao Conselho Nacional de Transportes.

Esse artigo, Sr. Presidente, vem como que fazer uma incursão perigosa nas atribuições que já cabem no Conselho Nacional de Trânsito.

O SR. DEPUTADO DAYL DE ALMEIDA — Sr. Presidente, creio que colocaríamos bem a questão levantada pelo nobre Deputado Nicolau Tuma quanto ao Art. 1.<sup>o</sup>, sugerindo que, após a palavra “tráfego”, ao final do referido artigo, retirássemos as expressões “das rodovias”. Porque, assim, abrangeríamos o tráfego onde quer que ele se realizasse.

Quanto ao Art. 2.<sup>o</sup>, creio que a situação seria melhor posta se, ao invés de atribuirmos também os planos de aplicação dessas verbas ao Conselho Nacional de Seguros Privados, os deixássemos a critério do Conselho Nacional de Transportes, isto sem querermos entrar no mérito da oposição que faz o nobre colega ao choque entre a competência do Conselho Nacional de Trânsito e esta intromissão do Conselho Nacional de Transportes. Para isto pediria a atenção do nobre Relator, Deputado Elias Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, desejo responder às duas objeções levantadas pelo nobre Deputado Benedito Ferreira. Em primeiro lugar: o Código de Trânsito, Decreto-lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1968, sofreu uma pequena modificação pelo Decreto-lei nº 237, de 1967. Posteriormente, vem então o regulamento 62.127, que aprovou o Código Nacional de Trânsito com suas modificações.

Quero chamar a atenção dos nobres Congressistas para o fato de que não se trata de uma lei quer invadir a esfera ou atribuição de outra. Verificase, nesse Projeto nº 2, que o que se quer, o que se procura é ter maior parcela de rendas, de meios, de possibilidades, para que possamos, então, conseguir a melhoria do tráfego. Agora, esse tráfego — aqui devo deca-

rar e insistir — não é tráfego nas estradas ou nas cidades. Tráfego é o conjunto. Muito bem disse o Deputado Dayl Almeida, quando declarou que a segurança do tráfego é geral. Não é na cidade ou na rodovia. Se realmente o projeto fala em tráfego das rodovias, não quer dizer que é este negando que cuidemos da defesa do tráfego nas cidades, através de campanhas, através do esforço coletivo. Afinal de contas, todos estamos contribuindo para a melhora do tráfego, em geral. Esta a conclusão a que chegamos.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Nobre Deputado, concede-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Com todo prazer!

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Muito obrigado.

Nobre Relator, a competência do Conselho Nacional de Tráfego não é adstrita às cidades. E' também às rodovias. Daí por que insistimos na questão de competência, para promover a segurança do tráfego de rodovias. Não podia ser outro órgão que já foi criado especificamente para promover as condições de segurança do tráfego, como V. Ex.<sup>a</sup> diz, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que ele está dificultado no nosso País, talvez por um desleixo nosso, dos legisladores, querendo exigir daqueles que vão cumprir a lei do cidadão comum, que não esteja preparado para cumpri-la. Daí a nossa preocupação que não seja objeto de interpretação judiciária, quando na realidade o problema pertence, exclusivamente, ao Departamento Nacional de Tráfego. Daí querermos ver que o Poder Executivo, ao mandar essa Mensagem confundi, houve um lapso. Onde queria dizer "Conselho Nacional de Tráfego", colocaram "Conselho Nacional de Transportes".

Não há porque o próprio Poder Executivo querer alterar o que já está feito. O Conselho Nacional de Transportes não tem pessoal habilitado, não tem nem sequer material humano para promover essa segurança.

O que vai ocorrer, se consentirmos que sala o projeto daqui com isso, que acredito seja um erro de redação, é que o Executivo, ou envia à outra Mensagem ou vai-se acorrer do Conselho Nacional de Tráfego, para execução dessa lei.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Agradeço a intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> mas devo dizer que, em sua consciência, não vejo essa diferença, essa dificuldade. O que verifico é o seguinte: V. Ex.<sup>a</sup> acha que o Conselho Nacional de Seguros privados não deve ouvir o Conselho Nacional de Transportes.

E' uma questão de redação. Mas que não tem a menor importância, se olharmos, afinal de contas, o que se quer e se quer e se deseja: o Regulamento estabelece, cria, esse Conselho Nacional de Transporte, do acordo com o Código de Tráfego.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Nobre Deputado, quando precisamos de um médico, não procuramos um advogado. V. Ex.<sup>a</sup> não de convir que o órgão competente, o que está aparelhado para essa aplicação, objetivamente, só pode ser, sem dúvida, aquele órgão que foi instituído, precipuamente, para essa finalidade: proteger, coordenar e disciplinar a segurança do tráfego.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — A segurança do tráfego está sendo procurada justamente através das verbas que vamos dar por esse decreto, por esse projeto de lei, para que haja essa segurança. Não podemos, de maneira alguma, conseguir segurança se não tivermos meios.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Não discutimos a questão dos meios, discutimos a questão da inexistência.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Discordo de V. Ex.<sup>a</sup>. Pelo contrário, estamos criando meios,

dando meios para que se consiga essa segurança. É uma questão, absolutamente, de denominação, que não vem perturbar, prejudicar, ao final de contas. Pelo contrário.

O SR. DEPUTADO DAYL DE ALMEIDA — O D.N.E.R. não se faz representar no Conselho Nacional de Transportes. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem integra o Conselho Nacional de Tráfego. Se o objetivo é a segurança de rodovia, pela conservação das mesmas e por sua sinalização, então é trabalho do D.N.E.R. E, se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não faz parte do Conselho Nacional de Transportes, mas do Conselho Nacional de Tráfego, então, casou de acordo com o Deputado em que há erro.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Devo então, declarar, dando uma resposta oficial a V. Ex.<sup>a</sup>: fui procurado, oficialmente, pelo Ministro Mário Andreazza e pelo Diretor Regional do D.N.E.R., Sr. Eliseu Rezende tendo sido informado de que é com essa lei que eles terão meios de atender às necessidades do Departamento. É a informação que devo transmitir a V. Ex.<sup>a</sup>. Fui procurado pelo Sr. Eliseu Rezende, ou seja, o nobre Deputado, tendo ele me declarado que, de maneira alguma, poderíamos permitir que o D.N.E.R. ficasse privado desse decreto, porque, desse decreto depende, principalmente, o grande trabalho que ele está fazendo e que irá fazer.

O SR. DEPUTADO DAYL DE ALMEIDA — A informação dada por V. Ex.<sup>a</sup> vem atender ao bem comum. Se ele está atendendo nada mais resta a fazer.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Devo repetir a V. Ex.<sup>a</sup> que todo esse trabalho, feito, principalmente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, será prejudicado se negarmos aprovação a esse projeto. É essa a informação oficial de ordem técnica que devo dar a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. DEPUTADO DAYL DE ALMEIDA — Sendo, assim, agradeço as informações e retiro as objeções.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Informo aos Srs. Congressistas que o Relator já terminou o prazo de que dispunha.

O SR. DEPUTADO NUNES LEAL — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Senhor Deputado Nunes Leal.

O SR. DEPUTADO NUNES LEAL — Sr. Presidente, o que foi dito pelos Deputados Dayl de Almeida e Nicolau Tuma é o que também eu quero: essa palavra "rodovias", no final do artigo 1º do projeto, poderá propiciar a interpretação errônea ou a aplicação da lei.

Entendo que, se suprimirmos a palavra "rodovias", no final do artigo 1º, não estaremos alterando em nada e nem diminuindo o sentido da lei. Pelo contrário, se mantivermos esse vocábulo, poderá acontecer que surjam interpretações.

Insisto em que, se suprimirmos essa expressão, o final do artigo ficará "... da segurança do tráfego", pois que, exatamente, o nosso objetivo é a melhoria das condições do tráfego.

Se mantivermos a expressão "rodovias", surgirão várias interpretações, umas pensando que tudo só se aplica às rodovias e outras discordando. Entendo que o próprio espírito dessa expressão não altera em nada o espírito da lei, conserva sua amplitude e evita uma interpretação errônea, uma interpretação limitativa, que não é do interesse, do espírito da lei.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Peço ao nobre Deputado que encaminhe subemenda retirando a expressão "rodovias", já que eu concordo com ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Senhor Senador Atílio Fontana.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, nós entendemos que, se o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, o Sr. Ministro dos Transportes e o Sr. Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que, certamente, devem ter examinado profundamente este projeto, podem a sua aprovação nos termos em que ele está, isto é, no tocante à parte que está em debate, do Conselho Nacional de Transportes em lugar de Conselho Nacional de Tráfego, nós devemos concluir que esses estados devem merecer a nossa aprovação.

Ademais, Sr. Presidente, os centros urbanos, com uma nova legislação fiscal, principalmente com a receita volumosa do Imposto de Circulação de Mercadorias, estão munidos com amplos recursos, inclusive para a questão de trânsito.

Consequentemente, devemos ter presente que o problema mais sério é o das rodovias, de vez que o movimento cresce sempre e não existem verbas específicas em maior escala, para orientar, disciplinar e oferecer condições de segurança nas estradas.

Penso que, em vista do que nos foi transmitido pelo Sr. Relator, deveríamos aprovar o projeto, nos termos em que ele se encontra.

Esta é a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, o nobre Senador Atílio Fontana interpretou perfeitamente o pensamento de todos nós. S. Ex.<sup>a</sup> raciocinou como todos nós raciocinamos. Se, realmente, os encargos da futura, da fiscalização e do desenvolvimento desse programa chegaram a esse entendimento, de que deveria ser assim aprovado, entendo que está certo o pensamento do nobre Senador Atílio Fontana.

Sr. Presidente, pediria a Vossa Excelência submetesse, em primeiro lugar, o destaque. Aprovado o destaque, aprovada estaria a emenda substitutiva de Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Em votação o destaque da Emenda nº 8, do nobre Deputado Nicolau Tuma. (Pausa).

Procede-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vai-se proceder à apuração. (Pausa).

Votaram contra o destaque 8 Senhores Congressistas.

Votaram com o destaque 5.

O destaque foi rejeitado, prejudicada a subemenda.

Destaque da emenda nº 7, do Deputado Humberto Lucena.

Tem a palavra o Deputado Humberto Lucena, para defender o destaque.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, desejaria que a Comissão atentasse bem para o objetivo da emenda. O Governo, através do projeto de lei que ora examinamos, estabelece que "do montante dos prêmios arrecadados dos seguros obrigatórios da responsabilidade civil relativa aos transportes terrestres, uma parcela de 10% será destinada, pelo prazo de cinco anos, à melhoria das condições da segurança do tráfego das rodovias".

Então, com esta emenda o que pretendemos é estabelecer que também sobre os seguros obrigatórios da responsabilidade civil relativos aos transportes aéreos, incidirá um percentual cujo valor será destinado, por sua vez, à segurança do tráfego aéreo. Porque, se, na verdade, as nossas rodovias estão a exigir do Governo um grande cuidado com relação à segurança do tráfego, não se pode negar que muito mais ainda temos que fazer com relação ao tráfego aéreo, no País, porque a maioria dos

aeroportos das pequenas cidades e capitais dos Estados não dispõe do necessário equipamento para o pouso das aeronaves. De tal sorte que, muitas vezes, alguns acidentes aéreos têm acontecido por falta desses aparelhamentos de segurança de voo. Daí porque entendo esta uma oportunidade para que o Congresso Nacional, numa colaboração com a iniciativa do Poder Executivo, estendesse, através dessa emenda, a providência, no sentido de que também se cuidasse da segurança do tráfego aéreo.

Entretanto, para que a emenda seja mais bem compreendida, ofereço à Comissão uma subemenda de redação, nos seguintes termos: (Lê)

"Art. 1º Do montante dos prêmios arrecadados em seguros obrigatórios de responsabilidade civil, relativos ao transporte (artigo 20 do Decreto-lei nº 73, de 1936) uma parcela de 10% será destinada, pelo prazo de 5 anos, à melhoria de serviço de tráfego rodoviário".

Isto já consta do projeto. Agora a novidade. (Lê)

"Parágrafo único. O mesmo percentual será fixado, isto é, de 10%, incidirá por igual período de tempo sobre os prêmios dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil, relacionados com os transportes aéreos, constantes também do dispositivo legal inserido neste artigo, e o valor correspondente à sua arrecadação será empregado na expansão dos planos de seguro do tráfego aéreo".

De forma que não vejo como possa a nobre Comissão que aqui se reúne rejeitar a emenda. Procurei explicá-la, detidamente ao nobre Relator. S. Ex.<sup>a</sup> não fez objeção quanto ao mérito. Apenas disse-me que achava que deveria ser tratada oportunamente, em outro projeto — de lei que se relacionasse com modificações quanto ao Código do Ar. Não é isso mesmo? Foi o argumento de V. Ex.<sup>a</sup>, mas creio que a oportunidade de nos cuidarmos da maior segurança do tráfego é esta exatamente: que o Governo trate de ampliar o sistema de tráfego rodoviário. A fonte de recursos é a mesma. Apenas a percentagem, em vez de ter somente certa aplicação, além dos transportes terrestres incidirá também sobre a responsabilidade civil dos transportes aéreos. Daí porque eu pediria à Comissão que examinasse também a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Senhor Relator.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Como muito bem explicou o nobre Deputado Humberto Lucena ele pretende, com sua Emenda, conseguir que o tráfego venha a contar com a mesma fonte de renda de dez por cento, que também seja fixada sobre a proteção ao tráfego aéreo, ao transporte em geral.

O nobre Deputado é absolutamente veraz quando afirma que cômico esteve e que expôs o seu ponto de vista. E também diz a expressão da verdade quando declara que eu lhe havia dito que a sua Emenda não contrariava o meu modo de pensar. E' exato. Acho, realmente, que nós devemos dar toda cobertura também ao Projeto, à Emenda que quer solucionar esse problema. A emenda quer melhorar os transportes aéreos. Mas já disse a S. Ex.<sup>a</sup> e o faço novamente agora; virá, dentro de pouco tempo, um outro projeto, regulamentando o Código do Ar e, nesse projeto, virá, também, um outro dispositivo, fixando uma renda, uma verba especial para defesa dos transportes aéreos.

Então, disse eu a S. Ex.<sup>a</sup> e reafirmo perante esta Comissão, entendendo que não devemos, neste projeto, que cuida do transporte rodoviário, de ro-





uma lei que modifique a circular e não, portanto, incluir tal dispositivo no projeto de lei, que não tem nada a ver com aquele particular.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — Sr. Deputado Elias Carmo, V. Ex.<sup>a</sup>, por várias vezes, investiu contra a Resolução 25-67 e deixa a entender a Comissão que, se dependesse de V. Ex.<sup>a</sup>, essa circular seria reformulada.

Por outro lado sabe V. Ex.<sup>a</sup>, como sabemos todos nós, que os projetos de lei que disciplinam matérias financeiras são de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

Indago a V. Ex.<sup>a</sup>, no momento em que, usando o poder de emenda que temos, podemos modificar essa Circular 25-67, inclusive nesse ponto que V. Ex.<sup>a</sup> aponta, por que a Comissão vai permitir sair daqui um projeto que, pelo que ouço de vários colegas, deixa muito a desejar pela sua omissão e pela má colocação do problema?

Indago a V. Ex.<sup>a</sup>, como Relator: por que não fazemos nós toda essa reformulação na Resolução nº 25-67, através de uma emenda substitutiva? (Muito bem! Muito bem!)

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Devo responder a Vossa Excelência com a mesma simplicidade com que respondi há pouco. E por não entender que possamos fazer uma regulamentação numa lei substitutiva. Na época oportuna, que apresentemos lei regulamentando o assunto, mas não entrar num projeto como este com uma regulamentação que é matéria de direito adjetivo.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — Concordo com V. Ex.<sup>a</sup> que este projeto de lei traga normas constitutivas de Direito, que se trata de matéria substantiva, mas, a par disso, V. Ex.<sup>a</sup> sente que o projeto tem caráter de regulamentador.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Discorpo de V. Ex.<sup>a</sup>. O projeto não regula absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — Ele cria um direito, portanto regulamentação.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — É o Código de Processo Penal que regulamentação. Não podemos regular em lei substantiva um direito adjetivo.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — V. Ex.<sup>a</sup> sabe, como advogado que é, que inclusive no Código de Processo Penal encontramos normas substantivas, como no Código de Processo Penal encontramos normas adjetivas.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — V. Ex.<sup>a</sup> alega que devemos aprovar uma lei como esta, que regula matéria financeira.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — Não temos iniciativa, Deputado?

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Mas esta parte não regula matéria financeira; regula taxa e taxa não é matéria financeira, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Continua em discussão.

O SR. ATÍLIO FONTANA — Sr. Presidente, desejaria saber se posso apresentar uma subemenda à Emenda nº 9, que está em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — A subemenda de Vossa Excelência será submetida ao Senhor Relator.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — A subemenda do Senador Atílio Fontana diz o seguinte:

“Os seguros de que tratam esses artigos poderão ser feitos diretamente pelos interessados, sendo-lhes concedidos, neste caso, o desconto de 10%, correspondente à comissão de corretagem”.

Sómente discordo por uma razão: é uma matéria de regulamento e não de lei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Sr. Presidente, entendo que a subemenda aproveitando o § 1º da Emenda nº 9, de autoria do nobre Deputado Nicolau Tuma, é a forma, conforme sustentou o autor, de proporcionar aqueles contribuintes que fazem o seguro diretamente nas companhias de seguro, independentemente de corretor de seguros, a bonificação de 10%.

É bem verdade, como declarou Sua Excelência, que esse percentual onera sobremaneira as empresas de transportes coletivos que mantêm um grande número de veículos, que estão em condições de fazer o seguro diretamente nas companhias seguradoras.

Consequentemente, seria justo que tivessem essa bonificação a que se refere o § 1º da Emenda nº 9.

Parece-me que é uma forma de se poder atender, em parte, à Emenda do nobre Deputado Nicolau Tuma e que vem ao encontro dos interesses dos transportadores. Esta a minha opinião.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra S. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Sr. Presidente, gostaria de saber, inicialmente, para orientar a votação, se o nosso destaque foi encaminhado à Mesa anteriormente à Subemenda do Senador Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Exatamente. Por isso mesmo a subemenda de V. Ex.<sup>a</sup> foi lida na mesma oportunidade.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Então, sabendo-se que a subemenda e o pedido de destaque constituem a mesma coisa, quero ainda ponderar a Comissão e, particularmente, ao Sr. Relator, que defende com muito zelo o seu parecer, o que é muito louvável, a argumentação expendida, com muita propriedade pelo nobre Deputado Nicolau Tuma quanto ao privilégio que se vai conceder aos corretores.

Ora, Sr. Presidente, Srs. parlamentares, falamos tanto em proteger o pequeno, o Senador Atílio Fontana pensa em proteger os transportadores, mas o nosso regime prima por fazer justiça social, por proteger os menos favorecidos, e há os que possuem apenas um vínculo para seu instrumento de trabalho. Porque, então, não há de se conceder a esses cidadãos a oportunidade de eles economizarem...

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Mas me permita: nossa subemenda beneficiará a todos, não só a uma parte.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Perfeitamente. Só que V. Ex.<sup>a</sup> desenvolveu o argumento num sentido, e quero abordar outro ângulo.

O que é mais importante, Sr. Presidente, é exatamente isso: estamos vendo aí a iniquidade praticada por essas companhias, violentando, através dessa Portaria — que, como bem disse o Relator, é uma aberração — mas lamentavelmente é uma situação de fato. E o a que estamos assistindo, no interior, é uma exaustão iníqua daqueles que não podem pagar.

Não posso entender que seja normativo ou permita regulamentação. Ache que se trata de subemenda que deveria ser incorporada ao projeto, porque não prejudicará a mensagem.

Irá propiciar oportunidade, aos menos favorecidos, de gozarem deste desconto, evitando, assim, sobrecarga de mais 10%, que vão servir para locupletação desses privilegiados, que constituem minoria frente aos milhões de brasileiros que possuem carro tão só como instrumento de trabalho.

Dai, Sr. Presidente, reiterar meu apelo para que o Sr. Relator atente para o aspecto positivo, humano desta nossa subemenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Com a palavra o Senhor Relator.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, quero deixar bem claro, mais uma vez, que não estou me baseando para aprovação do meu parecer como encaminhamento de matéria política. Estou-me baseando por um encaminhamento jurídico da questão.

Não sou absolutamente contra que se entregue ao Proprietário o direito de fazer o seguro. Não estou defendendo, não defendendo a Resolução número 25-67, quando ela, na parte de suas disposições gerais, estabeleceu — item 2º — que a comissão de corretagem não poderá ser superior a 10% dos prêmios.

O que defendo é o aspecto jurídico. Não posso permitir, como advogado militante, humilde e modesto embora, que dentro do meu trabalho venha uma regulamentação, num diploma que não considero regulamentador.

Considero aquela Resolução, como já declarei, altamente prejudicial aos interesses nacionais, em vários pontos, mas o momento oportuno, a via certa, o caminho exato não é este.

Devo declarar ao nobre Deputado Benedito Ferreira que reconheço o alto espírito de S. Ex.<sup>a</sup> querendo atender, querendo, afinal de contas, entender o tanto protetor para aqueles que precisam; como reconheço os altos propósitos do Senador Atílio Fontana.

O que quero reafirmar é o seguinte: não posso, como advogado e como profissional, concordar com emenda que reputo heresia jurídica dentro deste diploma. E por essa razão peço desculpas ao nobre Deputado, mas dou parecer contrário à emenda, por entender que ela não é cabível dentro deste projeto.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — V. Ex.<sup>a</sup> vai me permitir.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Pois não.

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Naturalmente sabemos dos conhecimentos jurídicos que possui o nobre Relator. Mas, na verdade, nossa preocupação é propiciar essa oportunidade legal ao contribuinte, porque já funciona na forma de imposto, como uma imposição legal.

Sabe V. Ex.<sup>a</sup> — muito mais do que eu — os anos que se leva para tramitar uma lei, um projeto. Quando o remédio legal chega, o contribuinte já expirou. Dai o interesse de que este projeto saia daqui levando esse dispositivo, para que o contribuinte tenha condições de receber.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, somente para concluir, devo declarar que — infelizmente — sou obrigado a parecer contrário à emenda, por entendê-la antijurídica diante do projeto que discutimos.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Pela ordem, Sr. Presidente. (Assentimento da Presidência)

Sr. Presidente, sou favorável à subemenda apresentada. Apenas quero chamar a atenção dos autores da subemenda para um ponto. Como está redigida, apenas o desconto de 10%, correspondente à comissão de corretagem, dirá respeito aos seguros de que trata o projeto, isto é, os transportes terrestres, quando a medida deveria estender-se a todos os seguros obrigatórios de responsabilidade civil, constantes da alínea “b” do art. 20 do Decreto-lei nº 73, ou seja, transporte, propriedades, automóveis, lacustres ou marítimos, etc. Acho que, a ser feito o desconto, devia ser geral, para todo e qualquer tipo de seguro de responsabilidade civil obrigatório, e não apenas para transporte terrestre. Era apenas uma adenda que eu faria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vou submeter a votação o destaque da Emenda nº 9.

O SR. DEPUTADO ATÍLIO FONTANA — Sem prejuízo da subemenda?

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Sim, porque se votar com o relator liquida a subemenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vai-se iniciar a chamada.

O SR. DEPUTADO NUNES LEAL — Pela ordem, consulto a V. Ex.<sup>a</sup> se não seria o caso de votar primeiro a subemenda?

O SR. DEPUTADO BENEDITO FERREIRA — Se votar a emenda e esta for rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Era o que estava sendo discutido. As subemendas vieram posteriormente.

O SR. SENADOR ATÍLIO FONTANA — Se a Emenda for rejeitada, qual seria a situação da Subemenda?

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, pela ordem.

A mim me parece que a Subemenda dizendo respeito ao um parágrafo da emenda, implica em um destaque dentro da emenda. De sorte que V. Ex.<sup>a</sup> poderia votar a emenda, sem prejuízo da votação posterior da subemenda.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA — Sr. Presidente, pela ordem. (Assentimento do Presidente) — Tenho a impressão de que o Regimento Interno das Comissões Mistas determina que a Subemenda tem preferência na votação, e uma vez aprovada a Subemenda, está prejudicada a Emenda.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Estou de pleno acordo com o nobre Senador Manoel Villaga.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vamos votar as duas Subemendas, conforme sugestão feita pelos nobres membros da Comissão por se tratar do mesmo assunto.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, somente para uma declaração de voto. Quero declarar que, como Relator, voto contra a Subemenda e contra a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Em votação. *Procede-se à chamada.*

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Aprovada a subemenda e, por conseguinte, rejeitada a emenda.

Vamos, agora, discutir o destaque da subemenda nº 1, do Deputado Alípio Carvalho.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente e Senhores Congressistas, de acordo com entendimento que mantive com o Senhor Deputado Alípio Carvalho, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que desse preferência aos destaques por mim oferecidos às emendas ns. 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — São correlatas.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Exato.

Se, porventura, forem acolhidas colidem com dois dos itens da Emenda Alípio Carvalho. Dai porque pediria, novamente, preferência a V. Ex.<sup>a</sup>, com o consentimento do nobre Deputado Alípio Carvalho, para anteriormente à apreciação de sua emenda, votarmos a matéria relativa ao destaque das emendas ns. 12 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — O nobre Deputado Alípio Carvalho concorda?

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Em discussão, então, o

destaque da Emenda nº 12, de autoria do Sr. Deputado Humberto Lucena.

Cum a palavra ao nobre Deputado.  
O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente Srs. Congressistas, a Emenda nº 12 visa o seguinte:

Aliás, a redação contém um erro, porque o seguro obrigatório de responsabilidade civil se aplica ao transporte terrestre.

A justificação diz:

Na verdade, Sr. Presidente, não se cogne que um seguro dessa natureza estabeleça um limite de NCr\$ 100,00 até o qual o seguro não cubra o prejuízo, porque, se ocorrer um acidente e a avaliação do prejuízo for da ordem de NCr\$ 80,00, esse prejuízo pode não significar muita coisa para quem tenha realmente uma renda mensal suficiente, mas, para a classe média e para os assalariados, é muito pagar esses cruzeiros novos, sobretudo quando aquele acidente está coberto pelo seguro de responsabilidade civil. A emenda propugna que, para esse tipo de franquia, não existia limite e, portanto, todo e qualquer prejuízo será inteiramente coberto pelas companhias seguradoras, seja de 30, 50, 80 ou 100 cruzeiros novos. Não haverá limite para esse tipo de seguro, de acordo com a emenda, se ela vier a ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Antes de responder à argumentação do nobre Deputado Humberto Lucena, desejo saber se V. Exª acha que, com a aprovação dessa emenda, fica prejudicada a do Deputado Alípio de Carvalho.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Fica prejudicada apenas uma parte dela, porque esta tem um item em que, em vez de liquidar com a franquia, como eu faço, a reduz para 50%. Atualmente o limite é de NCr\$ 100,00.

De acordo com a minha emenda, a franquia desse tipo de seguro é extinta e será coberto todo e qualquer prejuízo.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Quando eu formulei a pergunta ao nobre Deputado Humberto Lucena, achava que entre a sua emenda e a do nobre Deputado Alípio de Carvalho havia um choque.

Por esta razão, formulei a pergunta. No caso, uma vez que V. Exª entende que sua emenda está prejudicando, em parte, a do nobre Deputado Alípio de Carvalho, tecerei minha argumentação em torno das duas, porque uma completa a outra.

Em primeiro lugar, devo declarar que não desejava e não desejo, de forma alguma que com o meu parecer se insinua matéria estranha ao projeto, que não poderia, assim, enobrecer e engrandecer proposição desta natureza.

Por este motivo, meu voto é contrário a ambas as emendas.

No tocante à emenda do nobre Deputado Humberto Lucena, entendo que ela não encara a realidade nacional. Perde-me S. Exª, e devo dizer a razão.

Com a emenda, V. Exª terá a franquia, isto é, faz com que as companhias de seguro assumam a responsabilidade do prejuízo.

Assim, temos, é verdade, que dar cobertura aqueles que sofrem acidentes, mas não devemos, de maneira alguma, com a nossa atuação, com o nosso procedimento, incentivar uma outra parte o que vai, fatalmente, suceder, é a desistência todo motorista, toda mãe, em Brasília, sabe desde logo, que não terá responsabilidade alguma se, por exemplo, atropelar uma pessoa for atropelada, que, se o carro bater ou for chocado não haverá responsabilidade para quem dirige. Então entendo que, realmente é

um caso perigoso e que se deveria estabelecer um meio-termo, para se chegar ao ponto em que o seguro ficasse responsável por uma parte mas que o motorista não fugisse à responsabilidade obrigatória — e neste particular é que o Sr. Deputado Nicolau Tuma prega e quer que pratiquemos, realmente, a campanha educativa do trânsito, porque se vamos, afinal de contas, isentar inteiramente o motorista de qualquer responsabilidade civil, permitindo que as companhias de seguro assumam a responsabilidade, então, na verdade, não estamos legislando somente em benefício daqueles que contribuem, estamos realmente legislando também contra a própria população.

Esta argumentação eu a faço e expondo, repito, não como argumentação do projeto mas com vistas a uma regulamentação.

Nessas condições, peço licença ao nobre colega para divergir da emenda, dando meu voto contrário a ela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Em votação o destaque para a Emenda nº 12, do Deputado Humberto Lucena. (Pausa)

Rejeitada por 10 votos contra 5  
Passa-se à Emenda nº 13.

Tem a palavra o nobre Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Sr. Presidente, a Emenda nº 13 diz o seguinte:

Sr. Presidente, eu apresentaria subemenda para dizer em vez de "maior salário-mínimo vigente no país" — "ao salário-mínimo regional".

Essa emenda nasceu do contato que tive, em meu Estado, onde fui procurado por vários proprietários de coletivos que são chamados a pagar às empresas seguradoras prêmios de seguro bastante altos, e, na sua grande maioria, sobretudo no Norte e Nordeste do País, esses proprietários de veículos não têm condições de pagá-los de uma só vez. Daí pedir eu o parcelamento.

Objetou o nobre Relator que na Resolução baixada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, se permite às companhias seguradoras, quando o valor do prêmio for superior a 10 vezes o salário-mínimo, que ele seja pago em 4 prestações, e ainda assim, em caráter facultativo. O que eu desejo é que se torne uma norma imperativa na lei e que o parcelamento seja feito em 6 prestações consecutivas, desde quando o valor do prêmio a pagar seja superior ao salário-mínimo regional. Porque, realmente, se só se der o parcelamento a quem pagar prêmio de seguro superior a 10 salários-mínimos, a medida só atingirá pessoas de maior poder econômico. Quem tem montante tão alto a pagar, é porque, realmente, têm melhores condições de atendimento das despesas.

Assim, acredito que a emenda terá a melhor receptividade no seio da Comissão, pois visa — inclusive — a consubstanciar na lei um privilégio que já consta, embora em caráter facultativo, na Resolução nº 25 do Conselho Nacional de Seguros Privados. Mas ali — insisto — é apenas uma faculdade que se dá às companhias seguradoras para parcelar até quatro vezes, quando o valor do prêmio for superior a dez salários-mínimos. Minha emenda parcela em seis prestações mensais consecutivas, desde que o valor exceda ao salário-mínimo regional.

Quero acentuar ainda que, ao redigir a emenda, mantive contato com o pessoal do Instituto de Resseguros do Brasil em Brasília, que, através de sua Procuradoria, acha que realmente a emenda tinha sua razão-de-ser, porque, na verdade, apesar da norma constante da Resolução nº 25, as companhias, hoje, podem dar esse privilégio a algumas pessoas pelo pa-

gamento parcelado. Mas fica ao seu arbitrio dar ou não. E sendo assim, poderão deixar de conceder o privilégio. Daí a necessidade de incluir na lei uma norma imperativa, pois realmente a matéria e da competência do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Sr. Presidente, dei parecer contrário à emenda do nobre Deputado Humberto Lucena e, ao fazê-lo, declarei que perdera a oportunidade, em virtude da Circular nº 19.

Neste momento, quero chamar a atenção dos nobres Senadores e Deputados para esta matéria que eu reputo da mais alta importância.

Advertido pelo nobre Deputado Humberto Lucena de que as companhias não estavam permitindo o parcelamento do seguro, fui verificar a Circular 25 e vi que, realmente, ela determinava que o pagamento fosse feito de uma só vez. Mas aconteceu (e peço a atenção dos nobres Senadores e Deputados) acontece que esta Resolução 25-67 é, realmente, do dia 22 de dezembro. No dia 19 de janeiro deste ano a Superintendência de Seguros Privados, através da Circular nº 19, fixou o parcelamento em quatro parcelas.

Tendo o nobre Deputado Humberto Lucena me chamado a atenção para este pormenor e como me houvesse declarado que não era permitida a parcela, que, aqui não se processava e não se fazia o parcelamento, procurei a Sul América, a Companhia da Aliança da Bahia, Companhia Seguradora, Companhia Internacional de Seguros de Minas Brasil, a Companhia Transatlântica e a Companhia Real de Seguros. Em todas elas obtive a informação de que, até este momento, nenhuma delas recebeu um só parcelamento mas tem uma delas que já recebeu 92 parcelamentos no País e o argumento das Companhias — para o qual peço a atenção dos nobres membros da Comissão — é de que a própria Companhia tem interesse em que o parcelamento se faça, quanto mais fácil for o pagamento, maior o número de pessoas que procurarão a Companhia para fazer o pagamento e maior a renda.

Disse-me, ainda, o nobre Deputado Humberto Lucena que o IRB aqui em Brasília — em conversa que ali havia tido — lhe havia informado que, realmente, o parcelamento não estava sendo feito.

Essa afirmação do nobre Deputado causou-me profundo espanto. Fui procurar o IRB. Interpeli o Procurador, que falou há dez dias, quando não conhecia ainda a Circular, que viera ao seu conhecimento depois disso.

Daí, fomos procurar a CTB, aqui de Brasília, para verificar se ela já havia pago ou não. Não pagou, esta sim, é uma autarquia, está sujeita ao IRB, dependendo de guia do IRB, para que faça o pagamento desse parcelamento.

Mas a autorização já foi entregue e a companhia está-se preparando para efetuar o pagamento parcelado. Então esses argumentos — chamio a atenção dos nobres membros da Comissão...

O SR. DEPUTADO JOSE LEITE — Pediria a V. Exª que lesse o texto que estabelece padrões parcelados.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Pois não.

"quando a importância do prêmio for igual ou superior a 10 vezes o salário-mínimo, maior, vigente no país, será permitido à seguradora financiar o pagamento até 4 parcelas iguais, mensais e sucessivas, a primeira das quais será exigida à vista e as demais em prazo sucessivo de 30 dias"

O SR. DEPUTADO JOSE LEITE — Pediria a V. Exª que continuasse a leitura.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO — Relator — Pois não.

"Nenhuma parcela, entretanto, poderá ser inferior a 5 vezes o salário mínimo".

Ai, quero, então, concluir meu raciocínio. Uma companhia do Paraná, segundo me afirmou o nobre Deputado Alípio de Carvalho, tem 800 ônibus. Essa companhia não pode, é natural, de uma só vez fazer o pagamento desses 800 ônibus. Ela teria que fazer pagamento de oitenta e seis mil, seiscentos e tantos cruzeiros novos.

É claro que uma companhia dessas iria à falência se fosse obrigada a fazê-lo. Fa-lo-á, portanto, em 4 prestações, porque o pagamento que ela realmente vai fazer é superior a 5 vezes o salário mínimo da região.

Então temos que verificar o seguinte: uma companhia que tenha, por exemplo, dois ônibus, deve pagar um seguro de NCr\$ 1.460,00. Ela poderá pagar de maneira fracionada, em duas parcelas, porque o total atingirá a mais de cinco vezes o salário-mínimo e como o maior salário-mínimo é de 105,00, ela terá de pagar uma parcela de NCr\$ 630,00 e a outra parcela de oitocentos e tantos cruzeiros novos. Isso se aplica a uma companhia que possua, apenas, dois veículos. Agora, uma outra companhia que tenha, por exemplo, cinco ônibus, pagará integralmente do benefício e poderá pagar o seguro em quatro parcelas.

Por essa razão entendo, já que estando regulamentada a matéria numa resolução, não devemos, na lei, colocar essa matéria que, repito, não é matéria de lei, é matéria de regulamentação.

Por essa razão dei parecer contrário à emenda.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — Data vênha discordo da argumentação de V. Exª, exatamente porque o ponto de vista contraria a intenção de V. Exª de rejeitar a emenda oferecida pelo nobre Deputado Alípio de Carvalho.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Lembro ao nobre Deputado que estamos discutindo, primeiramente, a Emenda Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — A Emenda Humberto Lucena, bem como a Emenda Alípio de Carvalho, tratam da mesma matéria: enquanto uma propõe o parcelamento em 6 vezes, a outra propõe que esse parcelamento seja feito em 4 vezes. O espírito da emenda é o mesmo.

O primeiro argumento é o de que V. Exª entende que as companhias têm interesse em fazer parcelamento. Não procede, data vênha...

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Discordo de V. Exª.

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — ... porque o seguro é compulsório. De maneira que as companhias têm interesse, realmente, em receber tudo de uma só vez.

Segundo, estão excluídos do benefício do inciso IV os proprietários de todos os automóveis e de todos os coletivos que pagam apenas NCr\$ 863,00. Então, o pequeno que não atinge dez vezes o salário mínimo, esse tem que pagar, na bucha, os NCr\$ 863,00. Os que tem 2, 3, 50 ônibus podem pagar parceladamente. Parece-me que o dispositivo é de uma iniquidade flagrante.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Eu desejo responder ao nobre Deputado Zaire Nunes argumentando com números. E vou provar a S. Exª o seguinte: primeiro, somente os ônibus urbanos é que pagam NCr\$ 863,00 por unidade. Agora, pergunto a S. Exª: há, no Brasil, alguma companhia de ônibus urbanos que só tenha um ônibus?

O SR. DEPUTADO ZAIRE NUNES — Em Porto Alegre há, e fazem parte de cooperativa, de consórcio, Carta proprietária para um ônibus.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — A própria respos-

da de V. Ex.<sup>a</sup> vem provar aquilo que estou dizendo: é uma cooperativa com associados que permite isso.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Complementando a argumentação do Deputado Zaire Nunes, desejo informar a V. Ex.<sup>a</sup> que, em Aracaju, o transporte coletivo é feito em micro-ônibus e kombis e cada proprietário dirige o seu veículo. A quase totalidade possui apenas um veículo e não tem, absolutamente, condições para pagar o seguro a não ser parceladamente.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — Vou continuar a minha argumentação, agora que soube do caso de Aracaju, que não conhecia.

Primeiro, nos microônibus ou lotações interurbanos estão pagando ..... NCr\$ 499,00. Nós, particulares, pagamos NCr\$ 77,00 por um carro de uso pessoal. Se pagamos NCr\$ 77,00, por que um microônibus, que recebe o dinheiro de centenas e centenas de milhares de usuários, do povo, e paga somente NCr\$ 499,00, não pode recolher esse dinheiro de uma só vez?

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — No caso focalizado por V. Ex.<sup>a</sup>, o proprietário vive do seu veículo, é o seu meio de vida, e não pode ser desfalcado dessa importância de uma só vez.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — É um meio de vida que explora a sociedade, o povo, e não pode se valer dessa circunstância para fugir a esse pagamento.

O SR. SENADOR JOSÉ LEITE — Tanto não podem pagar que, em Aracaju, em face da exigência, eles se retiraram do tráfego.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — Os jornais de ontem, ou anteontem, publicaram que as emissoras vão retirar os ônibus da circulação porque não podem pagar. É o meio que o cidadão tem de fugir ao pagamento, à responsabilidade.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Corroborando uma afirmação de V. Ex.<sup>a</sup>, quando da aprovação de emendas de minha autoria, de que a Resolução do Conselho Nacional do Tráfego precisa ser reformulada.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — Imediatamente.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — ... é bom lembrar que não houve uma distinção clara entre a capacidade de transporte de cada veículo de transporte. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que uma "perua" Kombi, por exemplo, transporta nove pessoas, que um microônibus está situado na área de capacidade de quinze a vinte passageiros e que um ônibus pode até transportar cento e vinte passageiros, como os que têm reboque. Veja, portanto, V. Ex.<sup>a</sup>, que não está proporcional que um microônibus pague apenas quatrocentos e poucos cruzeiros novos pelo seu seguro e que o ônibus, que pode transportar o número de passageiros que quiser, vá pagar apenas oitocentos.

Realmente, Sr. Presidente, Sr. Relator, esta resolução foi muito apresada e estou com V. Ex.<sup>a</sup> — essa questão precisa ser reformulada. E digo mais: depois desta sessão, vou me comprometer a apresentar um projeto no sentido de regulamentar esta matéria, pois não posso compreender que um assunto desta relevância, tenha tal tratamento, inclusive impondo multas de até vinte milhões de cruzeiros para aqueles que não paguem o seguro. Onde já se viu resolução de uma companhia de seguro impor uma multa? No próprio contrabando o indivíduo pode retirar a mercadoria desde que pague o dólar, quando se trata de matéria que não tenha sido devidamente declarada. Portanto, essa resolução é um absurdo que temos de reformular.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — Estou de inteiro acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Nicolau Tuma. E vou adiantar: já falei com o Depu-

tado Humberto Lucena, com o Deputado Alípio Carvalho e com todos com quem tenho conversado, já falei que devemos nos reunir e apresentar um projeto de lei reformulando essa resolução, porque aí sim, estaremos dando uma demonstração de que o Congresso Nacional está zelando pela lei e de que o Congresso deseja, realmente, que nós tenhamos leis justas. Não nos deixemos levar por aquela afirmação do nobre Deputado Benedito Ferreira, de que uma lei destas vai demorar um ano para ser aprovada.

Sr. Deputado, se esta lei demorar três anos, devemos dizer que os únicos culpados somos nós, deputados e senadores, porque temos condições dentro do Regimento, de aprovar uma lei destas.

Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que já aprovei, nesta Casa, uma lei de caráter assistencial no prazo de 4 meses. Por que então todos nós, deputados e senadores reunidos, não poderemos, em 40 ou 50 dias, aprovar uma lei que reputo importante?

O SR. DEPUTADO ZAIRES NUNES — Porque essa faz interesses econômicos muito grandes, queariam no vimentar áreas deste Congresso. Acho mesmo otimismo do Deputado Benedito Ferreira entender que num ano se aprove essa lei.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — Com essa declaração de V. Ex.<sup>a</sup>, estaremos dando uma demonstração pública ao País de que o Congresso nada vale. Pelo contrário, devemos dar demonstração de que estamos aqui para trabalhar e que, num período de 30 ou 40 dias, vamos dar ao País uma lei que venha reformular aquela Resolução que não atende às necessidades nacionais.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, o assunto está relacionado com emenda que apresentei para a qual pedi destaque. Por esse motivo, peço licença a V. Ex.<sup>a</sup> para aduzir minha opinião a respeito do problema porque a matéria é praticamente a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Perfeito. Tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que também possa aduzir nessa opinião a respeito do problema, uma vez que a matéria é praticamente a mesma. O nobre Relator, no seu parecer, chega à conclusão de que há necessidade mesmo de que o objetivo fundamental do projeto — exatamente estabelecer o seguro privado, esse seguro de terceiros, obrigatório, que se está fazendo — mereça uma correção por parte do Congresso Nacional.

Ora, vejamos o que acontece. Será possível que o nosso Congresso vá deixar para amanhã aquilo que, no momento, o povo já está sofrendo? Por que razão? Se é justo, por que não se realizar essa alteração, mesmo que amanhã nós realizemos a correção necessária, que nada se faz perfeito?

Mas, há uma série de pontos que são gritantes. O nobre Relator refere que já foi determinado por nova Circular, um parcelamento. Eu pergunto ao nobre Relator se esse parcelamento também não está elidido de jure. A resolução institui juros. De quem é o dinheiro: é da companhia ou daquele que está pagando? Os acidentes de trânsito se realizam concentrados só por 4 meses ou durante um ano? Por que então as companhias ficam com o direito de reter esse dinheiro pelo resto do ano para aplicar como lhes aprouver? Não será esse dinheiro do povo? Então, por que não se pode parcelar? Será que essa resolução foi feita tão somente para se atender as companhias ou para se atender ao povo?

Éis um dos pontos que queríamos aduzir à nossa argumentação. Embora se faculte o parcelamento, é o povo quem dá o dinheiro.

Com referência ao projeto, não temos nada a aduzir. É ele mais que justo, pois retira das companhias uma parcela para a segurança de tráfego. Não é o objetivo de nossa discussão. Contudo há o seguinte: ele está redigido simplesmente uma aplicação. Antes de tudo já se está realizando um seguro. Por que vamos deixar esse seguro sem nenhuma correção do nosso parte?

A emenda se refere a vários aspectos. Todas as companhias de ônibus transportam a bagagem do passageiro coberta de todos os riscos. A resolução diz que a bagagem não está coberta. Por quê? Gostaria que o nobre Relator lesse a Portaria nº 2.527, na parte de "Franquia Dedutível".

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO — Com muito prazer!

"Franquia Dedutível"

VI — Em qualquer sinistro que envolva a cobertura prevista na alínea "c".

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Eis o que diz: sempre. Sempre!

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — Veja V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado Alípio Carvalho, que o ponto de vista neste caso é o oposto ao do Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Não.

(Relator) — Não tenho a menor

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (RELATOR) — Não tenho a menor dúvida. O Deputado Humberto Lucena entende que todo seguro deve correr por conta da Companhia. V. Ex.<sup>a</sup>, também, concorda que todo seguro deve correr por conta da Companhia?

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Eu aplico tão-somente uma franquia dedutível numa cooperação para a segurança do carro admitindo que quem dirige um acidente que ocorra, no momento, em que for considerado responsável, ele paga, na forma estatutiva de segurança do carro. Não obstante a franquia dedutível que se encontra inscrita nessa Resolução do Conselho Nacional de Tráfego, na realidade, admitindo-se pela lei das suposições, será que vai se realizar um seguro quando está demonstrado que mais de 56% estão exatamente nessa forma?

Quando há um acidente de trânsito qualquer o que é que ocorre? A discussão do acidente, para com o do outro carro; geralmente há aquela discussão entre os dois, que procuram se acertar até que chegue o trânsito, etc.

O objetivo do seguro é fazer com que se eliminasse, ficasse a responsabilidade para a Companhia. Mas, não obstante o seguro vigilância, permanece a mesma situação, os dois ficam como contendores, indo quase à luta pessoal, um dizendo que a culpa é do outro.

Se se faz o seguro, é justo que parte do ônus fique com a Companhia e não com quem fez o seguro, exatamente para isso.

Vi nos Estados Unidos, com relação a seguros, o veículo que sofre um acidente; isto é com a segurança, isto é com o seguro. É o que acontece em todo País civilizado e aqui está sendo — a responsabilidade do seguro fica com o particular.

Com referência ao que possa ocorrer num veículo de transporte coletivo — já falei aqui muitos anos fui na Prefeitura de Curitiba...

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Lembraria a V. Ex.<sup>a</sup> que já excedeu muito do seu tempo. V. Ex.<sup>a</sup>, batou o recorde.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Sr. Presidente, apenas dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — V. Ex.<sup>a</sup> terá dois minutos, para terminar.

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Um veículo de transporte coletivo, de uma empresa de transporte interurbano, Curitiba-São Pau-

lo, pagava, no ano de 1967, seiscentos cruzeiros por ano para um prêmio de 2 milhões e meio.

Perguntei como se processava, e me informaram da seguinte forma: há um acidente qualquer; na hora do acidente aquele que necessita de uma simples pincelagem de movente não é pincelado, aquele que se quebra vai para o hospital e a companhia de transportes é que realiza todos os despesas. Ao término do tratamento, é levada a conta à companhia e esta indeniza até dois milhões e meio. Então o indivíduo que tem a obra quebrada está perfeitamente seguro pelo que a companhia de transportes paga a ele. Muitas vezes todo o seguro é concentrado em uma só pessoa. Pela forma da Portaria, não. Só tem direito a seiscentos cruzeiros novos. Perguntei-se: será que uma pessoa acidentada, passando doente tantos dias no hospital, com uma perna quebrada, sem poder trabalhar, com esse dinheiro cobre os despesas de hospital, do tratamento e do tempo que ficou letívia?

Sr. Presidente, Sr. Relator, embora não pose contra a minha argumentação do nobre Relator, achamos que isso deveria ser consubstanciado num Projeto de Lei. Projeto da Lei, feito pelos nossos, com a maior preocupação. No entanto, acho que algumas medidas deveriam ser tomadas, imediatamente, em consideração, porque está em jogo o interesse do povo brasileiro. E, considero isso no sentido da defesa do nosso projeto, para que as nossas emendas possam receber a consideração da Comissão Supralegal, naquilo que toca imediatamente em grande profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o nobre Deputado Nunes Leal.

O SR. DEPUTADO NUNES LEAL — Sr. Presidente, Sr. Relator, quando ao parcelamento e as contribuições do imposto, em que pese a opinião do Relator, acho que, realmente, essa Portaria não resolveu.

Não resolveu porque ela colocou um nível muito alto. Se é verdade que não é normal que uma companhia de ônibus possua apenas um veículo, as transportadoras, no entanto, não possuem frota própria. Como exemplo posso citar a Passaro Azul, Passaro Marron e a Guabana. A Guabana, por exemplo, faz o transporte para Guabana e Porto Velho, mas essa, como as outras, trabalha com o que chamamos "carreteiro", ou seja, o proprietário do caminhão e que, realmente, faz o transporte e as companhias nada mais são do que agenciadoras de carga.

Assim, o parcelamento para esse tipo de transporte, — porque, na verdade, como disse, as companhias não possuem mais frota e sim trabalham com carreteiros — não beneficiar grandemente os proprietários de caminhões que, em sua maioria, possuem apenas um veículo.

Era o esbarramento que deveria prestar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Tem a palavra o Sr. Deputado Arnaldo Pires.

O SR. DEPUTADO ARNALDO PIRES — Sr. Presidente, Sr. Congresso, parece-me que toda a ideia de receita e uma só e na mesma em que concedemos a licença, o órgão que fixar o prêmio será obrigado a registrar o prêmio. Estamos em face de uma realidade: o prêmio será em função das lacunas que foram concedidas no pagamento aos usuários.

Acho que tem razão os nobres colegas quando apontam o aspecto de ordem social e econômico-financeiro, mas acho que a nossa preocupação deve se voltar para os critérios dos órgãos que fixam esses prêmios e que, no caso, parece-me que é o Conselho Nacional de Seguros.



O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Com respeito a isto, existe um decreto que delega ao Conselho Nacional de Seguros efetiva atribuição para fixar normas e tarifas. Uma outra lei pode restringir essa atribuição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO PRIETO — Acho que a nossa preocupação deve ser não a de fecharmos algumas valvulas, mas apenas essa do Conselho, a que lhe dá tal atribuição. Entendo, porém, que não através desta lei, mas através de uma revisão geral. Então, o que é necessário, e oportunamente voltaremos ao assunto, é verificar, através de uma contribuição única no País, porque não posso compreender que haja lucro de 233 a custa das vítimas deste País...

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Solicito ao Deputado Arnaldo Prieto que conclua a sua exposição.

O SR. DEPUTADO ARNALDO PRIETO — Exatamente, quero corroborar com o ponto de vista do Deputado Nicolau Tuma. Não adianta estarmos cuidando de atender aspectos particulares se, na fixação do prêmio, não temos controle nenhum.

Esta é a preocupação fundamental no meu entender.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Vou responder as principais objeções.

Em primeiro lugar ao Deputado Alípio Carvalho. S. Ex<sup>a</sup> entende que o teto de NC\$ 100,00 é muito elevado, porque poucos são os que podem pagar essa importância.

Respondo a V. Ex<sup>a</sup> com uma pergunta: Há, hoje, algum mecânico, em Brasília, que cobre com cruzeiros novos pelos reparos em consequência de uma batida, por menor que esta seja? Todos sabemos que ninguém, nesta Capital, paga essa importância. A DISBRAVE, ou qualquer outra empresa especializada, cobra trezentos ou mais cruzeiros novos, quando se trata de uma pequenina batida.

Este argumento é forte e demonstra que com cruzeiros novos nada significam para que façamos um cavalo de batalha em torno do limite de cem cruzeiros novos.

Quanto às considerações do nobre Deputado Nunes Leal, entende S. Ex<sup>a</sup> é muito bom, que os ônibus paguem muito. Entretanto, as carretas tem norma diferente. Os carretões, que circulam pelo Norte e Nordeste, pagam tarifa diferente. Enquanto a tarifa para um ônibus é de NC\$ 863,00, para a carreta, que transporta explosivos etc., corresponde a NC\$ 200,00. A diferença é grande. Os caminhões de carga, por exemplo, pagam NC\$ 200,00.

O nobre Sr. Deputado Nicolau Tuma fez uma citação que, realmente, é importante, mas que também tem sua resposta. S. Ex<sup>a</sup> leu um artigo do Professor Clóvis de Abbranchos mostrando que as companhias de seguro têm um lucro extraordinário. Devo dizer, desde logo, que não sou defensor de nenhuma companhia de seguro e mais, que não entendo de seguro. Mas quero acrescentar que, pelos cálculos atuariais, verificamos que o seguro se divide em quatro partes. A primeira parte é a que vai se pagar ao seguro. A segunda parte são as despesas operacionais das companhias. A terceira parte é a reserva técnica e a quarta parte corresponde ao lucro. O lucro, numa companhia de seguros, representa, dentro dessa classificação — perdoo-me V. Ex<sup>a</sup> não o que o Professor Clóvis de Abbranchos disse, um lucro de 150% para cada companhia.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Ele não falou em percentagem.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — O que se verifica numa companhia de seguro é o lucro líquido.

Tem que se verificar, em primeiro lugar: pagar o seguro. O pagamento é feito tendo por base uma fórmula geométrica em que, realmente, esse seguro deve ser pago tomando-se por base dois terços do seguro, isto é, o pagamento é tomado na base de dois terços. E a fórmula que os técnicos seguem no mundo inteiro. A segunda parte consta das despesas operacionais. Quais são elas? São as despesas com transportes, com aluguel, com empregados. Esta parte corresponde a um terço do seguro.

E sobre o lucro. E sobre esse lucro, então, é que o Governo, através do Projeto nº 1, está agindo praticamente, tomando desse lucro — que representa somente 15%, segundo os técnicos, no mundo inteiro — 10%.

Devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>s que não estou defendendo companhias. Estou citando dados, e lamento não tê-los trazido aqui, porque não esperava que a discussão chegasse a esse ponto. Mas desafio a qualquer um que seja, qualquer um brasileiro que prove que não estou com a verdade nesse particular. E me comprometo com os senhores, se me permitirem mais hora a ir buscar os cálculos para ler e mostrar que os lucros das companhias são, no máximo, 15% e que o Governo está tomando dessas companhias 10% — em benefício de quem? De todos nós.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Apenas para lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que, na justificação de uma das muitas emendas, praticamente dou essas mesmas informações. Afirma que, antes de um ano, será temerário afirmar-se a taxa é elevada ou baixa. Não temos ainda o resultado certo da aplicação desse seguro.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Devo dizer que, por esses cálculos, a renda das companhias deve ser de 300 milhões de cruzeiros. Esse é o cálculo. Vamos voltar a fórmula matemática. O cálculo é de 300 milhões de cruzeiros. 300 mil veículos deverão pagar o prêmio. Então, chegaram os técnicos a conclusão de que essa renda será de 300 milhões.

Os 10% representam, portanto, 30 milhões nesses 300 milhões brutos. Dêsse total bruto reduzidos os 2/3 que, pela fórmula, devem corresponder ao pagamento do seguro, deduzidas as despesas operacionais e deduzida a reserva técnica, sobra para a companhia um lucro de 15%. E sobre esse lucro de 15%, o Governo pede 10% em benefício das estradas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO PRIETO — Eu entendo aqui, pela redação, que é do montante dos prêmios e não sobre o lucro. Então, pelo raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, sobram 5% de lucro para as companhias.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — É verdade. O lucro líquido da empresa é de 5%. Este é o lucro oficial.

O SR. DEPUTADO ARNALDO PRIETO — Então, as companhias não poderão manter-se.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — As próprias companhias concordam com isto porque, a perder tudo, melhor é ter condições para pagar seus empregados.

O SR. DEPUTADO NICOLAU TUMA — Vê o nobre Relator que, mais uma vez, estamos de acordo em que a Resolução foi violenta, porque, em dezembro do ano passado, ela fixou prêmio de seguro nas bases que nós conhecemos, e passado menos de um mês o Governo lhe retira 10%. Logo, o Governo reconheceu que fora exagerado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vamos passar à votação do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Pediria ao nobre Relator

tor lêsse a subemenda do Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — (Lê)

"Subemenda à Emenda nº 13, de autoria do Deputado Humberto Lucena.

Os seguros de responsabilidade civil, a que se refere o art. 20, alínea b, do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1967, serão pagos às empresas seguradoras proporcionalmente em 6 prestações mensais consecutivas, durante um ano, a que se refere a cobertura do risco, desde que o valor dos prêmios excedam ao salário-mínimo regional."

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — Pela ordem. (Assentimento da Presidência) Nossa proposição é que seja alterada a Resolução com subemenda: que o pagamento do prêmio do seguro, previsto para cada tipo de veículo, possa ser fracionado em 6 prestações consecutivas, sem qualquer despesa de financiamento por parte do segurado.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — Penso que, para boa ordem dos trabalhos, seria preferível votássemos cada um de per si. Aquele que ficasse no final seria rejeitado porque os assuntos são correlatos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Mas a Emenda de V. Ex<sup>a</sup> Deputado Humberto Lucena aceita?

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Aceito, porque a subemenda coincide com a emenda. Não há diferença.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vamos submeter a subemenda nº 3. Sr. Deputado Alípio Carvalho, V. Ex<sup>a</sup> vai mandar a sua subemenda?

O SR. DEPUTADO ALÍPIO CARVALHO — A Subemenda já vai a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vou passar ao nobre Relator a Subemenda do Deputado Alípio Carvalho.

O SR. DEPUTADO ELIAS CARMO (Relator) — A Subemenda de autoria do nobre Deputado está assim redigida:

"As normas disciplinadoras e disposições legais que forem delegadas ao Conselho de Seguros Privados, deverão estabelecer que o pagamento do prêmio de seguro previsto para cada tipo de veículo possa ser fracionado até quatro prestações mensais, sucessivas, sem qualquer outro ônus para o segurado."

Mas, eu entendo que as duas subemendas se chocam. Absolutamente não são idênticas. São inteiramente diferentes, a começar pelo parcelamento que, em uma, é de 4 e na outra de 6. A matéria não é, absolutamente, igual. Trata-se de subemendas diferentes. Assim, acho que têm que ser submetidas separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — Vamos, então, submeter a subemenda do Deputado Humberto Lucena, porque o Deputado Alípio de Carvalho deu-lhe sempre a primazia, visto que sua subemenda era a de nº 11 e a do Deputado era a de nº 13.

Proceda-se à votação da subemenda do Deputado Humberto Lucena.

Procede-se à votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ruy Carneiro) — A subemenda foi aprovada.

Agradeço aos Srs. Deputados e Senadores que aqui compareceram e peço perdão pela exigência do cumprimento das nossas normas regulamentadoras.

Estão encerrados os trabalhos.

(Levanta-se a reunião à 01 hora e 40 minutos.)

Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1968 — (C.N.), que "Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes, nas operações de comércio exterior e interior e acrescença o parágrafo único ao Artigo 3º do Decreto-Lei nº 333, de 12 de outubro de 1967"

TERCEIRA REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1968

As 10 horas do dia 21 de fevereiro de 1968, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Senador José Bráulio de Moraes, presentes os Senhores Senadores Milton Trindade, Clodomir Millet, Petrólio Portella, Arnon de Mello, Alcysio de Carvalho, Mello Braga, Atílio Fontana, Aurélio Vianna, Ruy Carneiro, Aarão Steinbruch e Deputados Sinval Boaventura, Lisboa Machado, Clóvis Stenzel, Jesias Leite, Manoel Rodrigues, Leon Peres, Humberto Lucena, Athiê Courcy, Erasmo Pedro e Adylio Vianna, reúne-se a Comissão Mista incumbida do estudo do Projeto de Lei número 7, de 1968, (CN), que dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes, nas operações de comércio exterior e interior e acrescença o parágrafo único ao artigo 1º do Decreto-lei número 333, de 12 de outubro de 1967.

Deixa de comparecer o Deputado Martins Júnior.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica que das duas emendas julgadas impertinentes, números 9 e 23, somente esta última recebeu recurso, entregue em tempo hábil. O autor do recurso e da emenda, Deputado Aurino Valois pede a palavra e após breve explicação retira o recurso.

Com a palavra, o Senhor Deputado Leon Lopes passa a ler o seu parecer, que trata, preliminarmente, da questão de ordem levantada em sessão anterior, pelo Deputado Erasmo Pedro, da inconstitucionalidade do projeto.

Ao terminar, o Relator está apreciando, o Senhor Senador Aarão Steinbruch levanta uma questão de ordem e propõe que se submeta a votação, antes de entrar no mérito do relatório, a preliminar da inconstitucionalidade apresentada na reunião anterior.

Pedindo um aparte, o Deputado Clóvis Stenzel, expõe que primeiramente deve ser lido integralmente o relatório sobre a preliminar e após esta leitura é que se deverá votar a questão da inconstitucionalidade. Ao ser informado que esta leitura já tinha sido feita, do que não estava a par por ter se ausentado por alguns momentos, o Deputado concorda com a proposição do Senador Aarão Steinbruch.

O Deputado Leon Lopes, Relator da matéria, pede a palavra e diz que não deixa de ter procedência a questão de ordem do Senador Aarão Steinbruch e que com ela está de acordo.

Discutem, pela ordem de inserção, a preliminar da inconstitucionalidade do Projeto, levantada em reunião do dia 15 do corrente, pelo Deputado Erasmo Martins Pedro, os Senhores Senadores Aurélio Vianna e Clodomir Millet e Deputados Erasmo Martins Pedro, Adylio Vianna, Raymundo Padilha, Clóvis Stenzel e Humberto Lucena.

O Senhor Deputado Leon Lopes, como Relator, contradita os oradores acima mencionados.

O Senador Aurélio Vianna pede a palavra, para uma questão de ordem, e indica da Presidência como a Co-

missão vai decidir sobre a preliminar da inconstitucionalidade, uma vez que esta versa sobre os artigos 61, parágrafo 3º e 150, parágrafo 3º da Constituição, conforme solicitação do nobre Deputado Erasmo Martins Pedro, ou se vai a Comissão decidir apenas a preliminar que versa sobre o artigo 61, parágrafo 3º, uma vez que no nosso entender a questão abrange os dois princípios.

O Deputado Clóvis Stenzel pede a palavra e solicita a Mesa que ponha em votação, em primeiro lugar, a preliminar do artigo 61, parágrafo 3º e, em seguida, a do artigo 150, parágrafo 3º.

A Presidência comunica que irá por em votação as duas preliminares em conjunto.

O Senador Aloysio de Carvalho pede à Mesa esclarecimentos sobre a votação que irá se proceder.

O Senador Aurélio Vianna expõe que a votação deverá ser uma só, visto como o que se vai votar é a inconstitucionalidade do Projeto e a distinção deve ser feita na declaração de voto.

Pela ordem, o Deputado Clóvis Stenzel recorre ao Plenário da Comissão da decisão do senhor Presidente, insistindo pela votação em duas etapas, pelos motivos que expõe.

Submetidos a votos é o recurso interposto por quatorze votos contra seis.

O Senhor Presidente comunica que irá proceder a chamada nominal para votação das duas preliminares de inconstitucionalidade, que são aprovadas por quatorze votos contra seis, fazendo o Relator, Deputado Leon Peres, uma declaração de voto.

Vencido o Senhor Relator, o Senhor Presidente designa para relatar o vencido o Senhor Senador Clodomir Millet, assinando como vencidos os Senadores Aloysio de Carvalho e Atílio Fantana e Deputados Leon Peres, Lisboa Machado, Clóvis Stenzel e Manoel Rodrigues.

O Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas sejam publicadas nos Diários do Congresso Nacional, Sessões I e II.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Presidente: Senador José Ermírio de Moraes.

Vice-Presidente: Senador José Ermírio de Moraes.

Relator: Deputado Leon Peres

Relator do Vencido: Senador Clodomir Millet.

ANEXO DA ATA DA TERCEIRA REUNIAO, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1938, AS 10 HS.

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO

E' a seguinte a integra do apuramento taquigráfico:

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Havendo o 1º voto legal, declaro aberta a sessão para tratarmos das duas emendas julgadas impertinentes — de números 9 e 25. Somente a de número 25 teve recurso do Sr. Deputado Aurino Valois.

O SR. DEPUTADO AURINO VALOIS — Sr. Presidente, considerando que as emendas por nós apresentadas a essa proposição têm mais a finalidade de elucidar o eminente Relator, para o estudo da matéria, desistimos do recurso para essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Tendo desistido do recurso do Sr. Deputado Aurino Valois, damos a palavra ao Sr. Relator, Deputado Leon Peres.

O SR. DEPUTADO LEON PERES — Sr. Presidente, illustres componentes desta Comissão,

(Lendo):

#### RELATÓRIO

Com a Mensagem número 51-68, Sua Excelência o Senhor Presidente da República, enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que aqui recebeu o número 7, de 1938, o qual dispõe sobre a utilização facultativa de despachantes, nas operações de comércio exterior e interior, acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º do Decreto-lei número 333, de 12 de outubro de 1937 e dá outras providências.

Instalada a Comissão Mista, por ter vindo a Mensagem Governamental na forma do parágrafo 3º do artigo 54 da Constituição, foram oferecidas ao Projeto 35 emendas, tendo o Sr. Presidente da Comissão julgado impertinentes as emendas de números 9 e 25, considerando as demais pertinentes. Não foram apresentadas recursos quanto às emendas julgadas impertinentes.

Em a reunião convocada pelo Sr. Presidente da Comissão, com a finalidade de dar conhecimento aos seus componentes das emendas apresentadas, foi pelo Sr. Deputado Erasmo Martins Pedro levantada a preliminar da inconstitucionalidade da proposição governamental, sob o fundamento de que a mensagem versa matéria correlata a que foi objeto do Decreto-lei número 346, de 28 de dezembro de 1937, configurando uma insistência em frontal desacordo com o artigo 61, parágrafo 3º, da Constituição Federal, já que o mencionado decreto foi rejeitado pela Câmara dos Deputados, por inconstitucional.

Isto posto, passemos ao Relatório:

#### I — Quanto à Constitucionalidade

1 — Sem embargo à inoportunidade da preliminar, que melhormente deveria ser arguida quando da discussão do Relatório, comecemos por analisá-la, desde logo:

#### Reza a Constituição Federal:

"Art. 61 .....

§ 3º As matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta de membros de qualquer das Câmaras".

Até aqui, tudo claro. A proibição constitucional condiciona à iniciativa da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras a repetição, em novo projeto, de matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados, na mesma sessão legislativa.

São dois, portanto, os pressupostos da vedação constitucional:

1º Que se trate de novo projeto de lei;

2º Que o novo projeto de lei tenha por objeto matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados.

Ora, o que a Câmara apreciou foi o Decreto-lei número 346, de 28 de dezembro de 1937. E' evidente que, não tendo havido projeto anterior, não há como falar-se em novo projeto. Destarte, inexistem os pressupostos que autorizam a sanção constitucional. Que decreto não é projeto e que Decreto-Lei não equivale a Projeto de Lei, basta a simples interpretação gramatical, para dissipar qualquer dúvida.

Ensina o Dicionário Enciclopédico Luso Brasileiro (Lello & Irmão — Editores):

"Decreto — s.m. (lat. decretu). Determinação escrita, emanada do Chefe do Estado ou do Poder Executivo, para valer como lei. Ordenação.

Projeto — s.m. (lat. projectu). — Designio, plano. Primeira idéia, primeira redação de uma medida qualquer projeto de estatutos. Projeto de lei, medida apresentada

às Câmaras para, depois do discutida, ser convertida em lei" (Conforme no original).

E' tão clara a diferença que não há por que se confundir.

2 — Entretanto, visto tratar-se de figura nova, não contemplada na anterior Constituição, de 1934, o Decreto-lei está a reclamar análise mais paciente. Usemos da oportunidade, pois.

Diz a Constituição vigente:

"Art. 58. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias:

- I — segurança nacional;
- II — finanças públicas.

Parágrafo único — Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido como aprovado".

A leitura do texto constitucional leva, meridianamente, a algumas irrecusáveis conclusões. A primeira delas é que o decreto, desde a expedição, tem força de lei. A seguir, é que o decreto, publicado o texto, terá vigência imediata. Entende-se, pois, que a característica de ter força de lei é da natureza intrínseca do decreto, da mesma forma que a sua vigência imediata, que apenas depende da formalidade da publicação. A vigência, vale dizer, o espaço de tempo durante o qual o decreto permanecerá em vigor, não depende da aprovação do Congresso. Tanto é assim, que, se o Congresso não chegar a deliberar, o texto será dado como aprovado, conforme dispõe o Parágrafo único do artigo 58, in fine. A rejeição do decreto pelo Congresso Nacional opera assim, na verdade, a revogação de um texto, com força de lei e em plena vigência, até então.

Confronta-se o que ficou dito acima, a respeito do decreto-lei, com os dispositivos constitucionais ou regimentais, que regem a elaboração, a modificação e a transformação do projeto de lei em texto com força de lei, ou em lei, vigente.

O projeto, justamente por ser uma "primeira idéia", uma "primeira redação", pode ser emendado, e deve ser submetido a discussão e aprovação para que possa, depois de sancionado pelo Chefe do Governo, ser "convertido em lei".

3. Ademais, no caso "sub judice", faz-se necessário ressaltar que a Câmara rejeitou o Decreto-lei número 346 essencialmente por entender que o mesmo não se enquadra na permissibilidade do artigo 58 da Constituição Federal, conforme o brilhante parecer proferido pelo eminente Deputado Aurino Valois e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça.

Este ponto ficou bem esclarecido no voto em separado que proferiu, naquela Comissão, o reconhecido jurista Deputado Nelson Carneiro, que opinando pela impropietade do Decreto-lei número 346, por julgá-lo a descoberto das franquias contidas no Artigo 58 da Constituição, reservou-se o direito de examinar o mérito da proposição, quando regularmente trazida ao exame do Congresso Nacional.

O SR. SENADOR AARAO STEINBRUCH — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Em péria ao nobre Senador que aguardasse e se "crevesse" aqui não falar.

O SR. SENADOR AARAO STEINBRUCH — E' que foi apresentada uma preliminar, examinada pelo nobre Relator, que opinaria contrariamente à mesma. Entretanto eu proponho a V. Exª que, antes de entrarmos no mérito da questão, submeta essa pre-

liminar ao Plenário da Comissão e, se for derrotada, evidentemente, isso deverá nem entrar no mérito, evitando-se perda de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Já está bem claro o mérito do parecer.

O SR. SENADOR AARAO STEINBRUCH — Permita-me V. Exª, o nobre Relator deu seu parecer quanto a preliminar, vamos examiná-lo antes de entrar no mérito da matéria. E' prejudicial, daí porque submeto a V. Exª seja submetida a preliminar.

O SR. DEPUTADO CLOVIS STENZEL — Sr. Presidente, quer-me parecer que, de fato, foi levantada a preliminar de inconstitucionalidade e todos nós gostaríamos de ouvir o parecer do Relator a respeito da preliminar levantada. Logo, da leitura do parecer ficou claro que estava examinando a preliminar. Depois de dar sua opinião sobre a preliminar levantada é que vamos discutí-la.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Sr. Presidente, a meu ver, não deixa de ter procedência a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Aarão Steinbruch.

O SR. SENADOR CLODOMIR MILET — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, perguntaria, no caso de ser votada a preliminar, qual o tempo de que dispõe para falar, a favor ou contra a mesma, cada orador.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Cada orador disporá de 5 minutos para tecer suas considerações.

O SR. SENADOR CLODOMIR MILET — Peço a V. Exª, Sr. Presidente, que me inscreva para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Continua em discussão a proposta.

Está inscrito para falar, em primeiro lugar, o Sr. Senador Aurélio Vianna, a quem dou a palavra.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA (Pela ordem) — Sr. Presidente, o nobre Relator estabeleceu toda a sua argumentação no pressuposto de que os membros da Comissão considerariam o projeto de origem governamental como elvado de inconstitucionalidade, por que os Deputados e Senadores igualariam, na sua essência e substância, decreto-lei a projeto.

Nós, por exemplo, achamos que a matéria é inconstitucional, porque fere, e fundamente, o art. 150, § 3º, da nossa Constituição, que assim dispõe:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

Nós temos as mais insuspeitas opiniões acerca desse assunto, que se vem debatendo há muitos anos. Todos nós sabemos que as tentativas para a extinção dessa classe rem, provavelmente, do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira até hoje.

Então, um grupo, que em como constante extinguiu a classe dos despachantes aduaneiros, formada, no Brasil, por menos de 600 titulares, classe que existe neste País desde muito antes de 1850, data da Agência do Código Civil.

Com a fundação de Olinda, São Vicente surgiu essa classe como auxiliar do Estado para o exercício de uma profissão nobilitantíssima. Sobre ela — e se aquilo que lomos representa uma verdade, e não rova em contrário o é, — o próprio Professor Otávio Buhlhes, ex-Ministro da Fazenda, declarou, certa vez, que os despachantes aduaneiros são titulares de direitos assegurados por lei, que datam de muito antes de 1850, que os seus membros exercem uma profissão altamente especializada com com profundo conhecimento técnico da complexa e tumultuante legislação fiscal aduaneira. Está a classe

subordinada aos Estatutos do Funcionário Público Civil da União. São passíveis seus ocupantes de sofrer penalidades e vêm prestando serviços relevantes ao País. Não discutamos este assunto. Têm direito adquirido. Não há dúvida. Precisa haver estudos. Terá.

Mas seria necessário a Constituição, revogando o § 3º do Art. 150, para que pudéssemos considerar como constitucional o projeto do Executivo. E temos mesmo que ser favoráveis à eliminação da classe, tirando-lhe seus direitos, mas em face a Constituição, a ela devemos obediência. Creio, Sr. Presidente, que já temos uma opinião formada acerca deste assunto.

O nobre Sr. Relator não abordou a questão da inconstitucionalidade à base do Art. 150, no que foi muito inteligente. Mas, Sr. Presidente, respeito para terminar, tomou como pressuposto para a discussão da matéria aquele outro artigo que se refere a projetos de lei quando nós queremos discutir a matéria a acomodar de inconstitucional à base deste outro artigo que é o Art. 150, § 3º.

Não sei quem me teria declarado, de consciência, que os direitos adquiridos dos despachantes aduaneiros não estão feridos e destruídos e aniquilados por esse projeto de lei.

O Relator reconhece de tal maneira, que dá um prazo de sobrevida para os despachantes aduaneiros. Reconhece que esta classe está ferida e que é uma necessidade para o bom ordenamento dos negócios deste País, no setor que lhe é peculiar, que lhe dá esse prazo de sobrevida até 1970.

Tivemos, na época do Presidente Castelo Branco, coisas realmente interessantes, porque, em se colocando ao lado do Chefe do Executivo, os líderes se aproximavam deste e discutiam sobre a matéria que iriam defender.

Todos sabemos, não é segredo, que um dos que se conduzia assim era o Sr. Deputado Adílio Vianna, outro era o Sr. Senador Daniel Krieger, outro o Senador Filinto Müller. Poderíamos citar diversos.

Quantas e quantas vezes projetos, oriundos do Executivo, caíam nas duas Casas do Congresso Nacional, porque essas lideranças alertavam o Governo para os erros contidos em determinadas proposições? Essa a verdadeira colaboração que davam ao País e de tal modo que, muitas vezes, o povo não sabia. Costavam com o apoio da Oposição, em lugar de a Oposição contar com o seu apoio na defesa de certas e determinadas proposições, de certos e determinados princípios.

Não estou dizendo que as coisas se modificaram, mas a gente nota, no parecer do Relator, a luta íntima que S. Exª estabeleceu dentro de si mesmo, entre sua consciência política e o seu dever de servir a um Governo que o indicou, através das lideranças, para relator da matéria.

Sr. Presidente, sei não precisamos discutir demasiadamente a questão no mérito; não vamos entrar no mérito, porque o momento é da preliminar. Teríamos muito a dizer se entrássemos no mérito, pois o projeto e um conjunto de contradições tamanhas. Diz que o Estado está apetrechado para exercer, através de seus funcionários, a função de despachante aduaneiro. E não indicou quais os funcionários e qual o grupo de funcionários do Estado que vão exercer esse mandato, que é de despachante aduaneiro. Entrega aos importadores e aos exportadores o direito de escolher aqueles que deverão exercer as funções de despachante aduaneiro, tanto que os próprios funcionários públicos, através de emendas que pediram para que Senadores apresentassem, estão solicitando que eles, funcionários, substituam os despachantes.

E' só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio). — Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator). — Senhor Presidente, illustres membros da Comissão, eu pediria — e estou certo de que serei atendido — aos nobres componentes da Comissão que atentassem bem para a argumentação que fiz, na defesa da constitucionalidade quanto à preliminar que foi arguida.

Parece-me que há aqui dois pontos bem distintos a debater e a deliberar. Na reunião que o Sr. Presidente convocou para, segundo anunciou na ocasião, conhecer-se das emendas que haviam sido apresentadas, foi verbalmente levantada pelo Deputado Erasmo Martins Pedro a argumentação, a preliminar de inconstitucionalidade porque, no seu entender, havendo sido rejeitado pela Câmara dos Deputados o decreto-lei que versava, segundo ele, matéria correlata à deste projeto, assim se estava infringindo dispositivo constitucional que impede se renovem matéria correlatas na mesma sessão legislativa, a não ser com o apoio da maioria da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ERASMO PEDRO — Não levantei apenas uma preliminar — foram duas. Falo ate por escrito.

O SR. ERASMO PEDRO — ... Sobre o qual na ocasião V. Exª verbalmente levantou apenas esta questão.

O SR. DEPUTADO LEON PERES — Não discuto que o nobre Deputado haja feito por escrito. Quanto a mim não tomei conhecimento do assunto, a não ser após ter reagido o meu Relatário. Não me foi entregue pela Comissão em tempo hábil, no prazo hábil em que o devia ter sido feito, por escrito.

Parece-me, entretanto, que há dois casos aqui bem distintos a apreciar: um, é esta preliminar de que o Projeto seria inconstitucional porque repete matéria correlata à do Decreto-lei citado, a matéria em si, contida no Decreto já apreciado pela Câmara dos Deputados. E o outro é esse, Sr. Presidente, que, parece-me, é o ponto que se deve analisar agora, sobre o qual a Comissão se deve manifestar.

Não se fuja, nem se diga que a Comissão não deve apreciar a matéria contida no Decreto-lei. Isso é próprio da Comissão, analisar o que se contém no Projeto, que é matéria correlata à do Decreto-lei, sobre o dispositivo do Art. 61, § 3º da Constituição Federal.

Não procuro — e agradeço as elogiosas referências do Ilustre Senador — impor aos Srs. Membros desta Comissão esta fragreza, que seria a de que se pudesse julgar que um projeto é semelhante a um decreto, pois é evidente que não é. O que sustento, porém, e comigo haverá de convir toda a Comissão, é que a Constituição impede a repetição de matérias contidas em novo projeto.

Por isso fiz questão de estabelecer, claramente, a distinção, de que projeto e decreto são duas coisas inteiramente diferentes, se concorda comigo o Ilustre Senador, em que projeto não é decreto, como então aceitar-se a preliminar de inconstitucionalidade?

Se a Constituição diz que não se pode renovar em projeto matéria correlata contida em projeto anteriormente rejeitado, e não houve projeto anterior, como dizer-se que esse projeto é inconstitucional, se não houve projeto anterior? Não há como negar que, nesta parte, o Governo agiu legitimamente ao enviar, através de matéria regular, o assunto que deliberamos.

Conforme realcei na análise da inconstitucionalidade da preliminar, o Deputado Nelson Carneiro, ao votar na Comissão de Constituição e Justiça, deixou claro esse ponto de vista,

quando dizia que votava contra a inconstitucionalidade porque via que o decreto não entrava no aspecto das restrições da Constituição Federal, quando autorizava o Presidente da República a expedir decretos sobre matérias de segurança e financeira. Dizia S. Exª que se reservava, quando trazida a matéria ao exame da Casa, para apreciar o mérito da proposição. Ora, já que considerou a Câmara o decreto irregular, a matéria só poderia ser trazida através de projeto. E' o que o Governo fez agora.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, sem que haja intenção, da nossa parte, de fugir ao debate da constitucionalidade do projeto em si, e, fundado na tradição já antiga desta Casa, de preservar com a máxima imparcialidade a interpretação das leis, da Constituição, penso que, a este respeito, a preliminar não deve ser levada em conta porque caso contrário iríamos abrir um grave precedente.

Não discuto e respeito o ponto de vista dos que defendem a classe dos despachantes que se acham prejudicados com este projeto. O assunto deverá ser analisado quando da discussão e votação do mérito da proposição. Mas desde logo, de saída, tratamos dessa inconstitucionalidade, a pretexto de que o projeto é inconstitucional por aquela arguição levantada, não posso me contentar com isso. Se assim fosse a Casa teria acerto um grave precedente que não iria honrar a sua tradição de imparcialidade na apreciação das leis e da Constituição. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio). — Com a palavra o Senador Clodomir Milet.

O SR. SENADOR CLODOMIR MILET (Sem revisão do orador). — Sr. Presidente, li o relatório do Sr. Relator e acabo de ouvir as ponderações de S. Exª explicando justamente o sentido do seu parecer quanto a preliminar de inconstitucionalidade.

Acha S. Exª que, uma vez que não houve um novo projeto, não há porque se explicar a sangro constitucional de rejeitar-se preliminarmente este projeto. Quero dizer a S. Exª que, no meu entender, o decreto-lei ou projeto de lei, qualquer que seja a matéria discutida, nela se aplica o § 3º do Art. 3º.

Direi a V. Exª, para tranquilizá-lo, que houve um projeto de lei, nessa legislatura, se é que se pode acomodar de inconstitucional a apresentação de tal projeto, que houve o Decreto número 5.314, de 11 de setembro de 1967, discutido em comissão mista, que visava a acabar com a classe dos despachantes convertido o entendimento que se queria dar à matéria, através de uma emenda do Deputado Raimundo Padilha. O Art. 5º, que se queria revogar, foi que manteve a situação dos despachantes.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator). — Esse é o mérito.

O SR. SENADOR CLODOMIR MILET — Vamos ao decreto.

O Art. 49 da Constituição diz o seguinte:

“O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I — emendas à Constituição;
- II — leis complementares da Constituição;
- III — leis ordinárias;
- IV — leis delegadas;
- V — decretos-leis;
- VI — decretos legislativos;
- VII — resoluções.

Os arts. 61 e seguinte dão, naturalmente, a maneira de como tramitar cada uma dessas proposições, porque todas elas se chamariam proposição. Vêm elas ao conhecimento do Congresso Nacional: umas, já em vigor, por decreto-lei; outras, para serem alteradas, modificadas; e outras, saindo daqui, como o caso de projetos de lei de iniciativa do Congresso Nacional.

Diz o “caput” do art. 61:

“O projeto de lei aprovado por uma Câmara será revisto pela outra em um só turno de discussão e votação”.

Vem o § 3º:

“As matérias constantes de projetos de lei rejeitadas ou não sancionadas somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras”.

Pego a atenção da Comissão para a argumentação que desenvolvi no sentido de demonstrar que quem está laborando em equívoco — lamentavelmente — é o Sr. Relator, que preferiu nos explicar o que era decreto de acordo com a etimologia da palavra, de acordo com o seu significado no dicionário.

Queremos aplicar a Constituição nos termos em que deve ser realmente aplicada. Não queremos saber de gramática, não queremos saber de dicionário. Queremos saber o que diz a Constituição no que concerne ao entendimento que se deve ter da matéria.

Não sou constitucionalista, não sou advogado, não sou nada. Sou homem que tenho bom senso natural para separar uma coisa da outra e dar minha opinião a respeito com franqueza. Quero dizer que, quando a Constituição fala nas matérias constantes dos projetos de lei, evidentemente não quer dizer que será o projeto em si, mas o que está nele contido.

Agora digo a S. Exª: ela só poderá ser repetida “na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras”.

Ora, sabe S. Exª que o projeto de lei — de iniciativa do Presidente da República, do Congresso Nacional, dos Tribunais, etc.

Mas há apenas uma permissão: só quem pode renovar é o Congresso Nacional, através de 2/3 dos seus membros. O Presidente da República, em hipótese nenhuma. Para ele, a redação é evidente. Se ele manda um projeto de lei para o Congresso e esse projeto de lei é rejeitado, ele nunca mais poderá mandá-lo novamente nesta sessão legislativa. Essa que é o entendimento.

A permissão para renovar é dada ao Congresso. É uma das poucas coisas que sobraram para nós, Congressistas. O Executivo tem tudo, o Congresso tem muito pouco e uma delas é esta. Só há permissão para renovação por 2/3 do Congresso Nacional.

Quer dizer o seguinte: projeto de iniciativa do Presidente da República, rejeitado, não poderá ser mandado novamente pelo Presidente da República. Só se o Congresso Nacional quiser, através de 2/3, renovar a matéria.

Logo, vê V. Exa. que não seria o fato de ser decreto-lei ou não, porque ele não poderia mandar um novo projeto.

Então, isso que está aí é uma rejeição total, com uma única exceção: para o Congresso Nacional. Seja de quem for a iniciativa do projeto: dos Tribunais, do Presidente da República e do Congresso Nacional. Só há essa exceção para nós, que podemos fazê-lo.

Sr. Presidente, peço a V. Exa. mais um minuto para concluir as minhas considerações. Ora, Sr. Presidente, discutida esta parte, vamos chegar à outra parte, que é muito interessante.

O Presidente da República manda o projeto de lei. Nós emendamos o projeto de lei, nós votamos. O projeto se converte em lei. O Presidente da República vota. Nós apreciamos o veto do Presidente da República. Esse é o esquema dos projetos de lei.

O decreto-lei, qual é a diferença? O decreto-lei, Sr. Presidente, é de uma faculdade de vetar um projeto de Presidente da República. Então, Presidente da República baixa o de-



creto-lei. Entra em vigor imediatamente. E o Congresso Nacional tem o direito de recusar esse decreto-lei. Então nós estamos aplicando, contra o Presidente da República, aquilo que ele aplica contra o Congresso Nacional. Nós estamos vetando a iniciativa do Presidente da República. É a única fórmula que nós temos de rejeitar, quer dizer, de tirá-lo da tramitação ou torná-lo sem efeito, ou tirá-lo de sua vigência. E não aprovar o decreto-lei porque se nós não votarmos num determinado prazo, estaremos deixando que fique em vigor, sancionando esse decreto do Presidente da República. Mas isso também acontece com os projetos de lei, se não os votamos em determinado prazo, entram em vigor. E é a mesma coisa. Há, porém, uma diferença agora: o Presidente da República não pode apreciar o nosso veto. E não pode apreciar o nosso veto, no caso, porque, se votarmos uma lei vetada, se o Presidente da República vetar uma lei votada por nós, nós poderemos derrubar o veto. Mas o decreto-lei não vigorará. Ele tem uma vantagem que nós não tivemos: é que o decreto-lei entrou em vigor imediatamente e as leis não entram em vigor senão depois de sancionadas.

Por conseguinte, é uma balança, as compensações naturais estão dentro da sistemática. O Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, com a competência que cada um tem, dentro das disposições da Constituição e das leis, entram-se e daí o entendimento e a compreensão que deve existir entre os três Poderes para que a Nação ande e continue em estado de progresso.

Sr. Presidente, por esses argumentos, entendemos que o decreto-lei é uma proposição que está rotulada como tal no art. 49 da Constituição. Por conseguinte, trata-se de uma proposição. Compreendendo-se que o Presidente da República não pode mandar outro projeto se o dele for rejeitado — só o Congresso poderia fazê-lo — concluímos que seria um artifício, uma burla, mandar um decreto-lei e não o aprovarmos, para, em seguida, mandar um projeto e nós o votarmos. Seria fraudar a lei. Não é permitido fazer isso. E de considerar, ainda, que este projeto veio para o Congresso antes de conhecido o seu pronunciamento a respeito do decreto-lei, o que nos parece até absurdo, porque não se tratava de mandar novo projeto mas mandar, concomitantemente, duas proposições ao Congresso. Um, estava na Comissão e recebeu parecer pela inconstitucionalidade, com base no art. 58. Na hora da votação não houve discrimine. Votou-se o parecer que, no seu final, tratava da inconstitucionalidade. Ainda estava sob decisão do Plenário e o Presidente da República mandava, dias antes da Casa se pronunciarem sobre o decreto-lei, projeto sobre a mesma matéria, com base no art. 154, § 3º, da Constituição.

Ora, não se trata aí de novo projeto de lei, sobre que fez tanta carga o nobre Relator. Trata-se de projeto concomitante encaminhado ao Congresso. Seria curioso se nós rejeitássemos uma proposição do Governo, um decreto-lei que estava em vigor, e fôssemos aceitar, na mesma hora, um projeto de lei, com nossa participação para tirar dos despachantes das funções que exercem há mais de cem anos.

Se não bastasse isso, Sr. Presidente, houve um projeto de lei do Governo, nesta legislatura ou na sessão passada, versando a mesma matéria. E graças à intervenção do Deputado Raimundo Padilha, com apoio unânime do Congresso Nacional, foi revigorada a situação anterior através do art. 5º da Lei nº 5.314.

Por conseguinte, há um mesmo projeto de lei versando matéria já revogada ou recusada pelo Congresso Nacional. E há, Sr. Presidente, um pro-

jeto de lei, enviado concomitantemente à Câmara, ou melhor, enviado à Câmara quando o outro ainda estava em discussão, o outro que foi recusado.

Há, portanto, duas proposições versando a mesma matéria, que infringe dispositivo constitucional — Art. 61, § 3º.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Pediria a V. Exa. que anotasse cada ponto e, no fim das exposições, desse as suas respostas.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Apenas desejo saber se o Regimento me dá, ou não, direito de contraditar ponto por ponto.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — O Regimento diz que cada orador tem cinco minutos e o Relator tem dez.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Se tenho esse direito gostaria de usá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Sr. Presidente, Senhores Membros da Comissão, não desejo absolutamente abusar da paciência dos nobres componentes da Comissão, mas da mesma forma que defendo e defenderei sempre o direito daqueles que se opõem ao projeto, peço vênica para que seja respeitado o direito de defendê-lo. Por isso me permito contraditar as razões que agora acabam de ser levantadas.

Não tive qualquer interesse em fazer a distinção de projeto de lei ou de decreto-lei nem razão de ordem gramatical, mas o que me parece sumamente estranho é que, até agora, os dois argüentes que me antecederam reconhecem nas suas exposições que projeto é uma coisa e outra bem diversa é decreto. E também reconhecem ambos que, mesmo dentro do texto da Constituição está definido que as matérias constantes de projeto de lei rejeitados ou não sancionados somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras. Então, já que se falou tanto em preliminares, temos duas preliminares: — primeira, que é reconhecido por todos que projeto não é decreto; segunda, que a vedação constitucional se refere somente a projeto e não a decreto. Mas não querem concordar comigo na conclusão de que, sendo coisas diversas, as conclusões têm que ser diferentes.

Se projeto não é decreto e se a validação constitucional se exerce apenas quanto ao projeto, como permitir-se que ela se estenda também ao decreto-lei?

O SR. SENADOR AURELIO VI-ANNA — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Quero esclarecer ao nobre Relator que não fiz esta distinção, porque o que interessa é a essência, a substância da matéria. Não é questão de ser aquilo ou aquilo outro. Trata-se da mesma matéria, tenha o nome de proposição ou outro. A proibição é só da matéria. Esclareço a V. Exa. que não entrei neste assunto.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Sr. Presidente, repito mais uma vez. Há dois aspectos constitucionais a assinalar um quanto à preliminar que foi argüida, e, a indagação que devemos responder — e volto novamente a dizer, não apenas com vistas a este caso mas como norma geral a ser adotada pelo Congresso Nacional — a indagação é a seguinte: na iniciativa, para os efeitos do Art. 61, § 3º, o Projeto de Lei equivale a Decreto de Lei? Esta a indagação.

O SR. SENADOR CLODOMIR MILET — Gostaria que V. Exa., como Relator, esclarecesse o seguinte: o de-

creto-lei que vem para o Congresso é aprovado como decreto ou se faz projeto de resolução aprovando a matéria?

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — As diferenças essenciais são as seguintes: o decreto-lei é a Constituição que o diz — não sou eu, — o Decreto-lei, desde a sua expedição, tem força de lei. Em segundo lugar, desde a sua publicação está em plena vigência, é lei. Desde que publicado é lei. E lei, independentemente da apreciação do Congresso Nacional que, como V. Exa. bem acentuou, apenas pode revogá-lo pela rejeição. Veja que a diferença é fundamental, "rejeita-lo", que equivale à revogação de um texto de lei em plena vigência. Aí está a diferença fundamental.

O SR. SENADOR CLODOMIR MILET — Mas não há regulamentação para saber se aquela vale ou não.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Mas é a Constituição quem o diz, meu caro. Como não há regulamentação? A Constituição diz claramente. Não é outro assunto, não é assunto da Constituição.

O SR. SENADOR CLODOMIR MILET — Então, o Decreto-lei entrou em vigor, acabou a função do despachante, a Câmara rejeitou, vetou e o que sucede?

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Renovou-se, é evidente. Apenas para terminar, Sr. Presidente, mas, sem querer abusar da paciência dos nobres componentes desta Comissão, não sou eu quem o diz, nem ninguém interessado em defender uma proposição governamental. O Decreto-lei não é uma proposição governamental, o Decreto-lei é texto com força de lei. É baixado e está em plena vigência desde a sua publicação. É uma lei, ao passo que o projeto é apenas a proposição a respeito do que poderá ser uma lei. Por isto a diferença é essencial. O Decreto-lei não pode ser emendado. Não cabe ao Congresso senão aceitá-lo ou rejeitá-lo, porque é uma lei. Daí, eu sustentar que a rejeição é uma revogação de um texto de lei, ao contrário do projeto, que é uma ideia, uma estrutura um plano de lei. Pode ser emendado, pode ser modificado, pode ser substituído, deve ser discutido e votado para, depois de sancionado, transformar-se em lei. A diferença é fundamental, é clara.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — Peço que V. Exa. conclua, pois o tempo de que dispunha está esgotado.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Sr. Presidente, apenas para concluir.

Mais ainda: o projeto de lei, por essas suas características todas, não produz nenhum efeito, a não ser depois que se transforma em lei.

Vamos supor a seguinte hipótese: o Governo baixe um decreto-lei e esse decreto-lei vigore, digamos, por sessenta dias: produz todos os seus efeitos jurídicos. Posteriormente, porque na vigência desses sessenta dias, a Câmara ou o Congresso o rejeita, o que acontece? Aquêles atos praticados na vigência do decreto-lei são perfeitos e acabados, produzem todos os seus efeitos jurídicos. Diferente do projeto-de-lei, que não produz nenhum efeito, está apenas elaborando a constituição de um texto de lei.

Então, argüia-se, nesta Casa, que o Governo não tinha prerrogativa, não estava a cabrigo das franquias constitucionais para expedir decretos-leis sobre a matéria. O Governo aceitou a deliberação da Casa e procurou corrigir o que parecia ao Congresso Nacional um erro de origem — o de expedir decreto-lei sobre essa matéria. E corrigir como? — Obedecendo ao Congresso e enviando um projeto.

Então, qual a manifestação que, aqui, ouvi? — Quer-se prender o Governo "por ter cão ou por não ter cão" — desculpem-me a frase popular: se

se considera o decreto errado, o Governo aceita a deliberação e corrige, o que se quer, então, é impedir o Governo de legislar sobre a matéria.

O SR. SENADOR AURELIO VI-ANNA (Pela ordem) — Sr. Presidente, uma questão-de-ordem importantíssima: o Art. 7º das nossas Normas diz que a discussão será uma só sobre o parecer e a emenda.

"Poderá usar da palavra sobre a matéria em discussão, durante 5 minutos, qualquer membro da Comissão, Líder de Partido ou de Bloco Parlamentar; sobre a matéria em discussão o Relator terá igual direito pelo prazo de 10 minutos".

O que está havendo aqui é o seguinte: o Deputado ou Senador da Comissão fala 5 minutos sobre a matéria em discussão e o Relator fala 10, mais 10 e mais 10.

O Regimento é claro, o Relator terá igual direito, com o prazo de 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermírio) — O Relator já teve 30 minutos. Com a palavra o nobre Deputado Erasmo Pedro.

O SR. DEPUTADO ERASMO PEDRO — Sr. Presidente, parece-me, em que pese a inteligência e o zelo do nobre Relator, que as manifestações dos Senadores Aurélio Vianna e Clodomir Milet já os elidiram.

Quero, no entanto, tecer breves considerações dentro dos meus 5 minutos, talvez menos até. Uma para um esclarecimento e a outra para ligeiro comentário. Está-se deslocando a questão da constitucionalidade de seu verdadeiro curso para uma diferença que se quer estabelecer entre projeto e decreto.

O que todos os constitucionalistas aceitam é que a matéria submetida à consideração do Congresso, não pode ser renovada na mesma sessão legislativa. Este é o princípio fundamental, a razão de ser do dispositivo constitucional.

Tanto isso é verdade que se estabelece, nos comentários, uma decisão. Quando é que o Congresso pode ter a iniciativa sobre todas as leis, os projetos e proposições, mesmo as da competência do Presidente da República? Quando rejeitados.

Não se cogita, aqui, de estabelecer diferenças nem de buscar uma definição gramatical. O nobre Relator foi buscar precisamente a definição dos vocábulos, do sentido vernacular de decreto e de projeto. Não desejo entrar nessas considerações, por demais conhecidas da Comissão.

O que desejo chamar a atenção da Comissão é sobre ponto que julgo essencial, ou seja, de retificar uma afirmação do nobre Relator, quando diz que a Comissão aprovou o voto em separado do nobre Deputado Nelson Carneiro.

Não, Sr. Presidente, o nobre Deputado Nelson Carneiro acompanhou o voto da Comissão e fez algumas afirmações laterais a este voto.

O que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados decidiu, por unanimidade, foi o seguinte: que era inconstitucional o Decreto-lei nº 346, por ferir o art. 150, § 3º, da Constituição de 1967.

Sr. Presidente, eu aleguei isto, por escrito quando levantei a minha questão de ordem. O nobre Deputado Relator, porém, alega que não a leu. Não tem importância, mas S. Exa. não pode desconhecer o parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados sobre esta mesma matéria.

Não há, evidentemente, argumento que possa elidir esta minha afirmativa: todos os membros da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, no mérito, declararam-no inconstitucional, por ferir o art. 150, § 3º, da Constituição vigente. Como vai a Comissão submeter ao Congresso este projeto, já que a Co-

missão de Justiça da Câmara o considerou inconstitucional, por votos não só da ARANHA como do MDB, não tendo, portanto, nenhum caráter político? Como vamos submeter, sem desprestígio àquela comissão técnica, este projeto de lei?

E essa inconstitucionalidade gritante, reconhecida pela Câmara dos Deputados, que reafirmo, neste instante, e para ela chamo a atenção dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Tem a palavra o Senhor Deputado Adílio Viana.

O SR. DEPUTADO ADILIO VIANA — Sr. Presidente, Sr. Congressistas, o nobre Relator, com a erudição que todos nós lhes reconhecemos, fez uma distinção entre decreto-lei e projeto de lei. Parece-me, no entanto, que mais importante que a denominação devem valer os efeitos de um e de outro, porque decreto-lei ou lei, em que se converte um projeto aprovado, têm os mesmos efeitos perante a Constituição. E o espírito do constituinte foi o de impedir que, sucessiva e indefinidamente, e sem qualquer interstício, fosse uma mesma matéria equacionada, debatida, discutida e votada até com desperdício de tempo da Câmara e do Senado.

Relativamente ao Art. 150, § 3º, parece-me que também é evidente a inconstitucionalidade, inconstitucionalidade já declarada não apenas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, mas pela própria Câmara, que acolheu o parecer da Comissão.

Releva notar isso, que não deixa de ser importante: o parecer adorado é da autoria de um ilustre Deputado, insuspeito, no caso, porque das hostes arenistas, e, na Comissão de Constituição e Justiça, esse parecer foi aprovado por unanimidade, vale dizer, por representantes de ambas as facções políticas.

E certo que nós, aqui na Comissão Mista, não estamos subordinados ao que decidiram a Comissão de Constituição e Justiça e o plenário da Câmara dos Deputados, mas parece-me também que não devemos deixar de ser sensíveis, àqueles pronunciamentos, pelo menos ao ponto de meditarmos, de examinarmos detidamente os fundamentos que os presidiram.

E por último, Sr. Presidente, espero que V. Exª não acolha o ponto de vista do nobre Relator, no sentido de que não seja submetida a esta Comissão de inconstitucionalidade, porque seria subtrair a esta comissão o direito incontestável que tem de examinar e votar o que lhe é proposto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Com a palavra o nobre Deputado Raymundo Padilha, como autor de emenda.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO PADILHA — Sr. Presidente, sem o menor formalismo protocolar, rendo minhas homenagens ao nobre Relator, companheiro de partido.

V. Exª não ignora o aprêgo que lhe tenho, à sua brilhante juventude, à sua passagem breve, mas sem dúvida cintilante nos annais do Parlamento.

Devo antes dizer, Sr. Presidente, que a minha petição, estreme de qualquer facciosismo, decorre de uma convicção profunda, que tem fundamentos constitucionais na lei, mas também na minha alma.

O problema é social. A Constituição não ignora o problema social e a proposição originária, não refeita no seu espírito pelo nobre Relator, investe contra a justiça.

Tomai posição, nesta matéria, desde a primeira tentativa. A autoria não me identificava, era desconhecida, autoria que, mais tarde, logrei identificar infelizmente para mim e para a República.

Então, Sr. Presidente, li, surpreendido um decreto do Presidente Castelo Branco nesse mesmo lamentável sentido. Procurei o Presidente da República e aduzi a Sua Excelência as razões que consciência me impunha. As razões de natureza jurídica, formal ou farisaica, essas deixava para os legistas, para os profanos, para os saduceus, mas a questão fundamental, aquela que compete debater na essência, era de um lado a essencialidade da função, segundo a justiça do seu exercício. Pedi ao Presidente, de quem era Líder na Câmara dos Deputados, que não levasse em conta minhas alegações, porém as investigasse acuradamente, através dos instrumentos que a administração da República — essa famosa, tão melhorada e tão aperfeiçoada administração pública que consta da exposição de motivos, matéria de caricatura —, que Sua Excelência encontrasse, devassasse, — descobrisse. O Presidente da República me chama e determina ao Chefe da sua Casa Civil, depois de ouvido o Ministro Bulhões, depois de ouvidos os melhores funcionários da repartição pública, sobretudo da repartição superior da Fazenda, funcionários esses não comprometidos eventualmente no episódio ou desligados, desvinculados da maldadada iniciativa, para que a examinassem a fundo. E o Presidente lamentou, diante de mim, aquela sua iniciativa da expedição do decreto-lei. E o revoga incontinenti. Revoga simplesmente. Dizem que o mais severo dos Presidentes que este País já teve. Mostrou-se, todavia, profundamente sensível às consequências da sua iniciativa.

Todavia, não dormiram, não descansaram os autores.

O SR. DEPUTADO ATHIÉ COURRY — Comissários.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO PADILHA — Não os identifique, por ora.

E volta o assunto sob a forma do projeto, no atual Governo. As minhas razões foram não apenas renovadas, mas atualizadas com novos elementos de informação. E o Governo aceita. Numa omissão Especial de 27 membros, venci uma emenda por 27 a zero. E a zero venci no Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

Era um projeto de lei, nesta legislatura prorrogada — não um decreto-lei — um projeto de lei da mesma fisionomia, da mesma estrutura — permitia V. Exª — apenas com mais gramática e mais estilo. Esta proposição foi derrotada depois daquela. E o Presidente da República fez timbre em comunicar ao Líder Daniel Krieger o seu assentimento, a uma absoluta concordância com a minha atitude, traduzida naquela emenda. E não houve conselhos que levassem o chefe de Estado a apor o seu voto àquela emenda. Todavia, esta novela, como todas as novelas que apenas tem a desvantagem do cenário, que não é tão amplo nas televisões reaparece sub-repticiamente quando o Congresso está fechado, sob a forma de um decreto-lei. Pouco importa a terminologia, pouco importa saber se estávamos diante de um Projeto, ou de um Decreto (ou de um Decreto-lei) pouco importa. Estávamos diante de uma matéria substancialmente ontológica e logicamente a mesma, que reaparecia, embora travestida em calão, como em calão era a exposição de motivos e em calão era a própria proposição originária que V. Exª revestiu de forma sintática (e que não existia) graças à sua cultura literária.

Pois bem, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, numa linha de perfeita coerência e digni-

dade legislativa entendeu ser abusiva esta forma de interferência na vontade expressa unanimemente pelos seus homens mais representativos e pela unanimidade dos Partidos. E, mais uma vez, mal a Proposição — aqui derrotada — reaparece sob essa forma, seródia, dão-na para relatar a um homem eminenente, o meu Colega de Partido, a quem devo dupla fidelidade porque lhe conheço o caráter e a inteligência. E estou vinculado a S. Exª, pelas mesmas responsabilidades partidárias. Vejo-me numa singular contingência — no dever de derrubar a proposição e de defender o Presidente Costa e Silva.

O SR. DEPUTADO ATHIÉ COURRY — Ele não tem culpa.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO PADILHA — O Presidente Costa e Silva, cujo espírito de humanidade, cuja sensibilidade no domínio da Justiça, cuja sensibilidade pública e privada é de todos conhecida nesta Nação, não é S. Exª. capaz de elaborar planos de vingança e de extermínio, não seria autor dessa fúria homicida contida no Projeto. Vamos eliminar uma classe, temos que eliminá-la de qualquer jeito. Foi deliberado pelo segundo escalão de República. E aquilo vem por capilaridade. Até o Ministro da Fazenda, considerável e risonho, prazenteiro, embora perplexo diante do deficit orçamentário rotundo orientado por quem se desconhece.

O SR. DEPUTADO ATHIÉ COURRY — Orientado por rufos poderosos.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO PADILHA — Não importa saber quem está atrás disso, as forças misteriosas que estão aí. Mas a coerência é tão grande que nós começamos a desconfiar que algo de bódre existe no reino da Dinamarca, de acordo com Hamlet, de todos nós conhecido.

Ora, meus prezados membros desta Comissão, que não tenho a honra de integrar, Sr. Presidente, eminente Relator, meu prezado companheiro, não venho aqui sustentar contra V. Exª, uma tese de inconstitucionalidade, porque nessa, como em quase todas as matérias, sou um turista. Não posso comparecer com a autoridade jurídico-constitucional tão ampla para versar essa matéria. Coloco-a em termos de filosofia, em termos de ética política. E é por isso: e como tudo isso, que a própria intervenção de exegese de um texto constitucional, como tentativa de fazê-lo nesta manhã, decorre fundamentalmente da posição ética que cada um adota. E política sem ética não é política, e ela não pode sobreviver sem uma regra de comportamento público; ela está sujeita, não a uma moral relativa e eventual, — mas a um código de moral permanente. Somos forçados a dizer ao Governo da divergência para podermos convergir.

O Governo precisa ser fundamentalmente derrotado nesta proposição hoje, como será amanhã, no plenário das duas Casas do Congresso e será, graças a Deus, derrotado, para que saia vitorioso socialmente e politicamente. E preciso que o Governo sinta que esta quarta tentativa não vai prevalecer no ânimo e na consciência dos deputados e senadores da República, que a começar por aqueles favoráveis ao Governo desse eminente homem público, que é o Marechal Costa e Silva, não ficarão na posição de subalternos amenistas, mas de indivíduos verticais, que acatam de S. Exª, aqueles mandamentos que não invadam a nossa consciência de homens públicos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, vê-se pois que quero estabelecer no máximo a vinculação em substância, coisa intrínseca, que é o fato social con-

tido na própria matéria das várias iniciativas e aquela coisa da ordem extrínseca, de ordem puramente formal, que é a exegese gramatical ou taxicográfica entre decreto e projeto. Ficariamos, então, na poria das sangnagias a debatermos com Jesus a literalidade do texto, quando temos que examinar a substância da proposição e os seus efeitos sociais contra uma só classe, maldadada, a que chamo de massacre.

O SR. DEPUTADO CLOVIS STENZEL — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Tem a palavra o Sr. Deputado Clovis Stenzel.

O SR. DEPUTADO LOVIS STENZEL — Sr. Presidente, acabamos de ouvir brilhante exposição — como não poderia deixar de ser — do eminente colega o nobre Deputado Raymundo Padilha cujo mérito e valor não só esta Comissão mas toda a Casa e a Nação lhe tributamos.

Parece-me, entretanto, que na exposição muito bem feita por S. Excelência há um pequeno equívoco que esta Comissão não pode deixar de considerar.

A matéria, do ponto de vista de sua essencialidade, que seria o objeto da ontologia, o ser, a essência, a matéria ontológica, não é o que estamos discutindo, neste instante. O que estamos discutindo é a matéria do ponto de vista formal.

Desejava dizer a V. Exª que a Constituição não tem um código de leis adjetivas. Ela tem leis substantivas e adjetivas.

Temos um Direito Penal Substantivo, que é o Código Penal, e um Direito Penal Adjetivo, que é a forma pela qual ele se exerce. Temos o Direito Civil, que é o Código Civil e a forma de processo civil.

A Constituição tem leis substantivas e leis formais. A preliminar que se levanta é uma preliminar a meu ver, não só no que diz respeito à concretização do projeto de lei, como também da sua forma.

Permitam-me os nobres Deputados, constantes do parecer do ilustre Deputado Leon Peres, dizer que levantamos duas preliminares. Uma delas é a que estamos discutindo, se projeto e decreto-lei tem os mesmos efeitos e as mesmas características e o mesmo tratamento constitucional, e a outra levantada pelo nobre Senador Aurélio Vianna e que foi referida pelo nobre Deputado Erasmo Pedro.

Gostaria, então, de determinar, Senhor Presidente, que há duas proposições, duas arguições de inconstitucionalidade. Quanto à segunda, talvez não tenhamos a mesma argumentação que temos quanto à primeira.

De fato, Senhor Presidente, não são a mesma coisa, projeto e decreto-lei, nem na sua essência e nem na sua forma. Tanto assim que o ilustre constitucionalista o mais renomado do País, Pontes de Miranda, chama o Decreto-Lei de uma inovação no nosso Direito, dando-lhe o nome de lei sob condição e não projeto. O Decreto-Lei é uma lei. O projeto é uma lei a ser elaborada, é um projeto, uma expectativa. O Decreto-Lei é, de fato, uma lei, tanto assim que foi dito pelo ilustre Senador que, no Projeto de lei, ele se utiliza com a sanção, e o Presidente da República pode vetá-lo. No Decreto-Lei não há sanção e não há veto; o que poderia haver é o referendum necessário do Congresso a uma lei de autoria do Presidente da República, de sua competência. Ele é o sujeito da lei. No Decreto-Lei o sujeito da lei é o Presidente. No Projeto de lei o sujeito é o Congresso. Portanto, há uma distinção essencial a ser feita, sem entrar no mérito da matéria.

Eu desejava dizer, ainda mais, que tanto isso é verdade que, quando um

projeto de lei está elivado de inconstitucionalidade, pode a Constituição corrigi-lo, através de emendas, para livrá-lo do vício originário. No Decreto-lei não é possível fazer emendas, porque não é possível emendar Decreto-Lei, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 58. E não se pode emendar porque o Congresso não é o sujeito, e porque já é uma lei. A lei é da autoria do Presidente da República. Daí a razão.

Portanto, esta Comissão, a meu ver, poderá rejeitar a matéria que se está discutindo, mas, não o faça absolutamente através de uma argumentação, a meu ver, viciosa, data oculta, diante dos pressupostos jurídicos estabelecidos pela Constituição.

Não quero definir meu voto neste instante. Estou, defendendo, a meu ver, a Constituição; estou alertando a Casa, neste instante, para projeto de lei que, na sua essência, ontologicamente, distingue, e, na sua forma, é diverso do que está na Constituição.

A mesma coisa, talvez, eu não diga quando tratarmos da outra inconstitucionalidade levantada, que é a do direito adquirido. Ai, talvez eu me pronuncie, no decorrer da discussão, de modo diferente; mas neste momento, no que diz respeito à preliminar de que não pode ser renovada, porque já é matéria discutida, é preciso que saibamos que não é a mesma matéria, que não recebe o mesmo tratamento, e que, conseqüentemente, deve a Comissão, a esse respeito, pronunciar-se de acordo com o imperativo constitucional.

E' isso que, neste momento, estamos apreciando.

Era o que eu queria dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Com a palavra o Sr. Deputado Humberto Lucena.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA (Pela ordem) — Para uma questão de ordem, Senhor Presidente, que julgo importantíssima: a Comissão vai decidir sobre a preliminar levantada — e a preliminar versa sobre o Artigo 58 e o Artigo 150, conforme a solicitação do nobre Deputado Erasmo Pedro — ou vamos decidir sobre uma preliminar que trata apenas do Artigo 58? Porque o nosso entendimento é que a preliminar de inconstitucionalidade versa sobre dois princípios, qualquer dos dois vicia. E está levantada por escrito. Isso é interessante, porque notamos que, vez por outra, um orador e o próprio Relator, tiveram um entendimento diferente e a Mesa vai decidir conforme o que foi proposto.

O SR. DEPUTADO CLOVIS STENZEL — Nós estamos discutindo a preliminar da constitucionalidade. A discussão foi encaminhada no que diz respeito ao artigo 58. Pelo menos não ouvi ninguém discutir o problema do direito adquirido. Apenas se citou...

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Não, citei até o artigo, dizendo que era irrelevante para uma outra questão.

O SR. DEPUTADO ERASMO PEDRO — Senhor Presidente, peço a palavra. Para ordenar o trabalho, há dois comportamentos, diversos, a matéria foi debatida, no meu entendimento, no que diz respeito a projeto e decreto-lei. Sugeria que V. Ex.<sup>a</sup> já que foi discutido, pedisse em votação uma preliminar e depois, então, a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Não, fica para depois. Está com a palavra o nobre Deputado Humberto Lucena.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO LUCENA — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, as brilhantes palavras que proferiu, há pouco, o ilustre Deputado Raymundo Padilha vieram robustecer no meu espírito

aquela convicção que em mim já era inabalável — esse projeto de lei, a exemplo de outras tentativas do Poder Executivo sobre a matéria, foi trabalhado por forças ocultas, que, em última análise, nada mais representam do que os grupos econômicos interessados em destruir, no Brasil, a existência da tradicional classe dos despachantes aduaneiros, no plano federal e no plano estadual.

Portanto, antes de entrar no aspecto jurídico propriamente dito, que é o que mais interessa à preliminar, chamo a atenção dos Senhores Congressistas para o problema como foi posto nas suas linhas e entrelinhas, pelo Deputado Raymundo Padilha em seu discurso. S. Ex.<sup>a</sup> enfocou o aspecto moral que teria envolvido a elaboração desse projeto; desde os escalões mais inferiores da administração federal, até a assinatura da exposição de motivos pelo Senhor Ministro da Fazenda e da mensagem, respectiva pelo Senhor Presidente Costa e Silva.

Não há dúvida alguma pelas informações que tenho de fontes, senão oficiais pelo menos oficiosas, da que, no meio disso tudo, há um escândalo, o mais repugnante possível. E caberia ao Senhor Presidente da República tomar conhecimento, inclusive, do discurso do Deputado Raymundo Padilha, cuja autoridade é dupla: de homem da maior categoria do partido governamental e de ex-líder do Governo Castello Branco, para o efeito de S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República, em retirando a proposição enviada ao Congresso Nacional, procurar investigar, através de inquérito administrativo, o que realmente há nos bastidores contra essa numerosa classe dos Despachantes Aduaneiros, contra a qual se vêm levantando, de maneira insistente, várias setores do Governo Federal.

Senhor Presidente, senti-me na obrigação de enfatizar esse aspecto, até porque estou lutando, no Plenário da Câmara dos Deputados, contra um outro projeto de origem escandalosa e que, a meu ver, também tem, no fundo, os mesmos padrinhos, uma vez que a área é a mesma. E' aquele projeto que manda retirar do Loide Brasileiro a prioridade para o transporte das cargas do Governo, dispositivo inserido na legislação federal através do ex-Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez Távora, para a recuperação do Loide Brasileiro que, com essa medida, conseguiu, no ano passado, equilibrar o seu orçamento.

Passo agora a fazer algumas considerações acerca da preliminar levantada pelo Senhor Deputado Erasmo Marinho Pedro.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, não há dúvida de que S. Ex.<sup>a</sup> ao arguir a inconstitucionalidade do projeto governamental, por ocasião da última sessão que V. Ex.<sup>a</sup> presidiu desta nossa Comissão, não somente se ateve ao disposto no § 3º do artigo 61 da Constituição, como igualmente ampliou suas considerações para se fixar no estabelecido pelo § 4º do artigo 150 da nova Carta Magna do País.

Na verdade, parece-me que, sem prejuízo do disposto no § 3º do artigo 61 da Constituição, é importante salientar, como o afirmou o nobre Senador Aurelio Vianna, que a Constituição, com esse dispositivo, quis evitar força reativa, no Congresso Nacional, na mesma seção legislativa, matéria vencida.

Quando se fala, aqui, em projeto de lei, é no sentido de proposição ampla, que envolve, inclusive, aquela matéria tratada em decreto-lei rejeitado pelo Congresso Nacional, uma vez que o decreto-lei, enquanto não aceito pelo Congresso Nacional, não deixa de ser uma proposição posta sob o exame das duas Casas do Congresso Nacional.

Mas, sob esse ponto, parece-me que não há dúvida no seio da Comissão. Entretanto, quero chamar a atenção da Comissão Mista justamente para o § 4º do art. 150 da Constituição Federal, que estabelece:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

Neste particular, foi brilhante o parecer da Comissão da Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, elaborado pelo nobre Deputado Aurino Valois e aprovado pela unanimidade daquela Comissão. Inclusive, o Presidente do Senado não deveria sequer se recostar a proposição do Governo pela sua flagrante inconstitucionalidade. O próprio Regimento Interno do Senado, que nesse ponto vem subsidiar, vem socorrer o Regimento Comum, dispõe que, quando se tratar de matéria inconstitucional ou anti-regimental, o Presidente desta Casa não receberá a proposição, devolvendo-a ao seu autor por não estar de acordo com a Constituição e com o Regimento. De forma que o parecer da Comissão da Constituição e Justiça, considerando inconstitucional quanto a esse aspecto, não permitia sequer o recebimento do projeto pelo Congresso Nacional.

Pelo que, Sr. Presidente, acho que, na realidade, a preliminar deve ser aceita e deve ser votado não somente quanto ao § 3º do art. 61 da Constituição, mas também, sobretudo, quanto ao § 3º do art. 150 da Constituição Federal, se não quiséssemos também chegar ao item VII do art. 8º da mesma Constituição. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que o Gov. do da União se excedeu quando o projeto de lei procura regular as relações dos despachantes estaduais, matéria de total incompetência do Governo Federal. Daí por que o meu ponto de vista é no sentido de que a preliminar seja acolhida, em toda sua plenitude, sob todos os aspectos, para que, amanhã, não se diga que a Comissão Mista, que o Congresso Nacional apenas aprovou quanto a oportunidade ou não do envio da mensagem, mas sim que o aprovou sob outros aspectos muito mais importantes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Com a palavra o Senhor Relator, Deputado Leon Peres. Solicito a S. Ex.<sup>a</sup> que seja breve no sentido de ganharmos tempo.

O SR. DEPUTADO LEON PERES (Relator) — Sr. Presidente, nobres membros da Comissão Mista, a minha memória literária é muito fraca, mas vou me permitir lembrar, não sei se com exatidão, um conceito muito antigo do Pr. Luis de Sousa, que dizia, com muita propriedade, que cada um sofre os efeitos do seu próprio parto. Com isto quero dizer que, se sustento com tanto empenho meu relatório, não é porque eu tenha apalancado por esse desprezioso trabalho, com que procuro honrar a Comissão, a favor dessa colaboração tão modesta, porquanto val, como já acentuei, muito além desse caso específico que se discute, a aceitação de um princípio que deve nortear os trabalhos e entendimentos do Congresso Nacional.

O que procuro, com o substitutivo, ao contrário do que pode parecer aqueles que valiosamente lutam pela classe dos despachantes, foi conseguir uma harmonização. Data vinda, não posso me conformar que se aprecie, na prática, de inconstitucionalidade, também o invocado art. 150, porque há extensas que, inclusive, estabelecem o respeito aos direitos, que sempre adquiridos, dos atuais despachantes.

Parece que seria muito ordenado nosso trabalho se apreciássemos a inconstitucionalidade no que diz respeito ao art. 61, § 3º, deixando-se o problema dos direitos adquiridos para ser analisado quando da discussão do mérito, porque pode ser que, no decor-

rer dessa discussão, se venham a acolher aquelas emendas que respeitem o direito dos atuais despachantes aduaneiros.

Devo encerrar dizendo que outro não foi nosso propósito.

Desconheço o que aqui foi arguido a respeito de eventuais interesses que poderiam ser excusos e que procuram manifestar-se através do que suponho a extinção da classe dos despachantes.

Em primeiro lugar, é preciso se fazer um reparo, pois a esta altura se torna indispensável. O projeto não prevê e não procura a extinção da classe dos despachantes. Visa ele extinguir a obrigatoriedade do recurso aos seus serviços, coisa muito diversa, tanto assim que diz "os despachantes aduaneiros deverão organizar-se sob a forma de profissionais liberais ou de pessoas jurídicas e poderão continuar a agir junto às repartições aduaneiras".

Fento o reparo e para esgotar, porque, tenho a certeza, já terei pelo menos causado a paciência dos nobres componentes da Comissão (Não apóiamos?), quero encerrar, também citando — inspirado talvez pelo Deputado Raymundo Padilha, que lembrou Hamlet — outro trecho que poderia sintetizar nosso pensamento.

Sou homem que procuro nunca me apalancar, sempre procuro encerrar, olhar o ponto-de-vista daqueles que se opõem ao que entendo com o máximo de isenção e de imparcialidade.

O que tentei, no substitutivo, foi, embora fiel, como não poderia deixar de ser, à orientação que recebi do Governo que represento nesta Casa, o que tentei foi a harmonização que, sem frustrar ao Governo seus propósitos meritorios de aprimorar a legislação a respeito da matéria, pudesse dar também aos despachantes aduaneiros a segurança de um prazo para organizarem diferentemente suas atividades profissionais e, assim, não fossem deixados abandonados. Tanto é assim que, no substitutivo de minha autoria, não acolho diversas disposições que vieram do Governo, como a aposentadoria compulsória, com a qual não concordo, como diversas outras matérias do interesse dos despachantes, que procurei, repito, sem quebrar minha fidelidade ao Governo, amparar naquilo que me parecesse justo e razoável.

Termino minhas palavras citando um trecho, que talvez tenha sido inspirado pelo nobre Deputado Raymundo Padilha, e o trecho de Bláncio de Castilho que diz:

"O céu cobre-se de escuras nuvens. Belo dia, adeus!"

Os exercícios devem marchar. Com qual deles devo seguir?

Pois tendo-me dado exercício uma das Partidas, cada um para o seu lado, E me rasgarão ao meio."

Sei que corro esse risco de, procurando harmonizar os interesses em jogo, acabar por desagradar a gregos e troianos. Mas vale, Sr. Presidente, a intenção e a consciência tranquila. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Ermirio) — Ouvimos com atenção o Relator e todos aqueles que estavam inscritos para falar. Colocarei agora em votação a inconstitucionalidade do projeto e pediria à Secretária para chamar nominalmente cada membro da Comissão.

O SR. SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO (Pela ordem) — Senhor Presidente, há duas preliminares de inconstitucionalidade. Ambas foram, no momento oportuno, levantadas pelo Deputado Erasmo Pedro. Uma é relativa à repetição da mesma matéria, outra é relativa aos direitos adquiridos.

Voto V. Ex.<sup>a</sup> anuncia que vamos votar a inconstitucionalidade, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> para explicar qual das duas vamos votar agora.



Em votação, as s'ntesões dos Senhores Deputados Mário de Abreu e Francalino Pereira são aprovadas.

O Senhor Presidente declara que irá tomar as providências necessárias e que a Comissão tomará conhecimento das gestões junto aos convocados tão logo elas sejam concluídas pela Presidência da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

#### AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 22-2 (vinte e dois), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete), de março.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do anexo do Senado Federal, nos horários das 8 (oito) às 19 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 7 (sete) às 19 horas.

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, constante do parágrafo único do artigo 3º, das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 13 (treze) de março às 16 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 21 de fevereiro de 1968. — Senador Mário Martins, Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Mário Martins  
Vice-Presidente: Senador Petrólio Portela

Relator: Deputado José Lindoso

#### SENADOR

##### Arena

1. Vasconcelos Torres
2. Carlos Lindenberg
3. Carvalho Pinto
4. Adolpho Franco
5. Petrólio Portela
6. Júlio Leite
7. Teotônio Villela

##### MDB

1. Aurélio Vianna
2. Mário Martins
3. Argemiro de Figueiredo
4. Aarão Steinbruch

#### DEPUTADOS

##### Arena

1. Mário Abreu
2. João Roma
3. José Lindoso
4. Prázelino Pereira
5. Nazir Miguel
6. Ezequias Costa
7. Régis Barroso

##### MDB

1. Humberto Lucena
2. Chagas Rodrigues
3. Nei Ferreira
4. José Maria Ribeiro

#### CALENDÁRIO

Dia 20-2 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 21-2 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 22-2, 4, 5, 6 e 7-3 — Apresentação de Emendas, perante a Comissão;

Dia 13-3 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16 horas, na Sala da Comissão de Finanças do Senado;

Dia 15-3 — Apresentação do Parecer, pela Comissão;

Dia 16-3 — Publicação do Parecer; Dia 20-3 — Discussão do Projeto, em Sessão Conjunta, às 21,30 horas;

Dia 3-4 — Término do prazo de tramitação do Projeto.

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1968 (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

Presidente: Senador José Ermírio. Secretário: J. Ney Passos Dantas.

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

1 — Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967, que "dispõe sobre a horticultura, o cultivo e preservação de espécies, na Região Amazônica, e dá outras providências." — Senador Ney Braga — Parecer pela aprovação com a emenda substitutiva que oferece. Aprovado em 19 de fevereiro de 1968.

#### DISTRIBUIÇÃO

Em 25-1-68

— Ao Senhor Senador Júlio Leite: Requerimento nº 1.126, de 1967, em que o Sr. Senador Aurélio Vianna, solicita transcrição nos Anais do Senado Federal, do Editorial do "Correio da Manhã" subordinado ao título "Defaço Amazônico", publicado na edição de 25-11-67."

Em 20-2-68

— Ao Senhor Senador Júlio Leite: Requerimento nº 30, de 1968, em que o Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicita, seja convocado o Senhor Ministro da Agricultura, a fim de prestar esclarecimentos ao Senado sobre importação de leite em pó."

#### SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas — 1 (uma)  
Projetos relatados — 1 (um)  
Ofícios expedidos — 1 (um)  
Ofícios recebidos — 2 (dois)  
Proposições em tramitação — 1 (uma.)

Senado Federal, em 22 de fevereiro de 1968. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1968

As 15 horas do dia 20 de fevereiro de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Alvaro Maia, Carlos Lindenberg, Rui Palmeira, Wilson Gonçalves, Petrólio Portela e Josaphat Marinho, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Eurico Rezende, Antônio Balbino e Aurélio Vianna.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra o Senhor Senador Carlos Lindenberg relata os seguintes projetos: favorável ao Requerimento nº 19-68 do Senhor Vasconcelos Torres, solicitando transcrição nos Anais do Senado, do editorial de "O Globo" de 26.12.67, sob o título de "A Indefinição do Brasil Face aos Acórdãos com Portugal", de autoria do jornalista Garrido Torres; pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 5-68 — Estende aos dependentes do empregado não opiente pelo Fundo de Garantia do

Tempo de Serviço o direito assegurado pelo art. 9º da Lei nº 5.197, de 13.9.66; pela constitucionalidade do substitutivo apresentado pela Comissão de Legislação Social apresentado ao Projeto de Lei do Senado número 21-67 — Revoga o Decreto-Lei número 127, de 2.2.67 pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 10-68 — Modifica o art. 31 da Lei número 3.807, de 26.3.63 (Lei Orgânica da Previdência Social) e lhe altera e acrescenta parágrafo, ao Projeto de Lei da Câmara nº 133-65 — Cria o Fundo de Assistência e Previdência do Seringueiro e Projeto de Lei do Senado nº 132-63 — Dispõe sobre o sistema de Previdência Social para os seringueiros da Amazônia.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados, sem restrições, abstendo-se de votar o Projeto de Lei do Senado nº 6-63 o Senador Josaphat Marinho por ser o seu autor.

O Senhor Senador Aloysio de Carvalho apresenta pareceres pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 78-67 — Dispõe sobre a assistência judiciária gratuita aos necessitados e Projeto de Lei da Câmara número 140-67 — Da nova redação ao art. 48 da Lei nº 4.315, de 27.1.1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Os pareceres são aprovados unanimemente.

Com a palavra, o Senhor Senador Josaphat Marinho lê seu parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 51-67 — Disciplina a atividade das Cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo), devolvido pelo Senador Rui Palmeira que havia pedido vista. O parecer conclui pela constitucionalidade apresentando 5 emendas. Submetido à discussão e votação é aprovado o parecer, com a seguintes declaração de voto do Senador Rui Palmeira: salvo a emenda.

O Senhor Senador Alvaro Maia lê seus pareceres favoráveis aos Projetos de Decreto Legislativo nº 5-68 — Denega provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do soldado Justo Nunes, e nº 6-68 — Denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do soldado Walter Pereira Barbosa. Os pareceres são aprovados por unanimidade.

O Senador Rui Palmeira relata o Projeto de Lei do Senado nº 77-67 — Modifica o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26.3.63 (Lei Orgânica da Previdência Social), dando por sua inconstitucionalidade. Submetido à discussão e votação é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno-Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1968

As 15,30 horas do dia 21 de fevereiro de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Menezes Pimentel, Carlos Lindenberg, Josaphat Marinho, Alvaro Maia e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Petrólio Portela, Rui Palmeira, Antônio Balbino e Aurélio Vianna.

É dispensada a leitura da ata da reunião e, em seguida aprovada.

O Senhor Senador Eurico Rezende relata favoravelmente o Projeto de Resolução da Comissão de Finanças ao Ofício nº S-2-68 do Governador do Estado do Paraná solicitando ao Senado Federal autorização para financiamento referente à aquisição e importação de equipamentos para vários hospitais do Estado, por inter-

médio da firma N. V. Philips "Gloeilampfabrieken" (Indústria Holandesa). O parecer é aprovado por unanimidade.

O Senhor Senador Josaphat Marinho lê seus pareceres: pela constitucionalidade da emenda da Comissão de Minas e Energia apresentada ao Projeto de Lei do Senado nº 62-67 — Dispõe sobre o Imposto Único sobre Minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8.10.64 e o Decreto-Lei nº 334, de 12.10.67, e solicitando diligência junto ao Tribunal Superior do Trabalho sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região — o crédito especial de NC\$ 60,45 destinado ao pagamento do salário-família ao Juiz daquele Tribunal — Eutério Delermundo Xavier do Porto. Os pareceres são aprovados unanimemente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno-Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

#### RELATÓRIO

CORRESPONDENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 1968

Presidente: Senador Milton Campos.

Secretário: Maria Helena Bueno-Brandão.

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Menzagem 1º de 68-68 — Submete à aprovação do Senado Federal a nomeação do Desembargador Carlos Thompson Flores, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro José Eduardo do Prado Kelly — Senador Aloysio de Carvalho — Secre (7-2-68.)

Projeto de Lei do Senado número 29-67 — Altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela constitucionalidade da emenda substitutiva da Câmara. (7-2-68.)

Ofício S-1-68 — Do Governo do Estado de Mato Grosso, solicitando autorização do Senado Federal, para contrair empréstimo com a Deutsche Export und Importgesellschaft Fernme Chaniek, Optik, m.b.H. da República Democrática da Alemanha, no total de USSRDA 5.000.000,00 — Senador Alvaro Maia — Aprovado parecer favorável ao Projeto Resolução da Com. de Finanças. (7-2-68.)

Projeto Lei Câmara nº 4-68 — Revoga, por 30 dias, dispositivo do Decreto-Lei nº 194, de 24.2.67, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos. — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela constitucionalidade. (7-2-68.)

Projeto Lei Senado nº 73-67 — Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria. — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela constitucionalidade. (7-2-68.)

Projeto Lei Senado nº 82-67 — Dispõe sobre o Imposto Único sobre Mineral do País, alterando, em parte, a Lei nº 334, de 12 de outubro de 1967. — Senador Josaphat Marinho. — Aprovado parecer pela constitucionalidade, com 1 emenda. Vencido, em parte o Senador Antônio Balbino. (7 de fevereiro de 1968.)

Projeto Lei Senado nº 54-67 — Disciplina a atividade das Cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo) — Senador Josaphat Marinho — Aprovado pedido de vista do Sen. Rui Palmeira. (7-2-68.)

Projeto Lei Câmara número 111-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir

ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de ..... NCRs 10.000,00 para ocorrer às despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.088, de 12.7.62 — Senador Rui Palmeira — Aprovado parecer pela constitucionalidade do Projeto e da Emenda nº 1 da Comissão de Serviço Público.

Requerimento nº 11.124-67 do Senador Eurico Rezende solicitando transcrição nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Sen. Ney Braga, no Cemitério S. João Baptista, na Guanabara, em nome da ARENA, homenageando a memória das vítimas da intenção comunista de 1935. — Senador Rui Palmeira — Aprovado parecer favorável. (7-2-68.)

Requerimento nº 1.125-67 do Senador Eurico Rezende solicitando transcrição nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Gen. Orlando Geisel, no dia 27.11.7, em nome do Governo, no Cemitério S. João Baptista, homenageando a memória das vítimas da intenção comunista de 1935. — Senador Rui Palmeira — Aprovado parecer favorável. (7 de fevereiro de 1968.)

Requerimento nº 18-68 do Senador Vasconcelos Torres, solicitando transcrição nos Anais do Senado do artigo do jornalista Paulo Francis, publicado no *Correio da Manhã* de 11 de janeiro de 1968, sob o título de "Por 52%." — Senador Rui Palmeira — Aprovado parecer favorável. (7 de fevereiro de 1968.)

Projeto Lei Senado nº 61-67 — Declara integrantes do monopólio da União, a pesquisa, a lavra e a industrialização dos xistos e oleigos. — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. (7.2.68.)

Projeto Decreto Legislativo número 3-68 — Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma Cofima — Cia. Fabricadora de Implementos Agrícolas. — Senador Aurélio Vianna. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. (7.2.68.)

Projeto Decreto Legislativo nº 4-68. Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCRs 150.000.000,00. — Senador Aurélio Vianna — Aprovado parecer pela constitucionalidade, concludindo por um Proj. Decreto Legislativo. Votando com restrições os Senadores Wilson Gonçalves, Petrólio Portela e Rui Palmeira e pela conclusão Sen. Aloysio de Carvalho. (7 de fevereiro de 1968.)

Projeto Lei Câmara nº 115-67 — Altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 27.4.63, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer pela rejeição. (7 de fevereiro de 1968.)

Projeto Decreto Legislativo número 7-68 — Mantém ato denegatório do Tribunal de Contas da União, de registro da despesa de NCRs 1.980,00 em favor da Cia. Fabricadora de Papel, proveniente de fornecimento feito à Casa da Moeda. — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer solicitando diligência ao Tribunal de Contas. (7-2-68.)

Projeto Lei Senado nº 4-68 — Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da carreira de enfermeiro — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer pela constitucionalidade, sugerindo audiência da Comissão de Saúde. (7-2-68.)

Requerimento S-Nº de 1967 do Senador Eurico Rezende solicitando o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre se permanece a eficácia do art. 74, da Lei 6.010, quanto ao provimento dos cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos nas primeiras Procurações, até que esta se complete.

— Senador Petrólio Portela — Aprovado pedido de vista dos Senadores Antônio Balbino, Josaphat Marinho e Aurélio Vianna. (7-2-68.)

Projeto Lei Senado nº 47-67 — Dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas, na Região Amazônica — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer pela constitucionalidade do substitutivo da Com. de Agricultura. (7 de fevereiro de 1968.)

Projeto de Lei do Senado nº 81-67 — Inclui mais um parágrafo no artigo 23 da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) — Senador Antônio Balbino — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade — 7 de fevereiro de 1968.)

Projeto de Lei do Senado nº 80-67 — Institui reajustamento de emergência, mantendo a sistemática de revisão salarial vigente — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade do substitutivo da Com. Legislação Social — 14 de fevereiro de 1968.

Projeto Resolução nº 11-68 — Dispõe sobre as reuniões preparatórias da sessão legislativa ordinária do corrente ano — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer favorável — 14 de fevereiro de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 76-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de NCRs 600.000,00, destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela constitucionalidade — 14 de fevereiro de 1968.

Projeto Resolução nº 12-68 — Altera o Regimento Interno do Senado Federal — Senador Aurélio Vianna — Aprovado parecer favorável, com emenda substitutiva, votando com restrições Sen. Aloysio de Carvalho — 14 de fevereiro de 1968.

Requerimento nº 19-68 do Sen. Vasconcelos Torres, solicitando transcrição nos Anais do Senado, do editorial de "O Globo", de 26 de dezembro de 1967, sob o título de "A Indefinição do Brasil Face aos Acórdos com Portugal", de autoria do jornalista Garrido Torres — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer favorável — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 5-67 — Estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do tempo de Serviço o direito assegurado pelo art. 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 21-67 — Revoga o Decreto-lei 127, de 2 de fevereiro de 1967 — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela constitucionalidade do substitutivo da Com. Legislação Social — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 78-67 — Dispõe sobre a assistência judiciária gratuita aos necessitados — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela rejeição — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Câmara nº 140-67 — Dá nova redação ao art. 48 da Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil — Senador Aloysio de Carvalho — Aprovado parecer pela rejeição — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 10-68 — Modifica o art. 31 da Lei 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e lhe altera e acrescenta parágrafos — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela rejeição por inconstitucional — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 54-67 — Disciplina a atividade das Cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo) — Senador Josaphat Marinho — Aprovado parecer pela constitucionalidade,

com 5 emendas — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Decreto Legislativo nº 3-68 — Denega provimento ao recurso interposto pela Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Justo Nunes — Senador Alvaro Maia — Aprovado parecer favorável — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Decreto Legislativo nº 3-68 — Denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Justo Nunes — Senador Alvaro Maia — Aprovado parecer favorável — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 77-67 — Modifica o art. 31 da Lei 3.807 de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) — Senador Rui Palmeira — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei da Câmara nº 185-66 — Cria o Fundo de Assistência e Previdência do Seringueiro — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela rejeição — 20 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 132-63 — Dispõe sobre o sistema de Previdência Social para os seringueiros da Amazônia — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado parecer pela rejeição — 20 de fevereiro de 1968.

Ofício S-2-68 do Governador do Estado do Paraná solicitando autorização ao Senado para financiamento referente à aquisição e importação de equipamentos para vários hospitais do Estado, por intermédio da firma N. V. Phillips Gloeilampfabrieken (Eindhoven Holanda) — Senador Eurico Rezende — Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução da Com. de Finanças — 21 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Senado nº 82-67 — Dispõe sobre o Imposto Único sobre Minerais, do País, alterando, em parte, a Lei 4.425, de 8 de outubro de 1964 e o Decreto-lei 334, de 12 de outubro de 1967 — Senador Josaphat Marinho — Aprovado parecer favorável à emenda da Com. Minas e Energia — 21 de fevereiro de 1968.

Projeto Lei Câmara nº 63-67 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região o crédito especial de NCRs 60,45, destinado ao pagamento de salário-família ao Juiz daquele Tribunal — Dr. Dilermano Xavier do Porto — Senador Josaphat Marinho — Aprovado parecer solicitando diligência junto ao Tribunal Superior do Trabalho — 21 de fevereiro de 1968.

Em 1 de fevereiro de 1968

Ao Senador Aloysio de Carvalho Mensagem nº 45-68 — Submete à aprovação do Senado Federal a nomeação do Desembargador Carlos Thompson Flores, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Eduardo do Prado Kelly.

Ao Senador Wilson Gonçalves

Projeto de Resolução nº 44-63 — Denomina "Edifício Isaac Brown" o prédio destinado aos Serviços Gráficos do Senado.

Ao Senador Antônio Balbino

Projeto de Lei da Câmara número 115-67 — Altera dispositivo da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em 5 de fevereiro de 1968

Ao Senador Alvaro Maia

Projeto de Decreto Legislativo número 6-68 — Denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Walter Pereira Barbosa.

Projeto de Decreto Legislativo número 5-68 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Justo Nunes.

Ao Senador Wilson Gonçalves

Projeto de Lei do Senado número 7-DF-68 — Altera os Quadros Permanentes e Provisório de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.

Ao Senador Antônio Balbino

Projeto de Decreto Legislativo número 7-68 — Mantém ato denegatório do Tribunal de Contas da União, de registro da despesa de NCRs 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta cruzeiros novos), em favor da Cia. Fabricadora de Papel, proveniente de fornecimento feito à Casa da Moeda.

Ao Senador Aurélio Vianna

Projeto de Decreto Legislativo número 4-68 — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador, no montante de NCRs 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos).

Projeto de Decreto Legislativo número 3-68 — Dá provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Cia. Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Ao Senador Carlos Lindenberg

Projeto de Lei do Senado número 29-67 — Altera as Armas Nacional e Selo Nacional.

Em 7 de fevereiro de 1968

Ao Senador Antônio Balbino

PLS. nº 59-67 — Acrescenta parágrafo ao art. 3º do Decreto-lei número 288, de 28.2.67.

Ao Senador Carlos Lindenberg

PLS nº 20-67 — Institui reajustamento de emergência, mantendo a sistemática de revisão salarial vigente.

Ao Senador Rui Palmeira

PDL nº 60-67 — Cria a Biblioteca do Congresso Nacional e dá outras providências.

PLS nº 54-67 — Disciplina a atividade das Cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo).

Em 8 de fevereiro de 1968

Ao Senador Aurélio Vianna

Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1967 — Dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos aos credores do Banco do Brasil S. A. e do Banco da Amazônia no Estado do Pará, e dá outras providências.

Ao Senador Aloysio de Carvalho

PLS nº 3-68 — Altera o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1967), no capítulo referente à Contribuição de Melhoria; e o Decreto-lei nº 193, de 24 de fevereiro de 1967.

Ao Senador Josaphat Marinho

Projeto de Lei do Senado nº 9-68 — Altera a redação do § 1º do artigo 136 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Ao Senador Carlos Lindenberg

PLS nº 10-68 — Modifica o artigo 31 da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e lhe altera e acrescenta parágrafos.

Em 12.2.68

Ao Senador Aurélio Vianna

Projeto de Resolução nº 12-68 — Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Ao Senador Carlos Lindenberg

Projeto de Resolução nº 11-68 — Dispõe sobre as reuniões preparatórias da sessão legislativa ordinária do corrente ano.



Em 14.2.68

Ao Senador Carlos Lindenberg  
Projeto de Lei da Câmara nº 6-68  
— Provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar.

Ao Senador Josaphat Marinho  
Projeto de Lei do Senado nº 82-67  
— Dispõe sobre o Imposto único sobre Minerais do país, alterando, em parte, a Lei nº 4.423, de 8 de outubro de 1964, e o Decreto-Lei número 334, de 12 de outubro de 1967.

Em 20.2.68

Ao Senador Carlos Lindenberg  
Projeto de Decreto Legislativo sem número — Encaminha o texto do Decreto-Lei número 345, de 23 de dezembro de 1967, que institui a duplicata fiscal.

Ao Senador Wilson Gonçalves  
Projeto de Decreto Legislativo sem número — Encaminha o texto do Decreto-Lei número 337, de 19 de dezembro de 1967, que prorroga a entrada em vigor do Decreto-Lei número 285, de 28 de fevereiro de 1967.

## RESUMO

## Reuniões:

Ordinárias .....	5
Extraordinárias .....	1
Projetos Relatados .....	39
Projetos Distribuídos .....	24
Ofícios Expedidos .....	1
Ofícios Recebidos .....	1
Diligências .....	1
Pedidos de vista .....	4
Publicações para Estudo .....	4
Emendas Apresentadas .....	6
Subemendas Apresentadas .....	1
Substitutos Apresentados .....	1
Projetos de Resolução .....	1
Projeto de Decreto Legislativo .....	1
Declarações de Voto .....	7

Brasília, 21 de fevereiro de 1968. — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

## RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1968

Presidente: Senador Meneses Pimentel  
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

## PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1968 — Aprova o Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967. — Senador Aloysio de Carvalho — Pela aprovação com audiência da Comissão de Finanças. Aprovado em 1.2.68.

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967 — Altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional. Senador Duarte Filho — Favorável, aprovado em 7.2.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. Senador Adalberto Sena — Favorável, aprovado em 19.2.68.

## DISTRIBUIÇÃO

Em 26.1.68

Ao Senador Aloysio de Carvalho  
Projeto de Decreto Legislativo nº 1 de 1968 — Aprova o Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

Em 5.2.68

Ao Senador Duarte Filho  
Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967 — Altera as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

Em 2.2.68

Ao Senador Alvaro Maia  
Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1968 — Institui o "Dia da Cultura e da Ciência" e dá outras providências.

Ao Senador Duarte Filho  
Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

## REDISTRIBUIÇÃO

Em 19.2.68

Ao Senador Adalberto Sena  
Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1968 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Athayde", no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

## RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões ordinárias .....	1
Reuniões extraordinárias .....	2
Projetos relatados .....	2
Projetos distribuídos .....	4
Pedidos de vista .....	1
Ofícios recebidos .....	2
Ofícios transmitidos .....	1

Brasília, 22 de fevereiro de 1968. — Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

## COMISSÃO DE ECONOMIA

## 2ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1968

## (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

As quinze horas do dia vinte e um de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala do Presidente da Comissão, sob a presidência do Sr. Senador Carvalho Pinto, Presidente, presentes os Srs. Senadores Carlos Lindenberg, Lino de Mattos, Júlio Leite, José Leite, Domicio Gondim e José Ernirio, reúne-se a Comissão de Economia.

Dixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Pedro Ludovico e Leandro Maciel.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Mário Martins, que emite parecer pela devolução ao autor para complementação de dados, ao Requerimento nº 993, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — M. Relações Exteriores — informações sobre aquisição de motores "Burmester Wein", da Dinamarca.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Finalmente com a palavra o Senhor Senador Carlos Lindenberg lê parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1968, que "modifica o Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, SENAC, SENAI e das entidades sindicais".

Em discussão e votação, é o parecer aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## RELATÓRIO CORRESPONDENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1968

Presidente: Senador Carvalho Pinto  
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa.

## PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1967 — Institui reajustamento de emergência, mantendo a sistemática de revisão salarial vigente. — Senador Carlos Lindenberg — Favorável, aprovado em 25-1-68.

Requerimento nº 1.000, de 1967 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sobre restabelecimento de cotas de exportação de algodão. — Senador Júlio Leite. — Pelo arquivamento, aprovado em 25-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 9 de 1968 — Modifica o Decreto-Lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, SENAC, SENAI e das entidades sindicais. — Senador Carlos Lindenberg. — Por emenda substitutiva, aprovado em 21-2-68.

Requerimento nº 993, de 1967 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores — informações sobre aquisição de motores "Burmester Wein", da Dinamarca. — Senador Mário Martins. — Pela devolução ao autor para complementação de dados, aprovado em 21 de fevereiro de 1968.

## DISTRIBUIÇÃO

Em 17-1-68

Ao Senador Domicio Gondim  
Requerimento nº 1.000, de 1967 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sobre restabelecimento de cotas de exportação de algodão.

Em 25-1-68

Ao Senador Carlos Lindenberg  
Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1967 — Institui reajustamento de emergência, mantendo a sistemática de revisão salarial vigente.

Em 13-2-68

Ao Senador Leandro Maciel  
Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1968 — Modifica o Decreto-Lei número 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, SENAC, SENAI e das entidades sindicais.

Ao Senador Mário Martins  
Requerimento nº 993, de 1967 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Ministério das Relações Exteriores — informações sobre aquisição de motores "Burmester Wein", da Dinamarca.

## REDISTRIBUIÇÃO

Requerimento nº 1.000, de 1967 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sobre restabelecimento de cotas de exportação de algodão. Ao Senador Júlio Leite.

## RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões ordinárias .....	1
Reuniões extraordinárias .....	1
Projetos relatados .....	4
Projetos distribuídos .....	5
Substitutos apresentados .....	1

Brasília, 22 de fevereiro de 1968. — Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1968

## CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo  
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

## PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara número 137, de 1967, altera o art. 1º da Lei nº 3.316, de 2 de abril de 1966, que cria para Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prefeitura do Rio Negro e dá outras providências. — Senador Oscar Passos. — Parecer favorável. — Aprovado em 10-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1967. — Inclui, nas entidades consanguíneas a que se refere o art. 1º da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1966, o Clube de Oficiais de Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taisiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha. — Senador Oscar Passos. — Parecer favorável. — Aprovado em 18-1-68.

Projeto de Resolução nº 2, de 1968, que reajusta os níveis retributivos do pessoal dos Quadros da Secretaria do Senado Federal. — Senador Clodomir Millet. — Parecer favorável. — Aprovado em 13-1-68.

Requerimento nº 1.077, de 1967, do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, sobre os financiamentos feitos pelo Banco Regional de Brasília S.A., pertencentes ao conjunto administrativo da Prefeitura do Distrito Federal, aos hortifrutíferos, lavradores e pecuaristas do Distrito Federal. — Senador Adolpho Franco. — Parecer pela remessa do Requerimento à Presidência. — Aprovado em 24-1-68.

Requerimento nº 1.154, de 1967, do Sr. Senador José Ernirio, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre o saldo brasileiro de reserva-ouro no Exterior, e faz outras indagações. — Senador Adolpho Franco. — Parecer pelo encaminhamento do Requerimento à Presidência. — Aprovado em 24 de janeiro de 1968.

Requerimento nº 1.111, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando informações ao Poder Executivo através do Ministério da Fazenda — Banco Central, sobre convênio financeiro firmado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. — Senador Bezerra Neto. — Parecer pela remessa à Presidência do Requerimento. — Aprovado em 24-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1967, que regulamenta o "trabalho de bloco". — Senador Bezerra Neto. — Parecer pela audiência da CCT. — Aprovado em 24-1-68.

Projeto de Lei do Senado nº 32 de 1967, que autoriza a Comissão Executiva do Sel a realizar convênios de financiamentos de obras para proteção da indústria salinera. — Senador Fernando Corrêa. — Parecer contrário. — Aprovado em 24-1-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1967, que aprova o Decreto-Lei número 226, de 24 de outubro de 1967, que altera os critérios de distribuição do imposto único sobre Energia Elétrica e dá outras providências. — Senador Fernando Corrêa. — Parecer favorável. — Aprovado em 21-1-68.

Ofício nº 8-5, de 1967, do Senhor Prefeito Municipal de Camaquã (RS), solicitando autorização do Senado para assinatura de contrato com a

C.H.F. Mueller GmbH-Hamburgo (Alemanha Ocidental), referente à aquisição de equipamentos hospitalares, no montante de DM 115.541. — Senador Mem de Sá. — Parecer favorável, aprovado por unanimidade pela Comissão, em 24-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1967, que prorroga o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco. — Senador José Ermírio. — Parecer favorável. — Aprovado em 24-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1967, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei número 3.765, de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares. — Senador Mello Braga. — Parecer favorável. — Aprovado em 24-1-68.

Requerimento nº 762, de 1967 do Sr. Senador Desiré Guarani, solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — informações sobre o volume total da receita tributária da União durante o exercício de 1966 e outras indagações a respeito — Senador Aurélio Viana. — Parecer pela remessa do Requerimento à Presidência.

Aprovado em 24-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1967 que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCR\$ 2.000.000,00 destinado a despesas de custeio com a instalação das Delegacias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1967. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável.

Aprovado em 31-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1967 que cria na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável.

Aprovado, em 31-1-68.

Ofício nº S-1, de 1968 do Governo do Estado de Mato Grosso, solicitando a autorização do Senado Federal, para contrair empréstimo com a Deutsche Importgesellschaft Feinme Chancie, m.b.h., da República da Alemanha, no total de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares). — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável.

Aprovado, em 31-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1967 que dispõe sobre os "cofres de carga" e altera o art. 9º do Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias, bem como a Emenda nº 1 da Comissão de Projetos do Executivo — Senador José Leite. — Parecer favorável.

Aprovado, em 31-1-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1967 que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de NCR\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central. — Senador Teotônio Vilela. — Parecer pela audiência da CCJ.

Aprovado, em 31-1-68.

Projeto de Decreto Legislativo número 60, de 1965, que cria a Biblioteca do Congresso Nacional e dá outras providências. — Senador José Ermírio. — Parecer contrário.

Aprovado, em 31-1-68.

Votos vencidos dos Crs. Adolpho Franco e Júlio Leite.

Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 1966 que cria o Fundo de Ensino Marítimo. — Senador José Leite. — Parecer favorável ao Substitutivo da CCJ.

Aprovado em 13-2-68.

Projeto de Decreto Legislativo número 1, de 1968 que aprova o Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967. — Senador José Leite. — Parecer favorável.

Aprovado em 13-2-68.

Projeto de Decreto Legislativo número 3, de 1968 que dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada em favor da firma, — COFIMA — Cia. Fabricadora de Implementos Agrícolas. — Senador Fernando Correa. — Parecer favorável.

Aprovado em 13-2-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1968 que autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade, com o que concorda a Comissão. — Senador Clodomir Milet. — Audiência da CCJ.

Aprovado em 13-2-68.

Requerimento nº 1.145, de 1967 do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando informações ao Poder Executivo, através do Ministério dos Transportes — Rede Ferroviária Federal, sobre recuperação financeira, administrativa e técnica das estradas de ferro existentes no País. — Senador Mem de Sá. — Parecer pela remessa ao Requerimento à Presidência.

Aprovado em 13-2-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1968 que dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências. — Senador Manoel Villaga. — Publicação para estudo.

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1968 isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à implantação da rede de telecomunicações no Estado do Paraná, e importados pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR. — Senador Adolpho Franco. — Parecer favorável.

Aprovado em 20-2-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1967 transfere a sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Propriedade para Marum, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho. — Senador Mello Braga. — Parecer favorável.

Aprovado em 20-2-68.

Projeto de Decreto Legislativo número 11, de 1968 aprova o Decreto-lei nº 341, de 22 de dezembro de 1967 que prorroga o exercício de 1968 os benefícios dos Decreto-leis ns. 157 e 238 de 10 e 28 de fevereiro de 1967 respectivamente. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável.

Aprovado em 20-2-68.

Projeto de Decreto Legislativo número 9, de 1968 aprova o Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao artigo 12 e seu § 1º, do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967. — Senador Fernando Correa. — Parecer favorável.

Aprovado em 20-2-68.

Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1967 estabelece condições para pagamento de bolsas de estudo concedidas pela União. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável.

Aprovado em 20-2-68.

Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1967 torna obrigatória a manutenção pelas Universidades e estabelecimentos isolados oficiais, dos cursos de extensão previstos no artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável.

Aprovado em 20-2-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1968, aprova o Decreto-lei número 324, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável. Aprovado em 20 de fevereiro de 1968.

Ofício nº S-2-68, do Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando ao Senado Federal, autorização para financiamento referente a aquisição e importação de equipamentos para vários hospitais do Estado, por intermê-

dio da Firma N. V. Philips "Gloeilampfabrieken". — (Eindhoven — Holanda). — Senador Adolpho Franco. — Parecer favorável, apresentando Projeto de Resolução. Aprovado em 20-2-68.

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1967, dispõe sobre o imposto único sobre minerais do país, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, e o Decreto-lei nº 324, de 12 de outubro de 1937, e dá outras providências. — Senador José Ermírio. — Parecer favorável ao Projeto e às emendas a ele apresentadas.

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1968, dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências. — Senador Manoel Villaga. — Pedido de vista do Sr. José Ermírio.

#### SÍNTESE

Reuniões realizadas .....	7
Reuniões secretas .....	2
Projetos Relatados .....	38
Projetos em Diligências .....	3
Ofícios Expedidos .....	5
Ofícios Recebidos .....	3
Pedidos de Vista .....	3
Publicação para Estudo .....	1
Votos em Separado .....	1
Projetos apresentados .....	2

Cordialmente, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário.

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO DA ACONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL.

(16 de janeiro a 22 de fevereiro de 1968)

Presidente: Senador Peltrônio Portela.  
Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1967, que "revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de janeiro de 1967." — Senador Bezerra Neto. — Favorável com Substitutivo. Aprovado.

Ao Projeto de Lei da Câmara número 130, de 1964, que "dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados." — Senador Bezerra Neto. — Parecer as subemendas da C.C.J. e as emendas 3 e 4 de plenário.

Ao Projeto de Lei do Senado número 60, de 1967, que "dispõe sobre a aposentadoria por implemento de tempo de contribuição no desemprego." — Senador Ruy Carneiro. — Favorável. Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara, nº 1, de 1968, que "cria na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." — Senador Manoel Villaga. — Favorável. Aprovado.

Ao Projeto de Lei do Senado, nº 83, de 1967, que "institui o reajustamento de emergência, mantendo a sistemática da revisão salarial vigente." — Senador Júlio Leite. — Favorável com Substitutivo.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1967, que "modifica a redação do parágrafo único do art. 142 da Consolidação das Leis do Trabalho." — Senador Júlio Leite. — Aprovado o parecer pela rejeição do projeto.

Ao Projeto de Lei do Senado nº 76, de 1967, que "altera a redação do artigo 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.432, de 1º de maio de 1943." — Senador Júlio Leite. — Parecer preliminar solicitando seja ouvido o Senhor Min. do Trabalho.

Ao Projeto de Lei do Senado, nº 75, de 1967, que "dispõe sobre os traba-

lhos de vigilância em navios e dá outras providências. — Senador Alvaro Maia. — Parecer favorável. Aprovado.

Ao Projeto de Lei da Câmara, nº 142, de 1967, que "transfere a sede da Junta de Conciliação e Julgamento de Propriedade para Marum, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho. — Senador Ruy Carneiro. — Parecer favorável. Aprovado.

#### SÍNTESE DOS TRABALHOS

Pareceres Proferidos: 9 (nove)  
Substitutivos Apresentados: 2 (dois)  
Reuniões Realizadas: 4 (quatro)  
Projetos Distribuídos: 10 (dez)  
Expediente Recebido: 2 (dois) ofícios

Expediente Remetido: 1 (um) ofício.

Comissão de Legislação Social, me 21 de fevereiro de 1968. — Cláudio I. Carneiro Leal Neto, Secretário.

#### COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

(De 16 de janeiro a 22 de fevereiro de 1968)

Presidente: Senador Josaphat Marinho  
Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal Neto

Número e Ementa — Relator — Conclusão

#### Pareceres Proferidos

Ao PDL (Projeto de Decreto Legislativo) nº 63, de 1967, que "aprova o Decreto-lei nº 336, de 24 de outubro de 1967, que altera o critério de distribuição do Imposto Único sobre a Energia Elétrica." — Senador José Ermírio. — Parecer favorável. — Aprovado em 7 de fevereiro de 1968.

Ao PLS (Projeto de Lei do Senado) nº 82, de 1967, que "dispõe sobre o Imposto Único sobre Minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, e o Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967, e dá outras providências. — Senador José Ermírio. — Parecer favorável, com emenda de nº 1 C.M.E. Aprovado em 14 de fevereiro de 1968.

#### PROJETOS DISTRIBUÍDOS

PDL nº 63-67 — Ao Sr. Senador José Ermírio  
PLS nº 82-67 — Ao Sr. Senador José Ermírio  
PLC nº 126-66 — Ao Sr. Senador Celso Ramos  
PLS nº 61-67 — Ao Sr. Senador José Leite

#### SÍNTESES DOS TRABALHOS

Pareceres proferidos: 2 (dois)  
Reuniões realizadas: 2 (duas)  
Projetos distribuídos: 4 (quatro)  
Comissão de Minas e Energia, 21 de fevereiro de 1968 — Cláudio I. Carneiro Leal Neto, Secretário.

#### COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE 16 DE JANEIRO DE 1968

Presidente: Senador Wilson Gonçalves

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara nº 129-67 — Concede reforma a militares asilados e dá outras providências. — Senador José Ermírio. — Parecer favorável. — Aprovado — Em 24 de janeiro de 1968.

**Projeto de Lei da Câmara nº 133-67** — Concede estímulos fiscais à indústria de artefatos têxteis e dá outras providências — Senador Eurico Rende — Parecer favorável — Aprovado — Em 24 de janeiro de 1968

**Projeto de Lei da Câmara nº 2-63** — Modifica a redação do artigo 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949 que dispõe sobre o repouso remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos — Senador José Ermirio — Parecer favorável ao Projeto nos termos da Mensagem Presidencial — Aprovado. Em 14 de fevereiro de 1968.

**Projeto de Lei da Câmara nº 6-68** — Provê sobre a alfabetização de adultos, em idade militar — Senador Mem de Sá — Parecer favorável com 3 emendas — Aprovado — Em 14 de fevereiro de 1968.

#### SIÍNTESES DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Reuniões realizadas .....	2
Projetos Distribuídos .....	5
Projetos relacionados .....	4
Ofícios expedidos .....	1
Emendas apresentadas .....	3

Brasília, 20 de fevereiro de 1968 — Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

**ATA DA 6ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 1968.**

##### EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e quinze minutos do dia treze de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Lobão da Silveira, Presidente eventual, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Teotônio Vilela e Antônio Carlos.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Filinto Müller apresenta as seguintes redações finais:

a) Do Projeto de Resolução nº 16, de 1968, que autoriza o Estado de Mato Grosso a contrair empréstimo com a Deutscht Export und Importgesellschaft Feinmechanik Optik, m.b.h., com sede em Berlim, República Democrática da Alemanha; e

b) Do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1967, que dispõe sobre a aposentadoria por implemento de tempo de contribuição no desemprego.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mario Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 7ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 1968.**

##### EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas do dia dezesseis de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência eventual do Senhor Senador Lobão da Silveira, presentes os Senhores Senadores José Leite e Filinto Müller, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Teotônio Vilela, Antônio Carlos, Carlos Lindenberg e Bezerra Neto.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Parecer em que o Senhor Senador José Leite propõe a Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1968 (nº 775-B de 1967, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos).

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, *Mario Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 8ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 1968.**

##### EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e quinze minutos do dia dezanove de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano e Bezerra Neto.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Lobão da Silveira propõe as seguintes redações finais:

a) Do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1967, que renova, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antônio Carlos Gomes; e

b) Do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1967, que autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênio de financiamento de obras para proteção da indústria salmeira.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mario Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 9ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1968.**

##### EXTRAORDINÁRIA

As dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores José Leite e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Antônio Carlos e Bezerra Neto.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Parecer em que o Senhor Senador José Leite apresenta a Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1968 (nº 33-B de 1967, na Câmara), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mario Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 10ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1968.**

##### EXTRAORDINÁRIA

As dezessete horas e quinze minutos do dia vinte de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller e Lobão da Silveira, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Filinto Müller apresenta as seguintes redações finais:

a) Do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1967, que institui reajustamento de emergência, mantendo a sistemática salarial vigente; e

b) Das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1968 (nº 808-B de 1967, na Casa de origem), que provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mario Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1968.**

##### (EXTRAORDINÁRIA)

As dezesseis horas e quinze minutos do dia vinte e um de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Filinto Müller, José Leite e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Antônio Carlos e Bezerra Neto.

A Comissão aprova Pareceres em que o Senhor Senador Filinto Müller propõe as seguintes redações:

a) Redação do vencido, para turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1966 (nº 2-542-B-65, na Casa de Origem), que disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências;

b) Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1967 (nº 119-C-63, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de NCr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) para ocorrer a despesas com instalação de órgãos criados pela Lei nº 4.088, de 12 de julho de 1962, e dá outras providências; e

c) Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1968 (nº 744-B-67, na Casa de origem), que modifica a redação do art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário dos dias feriados civis e religiosos.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mario Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1968**

##### (EXTRAORDINÁRIA)

As dezessete horas e quinze minutos do dia vinte e um de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na Sala das Comissões, sob a Presidência eventual do Sr. José Leite, presentes os Senhores Senadores Lobão da Silveira, Filinto Müller e José Guimard, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Teotônio Vilela, Antônio Carlos e Bezerra Neto.

E' lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

A Comissão aprova os seguintes Pareceres:

Do Sr. Senador Filinto Müller:

a) Oferecendo a Redação do Projeto de Resolução nº ...., de 1968, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a adquirir, mediante financiamento, equipamentos hospitalares da firma N. V. Philips Gloelampfabrieken, de Eindhoven, Holanda; e

b) Redação do Vencido, para segundo turno, do projeto de Lei do Senado nº 82, de 1967, que altera a legislação relativa ao imposto único sobre minerais do país.

Do Sr. Senador Lobão da Silveira

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1968 (número 21-A-67, na Câmara), que dá provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de tornar definitiva a decisão de oito de junho de 1966, relativamente à despesa de .... NCr\$ 19.028,50 (dezenove mil e vinte e oito cruzeiros novos e cinquenta centavos), para pagamento à firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, *Mario Nelson Duarte*, Secretário, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO

(CONVOCAÇÃO) 1968

Presidente: Senador Jos- Feliciano  
Secretário: Mario Nelson Duarte

#### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator  
Conclusão

PDL 43-67 (nº 27-A-67, na Câmara), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S. A. Indústria e Comércio de Tratores (Redação Final) — Sen. Duarte Filho — Aprovado em 22 de janeiro de 1968.

PLS 11-67, que dispensa das escalas de serviços os estudantes em serviço militar e os que tenham profissão militar, nos dias de prova ou exame (Redação do Vencido, para segundo turno, do Substitutivo — Sen. Duarte Filho — Aprovado em 22 de janeiro de 1968.

PLS 57-67, que declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Artes e Ciências (Redação Final) — Sen. Bezerra Neto — Aprovado em 23 de janeiro de 1968.

PLS 70-67, que retifica, sem ônus, a Lei nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1967 (Redação Final) — Sen. Be-



zerra Neto — Aprovado em 23 de janeiro de 1968.

PDL 57-67 (nº 50-A-67, na Câmara), que aprova o texto do Decreto-lei número 334, de 12 de outubro de 1957 (Redação Final) — Sen. Filinto Müller — Aprovado em 26 de janeiro de 1968.

PDL 60-67 (nº 23-B-67, na Câmara), que aprova o texto do Protocolo da Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Ayres", assinado em Buenos Ayres, em 27 de fevereiro de 1967 (Redação Final) — Sen. Filinto Müller — Aprovado em 26 de janeiro de 1968.

PDL 63-67 (nº 51-A-67, na Câmara), que aprova o texto do Decreto-lei nº 535, de 24 de outubro de 1937, que altera os critérios de distribuição do Imposto Único sobre Energia Elétrica e dá outras providências (Redação Final) — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado em 8 de fevereiro de 1968.

PLS 34-33, que determina a fixação do preço-limite no câmbio de fabricação nacional e dá outras providências (Redação Final) — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado em 8-2-68.

PR 9-68, que suspende a execução do § 3º do art. 8º da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Paulo (Redação Final) — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado em 8-2-68.

PR 4-63, que autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, a contrair empréstimo externo, na montante de R\$ 115.541,00 (cento e quinze mil, quinhentos e quarenta e um marcos alemães), para aquisição de equipamentos hospitalares da C.H.F. Müller GmbH — Hamburgo (República Federal da Alemanha) (Redação Final) — Senador Carlos Lindenberg — Aprovado em 8-2-68.

Emenda do Senado ao PLC 127 de 1967 (nº 643-B-67, na Casa de origem), que dispõe sobre os "cargos de carga" e altera o art. 9º do Decreto-lei nº 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias (Redação Final) — Senador Duarte Filho — Aprovado em 8 de fevereiro de 1968.

PLS 60-67, que dispõe sobre a aposentadoria por implementação de tempo de contribuição de desemprego (Redação Final) — Senador Filinto Müller — Aprovado em 13-2-68.

PR 16-68, que autoriza o Estado de Mato Grosso a contrair empréstimo com a Deutsche Exporte Und Importgesellschaft Feinmechanik Optik, m.b.h., com sede em Berlim, República Democrática Alemã (Redação Final) — Senador Filinto Müller — Aprovado em 13-2-68.

PLC 5-68 (nº 775-B-67, na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) (Redação Final) — Senador José Leite — Aprovado em 18 de fevereiro de 1968.

PLS 32-67, que autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênio de financiamento de obras para proteção da indústria salinífera (Redação Final) — Senador Lobão da Silveira — Aprovado em 19 de fevereiro de 1968.

PLS 72-67, que renova, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais da obra do Maestro Antônio Carlos Gomes (Redação Final) — Senador Lobão da Silveira — Aprovado em 19 de fevereiro de 1968.

PDL 1-68 (nº 35-B de 1967, na Câmara), que aprova o texto do Acordo

de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967 (Redação Final) — Senador José Leite — Aprovado em 20 de fevereiro de 1968.

PLS 80-67, que institui reajustamento de emergência, mantendo a sistemática de revisão salarial vigente (Redação Final) — Senador Filinto Müller — Aprovado em 20 de fevereiro de 1968.

Emendas do Senado ao PLC 6 de 1968 (nº 293-B de 1967, na Câmara), que prove sobre a alfabetização de adultos em idade militar. — Senador Filinto Müller — Aprovado em 20 de fevereiro de 1968.

#### SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA COMISSÃO DE REDAÇÃO NO PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO:

Reuniões Ordinárias .....	1
Reuniões Extraordinárias .....	9
Projetos Distribuídos .....	19
Projetos Relatados .....	19
Projetos Aprovados .....	19

Brasília, em 22 de fevereiro de 1968.  
— Mário Nelson Duarte, Secretário.

#### COMISSÃO DE SAÚDE

##### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 15 DE JANEIRO A 22 DE FEVEREIRO DE 1968

##### (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL)

Presidente: Senador Sigefredo Pacheco.

Secretário: Alexandre Marques de Albuquerque Mello.

##### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator  
— Conclusão

PLC Nº 135, de 1967 — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com raios X ou substância radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade. — Senador Duarte Filho. — Pela aprovação. — Aprovado.

##### SÍNTESE

Reuniões realizadas .....	1
Projetos relatados .....	1

Alexandre Marques de Albuquerque Mello, Secretário.

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

##### ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 1968 (EXTRAORDINÁRIA)

As dezesseis horas e dez minutos do dia vinte de fevereiro de mil novecentos e sessenta e oito, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Torres, Presidente, presentes os Senhores Senadores Mario Martins, José Guilomard e Manoel Vilça, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, Ney Braga, José Cândido e Oscar Passos.

E' lida e, sem debates, aprovada a Ata da Reunião anterior.

Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente comunica aos Presentes que o item único da pauta é o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1968 (nº 29-A-67, na Câmara), que "aprova o Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica, entre

o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966" e concede a palavra ao Senhor Senador Mário Martins que, na qualidade de Relator da matéria, apresenta Parecer favorável aos seus objetivos.

Terminada a exposição do Sr. Relator, o Sr. Presidente declara em regime de discussão o Parecer e, não havendo quem deseje fazer uso da palavra, coloca-o em votação, verificando-se sua aprovação pela unanimidade dos Presentes.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a Reunião e, para constar, eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, lavrei na presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

##### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1968

##### (Convocação)

Presidente: Senador Paulo Torres.  
Secretário: Mario Nelson Duarte.

##### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator  
— Conclusão

PLS 23-67, que dispõe sobre a publicação da relação nominal dos punidos com base nos Ates Institucionais e dos motivos das punições e dá outras providências correlatas. — Senador Pedro Ludovico. — Aprovado. — Em 7-2-68.

PLC 141-67 (nº 277-B-67, na Câmara), que reabre o prazo de reinclusão no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do antigo pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal. — Senador Manoel Vilça. — Aprovado. Em 7-2-68.

PDL 2-68 (nº 29-A-67, na Câmara), que aprova o Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966. — Senador Mario Martins. — Aprovado. Em 20-2-68.

##### SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA COMISSÃO NO PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO

Reuniões Ordinárias .....	1
Reuniões Extraordinárias .....	1
Projetos Distribuídos .....	4
Projetos Relatados .....	3
Pareceres Aprovados .....	3

Brasília, 21 de fevereiro de 1968. — Mario Nelson Duarte, Secretário.

#### COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

##### RELATÓRIO CORRESPONDENTE AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1968 (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

Presidente: Senador Vasconcellos Torres.

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

##### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator  
— Conclusão

1 — Projeto de Lei nº 135, de 1967, que "Concede aos servidores públicos da União ou paraestatais federais, que lidam com raios X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e obrigatória aos 65 anos de idade". — Senador Adalberto Sena — Parecer pela aprovação. Aprovado em 24.1.68.

2 — Projeto de Lei do Senado número 30, de 1964, que "Dispõe sobre a unificação e descentralização da Previdência Social e dá outras providências". — Senador Arnon de Mello — Parecer pelo arquivamento. Aprovado em 6.2.68.

3 — Projeto de Lei da Câmara número 145, de 1967, que "Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências". — Senador Arnon de Mello — Parecer pela aprovação. Aprovado em 6.2.68.

4 — Projeto de Lei da Câmara número 10, de 1968, que "Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências". — Senador Arnon de Mello — Parecer pela aprovação. Aprovado em 3.2.68.

5 — Projeto de Lei da Câmara número 145, de 1967, que "Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e sobre o abono de faltas não justificadas e dá outras providências". — Senador José Guilomard — Parecer pela aprovação. Aprovado em 11.2.68.

6 — Projeto de Lei da Câmara número 1, de 1968, que "Cria na Justiça do Trabalho, 3ª Região, 8 Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais". — Senador Adalberto Sena — Parecer pela aprovação. Aprovado em 14.2.68.

##### DISTRIBUIÇÃO

Em 17.1.68

Ao Sr. Senador Arnon de Mello:

Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1967, que "Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências".

Em 18.1.68

Ao Sr. Senador José Guilomard: Projeto de Lei da Câmara nº 146, de 1967, que "Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e sobre o abono de faltas não justificadas e dá outras providências".

Em 2.2.68

Ao Sr. Senador Arnon de Mello: Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1968, que "Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências".

Em 2.2.68

Ao Sr. Senador Adalberto Sena: Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1968, que "Cria, na Justiça do Trabalho, 3ª Região, 8 Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais".

Em 8.2.68

Ao Sr. Senador Paulo Torres: Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1968, que "Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da carreira de Enfermeiro".

Ao Sr. Senador Carlos Lindenberg: Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1967, que "Altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre a Ordem dos Advogados do Brasil".

Ao Sr. Senador Lino de Mattos: Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1967, que "Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço ativo, prestado às Forças Armadas, para fins de aposentadoria".

##### SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas — 3 (três)
Projetos relatados — 6 (seis)
Ofícios expedidos — 3 (três)
Ofícios recebidos — 2 (dois)
Projetos em tramitação — 2 (dois)

Senado Federal, 23 de fevereiro de 1968. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

# COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

## RELATÓRIO CORRESPONDENTE AOS MESES DE JANEIRO E FE- VEREIRO DE 1968 (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

Presidente: Senador José Leite.

Secretário: Mário Nelson Duarte.

### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —  
Conclusão

Requerimento nº 1.145-67, que so-  
licita ao Poder Executivo, através do

Ministério dos Transportes — Rede  
Ferroviária Federal — sobre recupe-  
ração financeira, administrativa e  
técnica das estradas de ferro exis-  
tentes no País. — Senador Carlos  
Lindenberg — Aprovado. Em 25.1.68.

PLC nº 3-68 (nº 3.914-B-66, na Câ-  
mara), que autoriza a reversão de  
uma área de terra na cidade de San-  
ta Cruz do Sul, Estado do Rio Gran-  
de do Sul, à Prefeitura Municipal da  
mesma localidade. — Senador Carlos  
Lindenberg. — Aprovado. Em 12.2.68.

## SÍNTESE DOS TRABALHOS REA- LIZADOS PELA COMISSÃO NO PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EX- TRAORDINÁRIA DO CONGRESSO

Reuniões Ordinárias —  
Reuniões Extraordinárias — 2

Projetos Distribuídos — 3

Projetos Relatados — 2

Projetos Aprovados — 2

Brasília, 21 de fevereiro de 1968.

— Mário Nelson Duarte, Secretário.

## COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

## RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO DE 15 DE JANEIRO A 22 DE FEVEREIRO DE 1968 (CONVOCAÇÃO EXTRAORDINA- RIA DO CONGRESSO NACIONAL)

Presidente: Senador José Guimard

Secretário: Alexandre Marques de  
Albuquerque Mello

### PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —  
Conclusão

PLC nº 132, de 1967, que dispõe  
sobre a concessão de prazos pelo Ban-  
co do Brasil S.A. e Banco da Ama-  
zônia S.A., a devedores do Pará e  
Amazonas. — Senador Adalberto Sen-  
na. — Pela aprovação (com restri-  
ções). Aprovado.

PLS nº 47, de 1967, que dispõe so-  
bre a heveicultura, o cultivo e a pre-  
servação de espécies botânicas, na  
Região Amazônica e das outras provi-  
dências. — Senador Alvaro Maia. —  
Pela aprovação. Aprovado.

### SÍNTESE

Reuniões realizadas — 2

Projetos relatados — 2

Alexandre Marques de Albuquerque  
Mello, Secretário.